



PARTE II

ORIGEM PREFERENCIAL



ÍNDICE

SECÇÃO 1.	INTRODUÇÃO	1
1.1.	Conteúdo da Parte II do Presente Manual	1
1.2.	Definição de Preferência	2
1.3.	Países que Beneficiam de um Tratamento Preferencial	2
1.4.	Mercadorias Abrangidas	4
1.5.	O que são as Regras de Origem	4
1.6.	Quem Elabora as Regras de Origem	5
1.7.	Onde Constam as Regras de Origem	5
SECÇÃO 2.	ORIGEM.....	15
2.1.	Definição de Produtos Inteiramente Obtidos.....	15
2.2.	Definição de Transformação Suficiente.....	20
2.3.	Lista das Operações de Complemento de Fabrico ou de Transformação a Efectuar em Matérias Não Originárias para que o Produto Transformado Possa Adquirir a Qualidade de Produto Originário.....	22
2.4.	Significado da Definição de Operações de Complemento de Fabrico ou de Transformação Insuficiente	24
2.5.	Acumulação da Origem	28
2.5.1.	Acumulação Bilateral	30
2.5.2.	Acumulação Diagonal	32
2.5.3.	Acumulação Regional	45
2.5.4.	Acumulação Total	49
2.6.	Regra de Tolerância	55
2.7.	Derrogações.....	57
2.8.	Unidade de Qualificação	58
2.9.	Acessórios, Peças Sobressalentes e Ferramentas	59
2.10.	Sortidos	59
2.11.	Embalagens	59
2.12.	Importação em Remessas Escalonadas	60
2.13.	Elementos Neutros	60
SECÇÃO 3.	REQUISITOS TERRITORIAIS	61
3.1.	Importância das Regras sobre o Território e Transporte	61
3.2.	Princípio da Territorialidade	61
3.3.	Regra do Transporte Directo	64
3.4.	Provas sobre o Cumprimento das Regras	65
3.5.	Mercadorias Vendidas após uma Exposição	67
SECÇÃO 4.	DRAUBAQUE OU ISENÇÃO DE DIREITOS ADUANEIROS.....	68
4.1.	Aplicação da Regra do não Draubaque	68
4.2.	Campo de Aplicação	69
4.3.	Como Proceder	70
4.4.	Excepções.....	70



SECÇÃO 5.	PROVA DE ORIGEM	71
5.1.	Tipos de Provas de Origem.....	71
5.2.	Procedimento de Emissão	81
5.2.1.	Autoridades Competentes	82
5.2.2.	Condições.....	82
5.2.2.1.	Preenchimento do EUR.1 e do EUR-MED	83
5.2.2.2.	Preenchimento do Pedido dos Certificados EUR.1 e EUR-MED	88
5.2.2.3.	Emissão dos Certificados EUR.1 e EUR-MED.....	89
5.2.2.4.	Emissão <i>a Posteriori</i>	92
5.2.2.5.	Emissão de Segundas Vias	94
5.3.	Formulário EUR. 2 Utilizado nas Relações com a Síria	94
5.3.1.	Utilização do Formulário EUR. 2.....	95
5.3.2.	Emissão do Formulário EUR. 2	95
5.4.	Procedimento Simplificado	96
5.4.1.	Importância do Procedimento Simplificado.....	96
5.4.2.	Base Jurídica da “Declaração Na Factura”	97
5.4.3.	Campo de Aplicação Geográfica do Procedimento de Certificação da Origem na Factura.....	97
5.4.4.	Campo de Aplicação Quanto às Pessoas e aos Produtos.....	99
5.4.5.	Concessão do Estatuto de “Exportador Autorizado”	99
5.4.6.	Competência para Conceder a Autorização	102
5.4.7.	Forma da Autorização.....	102
5.4.8.	Forma da Declaração na Factura	102
5.4.9.	Dispensa de Assinatura	104
5.4.10.	Prazo para Efectuar a Declaração na Factura.....	104
5.4.11.	Controlo	104
5.5.	Prazo de Validade	109
5.6.	Substituição.....	110
5.7.	Apresentação da Prova de Origem	112
5.8.	Separação de Contas.....	112
5.8.1.	Base Jurídica	113
5.8.2.	Campo De Aplicação Geográfica.....	114
5.8.3.	Campo de Aplicação quanto aos Beneficiários.....	114
5.8.4.	Campo de Aplicação quanto aos Produtos.....	114
5.8.5.	Modalidades de Concessão da Separação de Contas	116
5.8.5.1.	Pedido Escrito Apresentado pelo Interessado	116
5.8.5.2.	Papel dos Serviços Aduaneiros.....	120
5.9.	Isonção da Apresentação de Provas de Origem	121
5.10.	Documentos Justificativos da Origem	121
5.11.	Conservação dos Documentos	122
5.12.	Montantes Expressos em Euros.....	122



SECÇÃO 6.	PROCEDIMENTO DESTINADO A FACILITAR A EMISSÃO DE PROVAS DE ORIGEM NA COMUNIDADE EUROPEIA	130
6.1.	Objectivo	130
6.2.	Declaração de Fornecedor	131
6.3.	Apresentação da Declaração	131
6.4.	Declaração a Longo Prazo	132
6.5.	Forma e Preenchimento da Declaração do Fornecedor.....	132
6.6.	Certificado de Informação INF 4.....	132
6.7.	Conservação dos Documentos	133
6.8.	Autorização Única	133
6.9.	Assistência Mútua e Controlo das Declarações do Fornecedor.....	133
SECÇÃO 7.	COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	135
7.1.	Comunicação de Carimbos e Endereços	135
7.2.	Obrigação de Assistência Mútua.....	135
7.3.	Controlo da Prova de Origem.....	136
7.3.1.	Controlo por Amostragem.....	136
7.3.2.	Controlo por Dúvidas Fundadas	137
SECÇÃO 8.	RESPONSABILIDADE DOS EXPORTADORES.....	138
8.1.	Cuidados a ter	138
8.2.	Como Proceder se as Mercadorias Cumprirem as Regras de Origem	138
8.3.	Tipo De Provas Que Devem Ser Apresentadas Às Autoridades Competentes	139
SECÇÃO 9.	RESPONSABILIDADE DOS IMPORTADORES	140
9.1.	Cuidados a Ter.....	140
9.2.	Como Verificar que as Mercadorias Cumprem os Requisitos de Origem	141
Secção 10.	Responsabilidade das Autoridades Competentes de Exportação.....	142
10.1.	Como Funciona a Cooperação Administrativa	142
10.2.	Procedimento a Adoptar antes da Emissão de uma Prova de Origem	143
10.3.	Consequências da Falta de Cooperação Administrativa.....	143



ORIGEM PREFERENCIAL

SECÇÃO 1. INTRODUÇÃO

1.1. Conteúdo da Parte II do Presente Manual

Em matéria de origem das mercadorias é feita a distinção entre a origem preferencial e a origem não preferencial. Esta parte do Manual trata das regras de origem preferenciais, isto é, daquelas de cuja aplicação resulta a concessão de um benefício que é atribuído apenas às mercadorias consideradas originárias segundo os critérios definidos para esse efeito.

As regras de origem representam assim condições que permitem determinar a nacionalidade económica das mercadorias no âmbito das relações de comércio internacional. Esta determinação revela-se em particular necessária sempre que existam direitos aduaneiros ou outras taxas de efeito equivalente ou restrições ou obrigações de natureza aduaneira aplicáveis em função da origem das mercadorias, o que acontece quando é definido um **quadro jurídico** contemplando um regime mais favorável que pretende beneficiar as mercadorias de determinados países.

Esse quadro jurídico pode ser convencional – resultando de Acordos celebrados entre partes contratantes – ou ter carácter autónomo – sendo determinado de forma unilateral e dirigido aos países escolhidos como beneficiários – e visa, em ambas as situações, a prossecução de objectivos que são definidos no âmbito da Política Comercial e/ou da Política de Desenvolvimento da União Europeia.

No âmbito dos Acordos comerciais – ou seja, no regime convencional - pretende-se o aprofundamento das relações a nível político, económico, comercial, etc. – o que implica o estabelecimento e reforço da cooperação num leque de áreas tão amplo quanto possível. Neste sentido, refira-se, tem vindo a ser celebrada, desde a década de setenta, uma importante rede de Acordos cujo principal mérito tem consistido na criação de Uniões Aduaneiras ou Zonas de Comércio Livre alargadas, com vista a uma preparação mais sólida de novos países candidatos à adesão à UE. Nos casos em que este objectivo não se encontra expressamente previsto, os Acordos celebrados pela UE visam fortalecer e aprofundar os laços políticos, económicos e comerciais com determinados parceiros, garantindo uma maior estabilidade e a promoção da paz e do desenvolvimento nas regiões envolvidas.



Também os designados regimes autónomos visam contribuir para a estabilidade e o reforço das relações com determinados países considerados mais carenciados ou em situação de risco, promovendo melhores condições de ajuda ao desenvolvimento mediante o favorecimento de uma maior diversificação das respectivas economias, e a consolidação da paz e do progresso nos respectivos territórios.

Atendendo a que os países parceiros que são beneficiários de um tratamento preferencial concedido pela UE apresentam situações e características diferenciadas, os instrumentos legais adoptados para regulamentar a concessão dessas preferências reflectem algumas dessas diferenças o que, a nível das regras de origem, se traduz também em excepções e particularidades as quais serão desenvolvidas ao longo desta parte do presente Manual.

Assim, e em termos de metodologia, considerou-se o **Protocolo nº 4** – relativo à noção de produtos originários e métodos de cooperação administrativa - **do Acordo de Associação celebrado com o Espaço Económico Europeu (EEE)** como base de trabalho, tendo-se procedido à análise das suas disposições nos diversos pontos que compõem este Manual, e, paralelamente, à identificação das diferenças encontradas face a essa orientação de referência, nos demais instrumentos legais que regulamentam as relações preferenciais com outros parceiros da UE.

1.2. Definição de Preferência

A preferência, cuja concessão é determinada em função da origem das mercadorias, consiste numa isenção ou numa redução dos direitos aduaneiros aplicáveis na importação, tendo como referência o nível de direitos que resulta da aplicação da cláusula da nação mais favorecida estabelecida no quadro da OMC.

Assim, é atribuído um tratamento preferencial a determinados países que cumpram os critérios e condições que se encontram fixados nos Acordos de Cooperação/Associação com estes celebrados, ou nos instrumentos de direito comunitário que estabelecem regimes autónomos, consistindo esta preferência na possibilidade de beneficiar de uma taxa reduzida ou nula na importação das mercadorias consideradas originárias dos países em causa.

1.3. Países que Beneficiam de um Tratamento Preferencial

Beneficiam de um tratamento pautal preferencial concedido pela UE no âmbito da Política Comercial Comum os seguintes países ou territórios:

- **Espaço Económico Europeu (EEE)**



- **Suíça**
- **Islândia**
- **Ihas Feroé**
- **Ceuta e Melilha**
- **África do Sul**
- **Marrocos**
- **Argélia**
- **Síria**
- **Egipto**
- **Líbano**
- **Croácia**
- **Noruega**
- **Faixa de Gaza**
- **Macedónia**
- **México**
- **Chile**
- **Liechtenstein**
- **Israel**
- **Países da África, Caraíbas e Pacífico (ACP) que celebraram Acordos de Parceria Económica (*)**
- **Tunísia**
- **Jordânia**

(*)Indicados nas listas que constam da pág 15



- **Países e Territórios Ultramarinos (PTU)**
- **Países beneficiários do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) concedido pela UE**
- **Bósnia – Herzegovina**
- **Sérvia**
- **Montenegro**
- **Albânia**
- **Andorra**
- **Turquia**

1.4. Mercadorias Abrangidas

Estão abrangidas por um tratamento preferencial as mercadorias identificadas nos Acordos de Comércio e de Associação celebrados pela UE, bem como nos instrumentos que definem os regimes autónomos. Embora a preferência se aplique, em regra, à generalidade dos produtos, existem, no entanto, algumas exclusões motivadas por factores de ordem económica, o que leva a que **seja sempre necessário proceder à consulta da Pauta Aduaneira** para que se possa determinar com rigor se determinado produto originário de um determinado país é, ou não, beneficiário de tratamento preferencial.

1.5. O que são as Regras de Origem

As regras de origem são critérios a partir dos quais se pode determinar a nacionalidade económica de uma mercadoria no âmbito do comércio internacional

São, assim, condições consideradas relevantes para efeitos de atribuição da origem a um determinado produto, e encontram-se descritas nos Protocolos de Origem dos Acordos de Comércio e de Associação celebrados pela UE, ou nas Disposições de Aplicação do Código Aduaneiro Comunitário, no caso dos regimes autónomos.

De acordo com estas regras, e de um modo geral, as mercadorias podem ser consideradas como originárias quando forem fabricadas a partir de matérias primas ou componentes que cresceram ou foram produzidos num país beneficiário da preferência ou, não sendo esse o caso, quando forem, pelo menos, objecto de certas operações de complemento de fabrico ou transformações num país beneficiário.



Refira-se, a este propósito, que existe uma lista de operações de complemento de fabrico ou transformações a que cada produto manufacturado a partir de matérias não originárias deve ser submetido para adquirir a origem, a qual se encontra anexa a todos os protocolos de origem que integram os Acordos preferenciais, assim como às D.A.C. Estas regras designam-se por “**regras da Lista**”, e vêm fixar o valor mínimo de transformação/operação exigido para que matérias não originárias possam estar presentes num produto final a que seja reconhecido estatuto originário.

A este propósito importa ainda salientar que qualquer operação/transformação que ultrapasse as condições requeridas é, obviamente, aceite, mas não produz qualquer efeito adicional no estatuto originário já alcançado pela mercadoria.

1.6. Quem Elabora as Regras de Origem

No domínio da Política Comercial Comum, as regras de origem são negociadas pela Comissão Europeia - de acordo com o mandato conferido pelo Conselho para o efeito – e pelos países com os quais a UE se propõe celebrar Acordos preferenciais.

À medida que estas negociações vão progredindo, a Comissão mantém os Estados membros informados da evolução dos trabalhos, através dos Comitês com competência na matéria – nomeadamente o Comité do Conselho que se ocupa da zona regional a que pertence o país parceiro das negociações, e os Comitês técnicos que tratam dos vários assuntos a regulamentar pelo acordo – e procura fazer a coordenação, sempre que necessário, da posição comunitária antes de qualquer novo exercício negocial. Registe-se ainda que, sempre que se venha a revelar necessário ultrapassar as directivas de negociação que lhe foram conferidas, a Comissão deve submeter a questão ao Conselho, e solicitar uma revisão do mandato de que dispõe de forma a poder prosseguir as negociações no âmbito pretendido.

Em matéria de regimes autónomos, é também à Comissão que compete elaborar propostas que, depois de discutidas com os Estados membros, são submetidas a aprovação em sede do Conselho.

1.7. Onde Constam as Regras de Origem

As regras de origem encontram-se definidas nos Protocolos de Origem que integram os Acordos preferenciais e nos instrumentos autónomos adoptados pela UE no



âmbito da Política Comercial Comum, os quais estão publicados em Jornal Oficial das Comunidades Europeias, série L, conforme indicado no seguinte quadro:

- **Tratamento preferencial resultante de Acordos Comerciais concluídos pela Comunidade Europeia com um país ou grupo de países**

ACORDOS PREFERENCIAIS	REGRAS DE ORIGEM
<i>Países EFTA</i>	
SUIÇA (CH)	
- Produtos industriais (01.01.1973) (Acordo de Comércio Livre de 22.07.1972, JO L 300, 31.12.1972, p. 189.)	Protocolo n.º 3 JO L 45 de 15.02.2006 Protocolo Paneuromed
- Produtos agrícolas (01.06.2002) (Acordo de 21 de Junho de 1999, relativo ao comércio de produtos agrícolas, JO L 114, 30.04.2002, p. 132.)	
ISLÂNDIA (IS) (01.04.1973) (Acordo de Comércio Livre de 22 de Julho de 1972, JO L 301, 31.12.1972, p.2.)	Protocolo n.º 3 JO L 131 de 18.05.2006 Protocolo Paneuromed
NORUEGA (NO) (01.07.1973) (Acordo de Comércio Livre de 14 de Maio de 1973, JO L 171, 27.06.1973, p.2.)	Protocolo n.º 3 JO L 117 de 02.05.2006 Protocolo Paneuromed
ESPAÇO ECONÓMICO EUROPEU (CE- Islândia-Noruega-Liechtenstein) (Acordo de Associação de 2 de Maio de 1992, JO L 1, 03.01.1994, p.3.)	Protocolo n.º 4 JO L 321 de 08.12.2005 Protocolo Paneuromed



<i>Países dos Balcãs</i>	
MACEDÓNIA (MK) (Antiga República Jugoslava da) (01.06.2001) Acordo de Estabilização, JO L 84, 20.03.2004	Protocolo n.º 4 JO L 99 de 10.04.2008
MONTENEGRO (ME) Decisão do Conselho de 15 de Outubro de 2007 (JO L 345, 28.12.2007, p.1.)	Protocolo n.º 3 JO L 345 de 28.12.2007
CROÁCIA (HR) (01.01.2002) Acordo de Estabilização JO L 26, 28.01.2005	Protocolo n.º 4 JO L 26 de 28.01.2005
BÓSNIA E HERZEGOVINA (BA) Acordo Provisório de 16.06.2008, JO L 233, 30.08.2008	Protocolo n.º 2 JO L 233 de 30.08.2008
ALBÂNIA (AL) Acordo Provisório a partir de 01.12.2006 JO L 239, 01.09.2006	Protocolo n.º 4 JO L 239 de 01.09.2006
<i>Países Mediterrânicos</i>	
ARGÉLIA (DZ) (01.07.1976) Acordo de Associação Euro-Mediterrânico de 17 de Julho de 1995, JO L 97, 30.03.1998, p.2.)	Protocolo n.º 4 JO L 297 de 15.11.2007 Protocolo Paneuromed
TUNÍSIA (TN) (01.03.1998) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 17 de Julho de 1995, JO L 97, 30.03.1998, p.2.)	Protocolo n.º 4 JO L 260 de 21.09.2006 Protocolo Paneuromed



MARROCOS (MA) (01.03.2000) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 26 de Fevereiro de 1996, JO L 70, 18.03.2000, p.2.)	Protocolo n.º 4 JO L 336 de 21.12.2005 Protocolo Paneuromed
ISRAEL (IL) (01.06.2000) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 20 de Novembro de 1995, JO L 147, 21.06.2000, p.3.)	Protocolo n.º 4 JO L 20 de 24.01.2006 Protocolo Paneuromed
AUTORIDADE PALESTINIANA (PS) (01.07.1997) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 24 de Fevereiro de 1997, JO L 187, 16.07.1997, p.3.)	Protocolo n.º 3 JO L 187, 16.07.97
EGIPTO (EG) (01.01.2004) Acordo de Associação Euro-mediterrânico, JO L 304, 30.09.2004)	Protocolo n.º 4 JO L 73 de 13.03.2006 Protocolo Paneuromed
JORDÂNIA (JO) (01.05.2002) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 24 de Novembro de 1997, JO L 129, 15.05.2002, p.3.)	Protocolo n.º 3 JO L 209 de 31.07.2006 Protocolo Paneuromed
LÍBANO (LB) (01.03.2003) Acordo de Associação Euro-mediterrânico de 17 de Junho de 2002, JO L 262, 30.09.2002, p.2.)	Protocolo n.º 4 JO L 262 de 30.09.2002
SÍRIA (SY) (01.07.1977) Acordo de Cooperação de 18 de Janeiro de 1977, JO L 269, 27.09.1978, p.2.)	Protocolo n.º 2 JO L 269 de 27.09.78



Outros Países e Territórios	
ILHAS FEROE (FO) /Dinamarca (01.01.1997) Acordo de 6 de Dezembro de 1996, JO L 53, 22.02.1997, p.2.) e JO L 104 de 20.04.2002	Protocolo n.º 3 JO L 110 de 24.04.2006 Protocolo Paneuromed
ÁFRICA, CARAÍBAS E PACÍFICO (ACP) ** (Novos Acordos a partir de 01.01.2008) Regulamento n.º 1528/200 – R.A.M. (JO L 348, 31.12.2007) Acordo de Parceria Económica com os Estados do CARIFORUM – Decisão de apli- cação provisória (2008/805/CE) – JO L 298, de 30.10.2008	Anexo II do Regulamento n.º 1528/2007 JO L 348 de 31.12.2007 Protocolo I , JO L 289 / II / págs. 1805 e seg.
ÁFRICA DO SUL (ZA) (01.01.2000) Acordo de Comércio, Desenvolvimento e Cooperação: aplicação provisória, JO L 311, 04.12.1999, p.3.)	Protocolo 1 JO L 311 de 04.12.1999
MÉXICO (MX) (01.07.2000) (Decisão 2/2000 do Conselho Conjunto CE- México: aplicação provisória do Acordo de Partenariado, JO L 157, 30.06.2000, p.10, e JO L 245, 29.09.2000, p.1.)	Anexo III da Decisão JO L 44 de 18.02.2000
CHILE (CL) (01.02.2003) (Acordo de Associação, JO L 352, 30.12.2002, p.3. alterado pelo Protocolo de 2004 (JO L 38 de 10.02.2005, p.3)	Anexo III do Acordo JO L 352 de 30.12.2002

* Ver pág. 12



- **Tratamento preferencial resultante de um benefício pautal concedido unilateralmente pela Comunidade Europeia**

REGIMES AUTÓNOMOS	REGRAS DE ORIGEM
PAÍSES E TERRITÓRIOS ULTRAMARINOS (PTU) (02.12.2001) Decisão do Conselho n.º 2001/822/CE de 27 de Novembro de 2001, JO L 314, 30.11.2001, p.1; Apêndice 2 do Anexo III, JO L 324, 07.12.2001, p.1.)	Anexo III da Decisão JO L 314 de 30.11.2001 e JO L 324 de 07.12.2001
SISTEMA DE PREFERÊNCIAS GENERALIZADAS (SPG) (Reg. (CE) do Conselho n.º 980/2005 de 27 de Junho de 2005, JO L 169, 30.06.2005, p.1.)	Artigos 66.º a 97.º (Reg. (CE) da Comissão n.º 2454/93 de 2 de Julho de 1993, JO L 188 de 26.07.2000 e JO L 134 de 29.05.2003)
PAÍSES DOS Balcãs SÉRVIA (RS) (Reg. (CE) do Conselho n.º 2007/2000 de 18 de Setembro de 2000, JO L 240, 23.09.2000, p.1.) MOLDÁVIA (MD) (Reg. n.º 55/2008 de 21 de Janeiro de 2008, JO L 20, 24.01.2008)	Artigos 66.º e 98.º a 123.º Reg. (CE) da Comissão n.º 2454/93 de 2 de Julho de 1993, JO L 188 de 26.07.2000 e JO L 134 de 29.05.2003
CEUTA E MELILHA (Protocolo n.º 2 do Acto de Adesão de Espanha)	Reg. (CE) do Conselho n.º 82/2001 de 5 de Dezembro de 2000 (JO L 20, 20.01.2001 e JO C 108 de 04.05.2002)



- **Tratamento preferencial concedido no quadro de relações preferenciais de natureza mista (União Aduaneira e Acordo de Comércio Livre)**

PAÍSES	REGRAS DE ORIGEM
Andorra (AD) - Produtos agrícolas Acordo de comércio livre, JO L 374, de 31.12.1990, p.14.	Apêndice da Decisão 90/680/CEE de 29.11.1990, alterada pela Decisão 1/99 do Comité Misto CE/Andorra de 6.5.1999, JO L 191 de 23.7.1999, entrou em vigor em 1.07.1999
Turquia (TR) - Produtos CECA (01.01.1997) Acordo de 25 de Julho de 1996, JO L 227, de 07.09.1996, p.3 e JO L 212 de 12.08.1999. - Produtos agrícolas (01.01.1998) Decisão n.º 1/98 do Conselho de Associação, de 25.02.1998, JO L 86, 20.03.1998, p.1.	Protocolo n.º 1 Decisão 1/2009, do Comité Misto instituído pelo Acordo CECA/Turquia, de 24.02.2009, JO L 141 de 06.06.2009 Protocolo Paneuromed Protocolo n.º 3



*** Situação dos países ACP após 01.01.2008**

O regime do Acordo de Cotonou foi instituído ao abrigo de uma derrogação (“waiver”) concedida pela OMC apenas até 31.12.2007. Assim, após essa data, e para evitar uma situação de vazio jurídico, a UE deveria celebrar Acordos de Parceria Económica (APE) com os países ACP abrangidos pelo Acordo de Cotonou segundo os princípios consignados pela OMC, em particular no que respeita à compatibilidade com o artigo XXVIII.

Não obstante os esforços desenvolvidos pelos negociadores comunitários, no final de 2007 apenas 35 países ACP tinham chegado a Acordo, tendo sido necessário, dada a morosidade dos procedimentos relativos à respectiva entrada em vigor, adoptar um Regulamento transitório antecipando a aplicação das medidas comerciais acordadas.

Este Regulamento - Reg nº 1528/2007 de 20 de Dezembro de 2007 publicado no JO, série L, nº 348 de 31.12.2007 – é designado por Regulamento de Acesso ao Mercado (R.A.M.) aplicando-se aos referidos países que chegaram a Acordo. Em matéria de origem, o Regulamento contempla um conjunto de regras semelhantes às estabelecidas pelo Acordo de Cotonou, com alguns melhoramentos, regime esse a que se convencionou chamar “Cotonou +”, e cujas diferenças relativamente ao Protocolo de origem considerado como base de trabalho neste Manual, irão sendo assinaladas à medida que forem sendo tratados os assuntos sobre os quais as mesmas incidem.

Refira-se ainda que aquando da adopção deste Regulamento não se tinha chegado a entendimento com a Zâmbia relativamente à respectiva oferta de acesso ao mercado, razão pela qual o referido Regulamento só posteriormente se passou a aplicar a este país, através do Regulamento nº 1217/2008 de 8 de Dezembro de 2008 publicado no JOUE, série L, nº 330 de 9.12.2008.

Tendo-se verificado entretanto a entrada em vigor do Acordo de Parceria Económica celebrado entre a UE e os países do CARIFORUM - pela Decisão de Conselho de 15 de Julho de 2008, - o R.A.M. deixou de se aplicar a esses países, passando assim a ser aplicável o Protocolo I ao referido Acordo publicado no JOUE nº 289 série L de 30.10.2008. Também quanto a este quadro regulamentar, as diferenças face ao Protocolo de origem considerado como referência de trabalho neste Manual irão sendo assinaladas sempre que forem abordadas as matérias às quais se reportam.

Os países aos quais se aplica o R.A.M. são os que constam da lista I e os países que integram o grupo CARIFORUM estão enunciados na lista II (páginas 14 e 15, respectivamente, do presente Manual) .

No que respeita aos demais países ACP que não concluíram ainda os Acordos de Parceria Económica (APE) com a UE, não se aplica o regime transitório instituído no R.A.M., o que significa que, tendo o Acordo de Cotonou cessado a sua vigência em 31.12.2007, o único instrumento preferencial de que os mesmos podem beneficiar presentemente é o S.P.G. As negociações em curso para a conclusão de APE com os países que ainda não concluíram Acordo não têm sido fáceis, em parte porque a introdução do conceito de reciprocidade nestes Acordos tem suscitado dificuldades aos países ACP, e também porque, encontrando-se estes países associados em grandes grupos regionais, a coordenação



interna necessária à definição de uma estratégia negocial comum não se tem revelado pacífica.

Considera-se ainda de realçar que, tanto no que diz respeito à aplicação do R.A.M., como relativamente à aplicação do SPG, é exigido aos países abrangidos o cumprimento das obrigações de notificação relativamente aos carimbos utilizados para a validação de certificados de origem e à indicação das entidades habilitadas para a emissão e controlo das provas de origem, constituindo o cumprimento dessas formalidades, segundo o compromisso de cooperação administrativa subjacente ao funcionamento da política preferencial da UE, um pré requisito para a atribuição do benefício instituído.

Assim, e não obstante o R.A.M. ser aplicável aos países ACP que concluíram antes do final de 2007 os Acordos de Parceria Económica, o regime preferencial estabelecido no mesmo não se aplicou desde logo a todos eles, mas apenas à medida que foram cumprindo as obrigações de notificação acima referidas, havendo alguns que ainda o não fizeram, conforme se pode verificar na lista I onde os países que já notificaram os respectivos carimbos e entidades habilitadas a certificar se encontram assinalados com um asterisco.



Lista I

Regiões ou Estados que concluíram Acordos de Parceria Económica com a UE antes de 31.12.2007 e aos quais se aplica o Regulamento nº 1528/07 - R.A.M.

Burundi
Botswana *
Costa do Marfim *
Camarões *
Fiji
Gana *
(Haiti *)
Quénia *
Comores (excluindo Mayotte)
Lesoto *
Madagáscar *
Maurícia *
Moçambique *
Namíbia *
Papuásia-Nova Guiné *
Ruanda *
Seychelles e dependências *
Suazilândia *
Tanzânia *
Uganda *
Zimbabwe *
Zâmbia

* Regiões ou Estados que cumpriram as obrigações de notificação nos termos do artº 31º do RAM



Lista II

Estados CARIFORUM que assinaram o Acordo de Parceria Económica com a UE

Antigua e Barbuda
Ilhas Bahamas
Barbados
Belize
Dominica
República Dominicana
Granada
Guiana
(Haiti)
Jamaica
São Cristóvão e Névis
Santa Lúcia
São Vicente e Granadinas
Suriname
Trinidade e Tobago

SECÇÃO 2. ORIGEM

2.1. Definição de Produtos Inteiramente Obtidos

Em termos de requisitos gerais, entende-se, antes de mais, que são originários de um determinado país, os produtos que aí sejam inteiramente obtidos.

De uma forma genérica **são considerados produtos inteiramente obtidos** num determinado país, **os produtos de recursos naturais** desse país, ou os **produtos aí inteiramente processados**, o que significa que se trata de produtos que não podem conter quaisquer elementos não originários importados.

Em cada um dos Protocolos de origem que integram os Acordos preferenciais e nas DAC existe um artigo onde são listados de forma exaustiva todos os produtos considerados como inteiramente obtidos na CE ou no país parceiro em causa.

Conforme atrás referido, o regime acordado no Protocolo de origem do Acordo celebrado com os países do EEE foi tomado como referência neste Manual, tendo-se igualmente assinalado as diferenças em relação ao mesmo acordadas relativamente a outros parceiros.

Assim, são os seguintes os produtos que se consideram inteiramente obtidos na UE ou num dos países parceiros que beneficiam de tratamento preferencial:



- a) Produtos minerais extraídos do respectivo solo ou dos respectivos mares ou oceanos;**
- b) Produtos do reino vegetal aí colhidos;**
- c) Animais vivos aí nascidos e criados;**
- d) Produtos provenientes de animais vivos aí criados;**

São visados nesta alínea produtos como o leite, os ovos, a lã obtida por tosquia dos carneiros, etc. Contudo, os animais dos quais provêm estes produtos têm que ter sido criados no país em causa (isto é, na CE ou no país parceiro) para que os referidos produtos se possam considerar originários, não bastando que os animais em causa apenas tenham vindo pastar a esse país.



e) Produtos da caça ou da pesca aí praticadas;

Considera-se, para efeito da aplicação desta alínea, que as águas territoriais da CE e dos países parceiros fazem parte do território aduaneiro respectivo. Daqui decorre que os produtos pescados no interior das águas territoriais são considerados originários do país respectivo, independentemente da nacionalidade do navio de pesca.

NOTA:

- *No Protocolo celebrado com o Chile, esta alínea apenas faz referência aos produtos da caça aí praticada, entendendo-se, porém, que são igualmente considerados produtos da caça – e, como tal, produtos inteiramente obtidos – os produtos da “pesca praticada em lagos, rios, ribeiros ou tanques situados em território comunitário ou chileno”.*
- *No Protocolo com os países CARIFORUM é também incluído nesta alínea um item ii) relativo aos “produtos da aquicultura, incluindo maricultura, em caso de peixes aí nascidos e criados;”*

f) Produtos da pesca marítima e outros produtos extraídos do mar fora das águas territoriais das partes pelos respectivos navios;

São visados neste caso os produtos extraídos do mar fora dos limites exteriores das águas territoriais dos países em causa.

NOTA:

- *Contudo, no âmbito do Protocolo com o Chile, a captura de produtos da pesca, quer se efectue nas águas territoriais (12 milhas), na zona económica exclusiva (200 milhas) ou em alto mar, está submetida à obrigação de respeitar as exigências relativas aos “respectivos navios” para que os produtos em causa possam ser considerados como originários da CE ou do Chile.*
- *Todavia, tratando-se de capturas que sejam operadas na ZEE de cada parte contratante, o referido Protocolo estabelece que, na medida em que qualquer transferência de direitos de soberania entre as partes (conforme definida pelas regras internacionais) se encontra sujeita a negociações, e que as mesmas não se realizaram, esta alínea não se aplica aos produtos da pesca marítima e a outros produtos extraídos do mar por navios comunitários na ZEE do Chile, ou por navios chilenos na ZEE da Comunidade.*



Refira-se ainda que a expressão “respectivos navios” ou “respectivos navios-fábrica” consignada nos Protocolos de origem só se aplica aos navios que cumpram os seguintes requisitos:

- Estejam matriculados ou registados num Estado membro ou no país parceiro em causa;
- Arvoreem pavilhão de um Estado membro ou do país parceiro;
- Sejam propriedade, pelo menos em 50 %, de nacionais de um Estado membro ou do país parceiro, ou de uma sociedade em que a sede principal está situada num desses Estados, cujo gerente ou gerentes, presidente do conselho de administração ou do conselho fiscal e a maioria dos membros destes conselhos sejam nacionais dos Estados membros ou países parceiros e, em que além disso, no que respeita a sociedades em nome colectivo e sociedades de responsabilidade limitada, pelo menos metade do capital seja detido por esses Estados ou por entidades públicas ou nacionais dos referidos Estados.
- O estado-maior (comandante e oficiais) seja composto por nacionais dos Estados membros ou dos países parceiros; e
- A tripulação seja composta, pelo menos em 75 % (*ou em 50 % no caso dos PTU*) por nacionais dos Estados membros ou dos países parceiros;

NOTA:

- *À entrada em vigor das concessões para os produtos da pesca no quadro do Acordo celebrado com a África do Sul, a regra relativamente à tripulação será a seguinte:*
 - ***“cuja tripulação, incluindo o estado maior , seja composta pelo menos em 50 % por nacionais dos Estados membros ou da RAS”.***
- *No R.A.M. e no Acordo com o CARIFORUM é eliminado o requisito relativo à nacionalidade da tripulação*

Não obstante as condições estabelecidas no R.A.M. e no Protocolo do Acordo com o CARIFORUM no que respeita às noções de “respectivos navios” e “respectivos navios - fábrica”, a Comunidade aceitará, a pedido de um dos países ACP a que o Regulamento se aplica, que os navios objecto de um contrato de fretamento ou de locação financeira por parte de um Estado ACP exerçam actividades piscatórias na sua zona económica exclusiva como “respectivos navios”, sob as seguintes condições:



- O Estado ACP em questão ter dado à Comunidade a possibilidade de negociar um acordo de pesca e a Comunidade não ter aceite essa oferta;
- O contrato de fretamento ou de locação financeira ter sido aceite pela Comissão como assegurando suficientes possibilidades de desenvolvimento da capacidade do Estado ACP pescar por sua conta, e atribuindo à parte ACP a responsabilidade da gestão comercial e náutica do navio colocado à sua disposição durante um período de tempo considerado significativo.

g) Produtos fabricados a bordo dos respectivos “navios-fábrica” (respondendo às condições identificadas na al. f) a partir dos produtos acima referenciados;

NOTA:

- *A partir da entrada em vigor do sistema de acumulação entre a Tunísia, a Argélia e Marrocos, as expressões “respectivos navios” e “respectivos navios-fábrica”, no contexto de um dos Protocolos de origem com um destes países, aplicam-se, de igual modo, aos navios e “navios-fábrica” originários de um dos outros dois países.*

h) Artigos usados, aí recolhidos, que só possam servir para recuperação de matérias-primas, incluindo pneumáticos usados que sirvam exclusivamente para recauchutagem ou para utilização como desperdícios;

Pode, por exemplo, tratar-se de vestuário usado, recolhido com vista à recuperação de fibras têxteis, mas não com o fim de voltar a ser utilizado enquanto vestuário. Podem também ser aqui consideradas as garrafas usadas, recolhidas para recuperação do vidro mas não para voltarem a ser utilizadas na sua função de recipientes.

NOTA:

- *No Protocolo celebrado com Andorra, esta alínea apenas faz referências a “desperdícios provenientes de operações de fabricação aí efectuadas”.*
- *No Acordo com o Chile, não é feita referência nesta alínea à inclusão dos pneumáticos usados.*
- *No que respeita aos países beneficiários do SPG, consideram-se apenas os artigos usados, aí recolhidos, que só possam servir para recuperação de matérias-primas, o mesmo acontecendo no protocolo celebrados com a Turquia.*



➤ **i) Os resíduos e desperdícios resultantes de operações fabris aí efectuadas;**

Pode citar-se, como exemplo, o caso das chapas de alumínio de origem terceira destinadas a ser recortadas para a fabricação de painéis. Para poderem ser consideradas como originárias, estas painéis deverão sofrer uma transformação suficiente estabelecida para o efeito no Anexo respectivo dos Protocolos de origem. No entanto, os desperdícios resultantes da operação de corte efectuada, destinados a serem utilizados na fabricação de outros produtos (como portas-chaves, por exemplo), já poderão ser considerados originários do país onde esta operação foi efectuada, desde que se trate de desperdícios considerados “normais” para as operações em causa.

j) Os produtos extraídos do solo ou do subsolo marinho fora das respectivas águas Territoriais, desde que tenham direitos exclusivos desse solo ou subsolo;

k) As mercadorias aí fabricadas exclusivamente a partir de produtos referidos nas alíneas a) a j).

2.2. Definição de Transformação Suficiente

Os produtos que não sejam inteiramente obtidos, podem ainda ser considerados como originários quando tiverem sido objecto de operações de complemento de fabrico ou transformação suficiente de acordo com as condições estabelecidas na lista anexa aos Protocolos de origem dos Acordos preferenciais da Comunidade, ou às DAC.

Estas condições indicam, para todos os produtos que beneficiam da preferência, as operações de complemento de fabrico ou transformação que têm que ser realizadas nas matérias não originárias utilizadas na fabricação do produto final, e referem-se exclusivamente a essas matérias.

Tal significa que as matérias não originárias têm que ser submetidas a uma operação de complemento de fabrico/transformação suficiente para que seja obtida a origem, estando estas operações especificadas nas já atrás referidas “regras da Lista” que figuram em anexo aos vários Protocolos de origem (Anexo II), e no Anexo II ao presente Manual.

Presentemente, a noção de operação de complemento de fabrico ou transformação suficiente constante na maioria desses Protocolos já não faz referência, como regra geral, ao critério da mudança de posição pautal, entendendo-se assim que os produtos não inteiramente obtidos se consideram suficientemente transformados



quando as condições indicadas na referida lista anexa aos protocolos de origem se encontrem cumpridas.

Daqui decorre que é necessário consultar de forma sistemática essa lista quando se trate de produtos não inteiramente obtidos nos países em que são transformados (sob reserva da aplicação de regras de acumulação eventualmente em vigor em determinadas regiões) a fim de conhecer quais as condições que lhes conferem o carácter originário.

NOTA:

- *Contudo, no Protocolo da Síria ainda se estabelece que uma operação ou transformação é suficiente quando “tem como consequência a classificação do produto obtido numa posição pautal diferente daquela que corresponde a cada um dos produtos não originários que foram utilizados na fabricação do produto final, sendo consideradas para este efeito as posições pautais a quatro dígitos no âmbito do Sistema Harmonizado”.*

Encontram-se igualmente previstos critérios suplementares a este critério de mudança de posição pautal, os quais permitem medir o nível de transformação operada, estando indicados nas referidas “regras de lista”.

Regra geral, estas Listas anexas aos protocolos de origem são compostas por três colunas, constando da primeira o código pautal correspondente, a quatro dígitos do S.H., da segunda coluna, a designação comercial do produto, e da terceira coluna, a regra de origem que se aplica ao mesmo. Em alguns casos esta lista compreende ainda, para os produtos relevantes de determinados capítulos, uma quarta coluna onde figura uma outra regra de origem alternativa. Esta regra, pela qual o operador económico pode livremente optar, destina-se a simplificar a gestão destas regras por parte dos referidos operadores de determinado sector de actividade, uma vez que na mesma se prevê que o carácter originário possa igualmente ser adquirido se o valor das matérias não originárias utilizadas para a fabricação de um produto não ultrapassar uma certa percentagem do preço do produto à saída da fábrica.

Trata-se assim de uma regra mais simples na medida em que apenas contempla uma exigência sob a forma de um valor máximo de matérias não originárias que podem ser utilizadas. Contudo, e como contrapartida desta simplificação, a percentagem máxima de matérias não originárias que consta desta coluna 4 é sempre inferior à fixada na coluna 3 para o mesmo produto.

Quando está em causa um critério de percentagem, isto é, quando é necessário que as matérias não originárias incorporadas num determinado produto não ultrapassem uma certa percentagem do seu valor, o cálculo desta percentagem é feito através dos seguintes indicadores:



- **1 - No que respeita a matérias usadas:**

Quando estiver documentado que as referidas matérias foram importadas:

- Considera-se o seu valor aduaneiro no momento da importação;

Quando se trate de matérias de origem indeterminada:

- É tido em conta o primeiro preço verificável pago por essas matérias no território do país onde é feita a fabricação;

- **2 - Relativamente a mercadorias obtidas:**

É considerado o seu preço à saída da fábrica deduzidas as taxas internas restituídas ou a restituir aquando da exportação.

Por **preço à saída da fábrica** entende-se o preço pago ao fabricante na empresa em que foi efectuada a operação ou transformação. São aqui considerados todos os elementos do preço do produto tal como facturado pelo fabricante, isto é, o valor de todas as matérias e todos os componentes utilizados, despesas inerentes à fabricação, e margem beneficiária. Em contrapartida, todas as despesas relativas à expedição das mercadorias obtidas depois da saída da fábrica – como custos de transporte, seguros, etc. – não estão incluídas neste conceito de “preço à saída da fábrica”.

2.3. Lista das Operações de Complemento de Fabrico ou de Transformação a Efectuar em Matérias Não Originárias para que o Produto Transformado Possa Adquirir a Qualidade de Produto Originário

Esta lista encontra-se, conforme já assinalado, em anexo aos protocolos de origem dos Acordos e das DAC, indicando para cada produto quais as condições que devem ser cumpridas para que o mesmo adquira o carácter originário.

Regra geral, existem diferentes critérios para se poder aferir se uma determinada operação/transformação é suficiente para que seja conferido carácter originário ao produto final, sendo para o efeito estabelecido que se cumpram certas condições, designadamente nos seguintes termos:



- **Mudança de posição pautal**

Exemplo:

Cap. 42: Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem.

Regra: - Fabricação na qual todas as matérias utilizadas são classificadas numa posição diferente da do produto;

- **Utilização de determinada(s) matéria(s)-prima(s) no processo de fabrico**

Exemplo:

Cap. 16 - Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos

Regra: - Fabricação a partir de animais do capítulo 1 e/ou na qual todas as matérias do cap. 3 utilizadas devem ser inteiramente obtidas.

- **Recurso a um processo de fabrico técnico determinado**

Exemplo:

Ex 2516 – Granito, prófiro, basalto, arenito, e outras pedras de cantaria simplesmente cortadas em blocos ou placas (...)

Regra: Corte à serra ou por outro meio de pedra com uma espessura superior a 25cm.

- **Percentagem de valor acrescentado incluído no total do valor do produto considerando o seu preço à saída da fábrica**

Exemplo:

Código pautal 40 05 – Borracha misturada não vulcanizada em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras

Regra: - Fabricação na qual o valor das matérias utilizadas, excepto a borracha natural, não deve exceder 50 % do preço do produto obtido à saída da fábrica.



2.4. Significado da Definição de Operações de Complemento de Fabrico ou de Transformação Insuficiente

Existem algumas operações, no decurso das quais são utilizadas matérias não originárias, que são sempre consideradas como **insuficientes** para conferirem aos produtos que delas resultem carácter originário, independentemente das condições estabelecidas nas regras de Lista. Estas operações, que se encontram **listadas de forma exaustiva** em cada Protocolo e nas DAC, são consideradas mínimas e, como tal, insusceptíveis de conferir estatuto originário.

Importa, contudo, sublinhar que o facto de uma determinada operação não ser considerada como insuficiente não significa, automaticamente, que seja suficiente para conferir origem ao produto. Existe como que uma “zona cinzenta” em que as operações são mais do que insuficientes mas, ao mesmo tempo, não são ainda suficientes para conferir origem de acordo com a regra específica que lhes é aplicável.

As listas das operações consideradas insuficientes sofreram já algumas clarificações/alterações, apresentando, por esse motivo, algumas diferenças de redacção nos diversos protocolos.

Seguindo o protocolo em vigor com os países do EEE como referência, são as seguintes as operações assinaladas como sendo insuficientes para conferir origem:

a) Manipulações destinadas a assegurar a conservação dos produtos no seu estado inalterado durante o transporte e a armazenagem;

NOTA:

- *Para os países ACP abrangidos pelo R.A.M estas manipulações estão especificadas entre parênteses e são as seguintes: - ventilação, estendedura, secagem, refrigeração, colocação em água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias, extracção de partes deterioradas e operações similares);*

b) Fraccionamento e reunião de volumes;

NOTA:

- *No Protocolo com o México e no R.A.M. é também referida a mudança de embalagem como operação insuficiente*



c) Lavagem e limpeza; extracção de pó, remoção de óxido, de óleo, de tinta ou de outros revestimentos;

NOTA:

- *No RAM não constam as operações de remoção de óxido, de óleo, de tinta ou outros revestimentos.*

d) Passagem a ferro ou prensagem de têxteis;

NOTA:

- *Esta alínea não consta nos Protocolos de origem aos Acordos celebrados com a Síria, Andorra, África do Sul, México e no RAM.*

e) Operações simples de pintura e de polimento;

NOTA:

- *O polimento não é referido no Protocolo com o México nem no RAM*

f) Descasque, branqueamento total ou parcial, polimento e lustragem de cereais e de arroz;

NOTA:

- *Esta alínea não consta dos Protocolos com os países referidos na Nota à alínea d);*

g) Adição de corantes ao açúcar ou na formação de açúcar em pedaços;

NOTA:

- *Também relativamente aos mesmos países (alínea d) não está prevista esta alínea.*
- *No RAM e no CARIFORUM é também incluída a moagem total ou parcial do açúcar (cristal, no caso do Cariforum)*



h) Descasque e descaroçamento de fruta, nozes, e produtos hortícolas;

NOTA:

- *Relativamente aos mesmos países não é feita referência a esta alínea. Contudo, no Protocolo com o México é feita menção ao descasque e remoção de grãos*

i) Afiação e operações simples de trituração e de corte;

NOTA:

- *No caso do México e no RAM só é feita menção à operação de corte.*

j) Crivação, tamização, escolha, classificação, triagem, selecção (incluindo a composição de sortidos de artigos);

NOTA:

- *Nos protocolos de origem dos Acordos com os países acima referidos (al.d)) também não consta esta alínea, excepto no do México que determina entre outras operações enunciadas na al. c) do artº 6.º que estas operações são consideradas insuficientes.*
- *No RAM não é feita referência à tamização e à triagem*

k) Simples acondicionamento em garrafas, latas, frascos, sacos, estojos, caixas, grades, e quaisquer outras operações simples de acondicionamento;

l) Aposição ou impressão nos produtos ou nas respectivas embalagens de marcas, rótulos, logótipos, e outros sinais distintivos similares;

m) Simples mistura de produtos, mesmo de espécies diferentes;

NOTA:

- *No Protocolo com o México é ainda especificado que a mistura de produtos é considerada uma operação insuficiente sempre que um ou vários componentes dessa mistura não satisfizerem as condições do Protocolo para serem considerados originários da CE ou do México.*
- *Idêntica disposição existe igualmente nas DAC relativamente aos países beneficiários do SPG e à Sérvia*



- *Nos Protocolos da Bósnia-Herzegovina, Montenegro, e Cariforum é ainda acrescentada a expressão “mistura de açúcar com qualquer outra matéria”*

n) Simples reunião de partes de artigos para constituir um artigo completo, ou a desmontagem de produtos em partes;

NOTA:

- *No RAM não é feita referência à “desmontagem de produtos em partes”*

o) Realização conjunta de duas ou mais das operações referidas nas alíneas a) a n)

NOTA

- *No RAM estão excluídas deste âmbito as operações das alíneas f), g) e h)*

p) Abate de animais.

Todas as operações efectuadas num Estado membro ou num país parceiro a um dado produto são consideradas em conjunto para determinar se a operação de complemento de fabrico ou de transformação a que o produto foi submetido deve ser considerada como sendo insuficiente para efeito de atribuição de origem.



2.5. Acumulação da Origem

A acumulação é um mecanismo previsto nos regimes preferenciais da Comunidade Europeia que vem facilitar a obtenção da origem às mercadorias objecto de transformação.



As regras de origem incluídas nos vários regimes preferenciais estabelecem um sistema de acumulação específico, para que os produtos originários de um ou mais países parceiros possam ser utilizados num outro país parceiro, resultando num produto acabado originário deste país.

Existem diferentes tipos de acumulação que têm em consideração determinados factores, tais como, as relações políticas, a situação geográfica e os interesses económicos dos países envolvidos, sendo, deste modo, possível, através destas disposições, relacionar diferentes acordos comerciais.

Fomentar a integração através do aumento das possibilidades de acumulação é um dos objectivos prosseguidos, tanto a nível político, como económico, sendo um factor de desenvolvimento económico e de estabilidade numa determinada região com vantagens comprovadas (vide o caso dos países pertencentes à zona pan-europeia que resultou na sua integração na CE).

Têm sido apontadas várias vantagens ao sistema de acumulação, a saber:

- Fomento da cooperação económica entre a Comunidade e os países envolvidos;
- Os fabricantes poderão melhorar a sua competitividade, organizando as suas actividades numa escala mais alargada;
- Melhoria do acesso ao mercado comunitário para os produtos provenientes dos países envolvidos;
- Maiores incentivos para o comércio entre os países envolvidos;
- Maiores possibilidades de abastecimento de matérias e produtos.

Para um funcionamento eficaz da acumulação é necessária a adopção de regras de origem idênticas entre os países participantes, através da celebração, entre todos, de acordos de comércio livre (ou outro tipo de acordos que incluam as garantias jurídicas necessárias), prevendo o mesmo tipo de disposições de cooperação administrativa e de regras de origem.

Tratando-se de um sistema que envolve dois ou mais países, o mesmo só funciona entre países que pertençam ao mesmo grupo, não sendo permitida a acumulação entre países de grupos diferentes.

Por exemplo, existe um sistema de acumulação entre a CE, Suíça e EEE e existe um outro entre a CE e os PTU. A acumulação funciona somente entre os países do primeiro grupo e entre os países do segundo, não podendo funcionar entre os dois grupos.



2.5.1. Acumulação Bilateral

A acumulação é bilateral quando funciona entre dois países (Comunidade – um único território – e um determinado país). Neste caso, os produtos originários de uma das partes contratantes (CE ou país parceiro) que sejam submetidos a uma transformação na outra parte (país parceiro ou CE) são assimilados aos produtos originários desta última. Por conseguinte, apenas os produtos não originários da Comunidade e do país parceiro em causa devem ser sujeitos a uma transformação suficiente, para que o produto final adquira o carácter originário.

A acumulação bilateral tem, pois, por consequência, a promoção da integração industrial e comercial entre as duas partes contratantes de um acordo, uma vez que, facilitando a aquisição do carácter originário, leva cada uma das partes a aprovisionar-se de matérias primas junto da outra.

De sublinhar que os produtos originários do país parceiro, nos termos das regras de origem definidas no acordo em causa, não têm de ser submetidos a uma transformação suficiente, mas devem, no entanto, ser sujeitos a uma operação superior às “operações insuficientes” referidas no artigo de cada protocolo ou regulamento, relativo à noção de produtos originários (ver n.º 2.4 desta parte do presente Manual).

Por outro lado, o produto acabado deve ser exportado para o país parceiro que forneceu as matérias originárias.

O carácter originário das matérias-primas ou dos produtos fornecidos deve ser justificado mediante a apresentação, no país parceiro onde os produtos vão ser transformados, de uma prova de origem preferencial (certificado EUR.1 ou EUR-MED ou de uma declaração de origem na factura ou declaração na factura EUR-MED, se tal for permitido pelo protocolo de origem em causa).

Este sistema de acumulação bilateral existe em todos os acordos celebrados pela Comunidade, e ainda no quadro das preferências pautais concedidas unilateralmente pela CE.

A acumulação bilateral surge nos protocolos de origem da seguinte forma (passamos a citar a título de exemplo o artigo 3.º do Anexo III do Acordo CE/Chile):



- “As matérias originárias da Comunidade serão consideradas originárias do Chile, quando forem incorporadas num produto aí obtido, sem que seja necessário que essas matérias tenham sido submetidas a operações de complemento de fabrico ou de transformação suficientes, desde que tenham sido objecto de operações de complemento de fabrico ou de transformação que excedam as referidas no artigo 6.º (operações insuficientes)”.
- “As matérias originárias do Chile serão consideradas originárias da Comunidade, quando forem incorporadas num produto aí obtido, sem que seja necessário que essas matérias tenham sido submetidas a operações de complemento de fabrico ou de transformação suficientes, desde que tenham sido objecto de operações de complemento de fabrico ou de transformação que excedam as referidas no artigo 6.º (operações insuficientes)”.

Exemplo:

Uma máquina de terraplanagem (84 30 SH) é fabricada no Chile a partir de peças importadas do Japão, que se classificam por uma posição pautal diferente da classificação do produto acabado, com um valor de 35 e de partes classificadas pela posição pautal 84 31 SH originárias da Comunidade, com um valor de 20. Esta máquina cujo valor à saída da fábrica é 100, após o seu fabrico, é exportada para a Comunidade.

A regra de transformação suficiente para as máquinas do código 84 30 SH, no Acordo CE/Chile prevê que o valor de todas as matérias não originárias utilizadas no seu fabrico não exceda 40 % do preço à saída da fábrica da máquina e que dentro do limite dos 40 %, o valor das matérias não originárias da posição 84 31 não exceda 10 % do preço à saída da fábrica.

Através da aplicação da acumulação bilateral, os produtos originários da Comunidade não estão submetidos a esta exigência de transformação suficiente e não são, portanto, tidos em consideração no cálculo das matérias não originárias, desde que as operações de montagem efectuadas no Chile excedam as operações insuficientes, referidas no artigo 6.º do Anexo III.

Apenas as partes importadas do Japão deverão cumprir a regra de transformação suficiente. O facto do seu valor não exceder 40 % do preço à saída da fábrica do produto acabado e o facto de estas partes se classificarem numa posição diferente da posição 84 31, para a qual está prevista uma restrição, a máquina será considerada originária do Chile quando exportada para a Comunidade.



Exemplo:

Tecidos de lã (51 11 SH) são obtidos na Comunidade a partir de fios de lã originários do Chile. A regra de transformação suficiente prevista para os tecidos de lã é o fabrico a partir de fibras naturais. Mediante a aplicação da acumulação bilateral, esta proibição de utilizar fios em vez de fibras não se aplica aos produtos originários do Chile. Por conseguinte, sendo a tecelagem uma operação que excede as operações insuficientes acima referidas, os tecidos serão considerados originários da Comunidade quando exportados para o Chile.

NOTA

- *O Protocolo de origem do Acordo CE/Síria não exige que as operações efectuadas sobre os produtos originários da outra parte contratante excedam as operações insuficientes.*
- *No quadro do regime SPG, os países beneficiários podem acumular com produtos originários da Comunidade, nos termos do artigo 67.º, n.º 2 das DAC. Para o efeito, e de acordo com o disposto no artigo 90.º A das DAC, a prova do carácter originário dos produtos comunitários é efectuada mediante a apresentação de um certificado EUR.1 emitido pelas autoridades aduaneiras da Comunidade, em cuja casa 2 deverão figurar as menções “Pays bénéficiaires du SPG” ou “GSP beneficiary countries” e “CE”, ou de uma declaração de origem na factura, prevista no artigo 89.º das DAC.
Por outro lado, no caso de aplicação da acumulação com a Comunidade, os certificados de origem fórmula A deverão conter, na casa 4, a menção “Cumul CE” ou “EC cumulation”, nos termos do disposto no artigo 91.º das DAC.*

2.5.2. Acumulação Diagonal

A acumulação é diagonal quando funciona entre mais de dois países (Comunidade e vários países) que se encontram ligados por uma rede de acordos de comércio livre, contendo regras de origem idênticas e disposições permitindo a acumulação. Nas trocas entre os países que pertencem à mesma zona, os produtos originários dos países pertencentes a essa zona não estão sujeitos à regra da transformação suficiente, imposta apenas aos produtos de países terceiros.



Este tipo de acumulação tem aplicação em certas zonas, a saber:

- **Zona pan-euro-mediterrânica**

A acumulação pan-euro-mediterrânica tem por base uma rede de acordos preferenciais cujos protocolos de origem estabeleçam regras idênticas.

Após a criação, em 1997, de uma zona preferencial ligando a Comunidade Europeia aos países da EFTA (e na altura também aos países da Europa Central e Oriental – PECO - que ainda não tinham aderido à CE), designada por **zona pan-europeia**, (à qual se veio juntar em 1999 a Turquia, no que respeita aos produtos industriais), foi decidido alargar o sistema de acumulação diagonal instituído **também aos países mediterrânicos signatários da Conferência de Barcelona**, designadamente: Argélia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Marrocos, Síria, Tunísia e Autoridade palestina da Cisjordânia e Faixa de Gaza.

Assim, estão presentemente envolvidos neste processo a UE (27 EM), os países EFTA (Islândia, Noruega e Suíça), o Liechtenstein, a Turquia, os 10 países mediterrânicos acima referidos e as Ilhas Feroé, prevendo-se que até 2010 todos os países da zona apliquem entre si protocolos idênticos que permitam a aplicação plena em toda a zona do sistema de acumulação diagonal.

A acumulação pan-euro-mediterrânica depende pois da conclusão dessa rede de acordos entre todos os parceiros envolvidos. Contudo, e para não atrasar excessivamente o processo, foi estabelecida a possibilidade deste sistema entrar em vigor de forma gradual, isto é, à medida que os países em causa forem concluindo os Acordos euro-mediterrânicos, modalidade essa que se designou por **“geometria variável”** e que implica a publicação em Jornal Oficial da UE, série C, de quadros actualizados com a matriz dos Acordos celebrados que incluem protocolos de origem pan-euro-med.

Neste sistema de acumulação diagonal, os produtos que obtêm o carácter originário num dos (42) países envolvidos podem ser associados a produtos originários de um dos outros países sem perder o seu carácter originário no âmbito da zona pan-euro-med. Para que a acumulação seja plenamente aplicada, os países de produção final e destino final têm que ter concluído Acordos de comércio livre com regras de origem idênticas com todos os países de onde são originárias as matérias utilizadas e que contenham artigos permitindo a acumulação (pan-euro-med) de produtos originários dessa zona. As matérias que forem originárias de um país que não concluiu um acordo paneuromed com os países de produção e de destino final são assim consideradas como matérias não originárias.



- **Condições exigidas para a aquisição da qualidade de “produtos originários”:** a regra de transformação suficiente aplica-se apenas aos produtos não originários da Comunidade ou dos países que participam da acumulação pan-euro-mediterrânica.

Nos termos dos artigos relativos à acumulação constantes dos protocolos, para que um produto obtido na Comunidade ou num dos países pertencentes à zona adquira a qualidade de “produto originário”:

- Não é necessário que a operação ou transformação sofrida pelos produtos utilizados, originários dos outros países da zona, seja suficiente. Deve, no entanto, exceder as operações insuficientes para conferir a origem, definidas no respectivo protocolo.
- A operação ou transformação sofrida pelos produtos terceiros utilizados deve, pelo contrário, ser suficiente.
- **Atribuição do país de origem aos produtos que tenham adquirido a qualidade de produtos originários através da aplicação das regras de acumulação:** o país de origem é o país onde teve lugar a última transformação, desde que esta seja superior às operações insuficientes.

Exemplo:

Vestuário de algodão (62 03 SH) é obtido na Suíça a partir:

- De tecido de algodão (52 08 SH) originário da Comunidade;
- De botões em plástico (96 06 SH) importados da Indonésia.

Após o fabrico, o vestuário é exportado para a Comunidade e para Marrocos.



Os produtos não originários da zona, isto é, os botões importados da Indonésia, foram objecto de uma transformação suficiente, de acordo com a nota introdutória 6-2 do Anexo I dos protocolos (Anexo I desta parte do presente Manual), que estipula que “as matérias que não sejam classificadas nos capítulos 50 a 63 podem ser utilizadas à discricção no fabrico de produtos têxteis, quer contenham ou não matérias têxteis”.

Os produtos não originários respeitaram a regra de transformação suficiente.

Como o tecido é originário da Comunidade, o vestuário não está sujeito à obrigação de sofrer uma transformação suficiente (fabrico a partir de fios), pelo que, em virtude da aplicação das regras da acumulação, será considerado originário. A seguir, torna-se necessário determinar o país de origem, Comunidade ou Suíça, países da zona pan-euro-med que participaram no seu fabrico.

Aplicando as disposições do protocolo, o vestuário será originário da Suíça onde foi efectuada a confecção, última operação superior às operações definidas como insuficientes.

- **Origem a atribuir aos produtos quando a operação ou transformação efectuada num dos países pertencentes à zona pan-euro-mediterrânica é uma operação insuficiente, nos termos dos protocolos:** o produto será originário do país da zona que tenha participado no seu fabrico e que contribuiu com um valor mais elevado (valor acrescentado ou valor das matérias).

Exemplo:

As diferentes partes de um conjunto, originárias de dois países da zona pan-euro-med, são embaladas na Suíça, sendo o conjunto, em seguida, exportado para a Comunidade e para a Turquia.

As calças e uma saia, originárias da Noruega, têm o valor de 180 €. O casaco, originário da Islândia, tem o valor de 100 €. O preço da operação mínima efectuada na Suíça (embalagem) é de 2 €. O operador utiliza sacos de plástico importados da Ucrânia que têm o valor de 0,5 €. O preço à saída da fábrica do conjunto é de 330 €.

Uma vez que a operação efectuada na Suíça é uma operação mínima, o valor acrescentado na Suíça deve ser comparado com os valores aduaneiros das outras matérias utilizadas



Valor acrescentado na Suíça – 50 €. Preço à saída da fábrica – 330 € do qual se deduz o valor das matérias originárias da Noruega (180 €) e da Islândia (100 €) ou seja $330 - 280 = 50$ €.

O valor norueguês (180) é mais elevado do que o valor acrescentado na Suíça e do que os valores das outras matérias originárias utilizadas (100). Por conseguinte, o conjunto tem origem norueguesa.

- **Casos em que os produtos originários de um país pertencente à zona pan-euro-mediterrânica não é submetido a qualquer operação ou transformação num outro país da zona, antes de ser exportado para um qualquer país da zona pan-euro-mediterrânica: o produto mantém a sua origem inicial.**

Exemplo:

Um tapete, originário da Suíça, é exportado para o Egipto e importado na Comunidade, passados dois anos sem ter sido objecto de outras operações. O tapete conserva a sua origem suíça aquando da sua importação na Comunidade.

NOTA:

- ***Participação da Turquia no sistema da acumulação pan-euro-mediterrânica***

Desde 01/01/1999, que a Turquia participa no sistema da acumulação pan-europeia, após ter celebrado acordos de comércio livre com os países participantes no sistema, com exclusão da Comunidade com a qual tem um acordo de união aduaneira. Também no quadro da acumulação pan-euro-med tem vindo a celebrar acordos com os países mediterrânicos envolvidos, com vista a participar plenamente nesta acumulação diagonal.

Precisamente pelo facto de existir uma união aduaneira com a Comunidade, interessa aqui referir os aspectos que distinguem a Turquia dos restantes países da zona:

Nas relações entre a Comunidade e os países da zona pan-euro-med, e entre a Turquia e estes países, o carácter originário dos produtos, determinado segundo as regras de origem preferenciais em vigor nessa zona, é comprovado, para efeitos de aplicação da acumulação, por um



certificado EUR.1 ou certificado EUR-MED ou por uma declaração de origem na factura ou declaração EUR-MED, mas nas relações entre a Comunidade e a Turquia no âmbito da União Aduaneira são utilizados documentos justificativos diferentes.

Com efeito, a livre circulação dos produtos abrangidos pela união aduaneira entre a CE e a Turquia e aos quais se aplica a acumulação diagonal é feita ao abrigo de um certificado ATR e não de um certificado EUR.1 ou EUR-MED.

Este certificado ATR não certifica a origem dos produtos por ele abrangidos, mas apenas a sua livre circulação, atestando que os produtos terceiros, eventualmente utilizados no fabrico do produto final, pagaram, quer na Comunidade, quer na Turquia, os respectivos direitos aduaneiros.

Assim sendo, e tendo em vista a certificação da origem dos produtos, para efeitos da aplicação das regras da acumulação pan-euro-med, o operador comunitário ou turco que desejar obter um certificado EUR.1 ou EUR-MED para um produto, em cujo fabrico foram utilizados produtos de origem turca ou comunitária, e que se destina a ser exportado para a zona pan-euro-med, deve apresentar como suporte do seu pedido, para além do certificado ATR, uma declaração do fornecedor turco ou comunitário, conforme o caso, certificando a origem turca ou comunitária dos produtos utilizados.

Por outro lado, a questão coloca-se também em saber que tipo de prova de origem deve ser apresentada pelo exportador comunitário, tendo em vista a emissão pelos serviços aduaneiros de um CCM EUR.1, ou EUR-MED certificando a origem turca dos produtos que ele exporta, para serem utilizados num país da zona pan-euro-med, quando ele não os adquiriu directamente na Turquia mas a um fornecedor estabelecido na Comunidade que, por sua vez, procedeu à importação desses produtos.

No caso de se verificarem várias vendas, o comprador inicial, por vezes, não deseja revelar ao seu comprador o nome e morada do seu fornecedor turco, de forma a evitar que o exportador se abasteça directamente junto desse fornecedor.

A fim de ter em conta esta situação, as alfândegas podem emitir um certificado EUR.1 ou EUR-MED, atestando a origem turca, desde que o exportador esteja em condições de apresentar, em suporte ao seu pedido, uma declaração do fornecedor comunitário (ou português), efectuada na factura ou num documento comercial, de acordo com o



modelo constante da Decisão n.º 1/99, do Comité de Cooperação Aduaneira CE/Turquia, de 28 de Maio de 1999 (JO L n.º 204 de 04.08.1999) e Decisão 1/2006 do mesmo Comité de 26/07/06 (JO L 265 de 26.09.06) onde confirma, por um lado, que os produtos são originários da Turquia, nos termos das regras de origem preferencial em vigor na zona pan-euro-mediterrânica e que, por outro lado, entraram em livre prática na Comunidade ao abrigo de um certificado ATR, indicando o respectivo número e data de emissão.

Assim, se o país parceiro solicitar o controlo a posteriori do certificado EUR.1 ou EUR-MED, a alfândega, responsável pela sua emissão, poderá solicitar ao exportador a apresentação de um certificado INF 4, o qual é da responsabilidade do fornecedor que, por sua vez, deverá solicitar ao seu fornecedor turco um certificado INF 4 emitido pelas alfândegas turcas, confirmando a origem turca das mercadorias.

Para cada remessa de mercadorias deve ser apresentada uma declaração distinta, efectuada na factura ou em qualquer outro documento comercial, relativo a essa remessa, no qual a descrição das mercadorias em causa esteja suficientemente pormenorizada, permitindo a sua identificação.

A declaração do fornecedor pode ser apresentada a qualquer momento, mesmo após a entrega das mercadorias.

Por outro lado, quando um fornecedor envia regularmente a determinado cliente mercadorias cuja origem se prevê que se mantenha constante durante um período considerável, pode apresentar uma única declaração, abrangendo as remessas posteriores dessas mercadorias. Esta declaração é denominada por “declaração do fornecedor a longo prazo”.

As autoridades aduaneiras podem exigir ao exportador a apresentação de um certificado de informação INF 4, a fim de verificarem a autenticidade e regularidade de qualquer declaração do fornecedor.

No caso de mercadorias de origem comunitária ou turca, nos termos das regras de origem dos acordos preferenciais da zona pan-euro-med, haverem sido inicialmente exportadas da Comunidade ou da Turquia para um país da zona pan-euro-med, onde não são submetidas a qualquer transformação ou então sujeitas apenas a uma operação mínima e, em seguida, novamente exportadas para a Comunidade ou para a Turquia, o país da zona onde a mercadoria se encontra pode emitir uma prova de origem (certificado EUR.1 ou EUR-MED ou uma declaração na factura ou declaração na factura Euro-med) para essas merca



dorias, certificando a origem comunitária ou turca, conforme o caso, uma vez que, neste caso, nos termos dos protocolos, as mercadorias conservam a sua origem inicial.

Como a Decisão n.º 1/96 do Comité de Cooperação Aduaneira CE/Turquia que contém as modalidades de aplicação da Decisão n.º 1/95, relativa à aplicação da União Aduaneira CE/Turquia, prevê que a prova para efeitos de aplicação das disposições sobre a livre circulação as mercadorias entre a Comunidade e a Turquia é feita mediante a apresentação de um certificado de circulação de mercadorias ATR, a Comunidade e a Turquia não podem acordar-se mutuamente o tratamento preferencial previsto na Decisão n.º 1/95, mediante a apresentação de um certificado EUR.1 ou certificado EUR-MED, de uma declaração na factura ou declaração na factura EUR-MED.

Tendo em atenção as disposições que entraram em vigor com a participação da Turquia no sistema de acumulação pan-europeia, foi publicada a Decisão n.º 1/2000 do Comité de Cooperação Aduaneira CE/Turquia (JO L 211, de 22/08/2000) que entrou em vigor em 25 de Julho de 2000, permitindo que as mercadorias abrangidas pela Decisão n.º 1/95, originárias Comunidade ou da Turquia, nos termos dos acordos assinados entre estes países e os outros países da zona pan-europeia, possam beneficiar na Turquia ou na Comunidade do regime preferencial previsto no quadro da união aduaneira, quando acompanhadas de um certificado EUR.1 (ou de uma declaração na factura) emitido por um país da zona pan-europeia atestando, conforme o caso, a sua origem comunitária ou turca.

No seguimento do alargamento do sistema de acumulação pan-europeia aos parceiros mediterrânicos, tornou-se necessário introduzir a referência às provas de origem EUR-MED, no quadro de aplicação da União Aduaneira o que foi feito pela Decisão nº 1/2006 do Comité de Cooperação Aduaneira CE- Turquia (JO L 265 de 26/09/2006) que entrou em vigor em 27/07/2006

Refira-se ainda que os produtos excluídos da União Aduaneira, nomeadamente os Produtos Agrícolas e os Produtos CECA, foram também incluídos na acumulação pan-euro-med, a partir de 01/01/2007 (Decisão 3/2006 do Comité de Cooperação Aduaneira CE/Turquia) e 01/03/2009 (Decisão 1/2009 do Comité Misto CECA/Turquia), respectivamente.



- **Acumulação diagonal entre a Comunidade, Argélia, Marrocos e Tunísia**

Nos Acordos celebrados pela Comunidade Europeia com Marrocos, Argélia e Tunísia está prevista a acumulação diagonal entre os produtos originários destes países.

O artigo 4.º dos Protocolos de origem anexos àqueles Acordos, estabelece que as matérias originárias da Comunidade, de Marrocos, da Argélia ou da Tunísia utilizadas num destes países são consideradas originárias do país onde foram transformadas, sem necessidade de serem submetidas a uma transformação suficiente, desde que tenham sido sujeitas a operações ou transformações superiores às mínimas.

- **Acumulação diagonal entre a Comunidade, Balcãs Ocidentais e Turquia**

No âmbito do Processo de Estabilização e Associação (PEA) a Comunidade celebrou Acordos com os Países dos Balcãs Ocidentais – Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, antiga república Jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia.

Nos protocolos de origem dos Acordos provisórios celebrados com a Albânia, a Bósnia-Herzegovina, a antiga República jugoslava da Macedónia e o Montenegro está estabelecida a possibilidade de acumulação diagonal entre as partes em causa e a Turquia, desde que os Acordos que este país celebre com os referidos países dos Balcãs preveja esse tipo de acumulação, possibilidade essa que se encontra a ser discutida no âmbito de da alteração dos protocolos em vigor, de acordo com o modelo PEA + acumulação. Refira-se, a este propósito, que para efeitos da aplicação da acumulação diagonal entre a CE, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia e Turquia, a CE e os países em causa têm que notificar mutuamente as regras de origem em vigor com os outros países. Nesse sentido, foi publicada uma comunicação no JOUE, série C, nº 154 de 07.07.09, contendo a matriz relativa à situação, a esta data, dos protocolos em questão, bem como as datas estabelecidas para o início de aplicação da referida acumulação.



Recorda-se que esta acumulação só pode ser aplicada se o último país onde é efectuada a produção e o país de destino final da mercadoria tiverem celebrado Acordos de comércio livre, com as mesmas regras de origem, com todos os países de onde são originárias as matérias utilizadas no fabrico do produto final. Tal significa que as matérias originárias de países que não tenham celebrado ACL com os países de produção final e de destino final da mercadoria se consideram matérias não originárias.

Considera-se ainda de destacar que as matérias da Turquia que estão abrangidas pela União Aduaneira CE/Turquia podem ser incorporadas como matérias originárias para efeitos de acumulação diagonal entre a CE e os países participantes do PEA com os quais esteja em vigor um Protocolo de Origem.

- **Acumulação diagonal entre a Comunidade, os países do Cariforum, os Estados ACP que aplicam o R.A.M. e os Países e Territórios Ultramarinos (PTU)**

É permitida a acumulação entre as matérias originárias da Comunidade, os países do CARIFORUM, os Estados ACP que aplicam o RAM e os PTU, obtendo-se um produto originário sem que seja necessário que aquelas matérias tenham sido submetidas a transformações suficientes, bastando que tenham sido objecto de operações superiores às mínimas.

Exemplo:

Fios de lã originários da Comunidade são transformados em tecido em Moçambique (RAM). Os tecidos obtidos são utilizados no Quénia (RAM) na confecção de camisas, destinadas a serem exportadas para a Comunidade.

Aplicando-se as regras da acumulação que estabelecem que as matérias originárias da Comunidade (ou de um PTU), utilizadas num dos Estados ACP que aplicam o RAM serão consideradas originárias do Estado ACP, sem necessidade de sofrerem uma transformação suficiente (neste caso, fabrico a partir de fibras), desde que tenham sofrido uma operação superior às operações mínimas (é o caso neste exemplo, uma vez que se procedeu à operação de tecelagem), leva a que os tecidos tenham adquirido a origem moçambicana.

Na exportação para a Comunidade, as camisas obtidas no Quénia terão a origem preferencial deste país, onde foi efectuada a última transformação.



- **Acumulação diagonal entre a Comunidade, os Estados ACP que aplicam o RAM e a África do Sul**

Esta acumulação está prevista no artigo 6.º, n.º 5 a 12 do Anexo II do Reg. Nº 1528/2007 do Conselho (R.A.M.) e no artigo 3.º, n.º 3, do Protocolo n.º 1 do Acordo UE/África do Sul.

Também neste caso as mercadorias originárias de uma parte contratante podem ser utilizadas numa outra, sem necessidade de sofrerem uma transformação suficiente. No entanto, os produtos que tenham adquirido a qualidade de produtos originários, por força da aplicação da acumulação, só continuarão a ser considerados como produtos originários, por exemplo, da Comunidade ou da África do Sul quando o valor aí acrescentado exceder o valor das matérias utilizadas, originárias de um dos Estados que aplicam o RAM em questão.

Caso contrário, os produtos serão considerados originários do Estado que aplica o RAM cujo valor das matérias originárias utilizadas seja mais elevado.

Da mesma forma, um produto obtido num país que aplica o RAM só adquirirá a origem desse país se o valor aí acrescentado ultrapassar o valor das matérias utilizadas, originárias da África do Sul.

Exemplo:

Produtos de confeitaria, sem cacau, da posição pautal 17 04 são fabricados na África do Sul, utilizando açúcar originário de um país RAM (Madagáscar) e outras matérias importadas de países terceiros que se classificam numa posição pautal diferente da do produto final.



O preço à saída da fábrica do produto é de 100. O açúcar importado de Madagáscar tem um valor aduaneiro de 32.

A regra de origem para o 17 04 estabelece que todas as matérias não originárias utilizadas devem ser classificadas numa posição pautal diferente da do produto final e que o valor das matérias não originárias do capítulo 17 não deve exceder 30 % do preço à saída da fábrica do produto final.

Assim, aplicando-se a regra da acumulação, as matérias originárias dos Estados ACP não necessitam de sofrer uma transformação suficiente e as matérias de países terceiros cumprem o requisito da transformação suficiente, na medida em que não se classificam na posição pautal 17 04, nem no capítulo 17.

Por conseguinte, estamos perante um produto originário, faltando apenas determinar o país de origem (Madagáscar ou África do Sul).

Para tal é necessário verificar se o valor acrescentado na África do Sul é superior ao valor do açúcar de Madagáscar, sendo o preço à saída da fábrica $100 - 32$ (valor aduaneiro do açúcar) = 68.

Neste exemplo, o produto final será originário da África do Sul, uma vez que o valor acrescentado neste País excede o valor dos produtos originários dos ACP, utilizados no processo de fabrico.

Exemplo:

Tecidos de algodão tingidos são obtidos na África do Sul através da operação de tingimento de tecidos crus, originários da ilha Maurícia com o valor de 50. O preço à saída da fábrica destes tecidos tingidos, aquando da sua exportação para a Comunidade, é de 80.

A regra de origem prevista no Acordo UE/África do Sul, para os tecidos de algodão da posição 52 08, não considera o tingimento como uma operação suficiente, mas pela aplicação da acumulação, esta proibição não abrange as matérias originárias dos Estados ACP.

Nestas condições, os tecidos vão adquirir a origem preferencial, sendo necessário determinar o seu país de origem.

Sendo o preço à saída da fábrica $80 - 50$ (valor dos tecidos originários da Maurícia) = 30 (valor acrescentado na África do Sul), os tecidos serão originários da ilha Maurícia, uma vez que o valor acrescentado na África do Sul não excede o valor das matérias originárias dos ACP.



NOTA:

- *Esta acumulação ainda não entrou em vigor. A data da entrada em vigor será publicada no JO série C.*

• **Caso especial de Ceuta e Melilha**

O Regulamento (CE) n.º 82/2001, veio introduzir a possibilidade, tanto na Comunidade como em Ceuta e Melilha, da acumulação não apenas com os produtos originários de Ceuta e Melilha e da Comunidade, mas também com as matérias originárias de qualquer outro país com o qual a Comunidade assinou um acordo recíproco, cujo protocolo de origem contenha disposições especiais, contemplando Ceuta e Melilha.

A lista dos países com os quais a Comunidade concluiu um acordo recíproco, contendo uma disposição específica para Ceuta e Melilha, foi publicada no JO série C n.º 108 de 4/05/2002.

A redacção dos artigos relativos à acumulação com Ceuta e Melilha poderá levar a concluir que podem estar implicados, simultaneamente, na acumulação todos os países constantes da lista. Com efeito, convém esclarecer que esta acumulação só tem lugar no interior de uma mesma zona de acumulação com a Comunidade e segundo as modalidades de acumulação e as regras de origem em vigor na zona em causa, atendendo a que a acumulação só se aplica dentro dos limites técnicos e geográficos estabelecidos em cada um desses acordos.

Tal significa que os produtos da CE, Ceuta ou Melilha, que adquiriram origem no contexto de uma zona de acumulação estabelecida num determinado acordo (Acordo UE/México, por exemplo), não poderão ser considerados originários para efeitos da acumulação pan-europeia nos termos dos Acordos Europeus de Associação e de Comércio Livre que se regem por condições diferentes, atendendo a que não existe um enquadramento jurídico que ligue os dois instrumentos convencionais.

Exemplo:

Bicicletas com rolamentos de esferas da posição 87 12 são fabricadas em Ceuta, utilizando quadros (87 14) originários da Comunidade, garfos (87 14) originários da Islândia, travões (87 14) importados do Japão, selins (87 14) originários do México, pedais (87 14) originários da Suíça, jantes e raios originários de Ceuta e Melilha e porta-bagagens (87 14) originários da África do Sul.



Para determinar a origem deste produto, o exportador deve escolher a zona de acumulação (zona pan-euro-med ou UE/África do Sul ou UE/México) para depois aplicar as regras respectivas.

Neste caso, o exportador poderá ter interesse, tendo em conta a origem das peças de países terceiros utilizadas, em escolher a acumulação em vigor na zona pan-euro-med que lhe permitirá assimilar aos produtos originários de Ceuta e Melilha as peças originárias da Comunidade, da Islândia e da Suíça.

A regra de transformação suficiente para as bicicletas com rolamentos de esferas da posição 87 12, constante do Anexo B do Regulamento acima citado, permite a utilização de matérias não originárias cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto final.

Desde que o valor dos travões importados do Japão, dos selins de origem mexicana e dos porta – bagagens importados da África do Sul não ultrapasse 40 % do preço à saída da fábrica das bicicletas, estas serão consideradas originárias de Ceuta, quando exportadas para a Comunidade.

Neste exemplo, se o operador escolher a zona de acumulação UE/África do Sul, deverá considerar como não originárias as peças originárias da Islândia, da Suíça, do Japão e do México.

Da mesma forma, se optar pela zona de acumulação UE/México, serão consideradas não originárias as peças originárias da Islândia, da Suíça, da África do Sul e do Japão.

Convém sublinhar que nos termos destas regras de acumulação, quando as operações efectuadas na Comunidade (ou em Ceuta e Melilha) não excederem as operações insuficientes, o produto obtido é considerado originário da Comunidade (ou de Ceuta e Melilha) apenas se o valor aí acrescentado exceder o valor das matérias utilizadas originárias de qualquer um dos países a que se faz referência no parágrafo anterior.

2.5.3. Acumulação Regional

De acordo com o disposto no artigo 67.º das DAC, todos os produtos importados num país beneficiário do SPG para aí serem utilizados num processo de fabrico, com excepção dos produtos originários da Comunidade (e da Suíça ou da Noruega, em certas condições como veremos mais à frente), devem ser submetidos a uma operação ou transformação suficiente, para que os produtos obtidos adquiram a qualidade de produtos originários do país em causa quando são exportados para a Comunidade.



O mesmo acontece no que se refere aos produtos originários dos outros países em desenvolvimento, beneficiários do SPG. No entanto, um sistema específico de acumulação, previsto nos artigos 72.º a 72.º B das DAC permite uma derrogação a este princípio, no caso de vários países beneficiários do SPG, pertencendo ao mesmo grupo regional e que participem no processo de fabrico de um produto.

Existem três grupos regionais distintos de países beneficiários do SPG, onde este sistema de acumulação regional funciona:

Grupo I: compreende o Brunei-Drussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname. O secretariado do Grupo I é assegurado pelo Secretariado-Geral da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

Grupo II: compreende a Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru e Venezuela. O secretariado do Grupo II é assegurado pelo Comité Conjunto Permanente de Origen Comunidad Andina – Mercado Comum da América Central e Panamá).

Este Grupo II resulta da fusão dos grupos regionais acima referidos (Comunidade Andina e Mercado Comum Centro-Americano). Os países membros da Comunidade Andina e do Mercado Comum da América Central, após terem beneficiado separadamente da acumulação regional de origem no quadro do SPG, pediram para beneficiar em conjunto das disposições relativas à acumulação regional, a fim de favorecer o desenvolvimento industrial da região.

Para o efeito, criaram um secretariado comum, o Comité Conjunto Permanente para a origem Comunidad Andina – Mercado Comum da América Central e Panamá. Todos os países deste novo grupo cumpriram as exigências estabelecidas no artigo 72.º B das DAC, nomeadamente, no que se refere à transmissão dos compromissos de respeitar a legislação em vigor e de fornecer a cooperação administrativa necessária, pelo que a acumulação entrou em vigor a 1 de Junho de 2003.

Grupo III: compreende o Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanca. O secretariado do Grupo III é assegurado pelo Secretariado da Associação de Cooperação Regional da Ásia do Sul (SACRAS).

A acumulação regional no seio da SACRAS entrou em vigor a 1 de Outubro de 2000, na sequência da publicação de um aviso no JOCE C 265 de 15/09/2000.



A acumulação regional vem permitir que os produtos utilizados num país pertencente a um dos três grupos regionais, e que sejam originários de outros países do mesmo grupo regional, não sejam sujeitos à obrigação de sofrerem uma transformação suficiente.

Com efeito, em virtude do disposto no artigo 72.º das DAC, para determinar se um produto fabricado num país SPG, membro de um grupo regional, é originário desse país, os produtos originários de qualquer dos países desse grupo regional, utilizados no fabrico do referido produto, são considerados como originários do país de fabrico do produto em causa.

Só os produtos de países terceiros, utilizados no processo de fabrico, devem ser sujeitos a uma transformação suficiente para a atribuição do estatuto originário ao produto final; os produtos originários da Comunidade não estão sujeitos a esta regra, em virtude da acumulação bilateral.

De notar, que são considerados produtos de países terceiros, não só os produtos importados de países que não pertencem ao grupo regional em causa, mas também os produtos importados de qualquer país desse grupo que não venham acompanhados de um certificado de origem Form. A, emitido nesse país.

Atendendo a que o tratamento pautal SPG é concedido individualmente a cada um dos países em vias de desenvolvimento, membros dos grupos regionais e nunca aos grupos, o artigo 72.º A das DAC vem estabelecer a forma como se determina a origem, quando no fabrico de um produto participaram dois ou mais países pertencentes ao mesmo grupo regional, determinando que a origem será a do país onde se realizou a última operação de complemento de fabrico ou transformação, desde que:

- A operação de complemento de fabrico ou de transformação realizada nesse país exceda as operações insuficientes, fixadas no artigo 70.º das DAC e, no caso dos produtos têxteis, as operações referidas no Anexo 16 das DAC.
- O valor acrescentado nesse país seja superior ao valor aduaneiro mais elevado dos produtos utilizados, originários de qualquer outro dos países do grupo regional.

Entende-se por “valor acrescentado” o preço à saída da fábrica, do produto obtido, depois de deduzido o valor aduaneiro de cada um dos produtos incorporados, originários de um outro país do grupo regional.

Quando não são cumpridas as condições acima fixadas, os produtos serão considerados originários do país do grupo regional de onde são originários



os produtos cujo valor aduaneiro seja o mais elevado entre os produtos originários utilizados provenientes de outros países do grupo regional.

Exemplo:

Vestuário confeccionado nas Filipinas a partir de tecidos originários da Malásia (importados ao abrigo de um certificado de origem Form. A) e de fios importados de Hong-Kong, são sujeitos no Vietname a um certo número de operações de acabamento: confecção de botoeiras, aplicação de botões e passagem a ferro.

A Malásia pertence, como as Filipinas e o Vietname, ao ANASE. Apenas as matérias importadas de Hong-Kong devem ser sujeitas a uma transformação suficiente, para efeitos da atribuição da origem ao vestuário obtido. O que é o caso, uma vez que nos termos das regras da lista do Anexo 15 das DAC, a transformação de fios em vestuário é uma transformação suficiente para conferir a origem.

Nestas condições, no momento da exportação do vestuário para a Comunidade, as autoridades do Vietname podem emitir um certificado de origem Form. A, atestando a origem preferencial Filipinas se o valor acrescentado nas Filipinas for superior ao valor dos tecidos da Malásia utilizados no processo de fabrico ou, no caso contrário, origem Malásia. As operações de acabamento efectuadas no Vietname não podem conferir a origem preferencial deste País (Anexo 16 das DAC).

- **Caso especial de acumulação entre CE/Noruega/Suíça/Países SPG**

O artigo 67.º, n.º 4 das DAC prevê que na medida em que a Noruega e a Suíça concedam preferências pautais generalizadas aos produtos originários dos países beneficiários e apliquem uma definição da origem correspondente à fixada pela Comunidade no quadro do SPG, os produtos originários da Comunidade, da Noruega ou da Suíça objecto, num país beneficiário, de operações de complemento de fabrico ou de transformação superiores às operações insuficientes são considerados como originários desse país beneficiário.

Este artigo vem alargar o benefício da acumulação bilateral, já em vigor para os produtos originários da Comunidade, aos produtos originários da Noruega e da Suíça, na acepção das regras do SPG, desde que esses produtos sejam exportados directamente da Noruega ou da Suíça para os países beneficiários.



Estão excluídos do benefício desta acumulação, os produtos dos capítulos 1 a 24 do Sistema Harmonizado.

Esta acumulação entrou em vigor no dia 1 de Abril de 2001, após a publicação, pela Comissão, de um Aviso no JOCE C 104, de 4/04/2001.

- ***Caso especial de Singapura***

Pelo Regulamento n.º 2623/97, do Conselho, de 19 de Dezembro de 1997, Singapura foi retirada da lista dos países e territórios beneficiários do SPG, a partir de 1/05/1998.

Contudo, a Comunidade considerou que a exclusão de um país do benefício das preferências pautais generalizadas não deveria privar os países membros de um grupo regional, do qual o país excluído faz igualmente parte, das vantagens em utilizar nos seus próprios processos de fabrico os produtos originários dos países excluídos, no quadro da acumulação regional.

Por conseguinte, a Comunidade estabeleceu que a exclusão de Singapura da lista dos países beneficiários do SPG não afecta a possibilidade de se utilizar produtos originários deste país, no quadro do mecanismo da acumulação regional aplicável aos países ANASE, desde que após a aplicação da atribuição da origem no âmbito da acumulação regional, Singapura não seja considerada como o país de origem do produto final.

2.5.4. Acumulação Total

A acumulação total é um mecanismo que representa uma forma mais avançada de integração económica entre os países parceiros e significa a acumulação de todos os elementos fornecidos por um ou vários desses países. Neste caso são tidos em consideração não apenas os produtos originários dos países parceiros, mas também as operações ou transformações que aí são efectuadas.

Este sistema permite, pois, que um produto de origem terceira, submetido a operações sucessivas em vários países da mesma zona preferencial, adquira o estatuto de “produto originário”, desde que o conjunto dessas operações constitua uma transformação suficiente.

Este tipo de acumulação aplica-se nas trocas preferenciais entre a CE e:



Os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) que aplicam o R.A.M. e os Países e Territórios Ultramarinos (PTU)

Quer o disposto no Anexo II do Regulamento (CE) nº 1528/2007, quer o disposto na Decisão 2001/822/CE para os PTU, prevê que as operações ou transformações efectuadas na Comunidade, nesses Estados ACP ou nos PTU são consideradas como tendo sido efectuadas nesses ACP ou nos PTU, conforme o caso, quando as matérias obtidas forem posteriormente objecto de operações ou transformações nesses ACP ou nos PTU.

Daqui resulta que um produto obtido após um processo de fabrico que teve lugar em vários países dessa zona (CE, ACP, PTU), utilizando produtos terceiros, pode adquirir o estatuto de produto originário, desde que as operações sucessivas, sofridas pelos produtos terceiros, constituam, no seu conjunto, uma transformação suficiente como se tivessem sido feitas num único país.

Exemplo:

Fios de algodão indianos são transformados em tecidos em Madagáscar. Os tecidos obtidos são em seguida utilizados em Mayotte na confecção de camisas que serão depois exportadas para a Comunidade.

A condição exigida para o vestuário - fabrico a partir de fios – está cumprida, uma vez que é tida em conta a tecelagem efectuada em Madagáscar. Nestas condições, a operação de tecelagem + a confecção cumprem a regra da dupla transformação que os produtos terceiros devem obedecer.

Na exportação para a Comunidade, as camisas assim obtidas terão a origem preferencial Mayotte.

NOTA

- *Se a última operação tiver lugar num PTU, o produto obtido só terá origem do país PTU se aí forem efectuadas operações que excedam as operações mínimas.*



- *A acumulação entre os PTU e a Comunidade (quer seja bilateral, diagonal ou total) **não se aplica aos produtos classificados nos capítulos 1 a 24 do SH, quando as matérias utilizadas são originárias da Comunidade e beneficiaram de restituições à exportação, a menos que se prove que este benefício não teve lugar.***
- *No que se refere aos produtos do capítulo 17 e dos códigos pautais 18 06 10 30 e 18 06 10 90, 18 06 20 99, 19 01 90 99, 21 01 12 98, 21 01 20 98, 21 06 90 59, 21 06 90 98 e 33 02 10 29, esta acumulação de origem só será aplicada a partir de 1/10/2015 – conforme estabelecido no Apêndice 10 do Regulamento nº 1528/2007 de 20 de Dezembro de 2007. Para estes produtos não será aplicada a acumulação com a República da África do Sul, de acordo com o mesmo Apêndice deste Regulamento*

De sublinhar que, para efeitos da aplicação das regras da acumulação de origem, a formação de açúcar em cubos e a moagem do açúcar são consideradas suficientes para conferir o estatuto de produtos originários dos PTU.

- *No que se refere aos produtos do código pautal 10 06, esta acumulação de origem só se aplica a partir de 01.01.2010 e não se aplica relativamente à África do Sul (Apêndice 11 do Regulamento nº 1528/2007 de 20 de Dezembro de 2007).*

De sublinhar que, para efeitos da aplicação das regras da acumulação de origem, o branqueamento e o semi branqueamento são considerados suficientes para conferir o estatuto de produtos originários dos PTU.



- **Os países do Magreb**

Também na zona constituída pela CE, Marrocos, Tunísia e Argélia é permitida a acumulação de processos de fabrico, desde que os vários protocolos de origem contenham regras de origem idênticas.

De referir que, também neste caso, o produto final será originário do país onde foi efectuada a última operação ou transformação, desde que exceda as operações insuficientes.

Exemplo:

Tecidos crus são obtidos na Tunísia a partir de fios de algodão paquistaneses. Os tecidos são, em seguida, exportados para Marrocos, onde são confeccionadas camisas.

Para que as camisas possam ser consideradas originárias de Marrocos, a regra de transformação suficiente aplicável aos produtos terceiros é “fabrico a partir de fios”.

A partir do momento em que tomamos em consideração a operação de tecelagem efectuada na Tunísia e a acrescentamos à confecção efectuada em Marrocos, a soma destas operações, consideradas como tendo lugar em Marrocos, satisfaz a exigência “fabrico a partir de fios”.

Exemplo:

Tecidos crus originários da Índia são branqueados e tingidos na Tunísia. Estes tecidos tingidos são exportados para Marrocos, a fim de serem utilizados na confecção de calças. Neste caso, mesmo se tivermos em conta as operações de branqueamento e de tingimento efectuadas na Tunísia, as calças não serão originárias de Marrocos, uma vez que a soma das operações realizadas na zona não satisfaz a exigência “fabrico a partir de fios”.

- **A África do Sul e os Estados ACP membros da União Aduaneira da África Austral (SACU)**

O Protocolo de origem do Acordo CE/África do Sul estabelece que qualquer operação ou transformação efectuada na SACU é considerada como tendo sido efectuada na África do Sul quando os produtos aí tenham sido posteriormente objecto de operações ou de transformações.



A União Aduaneira da África Austral (SACU) compreende a África do Sul, Botswana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Exemplo:

Tecidos crus obtidos na Suazilândia a partir de fios de algodão originários do Paquistão. Os tecidos são exportados para a África do Sul onde são confeccionadas camisas.

Para que as camisas adquiram a origem sul-africana, os produtos terceiros devem ser sujeitos a uma transformação suficiente, ou seja “fabrico a partir de fios”.

A partir do momento em que tomamos em consideração a operação de tecelagem efectuada na Suazilândia e a acrescentamos à confecção efectuada na África do Sul, a soma destas operações, consideradas como tendo lugar na África do Sul, satisfaz a exigência “fabrico a partir de fios”.

Nota

➤ *Esta acumulação ainda não entrou em vigor.*

- **Os países do Espaço Económico Europeu (EEE)**

Esta acumulação decorre da segunda frase do artigo 2.º do Protocolo n.º 4 do Acordo do EEE, ao estipular que os territórios das Partes Contratantes, incluindo as suas águas territoriais, constituem um território único.

Daqui resulta que um processo de fabrico no qual participaram dois ou mais países do EEE deve ser apreciado globalmente, quando se pretende verificar se o produto obtido satisfaz as condições exigidas pelas regras de base, para ser considerado originário do EEE. Estas condições e, nomeadamente, as relativas à transformação suficiente que os produtos terceiros utilizados devem obedecer, podem ser efectuadas no território do EEE, considerado no seu todo, em vez de se exigir a sua realização em cada um dos países do EEE.

Exemplo:

Vestuário confeccionado em França a partir de tecidos efectuados na Islândia, os quais foram feitos a partir de fios terceiros, pode ser exportado para a Noruega com o benefício da origem preferencial EEE. Com efeito, a condição “fabrico a partir de fios”, exigida pela regra de lista aplicável ao vestuário, foi inteiramente cumprida no EEE.



Exemplo:

Motores eléctricos da posição pautal 85 01 são fabricados em França com componentes importados de Taiwan. O valor destes componentes ultrapassa 30 % do preço à saída da fábrica dos motores, como não é cumprida a transformação suficiente (a regra só permite a utilização de 30 % de matérias não originárias), os motores não podem ser considerados originários do EEE quando são exportados para a Noruega.

Na Noruega, estes motores são depois utilizados no fabrico de máquinas de lavar da posição 84 50. Sob reserva de o valor dos componentes de Taiwan, inicialmente incorporados em França, e o valor dos outros componentes terceiros, eventualmente utilizados na Noruega, não ultrapassar 40 % do preço à saída da fábrica das máquinas, conforme a regra de lista, as máquinas de lavar poderão, em virtude da acumulação total, ser exportadas para a Comunidade (ou qualquer outro país do EEE) com o benefício da origem EEE.

❖ **Mecanismo destinado a controlar a aplicação das regras de acumulação total: declaração do fornecedor e fichas de informações**

Tendo em atenção as características do sistema de acumulação total, os protocolos de origem, onde este sistema está previsto, estabelecem um mecanismo destinado ao seu controlo.

Este mecanismo consiste numa declaração do fornecedor, indicando as condições de fabrico efectuadas num determinado país. A transformação ou operação que foi realizada, mas que não é suficiente pode ser tida em conta para efeitos da atribuição da origem ao produto final.

Esta declaração, cujo modelo consta em anexo aos protocolos, é feita pelo exportador na factura respeitante aos produtos ou num anexo a essa factura, indicando a natureza da transformação efectuada nas matérias de origem terceira.

A declaração do fornecedor servirá de base à alfândega de exportação na determinação da origem do produto final, habilitando-a a emitir o certificado EUR.1. Em caso de dúvidas quanto aos elementos constantes dessa declaração, a alfândega poderá solicitar ao exportador a apresentação de uma ficha de informações, cujo modelo consta em anexo aos protocolos, emitida pelas alfândegas do país parceiro de onde os produtos são provenientes, atestando a autenticidade e regularidade das



informações prestadas na declaração do fornecedor ou fornecendo informações adicionais.

Esta ficha pode igualmente ser emitida por iniciativa do exportador.

A ficha de informação deve ser emitida em dois exemplares, um exemplar é entregue ao requerente que a deve enviar ao exportador dos produtos finais ou à alfândega onde o certificado deve ser emitido. O segundo exemplar deve ser conservado pela alfândega responsável pela emissão da ficha, durante um período de três anos.

Independentemente da apresentação da declaração do fornecedor, o estatuto originário dos produtos pode ser certificado mediante a apresentação de um certificado EUR.1.

2.6. Regra de Tolerância

A regra de tolerância é uma excepção à regra da transformação suficiente, permitindo a utilização de produtos não originários sem o cumprimento da regra da transformação suficiente, na condição de o valor destes produtos não exceder uma certa percentagem do preço à saída da fábrica do produto final (geralmente 10 %) e de a obtenção do produto resultar de uma transformação superior às operações mínimas.

Nos termos do disposto nos protocolos de origem (utilizaremos como referência o do EEE), “as matérias não originárias que, de acordo com as condições enunciadas na lista das operações a efectuar para que um produto adquira a qualidade de produto originário, não devem ser utilizadas no fabrico de um produto, podem, no entanto, ser utilizadas desde que o seu valor total não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto final”

Exemplo:

Fabrico no EEE de balanças (84 23 SH) a partir de peças originárias do EEE, de matérias de origem terceira que se classificam numa posição pautal diferente da do produto, com um valor de 30 e de peças classificadas na mesma posição pautal do produto (84 23) importadas de Taiwan, com um valor de 8. O preço à saída da fábrica das balanças é de 100.

A regra de lista para os produtos da posição 84 23 é: “Fabrico no qual todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto e o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não deve exceder 40 % do preço à saída da fábrica do produto”.



Em virtude desta regra, as matérias não originárias que se classificam na mesma posição da do produto final ao serem utilizadas impedem que este adquira a qualidade de produto originário.

No entanto, aplicando-se a regra de tolerância de incorporação de matérias não originárias e uma vez que o valor das peças importadas de Taiwan não excede 10 % do preço à saída da fábrica das balanças, estas poderão ser consideradas originárias do EEE.

Contudo, antes de concluir pelo carácter originário do produto final, devemos verificar se um dos requisitos exigidos por esta regra se encontra preenchido, isto é, se as percentagens previstas nas regras de lista não são excedidas com a aplicação desta regra de tolerância.

No exemplo em análise, sendo o valor das matérias não originárias de 30 e 8, este resultante da aplicação da regra de tolerância (valor das peças da posição 84 23), atinge-se uma percentagem de 38 % de matérias não originárias utilizadas no fabrico do produto final.

Como o valor máximo de matérias não originárias susceptíveis de serem utilizadas está fixado, neste caso concreto, em 40 % do preço à saída da fábrica, as balanças são, portanto, originárias do EEE.

Se o valor das outras peças não originárias fosse de 35 em vez de 30, a aplicação da regra de tolerância teria como consequência o não cumprimento da percentagem de 40 %, a qual era excedida e, neste caso, as balanças não seriam originárias do EEE.

A regra de tolerância não se aplica:

- aos produtos têxteis dos capítulos 50 a 63;
- aos produtos obtidos na sequência de operações insuficientes, por exemplo, produto obtido por mistura simples de produtos originários e não originários.

Esta regra não pode acumular com a regra da extra territorialidade (ver Secção 3 desta parte do presente do presente Manual).

Nota:

- *Esta regra tem aplicação nos seguintes sistemas preferenciais: EEE, Suíça, Andorra (produtos agrícolas), Ceuta e Melilha, Albânia, Macedónia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Ilhas Feroé, Israel, Cisjordânia e Faixa de Gaza, Jordânia, Egipto, Líbano, Tunísia, Argélia, Marrocos, Chile, Turquia (produtos agrícolas e CECA), SPG, Balcãs (Moldávia e Sérvia) e México.*



- *Existe também nas relações com a África do Sul, Estados do CARIFORUM, Estados ACP (RAM) e PTU, mas com percentagens diferentes:*

ACP- RAM e CARIFORUM = 15 % (não exclui os produtos têxteis)

PTU = 15 % (não exclui os produtos têxteis)

África do Sul = 10 % para os produtos dos capítulos 3 e 24 e para as posições 16 04, 16 05 e 22 08; 15 % para os outros produtos.

2.7. Derrogações

Introdução

Relativamente aos países em vias de desenvolvimento está prevista a possibilidade de serem concedidas derrogações às regras de origem fixadas, quando tal for solicitado por esses países, e desde que o pedido esteja devidamente fundamentado e não seja de molde a provocar prejuízos graves a uma indústria comunitária. Esta derrogação traduz-se, em linhas gerais, numa flexibilização das regras de origem em vigor para determinado produto, por um determinado período de tempo considerado necessário para que, dadas as circunstâncias excepcionais invocadas pelo país requerente, o mesmo esteja em condições de aplicar as regras aprovadas sem que isso lhe provoque um dano grave e irremediável.

Assim, para ser concedida, esta derrogação tem que ser considerada necessária para o desenvolvimento de indústrias existentes ou para a instalação de novas indústrias no país em causa, dependendo a sua apreciação dos seguintes factores:

- O nível de desenvolvimento ou situação geográfica dos países em desenvolvimento em questão;
- A constatação de que as regras de origem aplicáveis afectam sensivelmente a capacidade de uma determinada indústria existente continuar a exportar, ou até a continuação da sua actividade;
- A demonstração de que as regras de origem podem desencorajar importantes investimentos numa dada indústria e que, por outro lado, uma derrogação favorecendo a realização de um programa de investimentos poderia permitir a satisfação por fases dessas regras.

Para além destes aspectos de carácter geral, é ainda necessário analisar, antes de ser autorizada uma derrogação, se a aplicação das regras em matéria de acumulação é susceptível de resolver a situação, e qual o impacto económico e social, especialmente em matéria de emprego, da eventual derrogação.



Em regra, estas derrogações são válidas por um período de 5 anos, podendo ser prorrogadas por mais tempo desde que tal seja solicitado e fundamentado, e desde que se conclua, após análise do pedido, que o mesmo é justificado e que se encontram preenchidos os requisitos fixados para o efeito.

Uma vez concedida uma derrogação, segundo os procedimentos aplicáveis da comitologia, deve ser sempre feita menção na casa “Observações” do certificado de origem que acompanhe as mercadorias visadas pela mesma, à existência da derrogação e ao acto legal que a aprovou, de forma a que as autoridades aduaneiras da Comunidade possam ser informados, desde logo, de que a origem foi obtida por aplicação de uma regra mais flexível especificada na referida derrogação e possa, se o pretender, consultar o diploma legal em causa. (Regulamento ou Decisão) .

Gestão de contingentes pautais

Todas as derrogações às regras de origem são concedidas no âmbito de um contingente pautal, nos limites do qual o direito preferencial aplicável é aquele associado à origem obtida em derrogação.

Estes contingentes são geridos a nível central pela direcção geral TAXUD da Comissão Europeia de acordo com o princípio de primeiro a chegar, primeiro a ser servido.

O importador que pretenda solicitar o benefício dum contingente, deve indicar na casa 44 do DAU o número de ordem desse contingente.

O pedido de imputação não pode ser apresentado senão após apresentação do original do documento justificativo da origem, devendo este mesmo documento ser fornecido antes da data de esgotamento do contingente.

2.8. Unidade de Qualificação

Todos os sistemas de origem preferencial estabelecem que a unidade a ter em consideração, para efeitos da aplicação das disposições sobre a origem das mercadorias,



rias, é o produto específico considerado como unidade básica para a determinação da classificação pautal, numa posição a quatro dígitos da nomenclatura do Sistema Harmonizado.

Daí decorre que um grupo ou um conjunto de artigos diferentes, considerado como uma unidade pautal, classificando-se numa mesma posição a quatro dígitos, constitui igualmente uma unidade para efeitos de regras de origem.

Por outro lado, quando uma remessa é composta por um certo número de produtos dênticos, classificados na mesma posição do Sistema Harmonizado, as regras de origem aplicam-se a cada um dos produtos considerados individualmente.

2.9. Acessórios, Peças Sobressalentes e Ferramentas

Os acessórios, peças sobressalentes e ferramentas que façam parte do equipamento normal de um aparelho, de um veículo, de uma máquina ou de um material, com o qual são expedidos e cujo preço não está facturado à parte, formam um todo com o aparelho, o veículo, a máquina ou o material em causa.

Quando esses acessórios, peças sobressalentes e ferramentas não são originários, o seu valor deve ser tido em conta para efeitos de cálculo da percentagem que limita, nos termos da lista de “operações ou transformações a aplicar às matérias não originárias para que o produto transformado possa adquirir o carácter originário”, o valor dos produtos terceiros que podem ser incorporados nos aparelhos, veículos, máquinas ou materiais que se classificam nos capítulos 84 a 92 do SH.

2.10. Sortidos

Os sortidos na acepção da regra geral 3 para a interpretação do Sistema Harmonizado, são considerados como originários, desde que todos os produtos que entram na sua composição sejam originários.

Porém, quando um sortido for composto por produtos originários e produtos não originários será considerado originário no seu conjunto, desde que o valor dos produtos não originários não exceda 15 % do preço à saída da fábrica do sortido.

2.11. Embalagens

As embalagens são consideradas como formando um todo com as mercadorias que acondicionam. Esta disposição não é, todavia, aplicável às embalagens que não sejam do tipo normalmente utilizado no acondicionamento dessas mercadorias, que



tenham um valor de utilização próprio e um carácter duradouro, independentemente da sua função de embalagem.

Assim sendo, deve-se ter em conta o seguinte:

- o valor das embalagens usuais não originárias utilizadas entra para efeitos da aplicação da percentagem de valor das regras de lista;
- as embalagens que não são do tipo usual, que têm um valor de utilização próprio e um carácter duradouro, independentemente da sua função de embalagem, devem ser tratadas como uma mercadoria à parte, tendo a sua própria origem, independentemente da origem da mercadoria embalada.

2.12. Importação em Remessas Escalonadas

Quando um artigo desmontado ou por montar é importado em remessas escalonadas, é considerado como uma única unidade para efeitos da aplicação das regras de origem.

Esta disposição diz respeito aos artigos das secções XVI e XVII do Sistema Harmonizado e aos artigos das posições pautais 73 08 e 94 06, e é aplicável no Acordo do EEE, e nos Acordos concluídos pela Comunidade com a Suíça, Albânia, Bósnia-Herzegovina, Croácia, Montenegro, Israel, Jordânia, Tunísia, Marrocos e Argélia, Ilhas Feroé, Cisjordânia e Faixa de Gaza, Egipto, Macedónia, países CARIFORUM e outros ACP que aplicam o RAM, África do Sul, México, Chile, Líbano, PTU e Ceuta e Melilha. É igualmente aplicável nas relações preferenciais da Comunidade com os países beneficiários do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) e Balcãs (Sérvia e Moldávia).

No Acordo com a Síria esta disposição aplica-se apenas aos artigos classificados nos capítulos 84 ou 85 do Sistema Harmonizado.

2.13. Elementos Neutros

Para determinar se uma mercadoria é originária da Comunidade ou de um país parceiro, não é necessário determinar se os produtos energéticos, as instalações, as máquinas e ferramentas utilizadas no fabrico dessa mercadoria são originárias ou não de um país terceiro. São igualmente considerados como elementos neutros, que não devem ser tidos em conta para a determinação do carácter originário de uma mercadoria, os produtos que não entram nem se destinam a entrar na composição final da mercadoria.



SECÇÃO 3. REQUISITOS TERRITORIAIS

3.1. Importância das Regras sobre o Território e Transporte

Todos os sistemas preferenciais exigem que as condições para a aquisição do carácter originário sejam cumpridas, sem interrupção, no território das partes contratantes ou no território dos países pertencentes a uma zona de acumulação (ou do país beneficiário SPG), e que as mercadorias sejam transportadas directamente do país de exportação para o país de importação, de forma a garantir que as mercadorias exportadas de um país parceiro são realmente originárias, obtidas e transformadas no país de origem e que chegam ao seu destino sem terem sido substituídas, modificadas ou manipuladas num país terceiro, garantindo que o tratamento preferencial é concedido apenas aos países que a ele têm direito.

3.2. Princípio da Territorialidade

O princípio da territorialidade é um elemento de base das regras de origem incluídas nos acordos preferenciais (e regimes autónomos) comunitários. Sem prejuízo das possibilidades de acumulação, as condições de transformação aplicáveis às matérias, tendo em vista a obtenção de produtos originários, devem ser respeitadas sem interrupção no país de fabrico. Tal significa que um produtor não está autorizado a



exportar produtos semi-acabados para um país terceiro para transformação posterior e considerar o produto final como originário, mesmo se a transformação na zona preferencial for suficiente.

Se as mercadorias originárias da Comunidade ou de um país parceiro, exportadas para um país terceiro, forem devolvidas, deverão ser consideradas não originárias, salvo se for apresentada prova suficiente de que:

- As mercadorias devolvidas são as mesmas que foram exportadas;
- As mercadorias não foram submetidas a outras operações para além das necessárias para assegurar a sua conservação em boas condições enquanto permaneceram nesse país ou aquando da sua exportação.

Todavia, nos Acordos do EEE, Suíça, Turquia (só produtos CECA), Israel, Tunísia, Marrocos, Argélia, Jordânia, Egipto, Montenegro, Macedónia, Albânia, Bósnia-Herzegovina, este princípio foi introduzido com alguma flexibilidade, permitindo-se que o processo de obtenção dos produtos originários possa ser interrompido para a realização, em países terceiros, de operações pouco importantes.



O valor acrescentado resultante dessas operações não deve ultrapassar, com efeito, 10% do preço à saída da fábrica do produto final para o qual é alegada a qualidade de produto originário.

Essas operações só podem ser efectuadas em matérias que tenham sido inteiramente obtidas nos países acima referidos, na Comunidade ou no país parte contratante, ou aí tenham sido objecto de uma operação ou transformação superior às operações insuficientes.

Por outro lado, o valor acrescentado no país terceiro não deve resultar num aumento das percentagens de valor de matérias não originárias previstas nas regras da lista, isto é, o valor total de matérias não originárias que podem ser utilizadas no fabrico de um produto, resultante da aplicação deste princípio, não pode ser ultrapassado.

Exemplo:

Mecanismos de relógios incompletos e parcialmente montados em França são acabados na Ilha Maurícia. O valor acrescentado neste Estado ACP, na sequência da montagem e da incorporação de componentes de Taiwan, é de 20.

Os mecanismos são reimportados na CE para serem utilizados no fabrico de relógios da posição 91 02, com mostradores, ponteiros e caixas, de origem comunitária e pulseiras importadas da Coreia.

Estes relógios só poderão beneficiar, por exemplo, da origem preferencial EEE na exportação para a Islândia ou Noruega se:

- o valor acrescentado na Ilha Maurícia não exceder 10 % do preço à saída da fábrica dos relógios;
- e se a soma do valor dos componentes de países terceiros utilizados aquando da montagem parcial dos mecanismos e da montagem final dos relógios, e do valor acrescentado na sequência da operação efectuada na Ilha Maurícia, não exceder 40 % do preço à saída da fábrica dos relógios, de acordo com a regra da lista.

Entende-se por “valor acrescentado total adquirido fora das partes contratantes” o conjunto dos custos acumulados fora das partes contratantes em causa, incluindo o valor das matérias aí acrescentadas.

Tal será o caso se o preço à saída da fábrica dos relógios obtidos for, no mínimo, de 200.

Todavia, a flexibilidade ao princípio da territorialidade, segundo as modalidades acima expostas, não se aplica:



- aos produtos que não preencham as condições enunciadas nas regras da lista e que só possam ser considerados como originários em aplicação da regra de tolerância geral de 10 %;
- aos produtos têxteis dos capítulos 50 a 63 do SH.

As operações efectuadas fora das partes contratantes devem ser realizadas ao abrigo do regime de aperfeiçoamento passivo ou de um sistema similar.

3.3. Regra do Transporte Directo

Para além de obedecerem às regras de origem, os produtos só beneficiarão do tratamento preferencial se forem transportados directamente do país parceiro para a Comunidade ou vice-versa, nos casos em que o país parceiro em causa conceder um tratamento preferencial à Comunidade.

A obrigação do transporte directo dos produtos originários visa essencialmente reduzir o risco de fraude e assegurar que o benefício de um regime preferencial solicitado se aplica aos produtos efectivamente originários do país parceiro, evitando os casos em que esses produtos possam ser objecto, durante o seu transporte até o país de importação, de uma substituição ou de uma transformação num país terceiro, de forma a evitar que este país retire vantagem do tratamento preferencial concedido a um outro país.

Para o efeito, o transporte dos produtos originários é considerado como directo quando se efectua sem a passagem de territórios de países terceiros, salvaguardando-se as situações relacionadas com a acumulação.

Não obstante o acima exposto, o transporte de produtos originários que constituam uma só remessa pode efectuar-se através de outros territórios, com eventuais transbordos ou armazenagem temporária nesses territórios, desde que os produtos permaneçam sob fiscalização das autoridades aduaneiras do país de trânsito ou de armazenagem e não tenham sido colocados no comércio ou no consumo e que não sejam submetidos a outras operações para além das de descarga, carga ou quaisquer outras destinadas a assegurar a sua conservação em boas condições.

NOTA

No SPG existem três casos especiais:

1. *São consideradas como transportadas directamente do país beneficiário para a Comunidade, as mercadorias cujo transporte se efectue com passagem através do território da Noruega e da Suíça e que em seguida sejam reexportadas total*



ou parcialmente para a Comunidade, desde que tenham permanecido sob vigilância das autoridades aduaneiras do país de trânsito ou de armazenagem e não tenham sido submetidas a outras operações para além das de carga e descarga ou de quaisquer outras destinadas a assegurar a sua conservação em boas condições.

2. *O Regulamento comunitário (CEE) n.º 2466/86 publicado no JO n.º L 211 de 1 de Agosto de 1986, prevê que, em derrogação à regra do transporte directo, os produtos originários de países beneficiários e destinados à Comunidade possam transitar pelas Antilhas holandesas e por Aruba (PTU) para serem submetidos a operações simples de acondicionamento.*

Estas operações devem, no entanto, ser efectuadas sob vigilância das autoridades aduaneiras locais habilitadas a emitir, aquando da reexportação dos produtos em causa para a Comunidade ao abrigo do regime SPG, certificados de origem Form. A de substituição.

3. *Nos termos de um acordo entre a Comunidade e Hong-Kong, relativo à aplicação da regra do transporte directo às mercadorias originárias da China que transitam por Hong-Kong, o controlo do cumprimento desta regra é assegurado por um organismo chinês instalado em Hong-Kong.*

Este organismo, a “China Inspection Company Limited”, está habilitado a atestar que as mercadorias chinesas que transitam por Hong-Kong antes do seu envio para a Comunidade apenas foram sujeitas às operações necessárias à sua descarga e carga num novo meio de transporte.

3.4. Provas sobre o Cumprimento das Regras

Tendo em vista o cumprimento do princípio da territorialidade, cabe ao exportador, que reivindica o carácter originário para os produtos obtidos em aplicação desta regra, apresentar às alfândegas as provas de que as operações que tiveram lugar no país terceiro estão conformes com o disposto no Protocolo e obedecem às exigências do regime de aperfeiçoamento passivo.

A prova de que as condições relacionadas com o transporte directo das mercadorias se encontram preenchidas é fornecida às autoridades aduaneiras do país de importação, mediante a apresentação:

- ❑ De um documento de transporte único que abranja o transporte, a partir do país de exportação, através do país de trânsito; (Nota: No caso de produtos originários dos Estados ACP encravados, o documento de transporte marítimo emitido



no primeiro porto de embarque com destino à Comunidade equivale ao documento de transporte único) ou

- ❑ De um certificado emitido pelas autoridades aduaneiras do país de trânsito no qual conste:
 - uma descrição exacta dos produtos;
 - as datas de descarga e carga dos produtos, com indicação eventual dos navios ou de outros meios de transporte utilizados e
 - a certificação das condições em que os produtos permaneceram no país de trânsito, ou
- ❑ Na sua falta, quaisquer outros documentos comprovativos.

O Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias veio clarificar, num dos seus Acórdãos, o sentido exacto que conviria dar à proibição de introdução no comércio ou no consumo num país terceiro por onde os produtos originários transitem.

Com efeito, o Tribunal entendeu que os actos jurídicos ou comerciais, que não estando directamente ligados ao transporte dos produtos, não mudam o seu destino final – isto é os territórios das partes contratantes – e que não são de natureza a afectar a sua origem, não vão contra a regra do transporte directo. É assim que para o Tribunal, uma transacção comercial, como uma nova facturação da mercadoria que se encontra sob fiscalização das autoridades aduaneiras do país de trânsito, não pode por si só ter consequências quanto ao destino dos produtos ou quanto à sua origem

NOTA:

No caso do SPG, nomeadamente, das mercadorias originárias da China que transitam por Hong-Kong, a prova do transporte directo pode ser efectuada mediante a apresentação:

- ❑ *De um documento de transporte único, abrangendo o trajecto China – Comunidade; ou*
- ❑ *De um certificado de origem Form. A cuja casa 4 contenha o carimbo da China Inspection Company Limited ou*
- ❑ *De um certificado de não manipulação emitido por este organismo.*

De referir que a mudança do estatuto político de Hong-Kong, em 1 de Julho de 1997, não provocou alterações no que se refere ao tratamento pautal acordado a este território. Hong-Kong foi, no entanto, excluído do benefício do SPG a partir de 1 de Maio de 1998.

Não obstante, continuam aplicáveis as regras acima expostas e nomeadamente as



disposições relativas às mercadorias originárias da China que transitam por Hong-Kong e o papel da “China Inspection Company Limited” em matéria de controlo da regra do transporte directo.

3.5. Mercadorias Vendidas após uma Exposição

Os produtos originários da Comunidade ou de um país parceiro exportados para um país terceiro para aí figurarem numa exposição e que depois são vendidos e reimportados na Comunidade ou num país parceiro em causa, beneficiam na importação do disposto no acordo respectivo, desde que certas condições se encontrem preenchidas. Os vários regimes preferenciais consideram abrangidas pelo termo “exposições”, as feiras ou manifestações públicas análogas de carácter comercial, industrial, agrícola ou artesanal, que não sejam organizadas para fins privados, em lojas e outros estabelecimentos comerciais para venda de produtos estrangeiros, durante as quais os produtos permaneçam sob controlo aduaneiro.

Os produtos devem cumprir as exigências que lhes permite o reconhecimento de produtos originários do país parceiro em causa, devendo ser apresentada às autoridades aduaneiras prova suficiente de que:

- Um exportador expediu esses produtos da Comunidade ou do país parceiro para o país terceiro onde se realizou a exposição e os expôs nesse país;
- O mesmo exportador vendeu ou cedeu os produtos a um destinatário na Comunidade ou no país parceiro;
- Os produtos foram expedidos durante a exposição ou imediatamente a seguir, no mesmo estado em que se encontravam quando foram enviados para a exposição;
- A partir do momento da sua expedição para a exposição, os produtos não foram utilizados para fins diferentes do da demonstração nessa exposição.

Uma prova de origem deve ser emitida nos termos do acordo respectivo e apresentada às autoridades aduaneiras do país de importação, segundo os trâmites habituais. Na prova de origem deverá constar o nome e o endereço da exposição. Se necessário, poderá ser solicitada uma prova documental suplementar sobre as condições em que os produtos foram expostos.



SECÇÃO 4. DRAUBAQUE OU ISENÇÃO DE DIREITOS ADUANEIROS

4.1. Aplicação da Regra do não Draubaque

Vários acordos preferenciais, nomeadamente os que estabelecem uma zona de comércio livre, contêm disposições proibindo o draubaque de direitos aduaneiros dentro da zona. Entende-se por draubaque, o não pagamento pelo produtor dos direitos aduaneiros ou taxas de efeito equivalente sobre as matérias não originárias importadas e utilizadas no fabrico de um produto.

As razões para o não pagamento dos direitos aduaneiros prendem-se, normalmente, com o facto de o produto final ser exportado do país de fabrico. No entanto, se o produto for vendido no mercado doméstico do produtor, o draubaque não é possível.

Ao proibir-se o draubaque, pretende-se evitar que determinados produtores beneficiem de vantagens competitivas (custos) quando exportam os seus produtos para outros mercados. Na ausência de tal proibição, podem existir desvios de concorrência, é o caso, por exemplo, de um produtor comunitário que exporta para a Noruega um produto que incorpora partes não originárias que não foram sujeitas ao pagamento dos respectivos direitos aduaneiros e, por isso, serão mais baratos que os produtos similares produzidos na Noruega, incorporando partes importadas, cujos direitos aduaneiros foram pagos.

Logo, se o draubaque fosse permitido, o produtor norueguês estaria em desvantagem quando vendesse os seus produtos no seu mercado doméstico (uma vez que não poderia reclamar os direitos pagos na importação das partes utilizadas no fabrico dos produtos) e estaria em vantagem quando exportasse o seu produto para a Comunidade (uma vez que neste caso poderia solicitar o reembolso dos direitos pagos).

Nestes termos, os Acordo do EEE, o Acordo com a Suíça, as Ilhas Feroé, Ceuta e Melilha, Israel, Andorra, Turquia, México, Chile, Macedónia, Albânia, Croácia, e Bósnia-Herzegovina, Tunísia, Marrocos, Argélia, Autoridade Palestiniana, Egipto, Jordânia, estabelecem nos respectivos protocolos de origem que as matérias não originárias utilizadas no fabrico de produtos originários para os quais é emitida uma prova de origem, não podem beneficiar em nenhuma das partes contratantes de draubaque ou de isenção de direitos aduaneiros.

Deste dispositivo decorre que as matérias não originárias utilizadas no fabrico de produtos originários devem ser sujeitas ao pagamento dos direitos aduaneiros que lhe são aplicáveis, desde que os produtos compensadores originários sejam exportados acompanhados de uma prova de origem, para um dos países parceiros, onde esta regra esteja em vigor.



De notar que os artigos referentes a esta regra estipulam que a cláusula do não draubaque se aplica quando exista numa das partes contratantes uma disposição legal que permita a restituição ou dispensa do pagamento, total ou parcial, de direitos aduaneiros às matérias terceiras utilizadas, apenas quando os produtos obtidos são exportados, mas não quando os mesmos são destinados ao consumo interno.

4.2. Campo de Aplicação

A proibição de draubaque aplica-se apenas às matérias não originárias a que se aplica o acordo respectivo. Logo, as matérias não abrangidas pelo acordo não ficam sujeitas àquela obrigação.

Exemplo:

Milho americano da posição 10 05 é transformado na CE em produtos da posição 29 22, em regime de aperfeiçoamento activo suspensivo. De acordo com as disposições da lista, por exemplo, do EEE, no que se refere aos produtos do capítulo 29, o produto compensador obtido pode ser exportado para a Noruega e Islândia, beneficiando da origem preferencial EEE, acompanhado de um certificado EUR.1. A emissão deste certificado não implicará o pagamento dos direitos aduaneiros aplicáveis ao milho utilizado, uma vez que este produto não está coberto pelo Acordo do EEE, não beneficiando das disposições comerciais preferenciais do mesmo.

No âmbito da acumulação Pan-Euro-Mediterrânica é necessário que a regra de não “draubaque” dos direitos aduaneiros se cumpra relativamente às matérias não originárias da zona pan-euro-med, determinando assim que essas matérias, além de terem sido objecto de transformação suficiente, deverão ter sido sujeitas ao pagamento dos direitos aduaneiros devidos.

Tal significa que as matérias não originárias utilizadas no fabrico de produtos originários de um país da zona PEM que aplica a acumulação diagonal, não podem beneficiar de “draubaque” dos direitos de importação.

Esta proibição de “draubaque” aplica-se nos Acordos da UE com os parceiros mediterrânicos, sempre que o carácter originário do produto tiver sido obtido com base na acumulação com matérias originárias dos países que participam neste sistema.

Exemplo da proibição de “draubaque” no comércio diagonal:

São importadas na Jordânia laranjas da Costa Rica (SH 0805) e açúcar originário da UE (SH 1701) para o fabrico de sumo de laranja (SH 2009), sendo o valor do açúcar comunitário superior a 30% do preço à saída da fábrica do produto final. O sumo originário da Jordânia é depois exportado para o Egipto.



Considerando que o carácter originário do produto é obtido na Jordânia com base na acumulação com a UE, as matérias não originárias não podem ser objecto na Jordânia de “draubaque” ou isenção de direitos. Tal significa que, se for emitida uma prova de origem preferencial na Jordânia, devem ser pagos os direitos aduaneiros sobre as laranjas originárias da Costa Rica.

Refira-se que, neste caso, o produto final originário da Jordânia só pode ser exportado para o Egipto com um certificado EUR-MED.

4.3. Como Proceder

Os exportadores dos produtos abrangidos por esta medida, sempre que pretendam a emissão de uma prova de origem devem fazer prova de que estas condições se encontram cumpridas e devem poder apresentar em qualquer momento, a pedido das autoridades aduaneiras, todos os documentos adequados que provem que não foi obtido nenhum draubaque em relação às matérias não originárias utilizadas no fabrico dos produtos em causa e que foram efectivamente pagos todos os direitos aduaneiros ou encargos de efeito equivalente aplicáveis a essas matérias.

Nos casos em que o exportador, por engano, solicitou a emissão de uma prova de origem com o consequente cumprimento da regra do não draubaque, a restituição dos direitos ou a sua isenção só poderá ter lugar se estiverem preenchidas as seguintes condições:

- A prova de origem incorrectamente emitida deve ser reenviada às autoridades do país de exportação ou, caso não seja reenviada, deve ser entregue uma declaração escrita pelas autoridades do país de importação que indique que não foi ou não será concedida a preferência,
- As matérias utilizadas para o fabrico do produto poderiam ter beneficiado de draubaque ou de isenção de direitos por força das disposições vigentes, se não tivesse sido apresentada uma prova de origem para solicitar a preferência;
- O prazo autorizado para o reembolso não tiver sido excedido e as condições que regem o reembolso, fixadas pela regulamentação do país considerado, estiverem reunidas.

4.4. Excepções

Não existe qualquer disposição sobre a proibição de draubaque nos regimes com os países ACP – R.A.M. e Acordo Cariforum -, Regulamento PTU e SPG e nos Acordos com a Síria e África do Sul. Nestes regimes, a política de desenvolvimento seguida foi a de considerar as vantagens do draubaque concedidas aos produtores dos pai



ses em vias de desenvolvimento como um incentivo para a produção de mercadorias exportadas para a Comunidade, beneficiando de um tratamento preferencial.

Refira-se ainda que, considerando que a regra de proibição de draubaque dos direitos aduaneiros existente nos Protocolos Pan-Euro-Mediterrânicos dificilmente seria aplicada de uma forma imediata pelos países mediterrânicos, em virtude da existência de taxas de direitos muito elevadas nas respectivas Pautas Aduaneiras, foi também entendido que se deveria estabelecer uma excepção, e autorizar os referidos países mediterrânicos a aplicar, com carácter temporário e apenas durante o período considerado necessário, um sistema de “draubaque parcial” dos direitos aduaneiros sobre as matérias não originárias incorporadas nos produtos finais. Este sistema veio assim permitir aos países em questão a utilização de taxas médias de direitos aduaneiros em vez dos direitos aduaneiros efectivamente aplicáveis, estando previsto, até 31/12/2009, nos Protocolos de Origem dos seguintes Acordos:

- Acordo UE / Tunísia
- Acordo UE/ Marrocos
- Acordo UE/ Argélia
- Acordo UE/ Egipto
- Acordo UE/Líbano
- Acordo UE/Jordânia
- UE/ Cisjordânia e Faixa de Gaza

Relativamente aos países do Magreb - Marrocos, Argélia e Tunísia – que nas suas relações com a UE podem continuar a aplicar as regras de acumulação total de origem, isto é, a acumulação de operações de complemento de fabrico ou de transformação efectuadas, existe também uma outra situação de excepção, que permite que continuem a aplicar nesses casos o draubaque dos direitos aduaneiros, só que, quando tal se verifique, os produtos que obtêm origem com base nessa acumulação total são excluídos do comércio pan-euro-mediterrânico.

SECÇÃO 5. PROVA DE ORIGEM

5.1. Tipos de Provas de Origem

Quando as mercadorias são apresentadas às autoridades aduaneiras do país de importação com vista à obtenção de um tratamento pautal preferencial, os importadores devem provar, a contento das autoridades aduaneiras, que as mercadorias têm, na verdade, o estatuto de mercadorias de origem preferencial



Para o efeito, as mercadorias devem ser acompanhadas por um certificado (referido como um “certificado de circulação” ou “certificado de origem”) emitido pela autoridade governamental competente (habitualmente autoridades aduaneiras) do país de exportação (CE ou país parceiro) beneficiário das preferências em causa.

No âmbito da maioria dos regimes preferenciais, a prova de origem é feita mediante a apresentação de um certificado de circulação de mercadorias EUR.1 ou de um certificado de origem EUR-MED no quadro dos Protocolos PEM, ou de uma declaração de origem na factura feita por um “exportador autorizado” sem limite de valor (*aplica-se apenas em certos acordos – ver quadro*) ou por qualquer exportador até um limite de 6000 euros ou de uma declaração de origem PEM emitida nas mesmas circunstâncias mas apenas no âmbito do comércio PEM. (*Nos Acordos com a Síria utiliza-se o formulário EUR.2 para remessas de baixo valor, uma vez que a declaração de origem na factura ainda não está em vigor*).

No âmbito do SPG, os documentos utilizados são o certificado de origem fórmula A ou a declaração de origem na factura feita por qualquer exportador para remessas de produtos originários cujo valor total não exceda 6000 euros.

Na exportação de produtos de origem comunitária para um país beneficiário do SPG e estando em causa a acumulação bilateral, deve ser utilizado o certificado EUR.1 ou a declaração na factura feita por um “exportador comunitário autorizado” sem limite de valor.



Regime Preferencial	Documento justificativo da origem Validade da prova a contar da data da sua emissão	Documento que pode ser apresentado no lugar desse documento justificativo	Procedimento simplificado: Pré autenticação dos CCM EUR.1	Procedimento simplificado: Declaração de origem na factura feita por um "exportador autorizado" sem limite de valor
Acordo CE/Suíça	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo EEE	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Ilhas Feroé	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Tunísia	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Marrocos	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Argélia	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Síria	EUR.1 5 meses	EUR.2 850 €	Não	Não
Acordo CE/Egipto	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Jordânia	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim



Regime Preferencial	Documento justificativo da origem Validade da prova a contar da data da sua emissão	Documento que pode ser apresentado no lugar desse documento justificativo	Procedimento simplificado: Pré autenticação dos CCM EUR.1	Procedimento simplificado: Declaração de origem na factura feita por um "exportador autorizado" sem limite de valor
Acordo CE/Líbano	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Ceuta e Melilha	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Israel	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Cis-jordânia e Faixa de Gaza	EUR.1 4meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Macedónia	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Bósnia-Herzegovina, Albânia, Sérvia e Montenegro	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Croácia	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Sistema de Preferências Generalizadas (SPG)	Fórmula A 10 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim mas apenas pelos exportadores comunitários autorizados, para aplicação das regras da acumulação bilateral
Países ACP - R.A.M. - CARIFORUM	EUR.1 10 meses	Decl. Fact. 6000€	Não	Sim
PTU	EUR.1 10 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim



Regime Preferencial	Documento justificativo da origem Validade da prova a contar da data da sua emissão	Documento que pode ser apresentado no lugar desse documento justificativo	Procedimento simplificado: Pré autenticação dos CCM EUR.1	Procedimento simplificado: Declaração de origem na factura feita por um "exportador autorizado" sem limite de valor
CE/África do Sul	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
CE/Andorra Produtos agrícolas	EUR.1 4 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Regime preferencial concedido por Andorra aos tabacos das posições 24 02 e 24 03 manufacturados na Comunidade a partir de tabaco em bruto de países terceiros colocado em livre prática	O modelo de certificado a apresentar figura no anexo do Regulamento 2302/01 de 15/11/2001 JO L 310.			
Acordo CE/Turquia Produtos agrícolas (ver quadro abaixo)	EUR.1 EUR-MED 4 meses	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
e produtos CECA	EUR 1 EUR-MED	Decl. Fact. Decl. Fact. EUR-MED 6000 €	Não	Sim
Outros produtos industriais fora do Anexo I do Tratado de Amesterdão e abrangidos pela união aduaneira	ATR mais declaração do fornecedor (esta declaração só necessária no caso de se pretender beneficiar da acumulação pan-europeia)	Não	Sim, desde que o exportador seja autorizado	Não
<u>Casos especiais:</u> -Produtos industriais utilizados no quadro da acumulação pan-europeia -Produtos industriais de origem turca ou comunitária exportados para um outro país da zona pan-europeia e reimportados na Comunidade ou na Turquia sem terem sido sujeitos nesse país a qualquer transformação.	EUR.1 é aceite no lugar do ATR Decisão 1/2000 do Comité de Cooperação Aduaneira CE/Turquia – JO L 211 de 22/08/00, para efeitos da aplicação do tratamento preferencial previsto na Decisão 1/95 (união aduaneira)	Decl. Fact é aceite no lugar do ATR		Sim



Regime Preferencial	Documento justificativo da origem Validade da prova a contar da data da sua emissão	Documento que pode ser apresentado no lugar desse documento justificativo	Procedimento simplificado: Pré autenticação dos CCM EUR.1	Procedimento simplificado: Declaração de origem na factura feita por um “exportador autorizado” sem limite de valor
Acordo CE/México	EUR.1 (a casa 8 deve conter o código pautal a 4 dígitos) 10 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim
Acordo CE/Chile	EUR.1 10 meses	Decl. Fact. 6000 €	Não	Sim



Lista dos produtos abrangidos pelo regime de comércio CE/Turquia para produto agrícolas (Decisão 1/98 do Conselho de Associação CE/Turquia de 25.02.98), os quais se encontram excluídos do campo de aplicação da União Aduaneira

Cap.1	Animais vivos
Cap.2	Carnes e miudezas comestíveis
Cap. 3	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
04 01	Leite e nata, não concentrados e não adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes
04 02	Leite e nata, concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes
0403 10 11 a 0403 10 39	logurtes, não aromatizados nem adicionados de frutos ou de cacau
0403 90 11 a 0403 90 69	Outros, não aromatizados nem adicionados de frutos ou de cacau
04 04	Soro de leite, mesmo concentrado ou adicionado de açúcar ou de outros edulcorantes; produtos constituídos por componentes naturais do leite, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, não especificados nem compreendidos em outras posições
ex 04 05	Manteiga e outras matérias gordas do leite; pastas de barrar de produtos provenientes do leite excepto das posições 0405 20 10 e 0405 20 30
04 06	Queijos e requeijão
04 07	Ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos
04 08	Ovos de aves, sem casca, e gemas de ovos, frescos, secos, cozidos em água ou vapor, moldados, congelados ou conservados de outro modo, mesmo adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes
04 09	Mel natural
04 10	Produtos comestíveis de origem animal não especificados nem compreendidos em outras posições
05 04	Tripas, bexigas e estômagos de animais, inteiros ou em pedaços, escepto de peixes, frescos, refrigerados, congelados, salgados ou em salmoura, secos ou fumados
ex 05 11	Produtos de origem animal não especificados nem compreendidos em outras posições; animais mortos dos Cap. 1 ou 3, impróprios para a alimentação humana, com exclusão dos desperdícios de peixe da posição 05011 91 10
Cap. 6	Plantas vivas e produtos de horticultura
07 01	Batatas, frescas ou refrigeradas
07 02	Tomates, frescos ou refrigerados
07 03	Cebolas, chalotas, alho comum, alho porro e outros produtos hortícolas aliáceos, frescos ou refrigerados
07 04	Couves, couves-flor, repolho ou couve frisada, couve-rábano e produtos comestíveis similares do género <i>Brassica</i> , frescos ou refrigerados
07 05	Alface (<i>Lactuca sativa</i>) e chicórias (<i>Cichorium</i> spp.), frescas ou refrigeradas



07 06	Cenouras, nabos, beterrabas para salada, cercefi, aipo-rábano, rabanetes e raízes comestíveis semelhantes, frescos ou refrigerados
07 08	Legumes de vagem, com ou sem vagem, frescos ou refrigerados
07 09	Outros produtos hortícolas, frescos ou refrigerados
ex 07 10	Produtos hortícolas, não cozidos ou cozidos em água ou vapor, congelados, com exclusão do milho doce da posição 0710 40 00
ex 07 11	Produtos hortícolas conservados transitoriamente (por exemplo: com gás sulfuroso ou água salgada, sulfurada ou adicionada de outras substâncias destinadas a assegurar transitoriamente a sua conservação), mas impróprios para a alimentação nesse estado, com exclusão do milho doce da posição 0711 90 30
07 12	Produtos hortícolas secos, mesmo cortados em pedaços ou fatias, ou ainda triturados ou em pó, mas sem qualquer outro preparo
07 13	Legumes de vagem, secos, em grão, mesmo pelados ou partidos
07 14	Raízes de mandioca, de araruta e de salepo, topinambos, batatas-doces e raízes ou tubérculos semelhantes, com elevado teor de fécula ou de inulina, frescos, refrigerados, congelados ou secos, mesmo cortados em pedaços ou em pellets; medula de sagueiro
Cap. 8	Frutas; cascas de citrinos e de melões
ex Cap. 9	Café, chá e especiarias co exclusão do mate da posição 0903 00 00
Cap. 10	Cereais
Cap. 11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo
Cap. 12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens
ex 1302 20	Matérias pécticas e pectinatos
15 01	Gorduras de porco (incluída a banha) e gorduras de aves, excepto as das posições 0209 ou 1503
15 02	Gorduras de animais das espécies bovina, ovina ou caprina, excepto as da posição 1503
15 03	Estearina solar, óleo de banha de porco, óleo-estearina, óleo-margarina e óleo de sebo, não emulsionados nem misturados, nem preparados de outro modo
15 04	Gorduras, óleos e respectivas fracções, de peixes ou de mamíferos marinhos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 07	Óleo de soja e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 08	Óleo de amendoim e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 09	Azeite de oliveira e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 10	Outros óleos e respectivas fracções, obtidos exclusivamente a partir de azeitonas, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados, e misturas desses óleos ou fracções com óleos ou fracções da posição 1509



15 11	Óleo de palma e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 12	Óleos de girassol, de cártamo ou de algodão e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 13	Óleos de coco (óleo de copra), de palmiste ou de babaçu e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
15 14	Óleos de nabo silvestre, de colza ou de mostarda, e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
ex 15 15	Outras gorduras e óleos vegetais (com exclusão do óleo de jojoba e respectivas fracções da posição 1515 90 15) e respectivas fracções, fixos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados
ex 15 16	Gorduras e óleos animais ou vegetais, e respectivas fracções, parcial ou totalmente hidrogenados, interesterificados, reesterificados ou elaidinizados, mesmo refinados, mas não preparados de outro modo, excepto os óleos de rícino hidrogenados, denominados "opalwax" da posição 1516 20 10
1517 10 90	Margarina, excepto margarina líquida de um teor, em peso, de matérias gordas provenientes do leite inferior a 10%
1517 90 91	Óleos vegetais fixos, fluidos, simplesmente misturados
1517 90 99	Outros
1518 0031 a 1518 00 39	Óleos vegetais fixos, fluidos, simplesmente misturados, destinados a usos técnicos ou industriais, excepto fabricação de produtos para alimentação humana
ex 15 22	Resíduos provenientes do tratamento de matérias gordas ou das ceras animais ou vegetais, excepto os <i>dé gras</i> da posição 1522 00 10
Cap. 16	Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos
17 01	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido
ex 17 02	Outros açúcares, incluídos a lactose, maltose, glicose e frutose (levulose), quimicamente puras, no estado sólido; xaropes de açúcares, sem adição de aromatizantes ou de corantes; sucedâneos do mel, mesmo misturados com mel natural; açúcares e melaços caramelizados, excepto a frutose quimicamente pura da posição 1702 50 00 e a maltose quimicamente pura da posição 1702 90 10
1703	Melaços resultantes da extracção ou refinação do açúcar
18 01	Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado
18 02	Cascas, películas e outros desperdícios de cacau
1902 20 10	Massas alimentícias recheadas (mesmo cozidas ou preparadas de outro modo) contendo, em peso, mais de 20 % de peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos
1902 20 30	Massas alimentícias recheadas contendo, em peso, mais de 20 % de enchidos e produtos semelhantes, de carnes e miudezas de qualquer espécie, incluídas as gorduras de qualquer natureza ou origem
2001 10 00	Pepinos e pepininhos (cornichões)
2001 90 10	Chutney de manga



2001 90 20	Frutos do género <i>Capsicum</i> , excepto pimentos doces ou pimentões
2001 90 50	Cogumelos
2001 90 65	Azeitonas
2001 90 70	Pimentos doces ou pimentões
2001 90 91	Frutas e nozes tropicais
2001 90 93	Cebolas
2001 90 99	Outros
20 02	Tomates preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético
20 03	Cogumelos e trufas, preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético
ex 20 04	Outros produtos hortícolas preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético, congelados, com excepção dos produtos da posição 2006, e excluídas as batatas sob a forma de farinhas, sêmolas ou flocos da posição 2004 10 91 e do milho doce da posição 2004 90 10
ex 20 05	Outros produtos hortícolas preparados ou conservados, excepto em vinagre ou em ácido acético, não congelados, com excepção dos produtos da posição 2006, e excluídas as batatas sob a forma de farinhas, sêmolas ou flocos da posição 2005 20 10 e do milho da posição 2005 80 00
20 06	Produtos hortícolas, frutas, cascas de frutas e outras partes de plantas, conservados em açúcar (passados por calda, glaceados ou cristalizados)
20 07	Doces, geleias, "marmeladas", purés e pastas de frutas, obtidos por cozimento, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes
ex 20 08	Frutas e outras partes comestíveis de plantas, preparadas ou conservadas de outro modo, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes ou de álcool, não especificadas nem compreendidas noutras posições, com exclusão da manteiga de amendoim da posição 2008 11 ,10, dos palmitos da posição 2008 99 85, dos inhames, das batatas-doces e partes comestíveis semelhantes das plantas de teor, em peso, de amido ou de fécula igual ou superior a 5% da posição 2008 99 91
20 09	Sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes
2106 90 30 a 2106 90 59	Xaropes de açúcar, aromatisados ou adicionados de corantes
22 04	Vinhos de uvas frescas, incluídos os vinhos enriquecidos com álcool; mostos de uvas, excluídos os da posição 2009
22 06	Outras bebidas fermentadas (sidra, perada e hidromel, por exemplo); misturas de bebidas fermentadas e misturas de bebidas fermentadas com bebidas não alcoólicas, não especificadas nem compreendidas noutras posições
ex 22 07	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80% vol., obtido a partir de produtos agrícolas constantes da Lista * Álcool etílico, desnaturado, com qualquer teor alcoólico, obtido a partir de produtos agrícolas constantes da referida Lista
ex 22 08	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume inferior a 80 % vol;



	obtido a partir de produtos agrícolas constantes da Lista
22 09	Vinagres e seus sucedâneos, comestíveis, obtidos a partir do ácido acético
Cap. 23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais
24 01	Tabaco não manufacturado; desperdícios de tabaco
35 02	Albuminas (incluídos os concentrados de várias proteínas de soro de leite, contendo, em peso calculado sobre a matéria seca, mais de 80 % de proteínas de soro de leite) albuminatos e outros derivados das albuminas
45 01	Cortiça natural em bruto ou simplesmente preparada; desperdícios de cortiça; cortiça triturada, granulada ou pulverizada
53 01	Linho em bruto ou trabalhado, mas não fiado; estopas e desperdícios de linho (incluídos os desperdícios de fios e fiapos)
53 02	Cânhamo (<i>Cannabis sativa L.</i>), em bruto ou trabalhado, mas não fiado; estopas e desperdícios de cânhamo (incluídos os desperdícios de fios e fiapos)

5.2. Procedimento de Emissão

O certificado de origem é emitido no país de exportação, mediante pedido escrito do exportador ou, sob a sua responsabilidade, do seu representante autorizado (*um agente aduaneiro pode exercer as funções de representante habilitado da pessoa que é proprietária das mercadorias ou que tenha um direito semelhante para dispor das mesmas, inclusivamente nos casos em que essa pessoa não esteja estabelecida no país de exportação, desde que o agente possa provar o carácter originário das mercadorias*).

O pedido deve ser acompanhado dos devidos documentos de suporte que provem que os produtos que vão ser exportados cumprem as regras de origem, podendo beneficiar da emissão do respectivo certificado.

As autoridades competentes do país de exportação têm o direito de exigir a apresentação de qualquer outro documento comprovativo e de fiscalizar a contabilidade do exportador ou proceder a qualquer outro controlo que considerem adequado, no sentido de verificar a autenticidade dos elementos constantes no pedido.

Com vista a evitar a sua utilização fraudulenta, o certificado ficará à disposição do exportador logo que a exportação seja efectivamente realizada ou assegurada.



5.2.1. Autoridades Competentes

Os certificados EUR.1 são emitidos pelas autoridades aduaneiras do país de exportação *(no caso do México e Chile esta competência foi atribuída a outras autoridades governamentais, pertencendo, respectivamente, à Secretaria de Economia – Direccione General de Comercio Exterior e à Direccione General de Relaciones Económicas Internacionales)*. Também os certificados EUR-MED são emitidos pelas autoridades aduaneiras dos países que participam na acumulação pan-euro-mediterrânica.

Os certificados de origem Form. A podem ser emitidos, quer pelas autoridades aduaneiras, quer por qualquer outra autoridade governamental competente do país beneficiário de exportação.

5.2.2. Condições

Os certificados EUR.1, EUR-MED e Form. A cujos modelos constam em anexo aos respectivos protocolos de origem (no caso do EUR.1 e do EUR-MED) e em anexo às DAC (no caso do Form. A), devem obedecer a condições específicas de impressão; o seu formato é de 210 x 297 mm, com uma tolerância máxima de 8 mm para mais e de 5 mm para menos no que respeita ao comprimento. O papel a utilizar é de cor branca, sem pastas mecânicas, colado para escrita e pesando, no mínimo, 25 g/m². O papel será revestido de uma impressão de fundo guilhochada, de cor verde, que torne visíveis quaisquer falsificações por processos mecânicos ou químicos.

O EUR.1 e o EUR-MED são constituídos por duas folhas destacáveis: a primeira folha constitui o certificado propriamente dito, e a segunda serve para efectuar o pedido de emissão do certificado e que deve ser conservada pela alfândega responsável pela emissão do certificado.

Os certificados devem ainda conter um número de série, impresso ou não, destinado a individualizá-los.

Estes documentos são preenchidos pelo exportador ou pelo seu representante autorizado, numa das línguas em que está redigido o Acordo e nos termos do direito interno do país de exportação *(no caso do Form. A as línguas utilizadas no seu preenchimento são o inglês ou francês)*. Podem ser preenchidos à máquina ou à mão, neste caso a tinta e em letra de imprensa.



O certificado não deve conter rasuras nem emendas. As eventuais modificações a introduzir devem ser efectuadas riscando as indicações erradas e acrescentando, eventualmente, as indicações desejadas. Qualquer modificação assim efectuada deve ser aprovada por quem preencheu o certificado e visada pelas autoridades aduaneiras do país onde foi emitido

5.2.2.1. Preenchimento do EUR.1 e do EUR-MED

Certas casas dos certificados EUR.1 e EUR-MED devem ser obrigatoriamente preenchidas, a saber:

- **Casa 1: “Exportador”** – deve conter o nome e morada do exportador, indicando o país;
- **Casa 2: “Certificado utilizado nas trocas preferenciais entre.....e.....”** deve identificar o acordo ao abrigo do qual as mercadorias são comercializadas

Exemplo: CE e México ou CE e Cariforum

- **Casa 4: “País, grupo de países ou território de onde os produtos são considerados originários”** – identifica o país de origem dos produtos

Exemplo: México

Exemplo: Suíça, podendo ser também indicado um outro país da zona pan-euro-mediterrânica no caso de aplicação da acumulação

Exemplo: No caso do RAM é indicada a Costa do Marfim – Estado abrangido pelo RAM de onde são originários os produtos, em aplicação das regras do referido Regulamento (RAM).

❖ **Caso de remessa com mercadorias originárias de vários países da zona pan- mediterrânica**

Se os produtos abrangidos pelo certificado EUR.1 ou EUR-MED forem originários de vários países ou territórios:

A casa 4 (país, grupo de países ou território de onde os produtos são considerados originários) deve conter a menção “ver casa n.º 8” e na casa 8 deve ser indicado o nome ou a abreviatura oficial de cada país em causa em relação a cada adição.



Os códigos ISO-Alfa 2 e 3 relativos a cada país são os seguintes:

- Andorra	AD	AND
- Argélia	DZ	DZA
- Egipto	EG	EGY
- Ilhas Feroé	FO	FRO
- Islândia	IS	ISL
- Israel	IL	ISR
- Jordânia	JO	JOR
- Líbano	LB	LBN
- Marrocos	MA	MAR
- Noruega	NO	NOR
- São Marinho	SM	SMR
- Suíça	CH	CHE
- Síria	SY	SYR
- Tunísia	TN	TUN
- Turquia	TR	TUR
- Faixa de Gaza e Cisjordânia	PS	PSE
- Albânia	AL	
- Bósnia-Herzegovina	BA	
- Antiga República jugoslava da Macedónia		MK (*)
- Montenegro	ME	
- Sérvia	SE	

(*) Código provisório que não prejudica a escolha posterior de uma nomenclatura definitiva para este país na sequência das negociações actualmente em curso sob a égide das Nações Unidas)

Não existe um código ISO-Alfa para a Comunidade, mas são aceitáveis as siglas EEC, EC, CEE ou CE.

Nos certificados EUR-MED – Quando o certificado é emitido num parceiro euromed mas a mercadoria é originária de outro, não tendo sofrido qualquer transformação no país de emissão, deve constar na casa 4 o país de origem, embora este seja diferente do país de emissão.



❖ **Casos de remessas para o Chile: Nomes e abreviaturas utilizadas no certificado EUR.1 para país, grupos de países ou territórios**

As mercadorias originárias de Comunidade podem ser indicadas na casa 4 do certificado como sendo originárias:

- **da Comunidade** ou
- **simultaneamente de um Estado Membro e da Comunidade**

Pode igualmente ser utilizado qualquer outro termo que se refira de forma inequívoca à Comunidade, designadamente, a Comunidade Europeia, a União Europeia ou abreviatura, por exemplo, CE, a UE, etc. (incluindo as traduções equivalentes nas línguas em que o Acordo foi redigido). Em contrapartida, a indicação apenas de um Estado Membro não está correcta.

O Chile também pode ser indicado como o país de origem utilizando as respectivas abreviaturas oficiais CL (Iso-Alfa 2) e CHL (Iso-Alfa 3).

Nomes e abreviaturas idênticas poderão ser também utilizados na casa 2 do certificado EUR.1.

- **Casa 5: “País, grupo de países ou território de destino”** – nesta casa identifica-se o país de destino, por exemplo, Portugal.
- **Casa 8: “Número de ordem, marcas, números, quantidade e natureza dos volumes, designação das mercadorias”** – Na casa 8 os produtos são designados conforme os usos comerciais, com as indicações necessárias para permitir a sua identificação (casas 5, 6 e 7 do certificado Form.A).

As adições indicadas no certificado devem seguir-se sem entrelinhas e cada adição deve ser precedida de um número de ordem. Imediatamente abaixo da última adição deve ser traçada uma linha horizontal. Os espaços não utilizados devem ser trancados, de forma a impossibilitar qualquer aditamento posterior.



Quando a casa prevista no certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED (casa n.º 8) *(esta disposição não se aplica aos Form. A)* destinada à designação das mercadorias não for suficiente para incluir as especificações necessárias que permitam a sua identificação, designadamente no caso de remessas importantes, o exportador pode especificar as mercadorias a que o certificado se refere nas facturas anexas relativas a essas mercadorias e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, desde que:

- Indique os números das facturas na casa 10 *(8 ou 10 no Acordo CE/México)* do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED;
- As facturas e, se necessário, qualquer outro documento comercial possam ser apenas de forma segura ao certificado antes da sua apresentação à alfândega; e
- A autoridade aduaneira *(ou a autoridade governamental competente no caso do México e do Chile)* tenha apostado nas facturas e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, um carimbo que vincula esses documentos ao certificado.

Nesse caso, se necessário, os nomes ou abreviaturas oficiais dos países de origem devem ser indicados nas facturas e, se necessário, em qualquer outro documento comercial.

Se os produtos abrangidos pelos certificados EUR.1 e EUR-MED forem originários de vários países ou territórios (só no caso da acumulação):

- A casa 4 (país, grupo de países ou territórios de onde os produtos são considerados originários) deve conter a menção “ver casa n.º 8”, e
- Na casa n.º 8 (número de ordem, marcas, quantidade, número e tipo dos volumes, designação das mercadorias) deve ser indicado o nome ou a abreviatura oficial de cada país em causa em relação a cada adição.

NOTA:

Na casa 8 do certificado Form.A deve constar a letra “P” (produto inteiramente obtido) ou a letra “W” (produto sujeito a uma transformação suficiente).



No caso desta casa não se encontrar correctamente preenchida e as dúvidas levantadas pelo seu preenchimento se enquadrarem no conceito de dúvidas fundadas, os certificados de origem Form.A poderão ser aceites, mediante a prestação de uma garantia.

O original do certificado, juntamente com a fotocópia do DU, deverá ser enviado para a Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira para análise e eventual controlo a posteriori.

- **Casa 9: “Massa bruta (Kg) ou outra medida (litros, m³, etc.)”** – identifica o peso da mercadoria abrangida pelo certificado.
- **Casa 10: “Facturas”** – Apesar de se tratar de uma casa de preenchimento facultativo, recomenda-se o seu preenchimento quando a designação das mercadorias na casa 8 não se encontra feita de forma muito clara.
- **Casa 12: “Declaração do exportador”** – O exportador ou o seu representante habilitado deve obrigatoriamente colocar a sua assinatura manuscrita com indicação do local e data.
- **Casa 7: “Observações”** – Esta casa deve ser preenchida em vários casos, entre os quais podemos citar:
 - Quando o certificado é emitido *a posteriori* deve conter a menção “emitido *a posteriori*”;
 - No caso de emissão de uma segunda via, a menção “segunda via” deve ser colocada;
 - No caso da emissão de certificados EUR.1 ou EUR-MED de substituição, a casa 7 deve conter a seguinte informação “Certificado emitido em substituição do (ou dos) certificado(s) n.º emitido(s) em.....(nome da alfândega, Estado, país ou território de exportação);
 - Quando o certificado é emitido no quadro de uma derrogação às regras de origem nas relações entre a UE e os países abrangidos pelo RAM ou países que já celebraram Acordos de Parceria Económica (APE) com a UE, a referência ao número da derrogação deve constar da casa 7. No caso dos países beneficiários do S.P.G. aos quais seja concedida uma



derrogação, idêntica menção deve ser aposta na casa 4 do Form A.

- Quando o certificado EUR.1 é emitido no quadro dos contingentes pautais abertos para certos produtos mediante a aplicação de uma regra de origem específica prevista no Apêndice 2 a) do Acordo CE/México;
- Nos certificados EUR-MED esta casa tem que ser preenchida, devendo ser marcada com um x uma das opções estabelecidas, designadamente:
 - Cumulation applied with (indicação do nome do país/dos países)
 - No Cumulation applied

Conforme o carácter originário dos produtos em causa tenha sido, ou não, obtido por aplicação da acumulação.

5.2.2.2. Preenchimento do Pedido dos Certificados EUR.1 e EUR-MED

No caso dos certificados EUR.1 e EUR-MED e como acima indicado, uma das folhas diz respeito ao pedido de emissão, em cujo verso o exportador deve indicar brevemente os elementos sobre os quais se fundamenta para declarar que as mercadorias mencionadas no pedido podem ser exportadas com o benefício do regime preferencial solicitado. Da declaração deve poder-se concluir que as mercadorias satisfazem as regras de origem exigidas para a aplicação desse regime preferencial, sendo de indicar, pelo menos, os seguintes elementos:

- Denominação técnica dos produtos obtidos com indicação da sua posição pautal,
- Indicação, mediante a utilização de expressões concisas, do processo que conferiu o estatuto de produtos originários: “produtos inteiramente obtidos”; “produtos sujeitos a uma transformação suficiente em cumprimento da regra da lista”; produtos sujeitos a uma transformação suficiente mediante o cumprimento da regra de mudança de posição pautal”; “produtos obtidos a partir de produtos originários do país parceiro e de produtos não originários sujeitos a uma transformação suficiente, de acordo com a regra da lista”, etc.



No espaço reservado aos documentos justificativos, o exportador deve, em princípio, mencionar todos os documentos que permitem justificar sem equívocos a origem preferencial do produto exportado, adquirido nas circunstâncias anteriormente referidas: por exemplo, as cópias dos certificados EUR.1 relativos aos produtos originários inicialmente importados dum país parceiro e reexportados para esse país após uma operação ou transformação, com o benefício da origem preferencial CE (aplicação das regras de acumulação).

No caso de as matérias utilizadas no fabrico dos produtos serem provenientes de um grande número de fornecedores, o exportador pode simplesmente indicar o local onde os elementos justificativos podem ser consultados pelos serviços aduaneiros.

5.2.2.3. Emissão dos Certificados EUR.1 e EUR-MED

A emissão do certificado de circulação EUR.1 ou certificado EUR-MED é normalmente efectuada no momento da exportação das mercadorias, pela alfândega de exportação que antes, de o visar, deve assegurar-se:

- que o certificado e o respectivo pedido estão preenchidos de acordo com o acima exposto;
- que a casa 12 do certificado e o verso do pedido contêm a assinatura manuscrita do exportador ou do seu representante habilitado;
- que as mercadorias exportadas têm o estatuto de produtos originários com base na declaração efectuada pelo exportador no verso do pedido e nos documentos justificativos apresentados.

Os serviços aduaneiros têm a faculdade de exigir a apresentação de qualquer documento comprovativo que considerem necessário e de proceder a qualquer controlo que considerem adequado.

Após esta verificação, o funcionário aduaneiro competente coloca na casa 11 do certificado a sua assinatura manuscrita, a data e o carimbo da estância aduaneira. É a partir da data colocada na casa 11 do certificado que se conta o prazo de validade do certificado.

Após a emissão, o certificado, juntamente com uma cópia, é entregue ao exportador ou ao seu representante habilitado.



O pedido, as cópias restantes e os documentos justificativos ficam na alfândega de exportação.

A criação de uma zona de acumulação diagonal com os parceiros mediterrânicos, e a coexistência de situações no comércio com os países envolvidos, como atrás referido, que não são compatíveis com esta – designadamente a possibilidade de aplicação de draubaque, no caso de acumulação total, ou de draubaque parcial - tornou assim necessário estabelecer uma diferenciação nas provas de origem a utilizar, nomeadamente, entre certificados de origem EUR 1 e certificados EUR-MED e Declarações na factura e Declarações na factura EUR-MED .

Assim, podem ser identificadas situações em que podem ser usadas, de forma facultativa, qualquer destas provas de origem – Certificado EUR 1 ou EUR-MED, declaração na factura ou declaração na factura EUR-MED, mas há casos em que é obrigatório utilizar um certificado EUR 1 (ou declaração na factura) e outros ainda em que é obrigatório o recurso ao certificado EUR-MED (ou declaração de origem EUR-MED):

- Casos de utilização facultativa de Certificado EUR 1 ou certificado EUR-MED

Pode ser pedida a emissão de ambos os certificados quando os produtos são originários do país de exportação ou qualquer outro país que aplica a acumulação PEM

Exemplo de utilização de certificado EUR 1 quando se aplica acumulação, mas não com um parceiro MED

Açúcar da CE (SH 1701) é importado na Suíça onde são fabricados produtos de confeitaria (SH 17 04), sendo que o valor do açúcar excede 30% do preço à saída da fábrica do produto final. O produto originário da Suíça é exportado para a Turquia.

Dado que o carácter originário se adquire na Suíça por acumulação – mas sem aplicação da acumulação com parceiro mediterrânico – e dado que os três países envolvidos na operação (Suíça, CE e Turquia) estão ligados por Acordos de Comércio Livre (FTA), as autoridades suíças podem emitir um EUR 1 na exportação para a Turquia.

No entanto, podiam também neste caso emitir um EUR-MED se os produtos puderem ser usados na Turquia no contexto da acumulação com outro país PEM, por exemplo se forem depois exportados da Turquia para a Tunísia. (nesse caso deveria constar na casa 7 a menção “Cumulation applied with UE”)



Exemplo de utilização de certificado EUR 1 quando não se aplica a acumulação

São fabricados cortinados (SH 6303) no Líbano a partir de fio não originário, os quais são exportados para a UE

Dado que a origem foi obtida no Líbano por transformação suficiente e não foi aplicada acumulação PEM, as autoridades libanesas podem emitir um certificado EUR 1 na exportação para a UE.

No entanto, poderia também ser emitido neste caso um certificado EUR-MED desde que a proibição de “draubaque” no Líbano tivesse sido respeitada, o que iria permitir a reexportação dos cortinados para qualquer um dos países da acumulação PEM. (Nesse caso na casa 7 do certificado deveria constar a indicação “No cumulation applied”)

Utilização obrigatória de certificado EUR 1

Quando não se encontram reunidas as condições necessárias para a aplicação da acumulação diagonal PEM deve ser emitido um EUR 1 – ou seja, quando a proibição de “draubaque” não é observada no comércio bilateral entre qualquer um dos países de acumulação ou quando é aplicada a acumulação total – acumulação de operações de complemento de fabrico ou transformação com os países do Magreb.

Utilização obrigatória de certificado EUR-MED

Quando um produto seja originário do país de exportação ou de qualquer outro país que aplique a acumulação PEM e a mesma tiver sido efectivamente aplicada com qualquer dos parceiros que nela participam (à excepção da Turquia) deve ser utilizado um certificado EUR MED

Exemplo - Acumulação com matérias originárias de um país mediterrânico

Tecidos originários do Egipto (SH 5112) são importados na Noruega onde são feitas calças de homem (SH 6103). A origem é adquirida na Noruega com base na acumulação aplicada às matérias egípcias, e por isso quando o produto final é exportado para a CE as autoridades da Noruega devem emitir um certificado EURMED com indicação de que houve aplicação da acumulação com o Egipto.



Exemplo - Acumulação aplicada num dos países mediterrânicos

Madeira cortada na Noruega (SH 4407) é importada em Marrocos onde são feitas caixas (SH 4415). O carácter originário destas é adquirido em Marrocos com base na acumulação com um dos países signatários da Declaração de Barcelona e por isso quando as caixas são exportadas de Marrocos para a UE deve ser emitido um certificado EUR-MED onde é inserida a menção “Cumulation applied with Noruega”.

- Atribuição de origem a produtos que a tenham adquirido por acumulação

Considera-se como país de origem aquele onde teve lugar a última transformação desde que esta seja superior às operações consideradas mínimas ou insuficientes.

5.2.2.4. Emissão *a Posteriori*

Como acima referido, os certificados de origem devem ser emitidos no momento da exportação. No entanto, se em caso de erro, omissões involuntárias ou circunstâncias especiais, o certificado não tiver sido emitido aquando da exportação das mercadorias, poderá ser emitido *a posteriori*.

Pode igualmente ser emitido *a posteriori* se for demonstrado a contento das autoridades aduaneiras, ou das autoridades governamentais competentes no caso dos Form. A, que um certificado foi emitido, mas que por motivos de ordem técnica, não foi aceite no país de importação.

Um certificado pode ser rejeitado por “**razões técnicas**” por não ter sido emitido em conformidade com as disposições previstas. Esta categoria abrange, por exemplo, as seguintes situações:

- O certificado é emitido num formulário não regulamentar (por exemplo, sem fundo guilhochado; com diferenças importantes de dimensão ou de cor em relação ao modelo regulamentar; sem número de série; impresso numa língua não autorizada);
- Um certificado no qual uma casa destinada a uma menção obrigatória não foi preenchida (exemplo: casa n.º 4);



- Falta de carimbo e de assinatura (casa n.º 11 do EUR.1 ou EUR-MED);
- O certificado é visado por uma autoridade não habilitada;
- O certificado é visado com um novo carimbo ainda não comunicado;
- Entrega de uma fotocópia ou de uma cópia em vez do original do certificado;
- A menção nas casas 2 ou 5 refere-se a um país que não é parte no acordo.

Neste caso, após a aposição da menção “Documento recusado”, indicando a(s) razão(ões) dessa decisão, o certificado é devolvido ao importador para que este possa obter um novo certificado emitido *a posteriori*.

Todavia, a administração aduaneira pode eventualmente conservar uma fotocópia do certificado recusado para um controlo *a posteriori* ou se tiver razões para suspeitar da existência de fraude.

O exportador ao solicitar a emissão de um certificado *a posteriori* deve indicar no pedido:

- o local e a data de exportação das mercadorias abrangidas pelo mesmo;
- atestar que não foi emitido qualquer certificado aquando da exportação das mercadorias, explicando os motivos, ou que o certificado emitido foi recusado por “razões técnicas”.

A emissão é efectuada pela estância aduaneira que teria emitido o certificado se houvesse sido apresentado no momento da exportação e que, antes de efectuar a emissão *a posteriori*, deve assegurar-se que as indicações constantes do pedido do exportador estão conformes com o processo de exportação.

O certificado emitido *a posteriori* deve conter na casa “Observações” a menção “emitido *a posteriori*”.

O certificado emitido *a posteriori* produz efeitos a partir da data da sua emissão pela estância aduaneira.



5.2.2.5. Emissão de Segundas Vias

Em caso de furto ou roubo, extravio ou destruição de um certificado EUR.1, EUR-MED ou de um Form. A, o exportador pode pedir uma segunda via às autoridades aduaneiras (ou autoridades governamentais competentes, no caso do Form. A) que o emitiram. O preenchimento deste certificado deve obedecer aos requisitos acima indicados.

Por outro lado, todos os elementos indicados no certificado devem estar conformes com os constantes no DU de exportação da mercadoria, devendo ser apresentado na estância aduaneira que emitiu o certificado original.

O certificado é emitido por essa estância aduaneira que deverá colocar na casa “Observações” a menção “Segunda via”. A segunda via deve conter a data de emissão do certificado original, produzindo efeitos a partir dessa data.

5.3. Formulário EUR. 2 Utilizado nas Relações com a Síria

A prova do carácter originário dos produtos objecto de trocas com o benefício do regime preferencial previsto nos Acordos concluídos pela Comunidade com a Síria pode ser feita, para além do certificado EUR. 1, mediante a apresentação de um formulário EUR. 2 emitido pelo próprio exportador.

Trata-se de um procedimento simplificado sujeito a certas condições relacionadas com:

- o valor dos produtos ;
- o conteúdo da remessa;
- o modo de transporte utilizado.

O formato do formulário EUR. 2 é de 210 x 148 mm com uma tolerância máxima de 5 mm para menos e de 8 mm para mais no que respeita ao comprimento.

É de cor branca, devendo conter um número de série, impresso ou não, destinado a individualizá-lo.



5.3.1. Utilização do Formulário EUR. 2

O formulário EUR. 2 só pode ser emitido para remessas que contenham **apenas** produtos originários cujo valor não exceda 850 euros nas trocas com a Síria.

Por outro lado o formulário EUR. 2 só pode ser utilizado para remessas enviadas pela via postal.

5.3.2. Emissão do Formulário EUR. 2

O formulário EUR. 2 é emitido sob a responsabilidade do exportador ou do seu representante habilitado. Os serviços aduaneiros não intervêm de qualquer forma na sua emissão.

Após tomar conhecimento das notas que figuram no verso do formulário EUR. 2, o exportador preenche um formulário para cada remessa. Um só formulário EUR. 2 pode ser emitido para uma remessa composta por vários volumes, cujo valor total não ultrapasse o limite fixado e seja expedida pelo mesmo exportador a um mesmo destinatário ao abrigo de uma única factura.

O formulário deve ser completamente preenchido, excluindo-se as casas 12 a 14. A assinatura colocada na casa n.º 6 deve ser obrigatoriamente manuscrita. O formulário é preenchido à máquina ou à mão, neste caso, deverá ser preenchido a tinta e em letra de imprensa.

As mercadorias serão designadas conforme os usos comerciais, com as indicações necessárias para permitir a sua identificação.

Após preencher o formulário, o exportador deverá colocar nos documentos de acompanhamento (etiqueta verde, declaração aduaneira, CN22/CN23, etc.) a menção “EUR. 2” seguida do número de série do formulário. Esta menção e este número devem igualmente constar da factura relativa às mercadorias que fazem parte da remessa.

Por outro lado, o exportador deve:

- juntar o formulário ao boletim de expedição;
- inserir o formulário no volume.

O formulário EUR. 2 não pode (ao contrário do que sucede com o certificado EUR. 1), ser emitido após a exportação das mercadorias. Não pode



também ser objecto de uma segunda via, nem ser substituído por um outro formulário.

A emissão de um formulário EUR. 2 não dispensa o exportador do cumprimento das outras formalidades previstas nos regulamentos aduaneiros e postais.

5.4. Procedimento Simplificado

A maioria dos acordos preferenciais prevê um sistema simplificado de emissão de provas de origem a utilizar por exportadores autorizados para o efeito, a seguir denominados “exportadores autorizados”. Estes exportadores podem, mediante uma autorização específica, certificar a origem nas facturas ou em qualquer outro documento comercial, independentemente do valor das mercadorias exportadas.

5.4.1. Importância do Procedimento Simplificado

A obtenção por um operador económico do estatuto de “exportador autorizado” significa uma simplificação das formalidades inerentes à justificação do carácter originário das mercadorias.

O exportador autorizado será, com efeito, dispensado do preenchimento de um certificado EUR. 1 ou certificado EUR-MED aquando de cada operação de exportação, na medida em que ele poderá certificar a origem preferencial das mercadorias que exporta, através da aposição de uma declaração na factura relativa a essas mercadorias ou em qualquer outro documento comercial que identifique claramente as referidas mercadorias, não importando o valor da remessa.

Este procedimento está particularmente vocacionado para os operadores que beneficiam, entre outros, de procedimentos de desalfandegamento simplificados.

O recurso à autorização permite aos operadores económicos o maior domínio das regras de origem, na medida em que a elaboração do dossier do pedido de autorização é uma ocasião para, em conjunto com os serviços aduaneiros se necessário, se assegurarem do estatuto originário dos seus produtos.

No pedido, o exportador deve, com efeito, indicar nomeadamente as regras de origem aplicáveis aos seus produtos, o que permite à alfândega verificar que quando o exportador certifica o carácter originário dos produtos, o faz com conhecimento de causa.



5.4.2. Base Jurídica da “Declaração Na Factura”

Esta faculdade concedida aos operadores de certificar a origem preferencial dos seus produtos na factura, resulta das disposições dum artigo do protocolo relativo à noção de “produtos originários” anexo a cada acordo preferencial.

O artigo em causa estabelece que “as autoridades aduaneiras do país de exportação podem autorizar qualquer exportador, a seguir designado “exportador autorizado”, que efectue exportações frequentes de produtos abrangidos pelo acordo e que ofereça, a contento das autoridades aduaneiras, todas as garantias necessárias para que se possa controlar o carácter originário dos produtos, bem como o cumprimento dos outros requisitos do protocolo, a efectuar declarações na factura, independentemente do valor dos produtos em causa”.

Este artigo estabelece ainda que “as autoridades aduaneiras podem fazer depender a concessão do estatuto de exportador autorizado de quaisquer condições que considerem adequadas.

Tendo em vista a harmonização das modalidades de concessão e de gestão deste procedimento no seio da zona pan-europeia, as disposições deste artigo foram objecto de uma **nota explicativa**, publicada no JO C 90 de 31/03/1999, especificando as condições a respeitar pelos operadores económicos para obterem das autoridades aduaneiras da zona a autorização para certificarem na factura a origem dos seus produtos.

As orientações constantes das notas explicativas acordadas entre os Estados da zona pan-europeia e a Comissão, serviram de base ao estabelecimento das condições a cumprir, para obter em Portugal o estatuto de “exportador autorizado”, no âmbito dos acordos preferenciais, onde este procedimento esteja previsto.

5.4.3. Campo de Aplicação Geográfica do Procedimento de Certificação da Origem na Factura

A obtenção do estatuto de “exportador autorizado”, permitindo a certificação da origem na factura dos produtos exportados da Comunidade só é possível no quadro das seguintes relações preferenciais:

- Espaço Económico Europeu
- Suíça
- Ilhas Feroé
- Ceuta e Melilha
- Cisjordânia e Faixa de Gaza



- Israel
- Macedónia
- Croácia
- Líbano
- Jordânia
- Egipto
- ACP
- África do Sul
- México
- Chile
- Turquia (para produtos agrícolas e CECA)
- Tunísia
- Marrocos
- Argélia
- Montenegro
- Bósnia Herzegovina
- Albânia
- Países do Cariforum
- Países beneficiários do SPG, e Sérvia (apenas para os exportadores comunitários no quadro da acumulação bilateral).

De referir que no Acordo UE/Síria, o protocolo de origem não prevê, por enquanto, qualquer procedimento simplificado de certificação da origem:

Por conseguinte, quando for necessária uma prova de origem para obter o benefício de direitos reduzidos na importação nestes países, terá que ser utilizado o certificado EUR.1 ou, para as remessas de baixo valor, o formulário EUR.2.

Nem todos os acordos acima referidos são totalmente recíprocos, sendo do interesse dos operadores, antes de solicitarem a emissão de um certificado aos serviços aduaneiros, assegurarem-se sobre a existência no país de destino de um regime preferencial concedido aos produtos em questão originários da Comunidade, mediante a apresentação destes documentos. Em caso negativo, será inútil que o exportador cumpra as regras de origem do acordo quando não vai retirar qualquer benefício deste facto.



5.4.4. Campo de Aplicação Quanto às Pessoas e aos Produtos

Todos os exportadores, quer se trate de produtores ou comerciantes, podem apresentar um pedido a fim de lhes ser reconhecido o estatuto de exportador autorizado, desde que efectuem exportações frequentes de produtos originários, quer beneficiem ou não de procedimentos simplificados de desalfandegamento.

Um despachante oficial não pode ver-lhe reconhecida a qualidade de exportador autorizado.

No que se refere à frequência das exportações, não existe qualquer número mínimo de exportações mensais ou anuais, para a concessão deste procedimento.

Todos os produtos, desde que cobertos pelo acordo em causa, podem ser objecto de uma autorização.

5.4.5. Concessão do Estatuto de “Exportador Autorizado”

A concessão do estatuto de exportador autorizado está subordinada à apresentação pelo operador económico que deseje beneficiar desta faculdade de um pedido feito por escrito dirigido ao Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

O pedido deverá ser acompanhado de um dossier, em duplicado, de onde conste:

- 1) O nome e a denominação social do exportador;
- 2) Os produtos a que diz respeito e frequência provável das exportações;

Deverá ser indicada a natureza dos produtos, bem como a sua posição pautal a 4 dígitos;

- 3) O local onde os produtos são fabricados

Quando exista mais de um local de fabrico e os diferentes locais estejam especializados na obtenção de um ou mais produtos determinados, deverá ser indicado, a fim de facilitar os controlos posteriores, para cada local, os produtos que aí são obtidos;



- 4) Os países para onde as mercadorias são exportadas e para os quais é solicitado o estatuto de exportador autorizado;
- 5) A(s) alfândega(s) portuguesa(s) e, eventualmente comunitária, por onde são exportadas as mercadorias.

Deverá ser indicada a estância aduaneira portuguesa ou comunitária onde são cumpridas as formalidades de exportação;

- 6) Uma explicação sobre as regras de origem aplicáveis aos produtos a exportar, fundamentando o seu estatuto de produtos originários, nos termos dos protocolos de origem em vigor;
- 7) Regime aduaneiro ao abrigo do qual as operações de fabrico são efectuadas e, em particular, informação relativa à utilização ou não do regime aduaneiro económico de aperfeiçoamento activo;

Esta informação é solicitada na medida em que em certos acordos figura a cláusula do não draubaque dos direitos aduaneiros;

- 8) Uma declaração do requerente de que conhece as regras de origem aplicáveis e que tem na sua posse todos os documentos justificativos da origem.

Se se tratar de um produtor deve declarar que dispõe de uma contabilidade de existências que permite a identificação da origem ou, no caso de se tratar de uma nova empresa, que o sistema instalado permite o mesmo tipo de identificação.

O requerente deve poder provar, em qualquer momento, o carácter originário das mercadorias que exporta, apresentando os documentos justificativos da origem.

No momento em que apresenta o pedido, o requerente deverá apresentar os seguintes elementos justificativos:

- A. Quando o exportador é o produtor das mercadorias: deverá apresentar para os componentes mais importantes utilizados originários da Comunidade ou para os componentes mais importantes que tenham sofrido uma operação na Comunidade uma “declaração de fornecedor a longo prazo” efectuada pelos seus fornecedores e de acordo, conforme o caso, com o anexo II do Regulamento (CE) n.º 1617/06 publicado no JO, L, 300 de 31/10/2006 ou com o anexo IV do Regulamento (CE) n.º 75/2008 publicado no JO, L, 24 de 29.01.2008.



- B. Quando o exportador é o produtor e estão envolvidas várias unidades de fabrico do mesmo grupo, quer em Portugal, quer noutros Estados Membros, deverá apresentar uma “declaração de fornecedor a longo prazo”, de acordo com o anexo II do Regulamento (CE) n.º 1617/06, atestando a origem comunitária das mercadorias face aos países associados identificados no seu pedido. Esta declaração deverá ser efectuada por cada unidade de fabrico do grupo para as mercadorias que são enviadas ao exportador e que são exportadas sob a sua responsabilidade.
- C. Quando o exportador apenas comercializa os produtos que comprou a um fornecedor ou a fornecedores comunitários, estabelecidos em Portugal ou noutros Estados Membros, deverá apresentar uma “declaração de fornecedor a longo prazo”, de cada um dos seus fornecedores, de acordo com o anexo II do Regulamento (CE) n.º 1617/06, certificando o carácter originário dos produtos que pretende exportar.

- D. Compromissos do exportador que devem constar do pedido:

O exportador deverá comprometer-se:

- A apresentar, em qualquer momento, às autoridades aduaneiras os elementos de prova julgados necessários para o controlo das declarações de origem e a aceitar ser por estas controlado em qualquer altura;
- A não efectuar declarações na factura (ou a não emitir certificados EUR.1 ou ATR pré-autenticados), excepto para mercadorias relativamente às quais possua, no momento em que efectua a declaração de origem, todas as provas ou elementos contabilísticos necessários, para provar o carácter originário das mercadorias (ou a sua livre prática, tratando-se dos certificados ATR);
- Assumir toda a responsabilidade da sua utilização, designadamente, no caso de declarações de origem incorrectas ou de utilização incorrecta da autorização;
- A conservar uma cópia das declarações na factura que efectuar, bem como todos os documentos justificativos durante um período de, pelo menos, três anos, a contar da data em que foi efectuada a declaração na factura.



5.4.6. Competência para Conceder a Autorização

A autorização para utilizar o procedimento simplificado será concedida pelo Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, após parecer da alfândega competente, em cuja área de jurisdição se encontra localizado o exportador.

5.4.7. Forma da Autorização

Será concedido o estatuto de “exportador autorizado”, mediante a atribuição de um número de autorização aduaneira, que deverá constar da declaração na factura.

Desde 1/1/2004, com o objectivo de harmonizar a estrutura dos números de autorização aduaneira a nível comunitário e no contexto do alargamento, a fim de facilitar aos países parceiros a identificação do Estado Membro onde a autorização foi concedida, a estrutura dos números passou a ser a seguinte:

PT/000/P ou L

PT/: identifica Portugal como o Estado Membro responsável pela autorização;

/000/: número sequencial atribuído pela DGAIEC;

/P ou L: identifica a região onde o exportador se encontra localizado (Porto ou Lisboa).

5.4.8. Forma da Declaração na Factura

O modelo da declaração na factura encontra-se em anexo aos protocolos de origem, obedecendo à seguinte forma:

“O abaixo-assinado, exportador dos produtos cobertos pelo presente documento (autorização aduaneira n.º...) declara que, salvo expressamente indicado em contrário, estes produtos são de origem preferencial...”.

A origem dos produtos deve ser especificada. Genericamente, os produtos serão de origem comunitária.

Também pode ser indicado como um país de origem um dos países pertencentes a uma zona de acumulação, mas apenas nas exportações para o país pertencente a essa zona.



Chama-se a atenção para o teor da declaração utilizada nas trocas com o Chile e o México:

“O abaixo-assinado, exportador dos produtos cobertos pelo presente documento (autorização aduaneira ou da autoridade governamental competente n.º....) declara que, salvo expressamente indicado em contrário, estes produtos são de origem preferencial...”.

A declaração na factura é feita pelo exportador, devendo este dactilografar, carimbar ou imprimir na factura, numa nota de entrega ou em qualquer outro documento comercial (como por exemplo, o conhecimento ou lista de volumes que acompanham a mercadoria). Se a declaração for manuscrita deve ser preenchida a tinta e em letra de imprensa.

A indicação de produtos não originários que, por conseguinte, não estão abrangidos pela declaração na factura, não deve ser feita na própria declaração. Contudo, essa indicação deve constar na factura de forma inequívoca.

No caso de se verificar a aplicação do sistema de acumulação pan-euro-mediterrânica e se os produtos abrangidos pela declaração na factura forem originários de vários países ou territórios, devem ser indicados no descritivo da declaração na factura o nome ou abreviatura oficial de cada país em causa ou uma referência a uma indicação específica na factura.

Na factura ou no documento equivalente, o nome ou abreviatura oficial de cada país deve ser indicado em relação a cada adição.

As declarações efectuadas em cópias ou fotocópias de facturas podem ser aceites, desde que nelas conste a assinatura do exportador nas mesmas condições que o original. Os exportadores autorizados que estejam dispensados de assinar as declarações na factura estão igualmente dispensados de assinar as declarações na factura efectuadas em fotocópias de facturas.

Podem ser aceites as declarações na factura efectuada no seu verso.

A declaração pode ser efectuada numa folha separada, desde que esta folha faça, obviamente, parte da mesma factura. Não são autorizados formulários complementares.



Uma declaração na factura efectuada numa etiqueta subsequentemente afixada à factura pode ser aceite, desde que não existam dúvidas de que a etiqueta foi afixada pelo exportador. Assim, por exemplo, o carimbo ou a assinatura do exportador deve abranger simultaneamente a etiqueta e a factura.

5.4.9. Dispensa de Assinatura

Os exportadores autorizados podem ser dispensados de assinar as declarações, desde que no pedido se comprometam, por escrito, a assumir inteira responsabilidade por qualquer declaração na factura que os identifique como tendo sido por si assinada.

5.4.10. Prazo para Efectuar a Declaração na Factura

A declaração na factura pode ser efectuada pelo exportador autorizado aquando da exportação dos produtos a que se refere, ou após a exportação, desde que seja apresentada no país de importação, o mais tardar, dois anos após a importação dos produtos a que se refere.

5.4.11. Controlo

As alfândegas competentes controlarão, regularmente, os exportadores autorizados, de forma a assegurar a correcta utilização das autorizações.

As autorizações poderão ser retiradas, em qualquer momento, se o exportador autorizado deixar de cumprir as obrigações que lhe estão cometidas ou se deixar de cumprir as condições estipuladas nas mesmas.

NOTA

- *Considerando que desde a entrada em vigor do Acordo UE/México, em 1 de Julho de 2000, surgiram diversos problemas relacionados, em particular, com a aceitação das provas de origem na importação no México e que a rejeição de tais provas de origem causou, numa série de casos, a perda da vantagem representada pelas taxas preferenciais dos direitos aplicáveis no âmbito do Acordo, a Comissão decidiu efectuar uma comunicação destinada a disponibilizar às administrações aduaneiras e aos operadores da Comunidade instruções úteis sobre o preenchimento*



de um certificado de circulação EUR.1 e o estabelecimento de uma declaração na factura.

Estas indicações complementares aplicam-se apenas no âmbito do Acordo CE/México, podendo contribuir para evitar eventuais problemas na importação no México não obstante as melhorias introduzidas com a publicação das Notas Explicativas ao Protocolo de origem do Acordo acima referido. No texto que se segue só são indicadas referências jurídicas onde necessário, uma vez que, numa série de casos, as recomendações a seguir apresentadas são o resultado de uma combinação entre as disposições bilaterais – como o próprio acordo e as Notas Explicativa do Anexo III – e a legislação interna e instruções administrativas mexicanas.

RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS CERTIFICADOS DE CIRCULAÇÃO EUR.1 E ÀS DECLARAÇÕES NA FACTURA

O certificado de circulação EUR.1 e a declaração na factura podem ser emitidos ou estabelecidos em qualquer das 20 línguas oficiais da Comunidade. No entanto, as autoridades mexicanas exigem sistematicamente uma tradução, quando a prova de origem não está escrita em inglês ou em espanhol. A tradução não tem de ser oficial e o importador pode apresentá-la em papel (isto é, uma tradução livre).

Recomendação

- *Pedir ao exportador que prepare uma tradução livre da prova de origem em inglês ou em espanhol para ser enviada ao importador ou*
- *Emitir ou estabelecer directamente a prova de origem em inglês ou em espanhol.*



RECOMENDAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DE CERTIFICADOS DE CIRCULAÇÃO EUR.1

- A) Na **casa n.º 1** é solicitada a indicação do nome, do endereço completo e do país exportador. O México cumpre estritamente as indicações exigidas.

Recomendação

Indicar sempre o endereço completo do exportador.

- B) Nas casas n.º 2 e n.º 4 do certificado uma nova nota explicativa do artigo 17.º pormenoriza o tipo de menções ou abreviaturas utilizadas para indicar a origem comunitária das mercadorias: quando uma destas menções/abreviaturas for utilizada, o certificado nunca pode ser rejeitado por razões técnicas.

Recomendação

Utilizar a menção “a Comunidade” ⁽¹⁾ nas casas n.º 2 e n.º 4.

(1) A menção de um Estado-Membro e da Comunidade é também admitida, bem como abreviaturas que se refiram inequivocamente à Comunidade. Para dados pormenorizados remete-se para o quarto travessão do n.º 2 da nota explicativa do artigo 17.º do Anexo III, publicado no JO C40 de 14.2.2004, página 3.



- C) O preenchimento das **casas nºs 3, 6 e 10** é facultativo. De acordo com a nova nota explicativa do artigo 17.º, o certificado não pode ser rejeitado por razões técnicas, se estas não estiverem preenchidas. No entanto, as autoridades mexicanas podem rejeitar os certificados de circulação EUR.1, quando, embora preenchidas, estas casas não contiverem informações completas e/ou correctas.

Recomendação

Deixar em branco as três casas facultativas.

- D) Na casa n.º 8 as “mercadorias serão designadas conforme os usos comerciais com as indicações necessárias para permitir a sua identificação”. As autoridades mexicanas tendem, no entanto, a comparar essa descrição com a que figura na factura. Além disso, de acordo com o descritivo da casa n.º 8, os regulamentos internos mexicanos exigem que um número de adição preceda cada produto.

Recomendação

- Descrever as mercadorias em termos suficientemente precisos e fazer corresponder a descrição à que figura na factura.

- E) É obrigatório indicar na casa n.º 8 a classificação pautal das mercadorias, pelo menos, a nível da posição (código de quatro algarismos). Segundo a nova nota explicativa do artigo 17.º, é admissível uma classificação pautal mais específica da mercadoria, no entanto, podem surgir problemas se o México e a Comunidade tiverem pontos de vista diferentes sobre a classificação pautal exacta de um produto. Ao indicar a classificação de um produto apenas a nível da posição (código de quatro algarismos), diminui-se o risco de divergência de interpretação no que respeita à classificação pautal exacta das mercadorias exportadas da Comunidade.



Recomendação

Limitar sempre a indicação da classificação pautal das mercadorias descritas na casa n.º 8 à posição (código de quatro algarismos).

RECOMENDAÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE DECLARAÇÕES NA FACTURA

- A) As declarações na factura podem ser estabelecidas numa factura ou num outro documento comercial emitido na Comunidade. De acordo com o México, os “outros documentos comerciais” são os que estão explicitamente mencionados no Anexo III e nas notas explicativas, ou seja, a nota de entrega, o conhecimento e a lista de volumes ⁽²⁾.

Recomendação

Só utilizar facturas, notas de entrega, conhecimentos ou listas de volumes emitidos na Comunidade como documentos justificativos das “declarações na factura”.

(2) Segundo as disposições internas mexicanas, podem ser utilizados outros documentos comerciais como documentos justificativos, mas devem conter muitas informações (por exemplo, nome completo do exportador, país de exportação, valor de cada produto e valor total de todos os produtos, etc.)



- B) É atribuído a cada “exportador autorizado” um número de autorização que segue uma estrutura indicativa. As autoridades mexicanas receberam um documento que contém todas as estruturas indicativas dos números de autorização emitidos em todos os Estados-Membros da Comunidade. A fim de se evitarem problemas na importação, os números de autorização devem corresponder sempre à estrutura indicativa comunicada por cada Estado-Membro à Comissão.

Recomendação

Só utilizar facturas, notas de entrega, conhecimentos ou listas de volumes emitidos na Comunidade como documentos justificativos das “declarações na factura”.

5.5. Prazo de Validade

A prova de origem é válida por 4 meses (5 meses no caso da Síria. 10 meses no caso do SPG, do R.A.M. e países ACP que celebraram A.P.E , PTU, México e Chile) a contar da data de emissão no país de exportação, devendo ser apresentada durante esse prazo às autoridades aduaneiras do país de importação.

A prova de origem apresentada às autoridades aduaneiras do país de importação após o seu prazo de validade pode ser aceite para efeitos da aplicação do regime preferencial, quando a inobservância desse prazo se deva a circunstâncias excepcionais.

Nos outros casos em que a apresentação é feita fora de prazo, as autoridades do país de importação podem aceitar a prova de origem se os produtos lhes tiverem sido apresentados antes do termo do referido prazo.

Para as mercadorias colocadas em regime de entreposto antes da sua introdução em livre prática, o período de validade da prova de origem é interrompido por um período equivalente ao da permanência das mercadorias no regime de entreposto.

Todavia, para que as autoridades aduaneiras tenham a possibilidade de proceder ao controlo *a posteriori* das provas de origem, aquele período não pode ultrapassar dois anos.



5.6. Substituição

Um certificado EUR.1, EUR-MED, ou Form.A apresentado na importação numa estância aduaneira da Comunidade, pode ser substituído por um ou mais certificados, no caso de reexpedição de uma parte das mercadorias em causa para uma outra estância aduaneira da Comunidade (ou Noruega ou Suíça no caso do Form.A)

A emissão de um ou mais certificados EUR.1, EUR-MED, Form. A em substituição de um certificado apresentado aquando da entrada em regime de entreposto pode igualmente ser obtida, a fim de cobrir os apuramentos parciais e sucessivos deste regime pela introdução no consumo, reenvio para uma outra alfândega no território português ou para um outro Estado Membro.

A emissão de um ou mais certificados de origem de substituição só pode ter lugar se as mercadorias se encontrarem na estância aduaneira onde a substituição é solicitada. Esta deverá seguir as seguintes orientações no que respeita à emissão destes certificados de substituição:

Certificados EUR 1 e EUR-MED

Na casa “Observações” – Casa 7 - do certificado de substituição deverá constar a menção “Certificado emitido em substituição do(s) certificado(s) n.º ... de série, data de emissão.” O mesmo acontece quanto às declarações de origem na factura ou declarações EUR-MED que devem conter a identificação do nº da factura original e a data em que a declaração de origem foi efectuada. Caso a factura original não contenha a indicação dessa data, é considerada como referência a data da factura ou documento comercial onde a declaração foi feita

Refira-se que todas as menções que figuram no certificado primitivo relativas à origem e à identificação das mercadorias devem igualmente constar do certificado de substituição, tendo em atenção o seguinte:

- Na casa 1 dos certificados de substituição deve ser indicado o nome do reexportador;
- Na casa 2 deve constar o Acordo preferencial da UE que é mencionado no certificado original;
- Na casa 3 deve ser referido o nome do destinatário final;
- Na casa 4 dos certificados de substituição deve ser inscrito o país, grupo de países ou território de onde os produtos são considerados originários;
- Na casa 5 é inscrito o Estado Membro ou Alfândega (no caso de o destino ter sido alterado dentro do mesmo EM) de destino dos produtos abrangidos pelo certificado de substituição;
- Na casa 7 devem ser referidas todas as particularidades respeitantes aos produtos abrangidos pelo certificado original ;



- Na casa 8 devem ser mencionadas as particularidades relativas aos produtos abrangidos pelo certificado de substituição e que irão ser transportados de um EM para outro;
- Na Casa 9 constam as indicações relativas ao número de volumes e ao peso as quais, no entanto, só devem referir-se às mercadorias reexpedidas;
- Na casa 10 do certificado de substituição deve constar a referência à factura efectuada pelo reexportador;
- Na casa 11 é feita a validação do certificado de substituição pelas autoridades aduaneiras de emissão;
- A casa 12 deve ser preenchida e assinada pelo reexportador.

A Alfândega aduaneira de emissão do certificado de substituição de um certificado EUR 1, EUR-MED (ou, nos casos aplicáveis, declaração de origem na factura) deve inscrever, no certificado original, o peso, números e natureza dos produtos expedidos, assim como o nº de ordem do certificado de substituição emitido e conservá-lo durante, pelo menos, três anos.

Refira-se ainda que pode ser enviada em anexo ao certificado de substituição uma cópia do certificado original (ou, quando aplicável, da declaração na factura original).

Certificado Form. A

O Certificado de substituição deve indicar na casa situada na parte superior direita o nome do país intermediário onde é emitido. Na casa 4 tem que ser inscrita uma das seguintes menções: “ Certificat de remplacement” ou “Replacement certificate”, assim como a data do certificado de origem original e respectivo número de série.

- Na casa 1 deve ser indicado o nome do reexportador;
- Na casa 2 pode figurar o nome do destinatário final;
- Nas casa 3 a 9 devem ser inseridas todas as menções constantes do certificado original que se reportem aos produtos reexportados;
- Na casa 10 deve ser mencionado o nº da factura do reexportador;
- Na casa 11 deve ser colocado o visto da autoridade aduaneira que procede à emissão do certificado de substituição a qual apenas é responsável por este;
- Na casa 12 devem ser mencionados o país de origem e o país de destino, tal com indicado no certificado original, devendo o reexportador assiná-la. Refira-se que este reexportador que, de boa fé, assina esta casa não é responsável pela exactidão das menções constantes do certificado original.

A Alfândega que procede a esta emissão também deve anotar no certificado original o peso, a quantidade e a natureza dos produtos expedidos, assim como o número de série do correspondente certificado de substituição, devendo conservar o referido certificado original durante, pelo menos, 3 anos e podendo anexar uma cópia do mesmo ao certificado de substituição.



Considera-se de destacar, a este propósito, que no caso de produtos que beneficiem de preferência SPG no âmbito de uma derrogação, este procedimento só se aplica aos produtos com destino à CE.

Contudo, nos demais casos é concedido tratamento preferencial aos produtos originários de um país beneficiário do SPG apresentados na CE com um certificado de substituição Form A emitido na Noruega ou Suíça tendo por base um certificado original Form. A emitido pela autoridade competente do país beneficiário, desde que cumpridas as regras do Reg. SPG.

5.7. Apresentação da Prova de Origem

As disposições relativas à prova do estatuto de produtos originários existentes em todos os sistemas de trocas preferenciais de que a Comunidade faz parte estipulam que o certificado de origem deve ser apresentado na estância aduaneira do país de importação num determinado prazo a contar da data da sua emissão. Estas disposições especificam ainda que as autoridades aduaneiras do país de importação podem exigir uma tradução da prova de origem e que a declaração de importação seja acompanhada de uma declaração do importador segundo a qual os produtos satisfazem as condições exigidas para efeitos da aplicação do regime preferencial solicitado.

Quando o importador no momento da importação não puder apresentar a prova de origem relativa ao regime solicitado, deverá proceder de acordo com o disposto nos artigos 254.º a 259.º das DAC.

Quando, por qualquer motivo, o formulário EUR. 2 não for apresentado no momento do desalfandegamento das mercadorias, o benefício do regime preferencial pode, no entanto, ser concedido, desde que seja apresentado um certificado EUR.1 emitido *a posteriori*.

O formulário EUR. 2 produz os mesmos efeitos que o certificado EUR. 1, constituindo prova bastante para efeitos da atribuição do regime preferencial quando reconhecido como documento válido.

5.8. Separação de Contas

Em todos os regimes preferenciais, o operador deve estar em condições de, a pedido das autoridades aduaneiras do país de exportação, provar que os produtos referidos nos documentos justificativos da origem, para os quais solicitou a emissão de um EUR.1 ou um EUR-MED, ou para os quais efectuou uma declaração de origem na factura ou declaração na factura EUR-MED, cumprem as



regras de origem estabelecidas para os produtos em causa no respectivo protocolo de origem.

Daqui resulta que as empresas que comercializam mercadorias no quadro dos acordos preferenciais, devem efectuar a separação física das matérias primas ou produtos intermédios originários dos não originários que entrem no fabrico dos produtos destinados à exportação e para os quais será solicitado um tratamento preferencial.

No entanto, esta separação física pode revelar-se impraticável e onerosa para as empresas, no que se refere, principalmente, às matérias originárias e não originárias idênticas e comercialmente permutáveis, não sendo possível distingui-las a olho nu.

Esta obrigação de efectuar a separação física dos stocks não responde mais às necessidades das empresas que, na sua prática comercial, misturam nos seus stocks matérias originárias e não originárias.

A fim de ter em conta os interesses dos operadores económicos, garantindo, no entanto, a correcta aplicação dos acordos preferenciais, foi decidido introduzir, no quadro das trocas preferenciais entre a Comunidade, os países da EFTA, Marrocos, Tunísia, Argélia, Jordânia, Egipto, Turquia, Bósnia-Herzegovina, Macedónia, Montenegro, uma flexibilização deste princípio da separação física das existências, permitindo a utilização, mediante autorização aduaneira, do método designado por “separação de contas”.

5.8.1. Base Jurídica

Nos protocolos de origem dos acordos referidos no parágrafo anterior, existe um artigo que estabelece que “quando se verifiquem custos consideráveis ou materiais em manter existências separadas para matérias originárias e não originárias, idênticas e permutáveis, as autoridades aduaneiras podem, mediante pedido por escrito dos interessados, autorizar a aplicação do método dito “separação de contas” para a gestão dessas existências.

Esse método deve poder assegurar que o número de produtos obtidos que podem ser considerados “originários” é igual ao número que teria sido obtido se tivesse havido uma separação física das existências”.

O recurso a este método não deve, com efeito, permitir que um operador exporte, ao abrigo de uma prova de origem preferencial, produtos para um país associado da zona pan-europeia, se no momento do fabrico ou no momento da emissão da prova de origem, não dispuser nas suas existências de uma quantidade de matérias originárias suficiente para a obtenção do produto final.



5.8.2. Campo De Aplicação Geográfica

O método dito “separação de contas” vigora apenas no interior da zona pan-euromediterrânica e alguns países dos Balcãs. No âmbito dos restantes acordos, o princípio da separação física das existências de matérias originárias e não originárias é obrigatório.

5.8.3. Campo de Aplicação quanto aos Beneficiários

O benefício do método de “separação de contas” só pode ser solicitado pelas empresas que fabriquem e comercializem os produtos. Este procedimento diz respeito apenas às matérias-primas e aos produtos semi acabados utilizados no fabrico de um produto.

Estão pois excluídos deste procedimento, os comerciantes que armazenam e comercializam os produtos finais idênticos e permutáveis originários e não originários.

5.8.4. Campo de Aplicação quanto aos Produtos

Este procedimento abrange apenas matérias-primas e produtos semi acabados utilizados no fabrico de um produto.

As matérias originárias e não originárias devem ser idênticas e permutáveis. Devem, por conseguinte, ser do mesmo tipo e qualidade comercial e possuir as mesmas características físicas e técnicas.

Não deverá ser possível distinguir as matérias umas das outras para efeitos de origem depois de serem incorporadas no produto final. Para o efeito, estas matérias não devem conter marcas de origem que continuem visíveis após o fabrico do produto final.

Em princípio, nenhum produto está excluído do benefício da separação de contas, contudo, deverá ser prestada uma atenção especial ao tratamento dos pedidos relativos aos produtos agrícolas para os quais será solicitado o benefício de restituições aquando da sua exportação.

A utilização da separação de contas, em vez da separação física, só se justifica se as matérias não originárias utilizadas no fabrico do produto final não cumprirem a regra de origem aplicável ao produto final no qual são incorporadas.



O recurso a este procedimento não é, com efeito, necessário se essas matérias respeitarem a regra da transformação suficiente exigida para o produto final em causa.



Exemplo:

Fabrico de obras em couro da posição 42.02 a partir de couro e peles de bovinos da posição 41.04 originárias e não originárias.

A transformação suficiente exigida para estes produtos é “fabrico no qual todas as matérias não originárias utilizadas são classificadas numa posição diferente da do produto”, não há lugar no caso de utilização de couros de diferentes origens à exigência da separação física e logo à separação de contas, uma vez que todas as obras em couro do 42.02 assim obtidas serão originárias.

Exemplo:

Fabrico de relógios do 91.01 a partir de movimentos de relógios de origem francesa, de braceletes originárias da Itália, de caixas de relógios fabricadas na empresa e de mostradores comprados parte nos EUA e parte na CEE, sendo de origem comunitária.

O preço à saída da fábrica dos relógios é de 200 €. O valor aduaneiro dos mostradores importados varia entre 10 e 20 €.

A regra de transformação suficiente exigida para os relógios do 91.01 prevê que o valor das matérias não originárias não deve exceder 40 % do preço à saída da fábrica deste produto.

Na medida em que o valor dos componentes terceiros (mostradores) utilizados no fabrico dos relógios é sempre inferior a 40 % do preço à saída da fábrica, o operador não é obrigado a fazer a separação física ou contabilística dos mostradores originários e não originários.

5.8.5. Modalidades de Concessão da Separação de Contas

5.8.5.1. Pedido Escrito Apresentado pelo Interessado

A empresa interessada deve apresentar na Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira um pedido escrito dirigido ao Director – Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

A empresa requerente terá de demonstrar a necessidade de utilizar a separação de contas com base nos custos excessivos ou na impraticabilidade de conservar existências separadas das matérias consoante a origem.



A empresa deve fabricar os produtos finais originários nos termos das regras de origem aplicáveis.

A empresa deve ser capaz de demonstrar no momento do fabrico ou no momento da emissão de qualquer prova de origem (ou outro elemento de prova do carácter originário) que as existências das matérias originárias existiam em quantidade suficiente para justificar a declaração do carácter originário.

O sistema de contabilidade terá de:

- manter uma distinção clara entre as quantidades de matérias originárias e não originárias adquiridas, indicando as datas em que estas matérias foram colocadas nas existências e, sempre que necessário, o valor dessas matérias;
- indicar a quantidade de:
 - a) matérias originárias e não originárias *utilizadas* e, sempre que necessário, o valor total dessas matérias;
 - b) produtos acabados *manufacturados*;
 - c) produtos acabados *fornecidos* a todos os clientes, identificando separadamente:
 - i) os fornecimentos aos clientes que exigem elementos de prova da origem preferencial (incluindo as vendas aos clientes que exigem outros elementos de prova para além dos existentes sob a forma de prova de origem) e
 - ii) os fornecimentos aos clientes que não exigem esses elementos de prova.

A data em que é efectuada a determinação da origem (ou seja, a data do fabrico ou data de emissão da prova de origem ou de outra declaração de origem) será acordada entre o produtor e as autoridades aduaneiras e registada na autorização concedida por estas últimas.

O produtor tem de assumir plena responsabilidade pelo modo como a autorização é utilizada e pelas consequências da emissão de declarações de origem incorrectas ou de outras utilizações abusivas da autorização.

Sempre que tal seja solicitado, o produtor deve facultar às autoridades aduaneiras todos os documentos, registos e contas.



Modelo do pedido:

I – Características da empresa

- 1) Nome, endereço, denominação social, etc..
- 2) Natureza da actividade;
- 3) Endereço da fábrica ou fábricas de produção.

II – Motivos justificativos da necessidade de utilizar o procedimento da separação de contas

III – Matérias abrangidas pelo sistema

A) Matérias não originárias utilizadas

- a) natureza das matérias
 - denominação comercial e características (tipo, qualidade comercial, composição, características técnicas e físicas)
 - classificação pautal
- b) origem
- c) proveniência

B) Matérias originárias utilizadas

- a) natureza das matérias
 - denominação comercial e características (tipo, qualidade comercial, composição, características técnicas e físicas)
 - classificação pautal
- b) forma de aquisição da origem e tipo de provas disponíveis.

C) Natureza dos produtos finais destinados à exportação

- a) natureza das matérias
 - denominação comercial e características (tipo, qualidade comercial, composição, características técnicas e físicas)



- b) forma de aquisição da origem (regra de origem aplicável)

IV – Compromisso da firma de possuir uma contabilidade de existências na qual se possa verificar:

- o saldo das matérias originárias e não originárias disponíveis no dia da data da autorização;
- as entradas das matérias originárias e não originárias (dia, quantidades, origem e referência à factura respectiva);
- as saídas dos produtos acabados inventariados separadamente:
 - **as saídas sem emissão de provas de origem preferencial:**
tais como as saídas em Portugal para comercialização ou saídas para países terceiros
 - **as saídas com emissão de uma prova de origem preferencial:**
 - directa: emissão de EUR.1, EUR-MED ou de declaração de origem na factura ou declaração EUR-MED;
 - indirecta: declaração do fornecedor ao abrigo do Regulamento n.º 1207/01, no caso de venda a um outro EM;
 - o saldo, a cada saída de produtos acabados, das matérias originárias e não originárias ainda disponíveis.

V – A data na qual a origem é determinada:

- data de fabrico ou
- data de emissão da prova de origem

VI – Aceitação pelo operador da inteira responsabilidade quanto à forma como a autorização é utilizada e quanto às consequências que resultariam da emissão de provas de origem incorrectas e quanto à utilização abusiva da autorização.

VII – Compromisso do operador de colocar à disposição das autoridades aduaneiras, em qualquer altura, todos os



documentos, registos e dados contabilísticos e de informar espontaneamente os serviços aduaneiros de qualquer modificação no processo de fabrico do produto que tenha incidência sobre a validade da autorização.

5.8.5.2. Papel dos Serviços Aduaneiros

A Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira, que recebe o pedido, verifica se o mesmo obedece às condições estipuladas, nomeadamente, quanto às exigências relativas ao campo de aplicação geográfica, à qualidade do requerente ou à natureza dos produtos em causa.

Se o pedido estiver em condições de ser aceite, será transmitido à alfândega em cuja área de jurisdição se encontra localizada a empresa requerente, para parecer.

Para o efeito, a alfândega competente deverá verificar junto do produtor se o mesmo reúne as condições necessárias para a utilização deste procedimento e se a sua contabilidade permite proceder sem problemas aos controlos *a posteriori* das provas de origem.

Após o parecer da alfândega competente, o Director-Geral das Alfândegas autorizará ou recusará o benefício da separação de contas.

Caso o pedido seja autorizado, a alfândega competente deverá examinar os registos contabilísticos do produtor, a fim de determinar, à data da entrada em vigor da autorização, o saldo das matérias originárias e não originárias que podem ser consideradas como fazendo parte das existências.

A autorização deverá mencionar a data em que é efectuada a determinação da origem:

- a data do fabrico, ou
- a data de emissão da prova de origem.

As autoridades aduaneiras recusarão a autorização a um produtor que não ofereça todas as garantias consideradas necessárias ao funcionamento adequado do sistema de separação de contas.

As autoridades aduaneiras poderão retirar uma autorização a qualquer momento. Devem fazê-lo sempre que o produtor deixe de satisfazer as condições ou de oferecer as garantias especificadas. Nesse



caso, as autoridades deverão invalidar as provas de origem ou outros documentos que justificam a origem e que tenham sido emitidos incorrectamente.

5.9. Isenção da Apresentação de Provas de Origem

Os produtos enviados em pequenas remessas por particulares a particulares são considerados originários e podem beneficiar do tratamento preferencial, sem que seja necessária a apresentação de uma prova de origem. No entanto, esta possibilidade está estritamente limitada às pequenas remessas cujo valor não exceda 500 € (195 € no caso da Síria). Um tratamento idêntico é igualmente aplicável à bagagem pessoal dos viajantes, desde que o seu valor não exceda 1200 € (565 € no caso da Síria).

Esta possibilidade aplica-se apenas quando:

- os produtos são importados sem fins comerciais;
- tenham sido declarados como preenchendo os requisitos do respectivo protocolo de origem; e
- não subsistam dúvidas quanto à veracidade da declaração.

Todas as condições devem estar preenchidas.

No caso dos produtos enviados por via postal, aquela declaração pode ser feita na declaração aduaneira CN22/CN23 ou numa folha de papel apensa a esse documento.

Consideram-se desprovidas de carácter comercial, as importações que apresentem carácter ocasional e que consistam exclusivamente em produtos reservados ao uso pessoal dos destinatários, dos viajantes ou das respectivas famílias, desde que seja evidente, pela sua natureza e quantidade, que os produtos não se destinam a fins comerciais.

5.10. Documentos Justificativos da Origem

Sempre que solicita a emissão de um CCM EUR.1 ou EUR-MED ou efectua uma declaração de origem na factura, ou declaração na factura EUR-MED o exportador deve estar preparado para, a qualquer momento, apresentar às autoridades aduaneiras toda a informação adicional comprovativa da origem, exigida por estas autoridades.

Esta informação adicional deverá permitir às autoridades aduaneiras a confirmação do carácter originário das mercadorias abrangidas pelo EUR.1 ou EUR-MED em causa, podendo consistir, nomeadamente, em:



- Provas documentais directas das operações realizadas pelo exportador ou pelo fornecedor para a obtenção das mercadorias em causa, que figurem, por exemplo, na sua escrita ou na sua contabilidade interna;
- EUR.1/ EUR-MED /EUR.2/Declarações na factura provando o estatuto originário das matérias utilizadas;
- Declarações dos fornecedores provando as operações ou transformações efectuadas na Comunidade;
- Documentos comprovativos das operações ou transformações efectuadas fora da Comunidade.

5.11. Conservação dos Documentos

Por várias razões, por vezes, é necessário verificar a documentação relativa a uma determinada mercadoria que beneficiou de um tratamento preferencial na importação, por isso, quer o exportador, quer as autoridades do país de exportação e do país de importação são obrigadas a conservar os documentos relacionados com as mercadorias durante um período de três anos. Apesar de as provas de origem terem um período de validade de quatro (dez) meses, devem, no entanto, ser conservadas durante três anos para efeitos de controlo *a posteriori*.

5.12. Montantes Expressos em Euros

Como já analisado no presente Manual e nas condições referidas, as remessas de baixo valor estão abrangidas por um procedimento simplificado de emissão de provas de origem, e as pequenas remessas enviadas por um particular a um particular sem fins comerciais, bem como as mercadorias contidas na bagagem pessoal dos viajantes, com um determinado valor, estão isentas da apresentação da respectiva prova de origem.

Aqueles valores estão expressos em euros nos protocolos de origem, estando previsto um mecanismo para a conversão dos mesmos nas moedas oficiais dos Estados Membros que não pertencem à “zona euro” e nas moedas nacionais dos países parceiros, partes contratantes dos vários regimes preferenciais.

Tendo em vista a estabilidade na aplicação destas medidas de facilitação, a conversão é feita anualmente, estabelecendo-se nos protocolos as condições que devem ser cumpridas no cálculo da equivalência nas moedas nacionais.

Cabe ao exportador verificar se em determinados casos em concreto os valores indicados nas facturas expressos na sua moeda nacional correspondem aos montantes expressos em euros. Daqui decorre que o país de importação deve aceitar aqueles montantes sem converter o valor da remessa na sua própria moeda.



Para o efeito, procede-se habitualmente à divulgação dos contravalores em moedas nacionais aos limites expressos em euros, aplicáveis no âmbito dos vários acordos. Assim:

Balcãs Ocidentais – Antiga República da Macedónia (FYROM) e Croácia

País	Moeda	Declaração na factura (6.000 €)	Bagagem dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Albânia	Lek (ALL)	740 820	148 164	61 735
Bósnia Herzegovina	Marco Convertível da Bósnia (BAM)	12 000	2 400	1 000
Bulgária	Lev (BGN)	11 735	2 347	978
Croácia	Kuna (HRK)	42 650	8 550	3 560
República Checa	Coroa Checa (CZK)	150 000	30 000	12 500
Dinamarca/Iilhas Feroé	Coroa Dinamarquesa (DKK)	45 000	9 000	3 800
Estónia	Coroa Estoniana (EEK)	94 000	19 000	8 000
Fyrom	Dinar (MKD)	367 014	73 403	30 585
Hungria	Forint (HUF)	1 523 760	304 752	126 980
Letónia	Lats (LVL)	4 217	843	351
Lituânia	Litas (LTL)	21 000	4 100	1 700
Polónia	Zloty	28 000	5 600	2 400
Roménia	Leu (RON)	22 409	4 482	1 867
Suécia	Coroa Sueca (SEK)	61 000	12 000	5 000
Turquia	Lira Turca (TRY)	11 450	2 290	955
Reino Unido	Libra esterlina (GBP)	4 830	965	400



Acumulação pan-euro-mediterrânica

País	Moeda	Declaração na factura (6.000 €)	Bagagem pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Chile	Peso Chileno	4 653 060	930 612	387 755
Bulgária	Lev Búlgaro	11 735	2 347	978
República Checa	Coroa Checa	150 000	30 000	12 500
Dinamarca/Ilhas Feroé	Coroa Dinamarquesa	45 000	9 000	3 800
Estónia	Coroa da Estónia	94 000	19 000	8 000
Hungria	Forint da Hungria	1 523 760	304 752	126 980
Islândia	Coroa Islandesa	940 000	188 000	78 000
Letónia	Lats da Letónia	4 217	843	351
Liechtenstein	Franco Suíço	10 300	2 100	900
Lituânia	Litas da Lituânia	21 000	4 100	1 700
Noruega	Coroa Norueguesa	50 000	10 000	4 100
Polónia	Zloty da Polónia	28 000	5 600	2 400
Roménia	Leu da Roménia	22 409	4 482	1 867
Suécia	Coroa Sueca	61 000	12 000	5 000
Reino Unido	Libra Esterlina	4 830	965	400



México

Moeda Nacional	Declaração na factura	Bagagem dos viajantes	Pequenas remessas
Euro	6 000	1 200	500
Coroa Checa	210 000	42 000	17 500
Libra de Chipre	3 448	690	287
Coroa Dinamarquesa	45 600	9 100	3 800
Coroa da Estónia	94 000	19 000	8 000
Florint da Hungria	1 555 800	311 160	129 650
Lats da Letónia	3 378	676	282
Litas da Lituânia	22 000	4 500	1 900
Liras de Malta	2 433,18	486,64	202,76
Pesos Mexicanos	54 549,60	10 909,92	4 545,80
Zloty da Polónia	24 500	4 900	2 040
Coroa Sueca	55 000	11 000	4 600
Tolar da Eslovénia	1 221 639	244 328	101 803
Coroa da Eslováquia	260 000	52 000	22 000
Libra esterlina	3 744	749	312



Chile

Moeda Nacional	Declaração na factura	Bagagem dos viajantes	Pequenas remessas
Euro	6 000	1 200	500
Peso Chileno	4 564 860	912 972	380 405
Libra de Chipre	3 515	715	300
Coroa Checa	210 000	42 000	17 500
Coroa Dinamarquesa	45 600	9 100	3 800
Coroa da Estónia	94 000	19 000	8 000
Florint da Hungria	1 524 000	304 800	127 000
Lats da Letónia	3 912	782	326
Litas da Lituânia	21 000	4 100	1 700
Liras de Malta	2 560	512	213
Zloty da Polónia	28 000	5 600	2 400
Tolar da Eslovénia	1 410 000	282 000	118 000
Coroa da Eslováquia	260 000	52 000	22 000
Coroa Sueca	57 500	11 500	4 800
Libra esterlina	4 205	840	350

Marrocos e Tunísia

País	Moeda Nacional	Declaração na factura (5110 €)	Bagagem Pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Marrocos	Dirham de Marrocos	56 200	13 200	5 500
Tunísia	Dinar da Tunísia	6 500	1 520	630



Egipto, Israel, Jordânia, Cisjordânia e Faixa de Gaza

País	Moeda Nacional	Declaração na factura (6000 €)	Bagagem Pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Egipto	Libra do Egipto	21 500	4 300	1 800
Israel	Shekel de Israel	27 000	5 400	2 300
Jordânia	Dinar da Jordânia	5 400	1 100	445
Líbano	Libra do Líbano	9 630 000	1 926 000	802 500
Cisjordânia e Faixa de Gaza	Shekel de Israel	24 000	4 800	2 000

Jordânia, Cisjordânia e Faixa de Gaza

País	Moeda Nacional	Declaração na factura (6000 €)	Bagagem Pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Áustria, Bélgica, Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha	Euro	6 000	1 200	500
Reino Unido	Libra esterlina	4 830	965	400
Dinamarca	Coroa dinamarquesa	45 600	9 100	3 800
Suécia	Coroa sueca	55 000	11 000	4 600
República Checa	Coroa checa	210 000	42 000	17 500
República Eslovaca	Coroa eslovaca	240 000	47 000	20 000
Hungria	Forint da Hungria	1 200 000	240 000	100 000
Polónia	Zloty da Polónia	21 000	4 200	1 750
Eslovénia	Tolar da Eslovénia	1 026 000	206 000	86 000
Lituânia	Litas da Lituânia	30 200	6 050	2 520
Letónia	Lats da Letónia	4 140	830	350
Estónia	Coroa da Estónia	90 000	18 000	7 500
Chipre	Libra de Chipre	3 450	715	300
Malta	Lira de Malta	2 738	550	228



Marrocos e Tunísia

País	Moeda Nacional	Declaração na factura (5110 €)	Bagagem Pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal e Espanha	Euro	5 110	1 200	500
Reino Unido	Libra esterlina inglesa	4 000	965	400
Dinamarca	Coroa dinamarquesa	37 300	9 100	3 800
Suécia	Coroa sueca	47 000	11 000	4 600
República Checa	Coroa checa	182 000	42 000	17 500
República Eslovaca	Coroa eslovaca	221 000	52 000	22 000
Hungria	Forint da Hungria	1 313 000	310 000	129 400
Polónia	Zloty da Polónia	22 200	5 280	2 200
Eslovénia	Tolar da Eslovénia	1 001 000	236 100	98 400
Lituânia	Litas da Lituânia	21 600	5 100	2 100
Letónia	Lats da Letónia	3 525	830	350
Estónia	Coroa da Estónia	80 000	19 000	8 000
Chipre	Libra de Chipre	2 940	715	300
Malta	Lira de Malta	2 170	510	213



Egipto, Israel e Líbano

País	Moeda Nacional	Declaração na factura (6000 €)	Bagagem Pessoal dos viajantes (1200 €)	Pequenas remessas (500 €)
Áustria, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Paí- ses Baixos, Portu- gal e Espanha	Euro	6 000	1 200	500
Reino Unido	Libra esterlina	4 830	965	400
Suécia	Coroa sueca	55 000	11 000	4 600
República Checa	Coroa checa	210 000	42 000	17 500
República Eslovaca	Coroa eslovaca	260 000	52 000	22 000
Hungria	Forint da Hungria	1 550 000	310 000	129 400
Polónia	Zloty da Polónia	26 400	5 280	2 200
Eslovénia	Tolar da Eslové- nia	1 180 800	236 100	98 400
Lituânia	Litas da Lituânia	25 500	5 100	2 100
Letónia	Lats da Letónia	4 140	830	350
Estónia	Coroa da Estónia	94 000	19 000	8 000
Chipre	Libra de Chipre	3 450	715	300
Malta	Lira de Malta	2 550	510	213



SECÇÃO 6. PROCEDIMENTO DESTINADO A FACILITAR A EMISSÃO DE PROVAS DE ORIGEM NA COMUNIDADE EUROPEIA

6.1. Objectivo

Atendendo a que nas trocas comerciais preferenciais com os países terceiros que concluíram Acordos de Comércio Livre com a União Europeia esta é considerada como uma entidade territorial única, a determinação da origem preferencial comunitária de um produto destinado a ser exportado para um desses parceiros levantava alguns problemas, em particular quando diversos Estados membros intervinham no respectivo processo de fabrico.

Na tentativa de obviar a essas dificuldades, foi adoptado, em substituição do Reg. 3351/83, o **Regulamento n.º 1207/01** (J.O. L n.º 165 de 21/ 06/ 2001) – o qual foi alterado pelo **Regulamento nº 1617/2006** (J.O. L nº 300 de 31.10.2006) para ter em conta a aplicação do novo sistema de acumulação diagonal com a utilização de novas provas de origem preferencial, e pelo **Regulamento nº 75/2008** (J.O. L nº 24 de 29/01/2008), constantes do Anexo IV desta parte do presente Manual – e que prevê um procedimento que permite aos exportadores e aos serviços aduaneiros de um Estado membro da Comunidade estar informados não apenas da origem exacta dos produtos que provêm de um ou mais Estados membros e que são exportados no mesmo estado, ou após uma transformação complementar, para um país ligado à CE por um acordo preferencial, mas também sobre as operações efectuadas nos outros Estados membros, com vista a que as mesmas possam ser tidas em conta para efeitos da atribuição de origem aos produtos exportados.

Com a aplicação deste Regulamento pretende-se, assim, uma maior simplificação nos seguintes domínios:

- **Na emissão ou estabelecimento** na Comunidade das provas de origem ao abrigo das disposições que regem o comércio preferencial entre a CE e determinados países;
- **Na emissão de autorizações de “exportador autorizado”** com validade em vários Estados membros;
- **No funcionamento dos métodos de cooperação administrativa entre Estados membros.**



6.2. Declaração de Fornecedor

No quadro das regras preferenciais a informação relativa ao estatuto dos produtos expedidos de um Estado membro a um outro Estado membro a partir do qual esses produtos são exportados para um país parceiro, deve ser dada através de uma declaração a efectuar pelo fornecedor comunitário.

Essa declaração de fornecedor destina-se a ser utilizada pelo exportador, como elemento de prova, em apoio ao seu pedido de emissão ou de estabelecimento, na Comunidade, das provas de origem ao abrigo das disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade e determinados países.

Excepto nos casos das designadas “declarações de fornecedor a longo prazo” - que serão tratados no ponto 6.4. desta Secção - deve ser feita uma declaração por cada remessa (a qual deve constar na factura relativa à remessa, ou numa nota de remessa, ou em qualquer outro documento comercial em que a descrição da mercadoria seja suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação).

6.3. Apresentação da Declaração

Relativamente a produtos considerados originários a título preferencial, a declaração do fornecedor deve ser feita de acordo com o modelo do Anexo I do Regulamento 1617/2006 que, conforme atrás referido, consta do Anexo IV desta parte deste Manual.

Tratando-se de declaração a longo prazo deve seguir-se o modelo do Anexo II do Regulamento.

Em caso de declaração de fornecedor relativa a produtos que, embora tendo sido objecto de operações de complemento de fabrico ou transformação na CE, não adquiriram carácter originário a título preferencial, o modelo a usar é o que consta do Regulamento nº 75/2008 - Anexo III. No caso de declaração de fornecedor a longo prazo em idêntica situação, o modelo é o do Anexo IV ao mesmo Regulamento.



6.4. Declaração a Longo Prazo

Sempre que um fornecedor proceda ao envio, com regularidade, de mercadorias cujo estatuto, em termos de regras de origem, se prevê que se mantenha constante por períodos de tempo consideráveis, pode apresentar uma só declaração para cobrir as remessas posteriores, a qual é designada por “declaração de fornecedor a longo prazo”, e tem a validade máxima de 1 ano a contar da respectiva data de emissão.

Caso seja emitida com efeitos retroactivos, este prazo conta-se a partir da data em que a declaração tiver começado a produzir efeitos.

Sempre que uma declaração a longo prazo deixe de estar válida no que respeita às mercadorias expedidas, o fornecedor tem a obrigação de avisar de imediato o comprador.

6.5. Forma e Preenchimento da Declaração do Fornecedor

A declaração de fornecedor deve conter a assinatura manuscrita original do fornecedor, podendo ser emitida em formulário pré-impresso. Contudo, quando a factura e declaração de fornecedor forem processadas por computador não têm, necessariamente, que ser assinadas à mão, desde que o fornecedor se responsabilize por escrito, perante o cliente, por todas as declarações que o identifiquem como tendo sido ele a assiná-las.

6.6. Certificado de Informação INF 4

Com vista a permitir que se apure a exactidão e autenticidade de uma declaração de fornecedor, as autoridades aduaneiras podem exigir ao exportador que obtenha do fornecedor um certificado de informação INF 4 cujo modelo consta no Anexo V do Regulamento 1207/01 (Anexo IV desta parte deste Manual), e que é emitido pelas autoridades do Estado membro em que o fornecedor se encontra estabelecido.

Para este efeito, essas autoridades dispõem do prazo de três meses a contar da data da recepção do pedido de emissão, e podem exigir os documentos comprovativos que considerem necessários, bem como fiscalizar a contabilidade do fornecedor.



6.7. Conservação dos Documentos

Os documentos comprovativos da exactidão de uma declaração de fornecedor devem ser guardados durante pelo menos três anos, devendo, igualmente, as autoridades aduaneiras a quem seja pedida a emissão de um certificado de informação INF 4 conservar o formulário do respectivo pedido durante, pelo menos, 3 anos.

6.8. Autorização Única

Até à publicação do Regulamento CE n.º 1207/2001, as empresas que exportavam mercadorias a partir de um ou mais Estados membros diferentes daquele em que se encontravam estabelecidas e que pretendessem recorrer a procedimentos simplificados para emissão de provas de origem, tinham que pedir autorizações distintas em cada um dos Estados membros de exportação.

O artigo 8.º do acima referido Regulamento veio, contudo, prever a possibilidade de um exportador que efectue exportações frequentes a partir de um Estado membro diferente daquele em que se encontra estabelecido obter o estatuto de exportador autorizado para a certificação de origem sobre factura válida para as exportações desses produtos realizadas a partir de diferentes Estados membros.

Assim, os exportadores estabelecidos em Portugal que pretendam beneficiar deste procedimento simplificado devem dirigir um requerimento nesse sentido ao Director-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo a quem compete conceder tal autorização, conforme detalhadamente explicado no ponto 5.4. da Secção 5 desta parte do presente Manual.

6.9. Assistência Mútua e Controlo das Declarações do Fornecedor

As autoridades aduaneiras dos Estados membros devem prestar assistência mútua no controlo das declarações de fornecedor bem como no que respeita ao funcionamento do sistema de “exportador autorizado”.

Nesta matéria, e quando o exportador não puder apresentar um certificado de informação INF 4 no prazo de 4 meses a contar da data em que o mesmo seja solicitado, as autoridades do Estado membro de exportação podem pedir directamente às autoridades do Estado membro onde o fornecedor está estabelecido que confirmem o estatuto dos produtos em matéria de regras de origem preferenciais. Nesse sentido, devem enviar às autoridades a quem dirigem o pedido todas as informações de que dispõem incluindo as razões de fundo e de forma que justificam as perguntas formuladas.



Quando, no prazo de 5 meses a contar do pedido de controlo, não for recebida uma resposta, ou quando não forem recebidas as informações consideradas suficientes, as autoridades do país de exportação invalidam o certificado EUR 1, EUR-MED, declaração na factura, declaração na factura EUR-MED, ou formulário EUR 2 em questão, conforme o caso.



SECÇÃO 7. COOPERAÇÃO ADMINISTRATIVA

7.1. Comunicação de Carimbos e Endereços

As autoridades aduaneiras da CE, bem como as dos países parceiros beneficiários de tratamento preferencial por parte da Comunidade, devem comunicar reciprocamente, através dos serviços competentes da Comissão Europeia, as espécimes dos cunhos dos carimbos que são utilizados nas várias estâncias aduaneiras para a emissão de certificados de origem, e os endereços das autoridades aduaneiras responsáveis por essa emissão, bem como pelo controlo dos mesmos e das declarações na factura.

Sempre que ocorram alterações relativamente a estes carimbos e endereços as mesmas deverão ser desde logo comunicadas, com indicação da data a partir da qual produzem efeitos, para evitar perturbações desnecessárias nos fluxos de comércio.

7.2. Obrigação de Assistência Mútua

As autoridades aduaneiras dos Estados membros da CE, dos países parceiros beneficiários de preferências e a Comissão Europeia devem comprometer-se, conjuntamente, num sistema de cooperação recíproca que garanta a aplicação correcta e efectiva dos regimes preferenciais acordados.

Assim, as entidades responsáveis para efeitos de controlo a posteriori das provas de origem emitidas devem ser do conhecimento dos países parceiros, devendo pertencer à Administração Pública para que ofereçam a idoneidade necessária para a função que lhes é cometida, e para que não possam estar de alguma forma conotadas com interesses privados.

Esta reserva é tão mais importante quanto se trate de países em vias de desenvolvimento em que se revela indispensável o envolvimento e responsabilização da Administração Pública neste processo.

A cooperação administrativa é pois o pilar de segurança de todo o sistema de comércio preferencial aplicado pela CE, sendo o seu irregular ou deficiente funcionamento condição bastante para que possa ser publicado um aviso aos importadores em Jornal Oficial da União Europeia alertando para os riscos e deficiências detectadas no sistema.



7.3. Controlo da Prova de Origem

O controlo a posteriori das provas de origem (certificados e declarações na factura) pode ser efectuado por amostragem, ou sempre que as autoridades aduaneiras do país de importação tenham dúvidas fundadas quanto à autenticidade do documento, quanto ao carácter originário dos produtos visados, ou quanto ao cumprimento de outros requisitos estabelecidos nos protocolos de origem.

Nesses casos, as autoridades do país de importação devem enviar o documento de origem ao país de exportação apelando ao mecanismo de cooperação administrativa para que se proceda às averiguações necessárias. Nesse sentido, devem juntar todos os documentos de apoio que considerem relevantes para o apuramento da situação de facto.

No exercício da acção de controlo, as autoridades aduaneiras do país de exportação podem ainda exigir quaisquer documentos comprovativos e fiscalizar a contabilidade do exportador ou empreender qualquer outra acção de controlo.

Estas acções deverão estar terminadas no prazo de 10 meses (excepção para alguns países) cujos Protocolos apenas referem uma intenção de “best delay” (no melhor prazo) findo o qual devem ser comunicadas às autoridades do país de importação as conclusões a que foi possível chegar. Nesta resposta deve ser claramente afirmado se os documentos apresentados são autênticos, se os produtos em causa podem ser considerados como produtos originários e se se encontram correctamente preenchidos todos os outros requisitos fixados nos Protocolos de origem.

7.3.1. Controlo por Amostragem

O controlo a posteriori de provas de origem pode ser efectuado por amostragem, o que significa que tem um carácter aleatório e uma função essencialmente de dissuasão, uma vez que, em termos de princípio, toda e qualquer prova de origem pode estar sujeita a um controlo a posteriori junto das autoridades aduaneiras do país de exportação às quais compete averiguar da sua correcta emissão e confirmar, ou não, a autenticidade e a regularidade das afirmações produzidas.

Na medida em que este tipo de controlo não tem por base uma situação de suspeição real, não implica o estabelecimento de uma garantia dos direitos pelo valor mais elevado aquando da libertação das mercadorias, ao contrário do que sucede com os pedidos de controlo a posteriori por dúvidas fundadas.



No entanto, para que este tipo de controlo possa funcionar de forma sistemática e uniforme, todas as alfândegas deverão recorrer a este mecanismo, enviando com regularidade para a Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira algumas provas de origem aceites, para efeitos de controlo a posteriori por amostragem.

7.3.2. Controlo por Dúvidas Fundadas

As situações que podem ocasionar dúvidas fundadas prendem-se geralmente com uma suspeição fundamentada da existência de irregularidades, a qual pode ser denunciadora de uma intenção/actuação fraudulenta por parte do exportador.

Como exemplos destas situações costumam ser referidos os seguintes casos:

- O documento de origem não se apresenta assinado pelo exportador;
- O documento não está assinado ou datado pela autoridade emissora;
- As mercadorias, embalagens ou documentos de acompanhamento contêm marcas que indiciam uma origem diferente da referida no certificado;
- As menções apostas no certificado permitem concluir que as condições relativas às operações de complemento de fabrico são insuficientes para conferirem o carácter de produto originário;
- O carimbo utilizado para visar o documento é diferente do comunicado pelas vias oficiais.

Nestas situações, e enquanto se aguarda o resultado do pedido de controlo a posteriori, devem ser tomadas todas as medidas cautelares consideradas necessárias pelas alfândegas para garantir o pagamento dos direitos e demais imposições que possam ser aplicáveis.

Se no prazo de 10 meses não for recebida resposta ao pedido de controlo, ou se a resposta enviada pelas autoridades do país de exportação não contiver os elementos de informação suficientes para a determinação da autenticidade do documento, ou da origem real das mercadorias, as autoridades aduaneiras do país de importação devem recusar a concessão do benefício preferencial, excepto se forem invocadas circunstâncias excepcionais. No caso de Portugal o procedimento acima exposto compete à Direcção de Serviços de Tributação Aduaneira.



SECÇÃO 8. RESPONSABILIDADE DOS EXPORTADORES

8.1. Cuidados a ter

Na perspectiva dos exportadores, afigura-se da maior importância assegurar a exactidão de todas as declarações efectuadas em matéria de origem dos produtos a exportar, o que implica que o exportador deve saber se a mercadoria em questão preenche as condições necessárias para poder beneficiar da preferência que está a requerer.

O exportador deve assim estar na posse de todos os documentos que permitam concluir quais as matérias utilizadas no fabrico do produto final, as respectivas origens, qual o processo de fabrico utilizado e quais as regras que têm que estar cumpridas para que o produto possa beneficiar de preferência no país de importação. Deve ainda conservar todos os documentos comprovativos da situação declarada durante, pelo menos, três anos, dado que nesse período de tempo pode sempre ser chamado a apresentá-los às autoridades aduaneiras.

8.2. Como Proceder se as Mercadorias Cumprirem as Regras de Origem

Quando a mercadoria cumpre as regras/condições exigidas para que possa ser considerada como originária, o exportador deve solicitar às autoridades aduaneiras a emissão de um certificado de origem (Certificado de Circulação de Mercadorias EUR 1) para a mesma, ou proceder à emissão de uma declaração na factura, se estiverem satisfeitos os requisitos exigidos para esse efeito indicados na Secção 5 do presente Manual.

Será através da apresentação desse documento de origem regularmente emitido pelas autoridades aduaneiras competentes do país de exportação que irá ser determinada a atribuição de tratamento preferencial na importação da mercadoria em causa aquando da sua importação.

Também no âmbito de um regime não recíproco, como é o caso do S.P.G., o exportador comunitário pode ainda ter que declarar a origem de determinada mercadoria que vai exportar para um dos países beneficiários, não já para efeitos de lhe ser atribuído um tratamento preferencial (que não existe), mas sim para que, em aplicação das regras de acumulação, se essa mercadoria for transformada no país beneficiário do SPG (operação/transformação superior às mínimas), possa depois ser exportada para a UE com um certificado FORM A, isto é, beneficiando de tratamento preferencial.



8.3. Tipo De Provas Que Devem Ser Apresentadas Às Autoridades Competentes

Quando se trate de solicitar a emissão de um documento de origem o exportador terá que, antes de mais, apresentar um pedido de emissão do qual têm que constar as informações relevantes para se poder considerar devidamente esclarecido o carácter originário da mercadoria.

Assim, constam desse pedido informações referentes ao tipo de mercadoria, classificação pautal, descritivo, peso, apresentação, e outros elementos adicionais que permitam identificar correctamente a mercadoria a que o documento se refere e o seu carácter originário. Importa referir que o preenchimento de alguns desses elementos de informação reveste carácter obrigatório, pelo que, se estes forem omissores, o certificado não se considera válido.



SECÇÃO 9. RESPONSABILIDADE DOS IMPORTADORES

9.1. Cuidados a Ter

Do ponto de vista dos importadores da CE é necessário ter também em conta que o documento de origem apresentado junto das alfândegas cumpre os requisitos de regularidade e autenticidade, e que as mercadorias abrangidas pelo mesmo estão nas condições exigidas para poderem beneficiar de preferência.

Nesta medida, importa que o importador analise a regra de origem que é aplicável ao produto em causa, e que peça ao fornecedor estrangeiro que lhe confirme o cumprimento da mesma, podendo, para esse efeito, ser solicitado o envio de elementos de informação que venham provar essa situação (quanto ao processo de fabrico utilizado, a origem das matérias primas, etc.).

É também do interesse do importador proceder a uma consulta prévia junto dos serviços aduaneiros do seu país, com vista a confirmar se estão cumpridos os requisitos para que a mercadoria possa beneficiar de taxa preferencial. Muito embora este parecer dos serviços não tenha carácter vinculativo, constitui uma importante informação de referência sobre a forma como são aplicadas as disposições comunitárias que o importador pretende invocar.

Caso se conclua que as mercadorias não preenchem os requisitos exigidos em termos de regras de origem, o importador deve abster-se de solicitar a preferência. É importante que seja feito um registo das diligências que foram efectuadas pelo importador para confirmar que as mercadorias podem beneficiar da preferência requerida, dado que as autoridades aduaneiras poderão ir verificá-las, na medida em que a análise desta actuação poderá determinar a aplicação do conceito de “boa fé” para o qual remete o art.º 220 n.º 2 al. b) do CAC. De facto, nos termos deste preceito, é protegida a “boa fé” do devedor, “sempre que este possa demonstrar que, durante o período das operações comerciais em causa, diligenciou para se assegurar de que foram respeitadas todas as condições para o tratamento preferencial”, razão pela qual deve estar em situação de poder apresentar prova das diligências efectuadas.

Quando existam dúvidas acerca da exactidão do documento de origem ou da sua validade, ou se houver desconfianças de que as mercadorias não cumpram as regras de origem exigidas, é mais seguro que o importador não solicite o benefício da preferência, para não correr o risco de cometer um delito passível de sanções.



9.2. Como Verificar que as Mercadorias Cumprem os Requisitos de Origem

É do interesse do importador proceder à verificação, na medida do possível, de que as provas de origem que apresenta à alfândega são válidas e que as mercadorias a que as mesmas se referem estão em condições para poderem beneficiar do tratamento preferencial que é requerido.

Se existirem algumas dúvidas quanto à exactidão das afirmações produzidas no documento ou quanto à validade/autenticidade deste, ou se existirem quaisquer motivos que levem o importador a questionar o direito ao benefício da preferência por parte da mercadoria que está a importar, não deve requerer esse tratamento de cujo fundamento duvida, pois se o fizer poderá estar a praticar um delito passível de sanção.

O C.A.C. salvaguarda, como já referido, a boa fé do importador no 4.º parágrafo da alínea b) do art.º 220.º, desde que este possa demonstrar que procedeu a todas as diligências necessárias. Assim, para que este preceito possa ser invocado, o importador tem de fazer prova de que efectuou as normais diligências para confirmar a autenticidade e veracidade do documento de origem que apresenta à alfândega.



Secção 10. Responsabilidade das Autoridades Competentes de Exportação

10.1. Como Funciona a Cooperação Administrativa

Conforme já referido, o mecanismo de cooperação administrativa funciona entre as administrações dos países parceiros que se comprometem a fornecer mutuamente as informações necessárias ao apuramento da regularidade e autenticidade das provas de origem emitidas com base nas quais é estabelecido o carácter originário das mercadorias e, dessa forma, a possibilidade de lhe ser concedido o tratamento preferencial estabelecido por acordo.

Trata-se assim de um sistema que visa garantir a regular aplicação da legislação em matéria de regras de origem, bem como a correcta atribuição da preferência às situações que se pretendeu beneficiar.

Nesse sentido, existe mesmo uma cláusula que vem estabelecer um nexo directo entre o respeito pelos compromissos decorrentes do mecanismo de cooperação administrativa e a concessão de preferências, como forma de pressionar as Administrações ao cumprimento das respectivas obrigações nesse domínio.

A cooperação administrativa implica, em particular, que sejam comunicados os nomes e moradas das autoridades competentes para a emissão de certificados de origem, bem como para proceder ao controlo a posteriori desses documentos ou de declarações na factura. Em princípio essas autoridades pertencem à Administração pública, muito embora se admita a delegação de competências em Câmaras de comércio no que diz respeito à emissão dos certificados. Contudo, relativamente ao controlo a posteriori de provas de origem tal já não seja possível, tendo sempre que ser uma entidade pública a exercer esta função, sem qualquer possibilidade de delegação de poderes.



A administração de cada país deve também comunicar aos seus parceiros os espécimes dos carimbos e as assinaturas oficiais que utiliza para validação dos certificados, estando obrigada a informá-los de toda e qualquer alteração que ocorra nesta matéria.

No âmbito do procedimento de controlo a posteriori, as administrações devem proceder às averiguações necessárias para chegarem a uma conclusão quanto à autenticidade do documento de origem, o carácter originário das mercadorias e o cumprimento das demais condições expressas nos acordos para efeitos de atribuição de tratamento preferencial, e fornecer essas informações às autoridades do país de importação que solicita o controlo, dentro dos prazos estabelecidos nos acordos. Refira-se, a este propósito, que não basta uma resposta curta e taxativa, sendo necessário – em caso de um pedido de controlo a posteriori por dúvidas fundadas – que seja dada uma resposta completa, com explicações detalhadas sobre o processo de fabrico, as matérias utilizadas na produção, as respectivas origens, o cumprimento das regras aplicáveis, etc.

10.2. Procedimento a Adoptar antes da Emissão de uma Prova de Origem

As autoridades do país de exportação devem, antes de mais, aconselhar e orientar os seus operadores económicos que pretendem exportar uma mercadoria com benefício de tratamento preferencial. Essa tarefa pode corresponder à prestação de informações sobre as regras de origem em vigor, à elaboração de notas explicativas sobre as mesmas, etc.

Para além disso, as autoridades devem garantir, antes de procederem à emissão do certificado de origem, que as informações constantes do pedido de emissão estão correctas e que as condições necessárias à obtenção da preferência se encontram cumpridas.

10.3. Consequências da Falta de Cooperação Administrativa

A falta de cumprimento das obrigações estabelecidas entre parceiros no âmbito do sistema de cooperação administrativa pode ditar, conforme já referido, a retirada do tratamento preferencial pelo outro parceiro, como forma de pressionar a um normal funcionamento da colaboração entre administrações públicas.

ANEXO I

Anexo I

Notas introdutórias da lista do anexo II

Nota 1:

A lista do anexo II estabelece para todos os produtos as condições necessárias para que sejam considerados como tendo sido objecto de operações de complemento de fabrico ou transformações suficientes na acepção do artigo 5.º do protocolo.

Nota 2:

- 2.1. As duas primeiras colunas da lista designam o produto obtido. A primeira coluna indica o número da posição, ou o número do capítulo utilizado no Sistema Harmonizado e a segunda coluna contém a designação das mercadorias desse sistema para essa posição ou capítulo. Em relação a cada inscrição nas duas primeiras colunas, é especificada uma regra na coluna 3 ou 4. Quando, em alguns casos, o número da posição na primeira coluna é precedido de um "ex", isso significa que a regra da coluna 3 ou da coluna 4 se aplica unicamente à parte dessa posição ou capítulo, tal como designada na coluna 2.
- 2.2. Quando várias posições são agrupadas na coluna 1 ou é dado um número de capítulo e a designação do produto na correspondente coluna 2 é feita em termos gerais, a regra adjacente na coluna 3 ou na coluna 4 aplica-se a todos os produtos que, no âmbito do Sistema Harmonizado, são classificados nas diferentes posições do capítulo em causa ou em qualquer das posições agrupadas na coluna 1.
- 2.3. Quando na lista existem regras diferentes aplicáveis a diferentes produtos dentro da mesma posição, cada travessão contém a designação da parte da posição abrangida pela regra adjacente da coluna 3 ou 4.
- 2.4. Quando, para uma inscrição nas duas primeiras colunas, estiver especificada uma regra nas colunas 3 e 4, o exportador pode optar, em alternativa, por aplicar tanto a regra estabelecida na coluna 3 como a estabelecida na coluna 4. Se não estiver prevista uma regra de origem na coluna 4, é aplicada obrigatoriamente a regra estabelecida na coluna 3.

Nota 3:

- 3.1. Aplica-se o disposto no artigo 5.º do protocolo, no que respeita aos produtos que adquiriram a qualidade de produtos originários, utilizados no fabrico de outros produtos, independentemente do facto da referida qualidade ter sido adquirida na fábrica em que são utilizados esses produtos ou numa outra fábrica no mesmo país ou num outro país do EEE.

Por exemplo:

Um motor da posição 8407, para o qual a regra estabelece que o valor das matérias não originárias que podem ser incorporadas não pode exceder 40 % do preço à saída da fábrica, é fabricado a partir de "esboços de forja de ligas de aço" da posição ex 7224.

Se este esboço foi obtido no EEE a partir de um lingote não originário, já adquiriu a qualidade de produto originário por força da regra prevista na lista para os produtos da posição ex 7224. Este esboço pode então ser considerado originário para o cálculo do valor do motor, independentemente do facto de ter sido fabricado na mesma fábrica no mesmo país ou num outro país do EEE. O valor do lingote não originário não deve ser tomado em consideração na adição do valor das matérias não originárias utilizadas.

- 3.2. A regra constante da lista representa a operação de complemento de fabrico ou transformação mínima requerida e a execução de operações de complemento de fabrico ou de transformações que excedam esse mínimo confere igualmente a qualidade de originário; inversamente, a execução de um número de operações de complemento de fabrico ou transformações inferiores a esse mínimo não pode conferir a qualidade de originário. Assim, se uma regra estabelecer que, num certo nível de fabrico, se pode utilizar matéria não originária, a sua utilização é permitida num estágio anterior de fabrico mas não num estágio posterior.

- 3.3. Sem prejuízo da nota 3.2, quando uma regra específica “Fabricação a partir de matérias de qualquer posição”, as matérias de qualquer posição (mesmo as matérias da mesma designação e da mesma posição da do produto), podem ser utilizadas sob reserva, porém, de quaisquer limitações específicas que a regra possa conter.

Todavia, a expressão “Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição...” ou “Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da mesma posição da do produto” significa que podem ser utilizadas matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma designação do produto tal como indicado na coluna 2 da lista.

- 3.4. Quando uma regra constante da lista especifica que um produto pode ser fabricado a partir de mais do que uma matéria, tal significa que podem ser utilizadas uma ou mais matérias. A regra não exige a utilização de todas as matérias.

Por exemplo:

A regra aplicável aos tecidos das posições 5208 a 5212 prevê que podem ser utilizadas fibras naturais e que, entre outros, podem igualmente ser utilizadas matérias químicas. Tal não significa que ambas as matérias tenham de ser utilizadas, sendo possível utilizar-se uma ou outra ou ambas.

- 3.5. Quando uma regra da lista especifica que um produto tem que ser fabricado a partir de uma determinada matéria, esta condição não impede, evidentemente, a utilização de outras matérias que, pela sua própria natureza, não podem satisfazer a regra (ver igualmente a nota 6.2 em relação aos têxteis).

Por exemplo:

A regra relativa a preparações alimentícias da posição 1904 que exclui especificamente a utilização de cereais e dos seus derivados não impede a utilização de sais minerais, produtos químicos e outros aditivos que não derivem de cereais.

Contudo, esta regra não se aplica a produtos que, se bem que não possam ser fabricados a partir das matérias específicas referidas na lista, podem sê-lo a partir de matérias da mesma natureza num estágio anterior de fabrico.

Por exemplo:

Se, no caso de um artigo de vestuário do ex capítulo 62 feito de falsos tecidos, estiver estabelecido que este artigo só pode ser obtido a partir de fio não originário, não é possível utilizar falsos tecidos, embora estes não possam normalmente ser feitos a partir de fios. Nestes casos, é conveniente utilizar a matéria que se encontra num estágio de transformação anterior ao fio, ou seja, no estágio de fibra.

- 3.6. Se numa regra constante da lista forem indicadas duas percentagens para o valor máximo de matérias não originárias que podem ser utilizadas, estas percentagens não podem ser adicionadas. Por outras palavras, o valor máximo de todas as matérias não originárias utilizadas nunca pode exceder a mais alta das percentagens dadas. Além disso, as percentagens específicas não podem ser excedidas em relação às matérias específicas a que se aplicam.

Nota 4:

- 4.1. A expressão “fibras naturais” utilizada na lista refere-se a fibras distintas das fibras artificiais ou sintéticas, sendo reservada aos estádios anteriores à fiação, incluindo desperdícios, e, salvo menção em contrário, a expressão “fibras naturais” abrange fibras que foram cardadas, penteadas ou preparadas de outro modo, mas não fiadas.
- 4.2. A expressão “fibras naturais” inclui crinas da posição 0503, seda das posições 5002 e 5003, bem como as fibras de lã, os pêlos finos ou grosseiros das posições 5101 a 5105, as fibras de algodão das posições 5201 a 5203 e as outras fibras vegetais das posições 5301 a 5305.
- 4.3. As expressões “pastas têxteis”, “matérias químicas”, e “matérias destinadas ao fabrico do papel”, utilizadas na lista, designam as matérias não classificadas nos capítulos 50 a 63 que podem ser utilizadas para o fabrico de fibras ou fios sintéticos, artificiais ou de papel.

- 4.4. A expressão “fibras sintéticas ou artificiais descontínuas” utilizada na lista inclui os cabos de filamento, as fibras descontínuas e os desperdícios de fibras sintéticas ou artificiais descontínuas das posições 5501 a 5507.

Nota 5:

- 5.1. No caso dos produtos da lista que remetem para a presente nota, não se aplicam as condições estabelecidas na coluna 3 da lista às matérias têxteis de base utilizadas no seu fabrico que, no seu conjunto, representem 10 % ou menos do peso total de todas as matérias têxteis de base utilizadas (ver igualmente as notas 5.3 e 5.4).
- 5.2. Todavia, a tolerância referida na nota 5.1 só pode ser aplicada a produtos mistos que tenham sido fabricados a partir de uma ou várias matérias têxteis de base.

São as seguintes as matérias têxteis de base:

- seda,
- lã,
- pêlos grosseiros,
- pêlos finos,
- pêlos de crina,
- algodão,
- matérias utilizadas no fabrico de papel e papel,
- linho,
- cânhamo,
- juta e outras fibras têxteis liberianas,
- sisal e outras fibras têxteis do género Agave,
- cairo, abacá, rami e outras fibras têxteis vegetais,
- filamentos sintéticos,
- filamentos artificiais,
- filamentos condutores eléctricos,
- fibras de polipropileno sintéticas descontínuas,
- fibras de poliéster sintéticas descontínuas,
- fibras de poliamida sintéticas descontínuas,
- fibras de poliacrilonitrilo sintéticas descontínuas,
- fibras de poliimida sintéticas descontínuas,
- fibras de politetrafluoroetileno sintéticas descontínuas,
- fibras de poli(sulfureto de fenileno) sintéticas descontínuas,
- fibras de poli(cloreto de vinilo) sintéticas descontínuas,
- outras fibras sintéticas descontínuas,
- fibras de viscose artificiais descontínuas,

- outras fibras artificiais descontínuas,
- fio fabricado a partir de segmentos de fios de poliuretano segmentado, com segmentos flexíveis de poliéster, reforçado ou não,
- fio fabricado a partir de segmentos de poliuretano segmentado, com segmentos flexíveis de poliéster, reforçado ou não,
- produtos da posição 5605 (fio metalizado) em que esteja incorporada uma alma, constituída por uma folha de alumínio ou uma película de matéria plástica, revestida ou não de pó de alumínio, cuja largura não exceda 5 mm, colada por meio de uma fita adesiva colocada entre duas películas de matéria plástica,
- outros produtos da posição 5605.

Por exemplo:

Um fio da posição 5205 fabricado a partir de fibras de algodão da posição 5203 e de fibras sintéticas descontínuas da posição 5506 constitui um fio misto. Por conseguinte, podem ser utilizadas as fibras sintéticas descontínuas não originárias que não satisfaçam as regras de origem (que requerem a utilização de matérias químicas ou de pasta têxtil) até ao limite máximo de 10 %, em peso, do fio.

Por exemplo:

Um tecido de lã da posição 5112 fabricado a partir de fio de lã da posição 5107 e de fios sintéticos de fibras descontínuas da posição 5509 constitui um tecido misto. Por conseguinte, pode ser utilizado(a) o fio sintético que não satisfaz as regras de origem (que requerem a utilização de matérias químicas ou de pasta têxtil) ou o fio de lã que não satisfaz as regras de origem (que requerem a utilização de fibras naturais não cardadas, nem penteadas nem de outro modo preparadas para fiação), ou uma mistura de ambos, desde que o seu peso total não exceda 10 % do peso do tecido.

Por exemplo:

Os tecidos têxteis tufados da posição 5802 fabricados a partir de fio de algodão da posição 5205 e de tecido de algodão da posição 5210 só será considerado como um produto misto se o próprio tecido de algodão for um tecido misto fabricado a partir de fios classificados em duas posições distintas, ou se os próprios fios de algodão utilizados forem mistos.

Por exemplo:

Se os referidos tecidos tufados forem fabricados a partir de fio de algodão da posição 5205 e de tecido sintético da posição 5407, é então evidente que os fios utilizados são duas matérias têxteis de base distintas, pelo que o tecido tufado constitui um produto misto.

- 5.3. No caso de produtos em que estejam incorporados “fios de poliuretano segmentado, com segmentos flexíveis de poliéster, reforçado ou não” a tolerância é de 20 % no que respeita a este fio.
- 5.4. No caso de produtos em que esteja incorporada “uma alma, constituída por uma folha de alumínio ou uma película de matéria plástica, revestida ou não de pó de alumínio, cuja largura não exceda 5 mm, colada por meio de uma fita adesiva colocada entre duas películas de matéria plástica”, a tolerância é de 30 % no que respeita a esta alma.

Nota 6:

- 6.1. No caso dos produtos têxteis assinalados na lista com uma nota de pé-de-página que remete para a presente nota, podem ser utilizadas matérias têxteis, com excepção dos forros e das entretelas, que não satisfazem a regra estabelecida na coluna 3 da lista para a confecção em causa, contanto que estejam classificadas numa posição diferente da do produto e que o seu valor não exceda 8 % do preço à saída da fábrica do produto.

- 6.2. Sem prejuízo da nota 6.3, as matérias que não estejam classificadas nos capítulos 50 a 63 podem ser utilizadas à discrição no fabrico de produtos têxteis, quer contenham ou não matérias têxteis.

Por exemplo:

Se uma regra da lista prevê que para um determinado artigo têxtil, tal como um par de calças, deva ser utilizado fio, tal não impede a utilização de artigos de metal, tais como botões, visto estes não estarem classificados nos capítulos 50 a 63. Daí que também não impeça a utilização de fechos de correr muito embora estes normalmente contenham matérias têxteis.

- 6.3. Quando se aplica a regra percentual, o valor das matérias que não estão classificadas nos capítulos 50 a 63 deve ser tido em conta no cálculo do valor das matérias não originárias incorporadas.

Nota 7:

- 7.1. Para efeitos das posições ex 2707, 2713 a 2715, ex 2901, ex 2902 e ex 3403, consideram-se como “tratamento definido” as seguintes operações:

- a) Destilação no vácuo;
- b) Redestilação por um processo de fraccionamento muito “apertado”;
- c) *Cracking*;
- d) *Reforming*;
- e) Extracção por meio de solventes selectivos;
- f) Tratamento compreendendo o conjunto das seguintes operações: tratamento por meio de ácido sulfúrico concentrado, ácido sulfúrico fumante (*oleum*), ou anidrido sulfúrico; neutralização por meio de agentes alcalinos; descoloração e depuração por meio de terra activa natural, terra activada, carvão activo ou bauxite;
- g) Polimerização;
- h) Alquilação;
- i) Isomerização.

- 7.2. Para efeitos das posições 2710, 2711 e 2712, consideram-se como “tratamento definido” as seguintes operações:

- a) Destilação no vácuo;
- b) Redestilação por um processo de fraccionamento muito “apertado”;
- c) *Cracking*;
- d) *Reforming*;
- e) Extracção por meio de solventes selectivos;
- f) Tratamento compreendendo o conjunto das seguintes operações: tratamento por meio de ácido sulfúrico concentrado, ácido sulfúrico fumante (*oleum*), ou anidrido sulfúrico; neutralização por meio de agentes alcalinos; descoloração e depuração por meio de terra activa natural, terra activada, carvão activo ou bauxite;
- g) Polimerização;
- h) Alquilação;
- ij) Isomerização;
- k) Apenas no que respeita aos óleos pesados da posição ex 2710, dessulfuração, pela acção do hidrogénio, de que resulte uma redução de, pelo menos, 85 % do teor de enxofre dos produtos tratados (método ASTM D 1266-59 T);

- l) Apenas no que respeita aos produtos da posição 2710, desparafinagem por um processo diferente da simples filtração;
 - m) Apenas no que respeita aos óleos pesados da posição ex 2710, tratamento pelo hidrogénio, diferente da dessulfuração, no qual o hidrogénio participa activamente numa reacção química realizada a uma pressão superior a 20 bar e a uma temperatura superior a 250 °C, com intervenção de um catalisador. Os tratamentos de acabamento, pelo hidrogénio, dos óleos lubrificantes da posição ex 2710 que se destinem, designadamente, a melhorar a sua cor ou a sua estabilidade (por exemplo: *hydrofinishing* ou descoloração) não são, pelo contrário, considerados como tratamentos definidos;
 - n) Apenas no que respeita aos fuelóleos da posição ex 2710, destilação atmosférica, desde que estes produtos destilem, em volume, compreendendo as perdas, menos de 30 % à temperatura de 300 °C, segundo o método ASTM D 86;
 - o) Apenas no que respeita aos óleos pesados da posição ex 2710, excluídos o gasóleo e os fuelóleos, tratamento por descargas eléctricas de alta frequência;
 - p) Apenas no que respeita aos produtos brutos da posição ex 2712, excluídos a vaselina, o ozocerite, a cera de linhite, a cera de turfa, a parafina de teor de azeite inferior a 0,75 % em peso, desolificação por cristalização fraccionada.
- 7.3. Para efeitos das posições ex 2707, 2713 a 2715, ex 2901, ex 2902 e ex 3403, as operações simples, tais como a limpeza, decantação, dessalinização, separação da água, filtração, coloração, marcação de que se obtém um teor de enxofre através da mistura de produtos com teores de enxofre diferentes, bem como qualquer realização conjunta destas operações ou operações semelhantes não conferem a origem.
-

ANEXO II

Anexo II

Lista das operações de complemento de fabrico ou de transformação a efectuar em matérias não originárias para que o produto transformado possa adquirir a qualidade de produto originário

Nem todos os produtos indicados na lista são abrangidos pelo acordo. É, pois, necessário consultar as outras partes do acordo.

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
Capítulo 1	Animais vivos	Todos os animais do Capítulo 1 devem ser inteiramente obtidos	
Capítulo 2	Carnes e miudezas, comestíveis	Fabricação na qual todas as matérias dos Capítulos 1 e 2 utilizadas são inteiramente obtidas	
Capítulo 3	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas são inteiramente obtidas	

No RAM a regra para o Capítulo 3 é a seguinte:

ex Capítulo 03	Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, excepto:	Fabrico no qual todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas devem ser inteiramente obtidas	
0304	Filetes (filés) de peixes e outra carne de peixes (mesmo picada), frescos, refrigerados ou congelados	Fabrico no qual o valor de todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas não exceda 15 % do preço do produto à saída da fábrica	
0305	Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados (defumados), mesmo cozidos antes ou durante a defumação; farinhas, pós e <i>pellets</i> , de peixe, próprios para alimentação humana	Fabrico no qual o valor de todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas não exceda 15 % do preço do produto à saída da fábrica	
ex 0306	Crustáceos, mesmo sem casca, secos, salgados ou em salmoura; crustáceos com casca, cozidos em água ou vapor, mesmo refrigerados, congelados, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pós e <i>pellets</i> de crustáceos, próprios para alimentação humana	Fabrico no qual o valor de todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas não exceda 15 % do preço do produto à saída da fábrica	
ex 0307	Moluscos, mesmo sem concha, secos, salgados ou em salmoura; invertebrados aquáticos, excepto crustáceos e moluscos, secos, salgados ou em salmoura; farinhas, pós e <i>pellets</i> de crustáceos, próprios para alimentação humana	Fabrico no qual o valor de todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas não exceda 15 % do preço do produto à saída da fábrica	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 4	Leite e lacticínios; ovos de aves; mel natural; produtos comestíveis de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros Capítulos, excepto:	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 4 utilizadas são inteiramente obtidas	
0403	Leitelho, leite e nata coalhados, iogurte, kefir e outros leites e natas fermentados ou acidificados, mesmo concentrados ou adicionados de açúcar ou de outros edulcorantes, ou aromatizados ou adicionados de frutos ou de cacau	Fabricação na qual: – todas as matérias do Capítulo 4 utilizadas são inteiramente obtidas, – todos os sumos de frutas (excepto os de ananás, de lima ou de toranja) da posição 2009 utilizados são originários, e – o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 5	Outros produtos de origem animal, não especificados nem compreendidos noutros Capítulos, excepto:	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 5 utilizadas são inteiramente obtidas	
ex 0502	Cerdas de porco ou de javali, preparadas	Limpeza, desinfecção, selecção e estiramento de cerdas de porco ou de javali	
Capítulo 6	Plantas vivas e produtos de floricultura	Fabricação na qual: – todas as matérias do Capítulo 6 utilizadas são inteiramente obtidas, e – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 7	Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos, comestíveis	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 7 utilizadas são inteiramente obtidas	
Capítulo 8	Frutas; cascas de citrinos e de melões	Fabricação na qual: – todas as frutas utilizadas são inteiramente obtidas, e – o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 9	Café, chá, mate e especiarias, excepto:	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 9 utilizadas são inteiramente obtidas	
0901	Café, mesmo torrado ou descafeinado; Cascas e películas de café; sucedâneos do café contendo café em qualquer proporção	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	
0902	Chá, mesmo aromatizado	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	
ex 0910	Misturas de especiarias	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	
Capítulo 10	Cereais	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 10 utilizadas são inteiramente obtidas	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 11	Produtos da indústria de moagem; malte; amidos e féculas; inulina; glúten de trigo, excepto:	Fabricação na qual todos os produtos hortícolas, cereais, tubérculos e raízes da posição 0714, ou os frutos utilizados são inteiramente obtidos	
ex 1106	Farinhas, sêmolas e pós de legumes de vagem secos em grão da posição 0713	Secagem e moagem de legumes de vagem da posição 0708	
Capítulo 12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 12 utilizadas são inteiramente obtidas	
1301	Goma-laca; gomas, resinas, gomas-resinas e oleoresinas (bálsamos por exemplo), naturais	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da posição 1301 utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
1302	Sucos e extractos vegetais; matérias pécticas, pectinatos e pectatos; ágar-ágar e outros produtos mucilaginosos e espessantes derivados dos vegetais, mesmo modificados: – Produtos mucilaginosos e espessantes derivados dos vegetais, modificados – Outros	Fabricação a partir de produtos mucilaginosos e espessantes não modificados Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 14	Matérias para entrançar e outros produtos de origem vegetal, não especificados nem compreendidos noutros Capítulos	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 14 utilizadas são inteiramente obtidas	
ex Capítulo 15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; produtos da sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; ceras de origem animal ou vegetal, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
1501	Gorduras de porco (incluída a banha) e gorduras de aves, excepto as das posições 0209 e 1503: – Gorduras de ossos e gorduras de resíduos – Outras	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 0203, 0206 ou 0207 ou os ossos da posição 0506 Fabricação a partir de carnes ou miudezas comestíveis de animais da espécie suína das posições 0203 ou 0206 ou de carnes ou miudezas comestíveis de aves da posição 0207	
1502	Gorduras de animais das espécies bovina, ovina ou caprina, excepto as da posição 1503: – Gorduras de ossos ou gorduras de resíduos – Outras	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 0201, 0202, 0204 ou 0206 ou os ossos da posição 0506 Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 2 utilizadas são inteiramente obtidas	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
1504	Gorduras, óleos e respectivas fracções, de peixes ou de mamíferos marinhos, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados: – Fracções sólidas – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 1504 Fabricação na qual todas as matérias dos Capítulos 2 e 3 utilizadas são inteiramente obtidas	
ex 1505	Lanolina refinada	Fabricação a partir da suarda em bruto da posição 1505	
1506	Outras gorduras e óleos animais e respectivas fracções, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados: – Fracções sólidas – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 1506 Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 2 utilizadas são inteiramente obtidas	
de 1507 a 1515	Óleos vegetais e respectivas fracções – Óleos de soja, de amendoim, de palma, de coco (de copra), de palmiste, ou de babaçu, de tungue, de oleococa e de oiticica, cera de mirica e cera do Japão; fracções de óleo de jojoba e óleos destinados a usos técnicos ou industriais, excepto fabricação de produtos para alimentação humana: – Fracções sólidas, excepto as do óleo de jojoba – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto Fabricação a partir de outras matérias das posições 1507 a 1515 Fabricação na qual todas as matérias vegetais utilizadas são inteiramente obtidas	
1516	Gorduras e óleos animais ou vegetais, e respectivas fracções, parcialmente ou hidrogenados, interesterificados, reesterificados ou elaidinizados, mesmo refinados, mas não preparados de outro modo	Fabricação na qual: – todas as matérias do Capítulo 2 utilizadas são inteiramente obtidas, e – todas as matérias vegetais utilizadas são inteiramente obtidas. Contudo, podem ser utilizadas matérias das posições 1507, 1508, 1511 e 1513	
1517	Margarina; misturas ou preparações alimentícias de gorduras ou de óleos animais ou vegetais ou de fracções das diferentes gorduras ou óleos do presente Capítulo, excepto as gorduras e óleos alimentícios, e respectivas fracções, da posição 1516	Fabricação na qual: – todas as matérias dos Capítulos 2 e 4 utilizadas são inteiramente obtidas, e – todas as matérias vegetais utilizadas são inteiramente obtidas. Contudo, podem ser utilizadas matérias das posições 1507, 1508, 1511 e 1513	
Capítulo 16	Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	Fabricação: – a partir dos animais do Capítulo 1, e/ou – na qual todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas são inteiramente obtidas	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para o Capítulo 16 é a seguinte:

ex Capítulo 16	Preparações de carnes, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos; excepto:	Fabrico a partir de animais do Capítulo 1.	
1604 e 1605	Preparações e conservas de peixes; caviar e seus sucedâneos preparados a partir de ovas de peixe; Crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos, preparados ou em conservas	Fabrico no qual o valor de todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas não exceda 15 % do preço do produto à saída da fábrica	
ex Capítulo 17	Açúcares e produtos de confeitaria, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 1701	Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido, adicionadas de aromatizantes ou de corantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
1702	Outros açúcares, incluídos a lactose, maltose, glicose e frutose (levulose), quimicamente puras, no estado sólido; xaropes de açúcares, sem adição de aromatizantes ou de corantes; sucedâneos do mel, mesmo misturados com mel natural; açúcares e melaços caramelizados:		
	– Maltose e frutose (levulose), quimicamente puras	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 1702	
	– Outros açúcares, no estado sólido, adicionados de aromatizantes ou de corantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
	– Outros	Fabricação na qual todas as matérias utilizadas são originárias	
ex 1703	Melaços resultantes da extracção ou refinação do açúcar, adicionados de aromatizantes ou de corantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
1704	Produtos de confeitaria sem cacau (incluindo o chocolate branco)	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 18	Cacau e suas preparações	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor das matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
1901	<p>Extractos de malte; preparações alimentícias de farinhas, grumos, sêmolos, amidos, féculas ou extractos de malte, não contendo cacau ou contendo-o numa proporção inferior a 40 %, em peso, calculado sob uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas noutras posições; preparações alimentícias de produtos das posições 0401 a 0404, não contendo cacau ou, contendo-o, numa proporção inferior a 5 %, em peso, calculado sob uma base totalmente desengordurada, não especificadas nem compreendidas noutras posições:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Extractos de malte – Outros 	<p>Fabricação a partir de cereais do Capítulo 10</p> <p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto obtido, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	

Para os países SPG, Albânia, Bósnia, Sérvia e Montenegro e Macedónia a regra para a posição 1901 “Outros” é a seguinte:

	<ul style="list-style-type: none"> – Outros 	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto obtido, e – na qual o valor de todas as matérias dos Capítulos 4 e 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	
1902	<p>Massas alimentícias, mesmo cozidas ou recheadas (de carne ou de outras substâncias) ou preparadas de outro modo, tais como esparguete, macarrão, aletria, lasanha, nhoque, raviole e canelone; cuscuz, mesmo preparado:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Contendo, em peso, 20 % ou menos de carnes, miudezas, peixe, crustáceos ou moluscos – Contendo, em peso, mais de 20 % de carnes, miudezas, peixe, crustáceos ou moluscos 	<p>Fabricação na qual todos os cereais e seus derivados utilizados (excepto o trigo duro e seus derivados) são inteiramente obtidos</p> <p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – todos os cereais e seus derivados utilizados (excepto o trigo duro e seus derivados) são inteiramente obtidos, e – todas as matérias dos Capítulos 2 e 3 utilizadas são inteiramente obtidas 	
1903	<p>Tapioca e seus sucedâneos preparados a partir de féculas em flocos, grumos, grãos, pérolas ou formas semelhantes</p>	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto a fécula de batata da posição 1108</p>	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
1904	Produtos à base de cereais, obtidos por expansão ou por torrefacção [por exemplo: flocos de milho (<i>corn flakes</i>)]; cereais (excepto milho) em grãos ou sob a forma de flocos ou de outros grãos trabalhados (com excepção da farinha, do grumo e da sêmola), pré-cozidos ou preparados de outro modo, não especificados nem compreendidos noutras posições:	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da posição 1806, – na qual todos os cereais e a farinha(excepto o trigo duro e o milho <i>Zea murex</i> e seus derivados) utilizados são inteiramente obtidos, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não deve exceder 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	
1905	Produtos de padaria, pastelaria ou da indústria de bolachas e biscoitos, mesmo adicionados de cacau; hóstias, cápsulas vazias para medicamentos, obreias, pastas secas de farinha, amido ou fécula, em folhas, e produtos semelhantes	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias do Capítulo 11	
ex Capítulo 20	Preparações de produtos hortícolas, de frutas ou de outras partes de plantas, excepto:	Fabricação na qual todas as frutas e todos os legumes utilizados são inteiramente obtidos	
ex 2001	Inhames, batatas-doces e partes comestíveis semelhantes de plantas, de teor, em peso, de amido ou de fécula, igual ou superior a 5 %, preparadas ou conservadas em vinagre ou em ácido acético	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 2004 e ex 2005	Batatas sob a forma de farinhas, sêmolos ou flocos, preparadas ou conservadas, excepto em vinagre ou em ácido acético	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
2006	Produtos hortícolas, frutas, cascas de frutas e outras partes de plantas, conservados em açúcar (passados por calda, glaceados ou cristalizados)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
2007	Doces, geleias, <i>marmelades</i> , purés e pastas de frutas, obtidos por cozimento, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	
ex 2008	<ul style="list-style-type: none"> – Frutas de casca rija, sem adição de açúcar ou de álcool – Manteiga de amendoim; misturas à base de cereais; palmitos; milho – Outras, excepto as frutas (incluindo as frutas de casca rija), cozidas sem ser com água ou a vapor, sem adição de açúcar, congeladas 	<p>Fabricação na qual o valor de todas as frutas de casca rija e todos os grãos de oleaginosas originários das posições 0801, 0802 e 1202 a 1207 utilizadas exceda 60 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto</p> <p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
2009	Sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	
ex Capítulo 21	Preparações alimentícias diversas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
2101	Extractos, essências e concentrados de café, chá ou de mate e preparações à base destes produtos ou à base de café, chá ou de mate; chicória torrada e outros sucedâneos torrados do café e respectivos extractos, essências e concentrados	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual toda a chicória utilizada é inteiramente obtida 	
2103	Preparações para molhos e molhos preparados; condimentos e temperos compostos; farinha de mostarda e mostarda preparada: <ul style="list-style-type: none"> – Preparações para molhos e molhos preparados; condimentos e temperos compostos – Farinha de mostarda e mostarda preparada 	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, pode ser utilizada farinha de mostarda ou mostarda preparada Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	
ex 2104	Preparações para caldos e sopas; caldos e sopas preparados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto os produtos hortícolas preparados ou conservados das posições 2002 a 2005	
2106	Preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas noutras posições	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	

Para os países SPG, Albânia, Bósnia, Sérvia e Montenegro e Macedónia a regra para a posição 2106 “Preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas noutras posições” é a seguinte:

2106	Preparações alimentícias não especificadas nem compreendidas noutras posições	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias dos Capítulos 4 e 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto 	
------	---	---	--

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, excepto:	Fabricação:	
		<ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual todas as uvas ou as matérias derivadas das uvas utilizadas são inteiramente obtidas 	
2202	Águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, adicionadas de açúcar ou de outros edulcorantes ou aromatisadas e outras bebidas não alcoólicas, excepto sumos de frutas ou de produtos hortícolas da posição 2009	Fabricação:	
		<ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 17 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual todos os sumos de frutas (excepto os de ananás, de lima ou de toranja) utilizados são originários 	
2207	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume igual ou superior a 80 % vol; álcool etílico e aguardentes, desnaturados, com qualquer teor alcoólico	Fabricação:	
		<ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 2207 ou 2208, e – na qual todas as uvas ou as matérias derivadas das uvas utilizadas são inteiramente obtidas ou na qual, se todas as matérias utilizadas são já originárias, pode ser utilizada araca numa proporção, em volume, não superior a 5 % 	
2208	Álcool etílico não desnaturado, com um teor alcoólico em volume inferior a 80 % vol; aguardentes, licores e outras bebidas espirituosas	Fabricação:	
		<ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 2207 ou 2208, e – na qual todas as uvas ou as matérias derivadas das uvas utilizadas são inteiramente obtidas ou na qual, se todas as matérias utilizadas são já originárias, pode ser utilizada araca numa proporção, em volume, não superior a 5 % 	
ex Capítulo 23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 2301	Farinhas de baleia; farinhas, pó e <i>pellets</i> de peixes ou crustáceos, moluscos ou outros invertebrados aquáticos, impróprios para a alimentação humana	Fabricação na qual todas as matérias dos Capítulos 2 e 3 utilizadas são inteiramente obtidas	
ex 2303	Resíduos da fabricação do amido de milho (excepto águas de maceração concentradas), de teor em proteínas, calculado sobre a matéria seca, superior a 40 %, em peso	Fabricação na qual todo o milho utilizado é inteiramente obtido	
ex 2306	Bagaços e outros resíduos sólidos da extracção do azeite, contendo mais do que 3 % de azeite	Fabricação na qual todas as azeitonas utilizadas são inteiramente obtidas	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
2309	Preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais	Fabricação na qual: – todos os cereais, açúcar ou melaços, carne ou leite utilizados são originários, e – todas as matérias do Capítulo 3 utilizadas são inteiramente obtidas	
ex Capítulo 24	Tabacos e seus sucedâneos manufacturados, excepto:	Fabricação na qual todas as matérias do Capítulo 24 utilizadas são inteiramente obtidas	
2402	Charutos, cigarilhas e cigarros, de tabaco ou dos seus sucedâneos	Fabricação na qual pelo menos 70 %, em peso, do tabaco não manipulado ou dos desperdícios do tabaco da posição 2401 utilizados são originários	
ex 2403	Tabaco para fumar	Fabricação na qual pelo menos 70 %, em peso, do tabaco não manipulado ou dos desperdícios do tabaco da posição 2401 utilizados são originários	
ex Capítulo 25	Sal; enxofre; terras e pedras; gesso, cal e cimento, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 2504	Grafite natural cristalina, enriquecida de carbono purificado, triturado	Enriquecimento do teor de carbono, purificação e trituração de grafite cristalina em bruto	
ex 2515	Mármore simplesmente cortados, à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma quadrada ou rectangular, com uma espessura igual ou inferior a 25 cm	Corte, à serra ou por outro meio, de mármore (mesmo se já serrado) com uma espessura superior a 25 cm	
ex 2516	Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção, simplesmente cortadas, à serra ou por outro meio, em blocos ou placas de forma quadrada ou rectangular, com uma espessura igual ou inferior a 25 cm	Corte, à serra ou por outro meio, de pedra (mesmo se já serrada) com uma espessura superior a 25 cm	
ex 2518	Dolomite calcinada	Calcinação da dolomite não calcinada	
ex 2519	Carbonato de magnésio natural (magnesite) triturado, em recipientes hermeticamente fechados e óxido de magnésio, mesmo puro, excepto magnésia electrofundida ou magnésia calcinada a fundo (sinterizada)	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, pode ser utilizado o carbonato de magnésio natural (magnesite)	
ex 2520	Gesso calcinado para a arte dentária	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 2524	Fibras de amianto (asbesto)	Fabricação a partir de concentrado de amianto (asbesto)	
ex 2525	Mica em pó	Trituração de mica ou de desperdícios de mica	
ex 2530	Terras corantes, calcinadas ou pulverizadas	Calcinação ou trituração de terras corantes	
Capítulo 26	Minérios, escórias e cinzas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 2707	Óleos em que o peso dos constituintes aromáticos excede o dos constituintes não aromáticos e que constituem óleos análogos aos óleos provenientes da destilação dos alcatrões de hulha a alta temperatura, que destilem mais de 65 % do seu volume até 250 °C (incluindo misturas de éter de petróleo e benzol), destinados a serem utilizados como carburantes ou como combustíveis	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽¹⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 2709	Óleos brutos de minerais betuminosos	Destilação destrutiva de matérias betuminosas	
2710	Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, excepto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas noutras posições, contendo, em peso, 70 % ou mais de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, os quais devem constituir o seu elemento de base; resíduos de óleos	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽²⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
2711	Gás de petróleo e outros hidrocarbonetos gasosos	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽³⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
2712	Vaselina; parafina, cera de petróleo microcristalina, <i>slack wax</i> , ozocerite, cera de linhite, cera de turfa, outras ceras minerais e produtos semelhantes obtidos por síntese ou por outros processos, mesmo corados	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁴⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
2713	Coque de petróleo, betume de petróleo e outros resíduos dos óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁵⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
2714	Betumes e asfaltos, naturais; xistos e areias betuminosas; asfaltites e rochas asfálticas	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁶⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
2715	Misturas betuminosas à base de asfalto ou betume naturais, de betume de petróleo, de alcatrão mineral ou de breu de alcatrão mineral (por exemplo: mástiques betuminosos e <i>cut backs</i>)	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁷⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 28	Produtos químicos inorgânicos; compostos inorgânicos ou orgânicos de metais preciosos, de elementos radioactivos, de metais das terras raras ou de isótopos, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2805	“Mischmetall”	Fabricação por tratamento térmico ou electrolítico na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 2811	Trióxido de enxofre	Fabricação a partir de dióxido de enxofre	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2833	Sulfato de alumínio	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2840	Perborato de sódio	Fabricação a partir de tetraborato de dissódio pentaidratado	
ex Capítulo 29	Produtos químicos orgânicos, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2901	Hidrocarbonetos acíclicos, destinados a ser utilizados como carburantes ou como combustíveis	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁸⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 2902	Ciclanos e ciclenos (excepto os azulenos), benzeno, tolueno e xilenos, destinados a ser utilizados como carburantes ou como combustíveis	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽⁹⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 2905	Alcoolatos metálicos de álcoois desta posição e de etanol	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 2905. Contudo, podem ser utilizados os alcoolatos metálicos da presente posição, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
2915	Ácidos monocarboxílicos acíclicos saturados e seus anidridos, halogenetos, peróxidos e peroxiácidos; seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição. Contudo, o valor de todas as matérias das posições 2915 e 2916 utilizadas não deve exceder 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2932	– Éteres internos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição. Contudo, o valor de todas as matérias da posição 2909 utilizadas não deve exceder 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
	– Acetais cíclicos e hemiacetais internos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
2933	Compostos heterocíclicos, exclusivamente de hetero-átomo(s) de azoto (nitrogénio)	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição. Contudo, o valor de todas as matérias das posições 2932 e 2933 utilizadas não deve exceder 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
2934	Ácidos nucleicos e seus sais, de constituição química definida ou não; outros compostos heterocíclicos	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição. Contudo, o valor de todas as matérias das posições 2932, 2933 e 2934 utilizadas não deve exceder 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 2939	Concentrados de palha de papoila-dormideira contendo, pelo menos, 50 % em peso, de alcalóides	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto (Esta regra não se aplica no RAM e SPG; nestes casos aplica-se a regra do Capítulo 29)	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 30	Produtos farmacêuticos, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	
3002	<p>Sangue humano; sangue animal preparado para usos terapêuticos, profilácticos ou de diagnóstico; anti-soros, outras fracções do sangue, produtos imunológicos modificados, mesmo obtidos por via biotecnológica; vacinas, toxinas, culturas de microrganismos (excepto leveduras) e produtos semelhantes:</p> <p>– Produtos constituídos por produtos misturados entre si para usos terapêuticos ou profilácticos ou produtos não misturados para estes usos, apresentados em doses ou acondicionados para venda a retalho</p> <p>– Outros:</p> <p>– – Sangue humano</p> <p>– – Sangue animal preparado para usos terapêuticos ou profilácticos</p> <p>– – Constituintes do sangue excepto os anti-soros, a hemoglobina, as globulinas do sangue e as soros-globulinas</p> <p>– – Hemoglobina, globulinas do sangue e soros-globulinas</p> <p>– – Outros</p>	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3002. Contudo, podem ser utilizadas as matérias aqui referidas, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3002. Contudo, podem ser utilizadas as matérias aqui referidas, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3002. Contudo, podem ser utilizadas as matérias aqui referidas, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3002. Contudo, podem ser utilizadas as matérias aqui referidas, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3002. Contudo, podem ser utilizadas as matérias aqui referidas, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
3003 e 3004	Medicamentos (excepto os produtos das posições 3002, 3005 ou 3006): – Obtidos a partir de amikacina da posição 2941 – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias das posições 3003 e 3004, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias das posições 3003 e 3004, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não deve exceder 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 3006	Resíduos farmacêuticos indicados na alínea k) da nota 4 do presente Capítulo	A origem do produto na sua classificação inicial deve ser mantida (Esta regra não se aplica no RAM. Aplica-se a regra do Capítulo)	
ex Capítulo 31	Adubos (fertilizantes), excepto:	Fabricação na qual todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias classificadas na mesma posição desde que o seu valor não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3105	Adubos (fertilizantes) minerais ou químicos, contendo dois ou três dos seguintes elementos fertilizantes: azoto (nitrogénio), fósforo e potássio; outros adubos (fertilizantes); produtos do presente capítulo apresentados em tabletes ou formas semelhantes, ou ainda em embalagens com peso bruto não superior a 10 kg, excepto: – Nitrato de sódio – Cianamida cálcica – Sulfato de potássio – Sulfato de magnésio e potássio	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 32	Extractos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3201	Taninos e seus sais, éteres, ésteres e outros derivados	Fabricação a partir de extractos tanantes de origem vegetal	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3205	Lacas corantes; preparações indicadas na nota 3 do presente Capítulo, à base de lacas corantes ⁽¹⁰⁾	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 3203, 3204 e 3205. Contudo, podem ser utilizadas as matérias da posição 3205, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 33	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3301	Óleos essenciais (deterpenizados ou não), incluídos os chamados “concretos” ou “absolutos”; resinóides; oleorresinas de extracção; soluções concentradas de óleos essenciais em gorduras, em óleos fixos, em ceras ou em matérias análogas, obtidas por tratamento de flores através de substâncias gordas ou por maceração; subprodutos terpénicos residuais da deterpenização dos óleos essenciais; águas destiladas aromáticas e soluções aquosas de óleos essenciais	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo as matérias de outro “grupo” ⁽¹¹⁾ da presente posição. Contudo, podem ser utilizadas matérias do mesmo “grupo” do do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 34	Sabões, agentes orgânicos de superfície, as preparações para lavagem, preparações lubrificantes, ceras artificiais, ceras preparadas, produtos de conservação e limpeza, velas e artigos semelhantes, massas ou pastas para modelar, ceras para dentistas e composições para dentistas a base de gesso, excepto	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3403	Preparações lubrificantes que contenham menos de 70 %, em peso, de óleos de petróleo ou de óleos obtidos a partir de minerais betuminosos	Operações de refinação e/ou um ou mais tratamentos definidos ⁽¹²⁾ ou Outras operações em que todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto. Contudo, podem ser utilizadas as matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
3404	<p>Ceras artificiais e ceras preparadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Que têm por base a parafina, ceras de petróleo, ceras obtidas de minerais betuminosos, de resíduos de parafina – Outras 	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto:</p> <ul style="list-style-type: none"> – óleos hidrogenados com características das ceras da posição 1516, – ácidos gordos de constituição química não definida ou álcoois gordos industriais com características das ceras da posição 3823, e – produtos da posição 3404 <p>Contudo, podem ser utilizadas estas matérias, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p>
ex Capítulo 35	Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou féculas modificados; colas, enzimas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3505	<p>Dextrina e outros amidos e féculas modificados (por exemplo: amidos e féculas pré-gelatinizados ou esterificados); colas à base de amidos ou de féculas, de dextrina ou de outros amidos ou féculas modificados:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Éteres e ésteres de amidos ou féculas – Outros 	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3505</p> <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da posição 1108</p>	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p>
ex 3507	Enzimas preparadas não especificadas nem compreendidas em outras posições	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 36	Pólvoras e explosivos; artigos de piro-tecnia; fósforos; ligas pirofóricas; matérias inflamáveis	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
Ex Capítulo 37	Produtos para fotografia e cinematografia, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3701	Chapas e filmes planos, fotográficos, sensibilizados, não impressionados, de matérias diferentes do papel, do cartão ou dos têxteis; filmes fotográficos planos, de revelação e cópia instantâneas, sensibilizados, não impressionados, mesmo em cartuchos: – Filmes de revelação e cópia instantâneas para fotografia a cores, em cartuchos – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 3701 e 3702. Contudo, podem ser utilizadas matérias da posição 3702, desde que o seu valor total não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 3701 e 3702. Contudo, podem ser utilizadas matérias das posições 3701 e 3702, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3702	Filmes fotográficos sensibilizados, não impressionados, em rolos, de matérias diferentes do papel, do cartão ou dos têxteis; filmes fotográficos de revelação e cópia instantâneas, em rolos, sensibilizados, não impressionados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 3701 e 3702	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3704	Chapas, filmes, papéis, cartões e têx-teis, fotográficos, impressionados mas não revelados	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 3701 a 3704	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 38	Produtos diversos das indústrias químicas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3801	– Grafite coloidal em suspensão oleosa e grafite semicoloidal; pastas carbonadas para eléctrodos – Grafite em pasta, que consiste numa mistura de mais de 30 %, em peso, de grafite com óleos minerais	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual o valor de todas as matérias da posição 3403 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 3803	<i>Tall oil</i> refinada	Refinação de <i>tall oil</i> em bruto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3805	Essência proveniente da fabricação da pasta de papel ao sulfato, depurada	Purificação pela destilação ou refinação da essência proveniente do fabrico da pasta de papel pelo processo do sulfato em bruto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3806	Gomas-ésteres	Fabricação a partir de ácidos resínicos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3807	Pez negro (breu ou pez de alcatrão vegetal)	Destilação do alcatrão vegetal	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
3808	Insecticidas, rodenticidas, fungicidas, herbicidas, inibidores de germinação e reguladores de crescimento para plantas, desinfetantes e produtos semelhantes, apresentados em formas ou embalagens para venda a retalho ou como preparações ou ainda sob a forma de artigos, tais como fitas, mechas e velas sulfuradas e papel mata-moscas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3809	Agentes de apresto ou de acabamento, as aceleradores de tingimento ou de fixação de matérias corantes e outros produtos e preparações (por exemplo: aprestos preparados e preparações mordentes) dos tipos utilizados na indústria têxtil, na indústria do papel, na indústria do couro ou em indústrias semelhantes, não especificados nem compreendidos noutras posições	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3810	Preparações para decapagem de metais; fluxos para soldar e outras preparações auxiliares para soldar metais; pastas e pós para soldar, compostos de metal e outras matérias; preparações dos tipos utilizados para enchimento ou revestimento de eléctrodos ou de varetas para soldar	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3811	Preparações antidetonantes, inibidores de oxidação, aditivos peptizantes, beneficiadores de viscosidade, aditivos anticorrosivos e outros aditivos preparados, para óleos minerais (incluindo a gasolina) ou para outros líquidos utilizados para os mesmos fins que os óleos minerais:		
	– Aditivos preparados para óleos lubrificantes, contendo óleos de petróleo ou de minerais betuminosos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da posição 3811 utilizadas não exceder 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
	– Outros	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
3812	Preparações denominadas “aceleradores de vulcanização”; plastificantes compostos para borracha ou plástico, não especificados nem compreendidos noutras posições; preparações antioxidantes e outros estabilizadores compostos, para borracha ou plástico	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3813	Composições e cargas para aparelhos extintores; granadas e bombas extintoras	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3814	Solventes e diluentes orgânicos compostos, não especificados nem compreendidos em outras posições; preparações concebidas para remover tintas ou vernizes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3818	Elementos químicos impurificados (dopés), próprios para utilização em electrónica, em forma de discos, plaquetas ou formas análogas; compostos químicos impurificados (dopés), próprios para utilização em electrónica	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3819	Líquidos para travões (freios) hidráulicos e outros líquidos preparados para transmissões hidráulicas, não contendo óleos de petróleo nem de minerais betuminosos, ou contendo-os em proporção inferior a 70 %, em peso	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3820	Preparações anticongelantes e líquidos preparados para descongelação	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3822	Reagentes de diagnóstico ou de laboratório em qualquer suporte e reagentes de diagnóstico ou de laboratório preparados, mesmo apresentados num suporte, excepto os das posições 3002 ou 3006; materiais de referência certificados	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
3823	Ácidos gordos monocarboxílicos industriais; óleos ácidos de refinação; álcoois gordos industriais:		
	– Ácidos gordos monocarboxílicos industriais; óleos ácidos de refinação	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
	– Álcoois gordos industriais	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 3823	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
3824	<p>Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição; produtos químicos e preparações das indústrias químicas ou das indústrias conexas (incluídos os constituídos por misturas de produtos naturais), não especificados nem compreendidos noutras posições:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Os seguintes produtos desta posição: – Aglutinantes preparados para moldes ou para núcleos de fundição à base de produtos resinosos naturais – Ácidos nafténicos, seus sais insolúveis em água e seus ésteres – Sorbitol, excepto da posição 2905 – Sulfonatos de petróleo, excepto sulfonatos de petróleo de metais alcalinos, de amónio ou de etanolaminas; ácidos sulfónicos de óleos minerais betuminosos, tiofenados, e seus sais – Permutadores de iões – Composições absorventes para obtenção de vácuo nos tubos ou válvulas eléctricas – Óxidos de ferro alcalinizados para depuração de gases – Águas e resíduos amoniacais provenientes da depuração do gás de iluminação – Ácidos sulfonafténicos, seus sais insolúveis em água e seus ésteres – Óleos de fusel e óleo de Dippel – Misturas de sais com diferentes aniões – Pastas para copiar à base de gelatina, mesmo sobre um suporte em papel ou em matérias têxteis – Outros 	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas as matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p>
3901 a 3915	<p>Plástico em formas primárias; desperdícios, resíduos, aparas e obras inutilizadas (sucata), de plástico; excepto os produtos das posições ex 3907 e 3912, cujas regras são definidas a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Produtos adicionais homopolimerizados, nos quais a parte de um monómero representa, em peso, mais de 99 % do teor total do polímero – Outros 	<p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽¹³⁾ <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽¹⁴⁾</p>	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto</p>

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 3907	<ul style="list-style-type: none"> – Copolímeros feitos a partir de policarbonatos e de copolímeros acrilonitrilobutadieno-estireno (ABS) – Poliésteres 	<p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas matérias da mesma posição da do produto, desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽¹⁵⁾</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto e/ou fabricação a partir de policarbonato de tetrabromo (bifenol A)</p>	
3912	Celulose e seus derivados químicos, não especificados nem compreendidos em outras posições, em formas primárias	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da mesma posição da do produto utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	
3916 a 3921	Produtos intermediários e obras de plástico, excepto os produtos das posições ex 3916, ex 3917, ex 3920 e ex 3921, cujas regras são definidas a seguir:		
	<ul style="list-style-type: none"> – Produtos planos, mais que simplesmente trabalhados à superfície ou apresentados em formas diferentes de rectângulos ou quadrados; outros produtos, mais que simplesmente trabalhados à superfície – Outros: – – Produtos adicionais homopolimerizados nos quais a parte de um monómero representa, em peso, mais de 99 % do teor do polímero – – Outros 	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽¹⁶⁾ <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias do Capítulo 39 utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽¹⁷⁾</p>	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto</p>
ex 3916 e ex 3917	Perfis e tubos	<p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da mesma posição da do produto utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto 	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3920	– folhas de ionomero ou filmes	Fabricação a partir de sal termoplástico parcial que constitui um copolímero de etileno, e ácido metacrílico parcialmente neutralizado com iões de metal, principalmente zinco e sódio	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 3920 (<i>Cotinação</i>)	– folhas de celulose regenerada, de poliamidas ou de polietileno	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da mesma posição da do produto utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 3921	Tiras e lâminas, de plástico, metalizadas	Fabricação a partir de tiras e lâminas de poliéster, de elevada transparência, com espessura inferior a 23 micron ⁽¹⁸⁾	
3922 a 3926	Obras de plástico	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 40	Borracha e suas obras, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 4001	folhas de crepe de borracha para solas	Laminagem das folhas de crepe de borracha natural	
4005	Borracha misturada, não vulcanizada, em formas primárias ou em chapas, folhas ou tiras	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas, excepto a borracha natural, não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
4012	Pneumáticos recauchutados ou usados, de borracha; protectores, bandas de rodagem para pneumáticos e <i>flaps</i> , de borracha: – Pneumáticos recauchutados, protectores maciços ou ocos (semi-maciços), de borracha – Outros	Recauchutagem de pneumáticos ou de protectores maciços ou ocos usados Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 4011 e 4012	
ex 4017	Obras de borracha endurecida	Fabricação a partir de borracha endurecida	
ex Capítulo 41	Peles, excepto peles com pêlo, e couros, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 4102	Peles em bruto de ovinos, depiladas	Depilação de peles de ovinos	
4104 a 4106	Couros e peles, depilados, e peles de animais desprovidos de pêlos, curtidos ou em crosta, mesmo divididos, mas não preparados de outro modo	Recurtimento de couros e peles pré-curtidas ou Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
4107, 4112 e 4113	Couros preparados após curtimenta ou após secagem e couros e peles apergaminhados, depilados, e couros preparados após curtimenta e couros e peles apergaminhados, de animais desprovidos de pêlos, mesmo divididos, excepto os da posição 4114	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 4104 a 4113	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 4114	Couros e peles envernizados ou revestidos; couros e peles metalizados	Fabricação a partir de couros e peles das posições 4104 a 4106, 4107, 4112 ou 4113 desde que o seu valor total não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 42	Obras de couro; artigos de correeiro ou de seleiro; artigos de viagem, bolsas e artefactos semelhantes; obras de tripa	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 43	Peles com pêlo e suas obras; peles com pêlo, artificiais, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 4302	Peles com pêlo, curtidas ou acabadas, reunidas: – Mantas, sacos, quadrados, cruzes ou semelhantes – Outras	Branqueamento ou tintura com corte e reunião de peles com pêlos curtidas ou acabadas, não reunidas Fabricação a partir de peles com pêlo (peletería) curtidas ou acabadas, não reunidas	
4303	Vestuário, seus acessórios e outros artefactos de peles com pêlo	Fabricação a partir de peles com pêlo (peletería) curtidas ou acabadas, não reunidas, da posição 4302	
ex Capítulo 44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 4403	Madeira simplesmente esquadriada	Fabricação a partir de madeira em bruto mesmo descascada ou simplesmente desbastada	
ex 4407	Madeira serrada ou endireitada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, aplainada, polida ou unida pelas extremidades, de espessura superior a 6 mm	Aplainamento, polimento ou união pelas extremidades	
ex 4408	Folhas para folheados (incluindo as obtidas por corte de madeira estratificada) e folhas para contraplacados ou compensados, de espessura não superior a 6 mm, unidas longitudinalmente, e madeira serrada longitudinalmente, cortada ou desenrolada, de espessura não superior a 6 mm, aplainada, polida ou unida pelas extremidades	União longitudinal, aplainamento, polimento ou união pelas extremidades	
ex 4409	Madeira perfilada ao longo de uma ou mais bordas, faces ou extremidades, mesmo aplainada, polida ou unida pelas extremidades: – Polida ou unida pelas extremidades – Baguetes e cercaduras de madeira	Polimento ou união pelas extremidades Fabricação de baguetes ou de cercaduras de madeira	
ex 4410 a ex 4413	Baguetes e cercaduras de madeira, para móveis, quadros, decorações interiores, instalações eléctricas e semelhantes	Fabricação de baguetes e cercaduras de madeira	
ex 4415	Caixotes, caixas, grades, barricas e embalagens semelhantes, de madeira	Fabricação a partir de tábuas não cortadas à medida	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 4416	Barris, cubas, balseiros, dornas, selhas e outras obras de tanoeiro e respectivas partes, de madeira	Fabricação a partir de aduelas, mesmo serradas, nas duas faces principais, mas sem qualquer outro trabalho	
ex 4418	– Obras de carpintaria para construções, de madeira	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizados os painéis celulares de madeira e fasquias para telhados (“shingles” e “shakes”)	
	– Baguetes e cercaduras de madeira	Fabricação de baguetes e cercaduras	
ex 4421	Madeiras preparadas para fósforos; cavilhas de madeira para calçado	Fabricação a partir de madeiras de qualquer posição, excepto madeiras passadas à fieira da posição 4409	
ex Capítulo 45	Cortiça e suas obras, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
4503	Obras de cortiça natural	Fabricação a partir de cortiça natural da posição 4501	
Capítulo 46	Obras de espartaria ou de cestaria	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
Capítulo 47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 4811	Papel, cartolina e cartão simplesmente pautados ou quadriculados	Fabricação a partir de matérias destinadas à fabricação do papel do Capítulo 47	
4816	Papel químico, papel autocopiativo e outros papéis para cópia ou duplicação (excepto da posição 4809), <i>stencils</i> completos e chapas <i>offset</i> , de papel, mesmo acondicionados em caixas	Fabricação a partir de matérias destinadas à fabricação de papel do Capítulo 47	
4817	Envelopes, aerogramas, bilhetes-postais não ilustrados, cartões e papéis para correspondência, de papel ou cartão; caixas, sacos e semelhantes, de papel ou cartão, contendo um sortido de artigos para correspondência	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto 	
ex 4818	Papel higiénico	Fabricação a partir de matérias destinadas à fabricação de papel do Capítulo 47	
ex 4819	Caixas, sacos, bolsas, cartuchos e outras embalagens de papel, cartão, pasta (<i>ouate</i>) de celulose ou de mantas de fibras de celulose	Fabricação: <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 4820	Blocos de papel para cartas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 4823	Outros papéis, cartões, pasta (<i>ouate</i>) de celulose e mantas de fibras de celulose, cortados em forma própria <ul style="list-style-type: none"> – Calendários ditos “perpétuos” ou calendários onde o bloco substituível está sobre um suporte que não é de papel ou de cartão – Outros 	<p>Fabricação a partir de matérias destinadas à fabricação de papel do Capítulo 47</p> <p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % de preço à saída da fábrica do produto <p>Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 4909 e 4911</p>	
ex Capítulo 50	Seda, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 5003	Desperdícios de seda (incluídos os casulos de bicho-da-seda impróprios para dobar, os desperdícios de fios e os fiapos), cardados ou penteados	Cardação ou penteação de desperdícios de seda	
5004 a ex 5006	Fios de seda ou de desperdícios de seda	<p>Fabricação a partir de⁽¹⁹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou transformada de outro modo para a fiação, – outras fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel 	
5007	<p>Tecidos de seda ou de desperdícios de seda:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Que contenham fios de borracha – Outros 	<p>Fabricação a partir de fios simples⁽²⁰⁾</p> <p>Fabricação a partir de⁽²¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fios de caio, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel <p>ou</p>	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5007 (Continuação)		Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

No RAM a regra para a posição 5007 é a seguinte:

5007	Tecidos de seda ou de desperdícios de seda	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
ex Capítulo 51	Lã, pêlos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
5106 a 5110	Fios de lã, de pêlos finos ou grosseiros ou de crina	Fabricação a partir de ⁽²²⁾ : – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou transformada de outro modo para fição, – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fição, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5111 a 5113	Tecidos de lã, de pêlos finos ou grosseiros ou de crina: – Que contenham fios de borracha – Outros	Fabricação a partir de fios simples ⁽²³⁾ Fabricação a partir de ⁽²⁴⁾ : – fios de caíro, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fição, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel ou	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5111 a 5113 (Continuação)		Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

No RAM a regra para as posições 5111 a 5113 é a seguinte:

5111 a 5113	Tecidos de lã ou de pêlos finos ou grosseiros, ou de crina	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
ex Capítulo 52	Algodão, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
5204 a 5207	Fios e linhas de algodão	Fabricação a partir de ⁽²⁵⁾ : – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou preparada de outro modo para fiação, – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5208 a 5212	Tecidos de algodão: – Que contenham fios de borracha – Outros	Fabricação a partir de fios simples ⁽²⁶⁾ Fabricação a partir de ⁽²⁷⁾ : – fios de cairo, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel ou	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5208 a 5212 (Continuação)		(*) Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

(*) A regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 2 000 000 de m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

No RAM a regra para as posições 5208 a 5212 é a seguinte:

5208 a 5212	Tecidos de algodão:	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
ex Capítulo 53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
5306 a 5308	Fios de outras fibras têxteis vegetais; fios de papel	Fabricação a partir de ⁽²⁸⁾ : – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou preparada de outro modo para fiação, – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5309 a 5311	Tecidos de outras fibras têxteis vegetais; tecidos de fios de papel: – Que contenham fios de borracha – Outros	Fabricação a partir de fios simples ⁽²⁹⁾ Fabricação a partir de ⁽³⁰⁾ : – fios de caíro, – fios de juta, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel ou	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	4
5309 a 5311 (Continuação)		Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

No RAM a regra para as posições 5309 a 5311 é a seguinte:

5309 a 5311	Fios e monofilamentos de filamentos sintéticos ou artificiais	Fabrico a partir de ⁽⁸⁾ : — seda crua ou desperdícios de seda cardadas ou penteadas ou transformadas de outro modo para fiação, — fibras naturais, não cardadas nem penteadas ou preparadas de outro modo para a fiação, — matérias químicas ou pasta têxtil, ou — matérias destinadas ao fabrico do papel	
5401 a 5406	Fios, monofilamentos e linhas de filamentos sintéticos ou artificiais	Fabricação a partir de ⁽³¹⁾ : – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou preparada de outro modo para fiação, – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5407 e 5408	Tecidos de fios de filamentos sintéticos ou artificiais: – Que contenham fios de borracha – Outros	Fabricação a partir de fios simples ⁽³²⁾ Fabricação a partir de ⁽³³⁾ : – fios de caíro, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel ou	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5407 e 5408 (Continuação)		(*) Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

(*) A regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 3 500 000 de m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

No RAM a regra para as posições 5407 e 5408 é a seguinte:

5407 e 5408	Tecidos de filamentos sintéticos ou artificiais	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
5501 a 5507	Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	Fabricação a partir de matérias químicas ou pastas têxteis	
5508 a 5511	Fios e linhas para costurar	Fabricação a partir de ⁽³⁴⁾ : – seda crua ou desperdícios de seda, cardada ou penteada ou preparada de outro modo para fiação, – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5512 a 5516	Tecidos de fibras sintéticas ou artificiais descontínuas: – Que contenham fios de borracha – Outros	Fabricação a partir de fios simples ⁽³⁵⁾ Fabricação a partir de ⁽³⁶⁾ : – fios de caíro, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – papel Ou	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5512 a 5516 (Continuação)		(*)Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

(*) A regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 2 000 000 de m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

No RAM a regra para as posições 5512 a 5516 é a seguinte:

5512 a 5516	Tecidos de fibras sintéticas ou artificiais	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
ex Capítulo 56	Pastas (ouates), feltros e falsos tecidos; fios especiais, cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria, excepto:	Fabricação a partir de ⁽³⁷⁾ : – fios de cairo, – fibras naturais, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel	
5602	Feltros, mesmo impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados: – Feltros agulhados	Fabricação a partir de ⁽³⁸⁾ : – fibras naturais, ou – matérias químicas ou pastas têxteis Contudo, podem ser utilizados: – fios de filamentos de polipropileno da posição 5402, – fibras descontínuas de polipropileno das posições 5503 ou 5506, ou – cabos de filamentos de polipropileno da posição 5501, cujo título de cada filamento ou fibra que os constitui é, em todos os casos, inferior a 9 decitex, desde que o seu valor total não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para a posição 5602 é a seguinte:

5602	<ul style="list-style-type: none"> – Feltros agulhados – Outros 	<p>Fabrico a partir de ⁽⁸⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – matérias químicas ou pasta têxtil <p>Fabricação a partir de ⁽³⁹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas de caseína, ou – matérias químicas ou pastas têxteis 	
5604	<p>Fios e cordas, de borracha, recobertos de têxteis; fios têxteis, lâminas e formas semelhantes, das posições 5404 ou 5405, impregnados, revestidos, recobertos ou embainhados de borracha ou de plásticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fios e cordas, de borracha, revestidos de têxteis – Outros 	<p>Fabricação a partir de fios e cordas de borracha não revestidos de matérias têxteis</p> <p>Fabricação a partir de ⁽⁴⁰⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel 	
5605	<p>Fios metálicos e fios metalizados, mesmo revestidos por enrolamento, constituídos por fios têxteis, lâminas ou formas semelhantes das posições 5404 ou 5405, combinados com metal sob a forma de fios, de lâminas ou de pós, ou recobertos de metal</p>	<p>Fabricação a partir de ⁽⁴¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel 	
5606	<p>Fios revestidos por enrolamento, lâminas e formas semelhantes das posições 5404 ou 5405, revestidas por enrolamento, excepto os da posição 5605 e os fios de crina revestidos por enrolamento; fios de froco (chenille); fios denominados “de cadeia” (chainette)</p>	<p>Fabricação a partir de ⁽⁴²⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, – matérias químicas ou pastas têxteis, ou – matérias destinadas à fabricação do papel 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
Capítulo 57	<p>Tapetes e outros revestimentos para pavimentos, de matérias têxteis:</p> <p>– De feltros agulhados</p> <p>RAM: De feltros agulhados</p> <p>– De outros feltros</p> <p>– Outros</p> <p>RAM: – Outros</p>	<p>Fabricação a partir de ⁽⁴³⁾:</p> <p>– fibras naturais, ou</p> <p>– matérias químicas ou pastas têxteis</p> <p>Contudo, podem ser utilizados:</p> <p>– fios de filamentos de polipropileno da posição 5402,</p> <p>– fibras descontínuas de polipropileno das posições 5503 ou 5506, ou</p> <p>– cabos de filamentos de polipropileno da posição 5501,</p> <p>cujo título de cada filamento ou fibra que os constitui é, em todos os casos, inferior a 9 decitex, desde que o seu valor total não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Pode ser utilizado tecido de juta como suporte</p> <p>Fabrico a partir de (8):</p> <p>–fibras naturais, ou</p> <p>— matérias químicas ou pasta têxtil</p> <p>No entanto, pode ser utilizado tecido de juta como suporte</p> <p>Fabricação a partir de ⁽⁴⁴⁾:</p> <p>– fibras naturais, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou</p> <p>– matérias químicas ou pastas têxteis</p> <p>Fabricação a partir de ⁽⁴⁵⁾:</p> <p>– fios de cairo ou de juta,</p> <p>– fios sintéticos ou filamentos artificiais,</p> <p>– fibras naturais, ou</p> <p>– fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação</p> <p>Pode ser utilizado tecido de juta como suporte</p> <p>Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾:</p> <p>Pode ser utilizado tecido de juta como suporte</p>	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 58	<p>Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados, excepto:</p> <p>– Combinados com fios de borracha</p> <p>– Outros</p>	<p>Fabricação a partir de fios simples ⁽⁴⁶⁾</p> <p>Fabricação a partir de ⁽⁴⁷⁾:</p> <p>– fibras naturais,</p> <p>– fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fição, ou</p> <p>– matérias químicas ou pastas têxteis</p> <p>ou</p> <p>Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	

No RAM a regra para o Capítulo 58 é a seguinte:

ex Capítulo 58	<p>Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados, excepto:</p>	<p>Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica</p>
----------------	--	--

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

As regras para o México para as posições 5801, 5802 a 5804 são as seguintes:

5801	<p>Veludos e pelúcias tecidos e tecidos de froco (chenille), excepto os artefactos das posições 5802 ou 5806:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Elásticos, constituídos de fios têxteis combinados com fios de borracha – Outro 	<p>Fabricação a partir de fios simples ⁽¹⁾</p> <p>Fabricação a partir de (1):</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais ou – matérias químicas ou pastas têxteis <p>ou</p> <p>(*) Estampagem acompanhada de, pelo menos, uma operação de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	<p>Relativamente aos tecidos de algodão classificados nesta posição: fabricação a partir de fio de algodão, estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação e de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós)</p>
------	--	---	--

(*) Relativamente às posições 5801, 5806 e 5811 do SH, a regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 500 000 m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

5802 a 5804	<p>Tecidos turcos, excepto os artefactos da posição 5806; tecidos tufados, excepto os artefactos da posição 5703; tecidos em ponto de gaze, excepto os artefactos da posição 5806; tules, filó e tecidos de malhas com nós, bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Combinados com fios de borracha – Outro 	<p>Fabricação a partir de fio simples ⁽¹⁾</p> <p>Fabricação a partir de ⁽¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais ou – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para fiação ou . – matérias químicas ou pastas têxteis <p>ou</p>	
-------------	---	---	--

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5802 a 5804 (Continuação)		Estampagem acompanhada de, pelo menos, uma operação de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	
5805	Tapeçarias tecidas à mão (género Gobelino, Flandres, “Aubusson”, “Beauvais” e semelhantes) e tapeçarias feitas à agulha (por exemplo: em <i>petit point</i> , ponto de cruz), mesmo confeccionadas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	

As regras para o México para as posições 5806, 5807 a 5809 são as seguintes:

5806	<p>Fitas, excepto os artefactos da posição 5807; fitas sem trama, de fios ou fibras paralelizados e colados (bolducs):</p> <ul style="list-style-type: none"> – Combinados com fios de borracha – Outro 	<p>Fabricação a partir de fios simples ⁽¹⁾</p> <p>Fabricação a partir de ⁽¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais ou – matérias químicas ou pastas têxteis <p>ou</p> <p>(*) Estampagem acompanhada de, pelo menos, uma operação de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	<p>Relativamente aos tecidos de algodão classificados nesta posição: fabricação a partir de fio de algodão, estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação e de acabamento (tal como lavagem, branqueamento mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós)</p>
------	---	--	---

(*) Relativamente às posições 5801, 5806 e 5811 do SH, a regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 500 000 m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5807 a 5809	<p>Etiquetas, emblemas e artefactos semelhantes de matérias têxteis, em peça, em fitas ou recortados em forma própria, não bordados; entrançados em peça; artigos de passamanaria e artigos ornamentais análogos, em peça, não bordados, excepto de malha; borlas, pompons e artefactos semelhantes; tecidos de fios de metal ou de fios têxteis metalizados da posição 5605, dos tipos utilizados em vestuário, para guarnição de interiores ou usos semelhantes, não especificados nem compreendidos em outras posições:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Combinados com fios de borracha – Outro 	<p>Fabricação a partir de fio simples ⁽¹⁾</p> <p>Fabricação a partir de ⁽¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais ou – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para fiação ou – matérias químicas ou pastas têxteis <p>ou</p> <p>Estampagem acompanhada de, pelo menos, uma operação de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço saída da fábrica do produto</p>	
5810	Bordados em peça, em tiras ou em motivos para aplicar	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto <p>RAM: Fabrico no qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço do produto à saída da fábrica</p>	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

A regra para o México para a posição 5811 é a seguinte:

5811	<p>Artefactos têxteis acolchoados (matelassês) em peça, constituídos por uma ou várias camadas de matérias têxteis associadas a uma matéria de enchimento (estofamento), acolchoados por qualquer processo, excepto os bordados da posição 5810:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Combinados com fios de borracha – Outro 	<p>Fabricação a partir de fio simples ⁽¹⁾</p> <p>Fabricação a partir de ⁽¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais ou – matérias químicas ou pastas têxteis <p>ou</p> <p>(*) Estampagem acompanhada de, pelo menos, uma operação de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto</p>	<p>Relativamente aos tecidos de algodão classificados nesta posição: fabricação a partir de fio de algodão, estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação e de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós)</p>
------	---	---	--

(*) Relativamente às posições 5801, 5806 e 5811 do SH, a regra enunciada é aplicável apenas às exportações da Comunidade para o México ao abrigo de um contingente anual agregado de 500 000 m2. Este contingente será atribuído pelo México segundo o sistema «primeiro a chegar, primeiro a ser servido». Ver nota 13 do apêndice II(a).

5901	Tecidos revestidos de cola ou de matérias amiláceas, dos tipos utilizados na encadernação, cartonagem ou usos semelhantes; telas para decalque e telas transparentes para desenho; telas preparadas para pintura; entretelas e tecidos rígidos semelhantes dos tipos utilizados em chapéus e artefactos de uso semelhante	Fabricação a partir de fios	
5902	<p>Telas para pneumáticos fabricadas com fios de alta tenacidade de <i>nylon</i> ou de outras poliamidas, de poliésteres ou de raio de viscose:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Que contenham não mais de 90 %, em peso, de têxteis 	Fabricação a partir de fios	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para a posição 5902 é a seguinte:

5902	Telas para pneumáticos fabricados com fios de alta tenacidade de náilon ou de outras poliamidas, de poliésteres ou de raíom viscose	Fabrico a partir de fio	
------	---	-------------------------	--

A regra para o México para a posição 5902 é a seguinte:

5902	Telas para pneumáticos fabricadas a partir de fios de alta tenacidade de <i>nylon</i> ou de outras poliamidas, de poliésteres ou de raíom viscose – Outros	Fabricação a partir de matérias químicas ou pastas têxteis Fabricação a partir de matérias químicas ou de pastas têxteis	
5903	– Outros Tecidos impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados com plástico, excepto os da posição 5902	Fabricação a partir de fios ou Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	
5904	Linóleos, mesmo recortados; revestimentos para pavimentos constituídos por um induto ou recobrimento aplicado sobre suporte têxtil, mesmo recortados	Fabricação a partir de fios ⁽⁴⁸⁾	
5905	Revestimentos para paredes, de matérias têxteis: – Impregnados, revestidos, recobertos ou estratificados com borracha, plástico ou outras matérias – Outros	Fabricação a partir de fios Fabricação a partir de ⁽⁴⁹⁾ : – fios de caíro, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem preparadas de outro modo para a fiacção, ou – matérias químicas ou pastas têxteis ou Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para a posição 5805 é a seguinte:

5905	Revestimentos para paredes, de matérias têxteis	Fabrico a partir de fio	Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados não exceda 47,5 % do preço do produto à saída da fábrica
5906	Tecidos com borracha, excepto os da posição 5902: – Tecidos de malha – Outros tecidos de fios de filamentos sintéticos que contenham mais de 90 %, em peso, de têxteis – Outros	Fabricação a partir de ⁽⁵⁰⁾ : – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou – matérias químicas ou pastas têxteis Fabricação a partir de matérias químicas Fabricação a partir de fios	

No RAM a regra para a posição 5906 é a seguinte:

5906	Tecidos com borracha, excepto os da posição 5902	Fabrico a partir de fio	
5907	Outros tecidos impregnados, revestidos ou recobertos; telas pintadas para cenários teatrais, para fundos de estúdio ou para usos semelhantes	Fabricação a partir de fios ou Estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	
5908	Mechas de matérias têxteis, tecidas, entrançadas ou tricotadas, para candeeiros, fogareiros, isqueiros, velas e semelhantes; camisas de incandescência e tecidos tubulares tricotados para a sua fabricação, mesmo impregnados: – Camisas de incandescência, impregnadas – Outros	Fabricação a partir de fios Fabricação a partir de tecidos tubulares tricotados Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
5909 a 5911	<p>Artigos de matérias têxteis para usos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Discos e anéis para polir, excepto de feltro da posição 5911 – Tecidos, mesmo feltrados, dos tipos vulgarmente utilizados nas máquinas para fabricação de papel ou para outros usos técnicos, mesmo impregnados ou revestidos, tubulares ou sem fim, com urdidura e/ou trama simples ou múltiplas, ou tecidos planos, com urdidura e/ou trama múltiplas da posição 5911 – Outros 	<p>Fabricação a partir de fios ou a partir de trapos ou retalhos da posição 6310</p> <p>Fabricação a partir de ⁽⁵¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fios de caíro, – das seguintes matérias: <ul style="list-style-type: none"> -- fios de politetrafluoroetileno ⁽⁵²⁾, -- fios de poliamidas, retorcidos e revestidos, impregnados ou recobertos com resinas fenólicas, -- fios de poliamidas aromáticas obtidas por policondensação de m-fenileno-diamina e de ácido isoftálico, -- monofios de politetrafluoroetileno ⁽⁵³⁾, -- fios de fibras têxteis sintéticas de poli(p-fenilenotereftalamida), -- fios de fibras de vidro, revestidos de resinas fenoplásticas e recobertos com fios acrílicos ⁽⁵⁴⁾, -- monofilamentos de copoliésteres de um poliéster, de uma resina do ácido tereftálico, de 1,4- ciclohexanodietanol e de ácido isoftálico, -- fibras naturais, -- fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou -- matérias químicas ou pastas têxteis <p>Fabricação a partir de ⁽⁵⁵⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fios de caíro, – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou – matérias químicas ou pastas têxteis 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para as posições 5909 a 5911 é a seguinte:

5909 a 5911	<p>Artigos de matérias têxteis para usos técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Discos e anéis para polir, com excepção dos de feltro, da posição 5911 – Tecidos, dos tipos utilizados nas máquinas para fabrico de papel ou máquinas semelhantes, feltrados ou não, mesmo impregnados, revestidos, recobertos, tubulares ou contínuos ou urdidura simples ou múltipla e/ou trama, ou tecidos em forma plana de urdidura múltipla e/ou trama da posição 5911 – Outros 	<p>Fabrico a partir de fio ou a partir de trapos ou retalhos da posição 6310</p> <p>Fabrico a partir de fio (8)</p> <p>Fabrico a partir de fio (8)</p>	
Capítulo 60	Tecidos de malha	<p>Fabricação a partir de⁽⁵⁶⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou – matérias químicas ou pastas têxteis 	

No RAM a regra para o Capítulo 60 é a seguinte:

Capítulo 60	Tecidos de malha	Fabrico a partir de tecido ⁽⁸⁾	
Capítulo 61	<p>Vestuário e seus acessórios, de malha:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Obtidos por costura ou reunião de duas ou mais peças de tecidos de malhas cortados, ou fabricados já com a configuração própria – Outros 	<p>Fabricação a partir de fios ⁽⁵⁷⁾ ⁽⁵⁸⁾</p> <p>Fabricação a partir de⁽⁵⁹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontínuas, não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para a fiação, ou – matérias químicas ou pastas têxteis 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para o Capítulo 61 é a seguinte:

Capítulo 61	Vestuário e seus acessórios, de malha: – Obtidos por costura ou reunião de duas ou mais peças de tecidos de malhas cortados, ou fabricados já com a configuração própria – Outros	Fabrico a partir de tecido Fabrico a partir de tecido	
ex Capítulo 62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha, excepto:	Fabricação a partir de fios ⁽⁶⁰⁾ ⁽⁶¹⁾	

No RAM a regra para o Capítulo 62 é a seguinte:

ex Capítulo 62	Vestuário e seus acessórios, excepto de malha, excepto:	Fabrico a partir de tecido	
ex 6202, ex 6204, ex 6206, ex 6209 e ex 6211	Vestuário de uso feminino e para bebé e outros acessórios de vestuário para bebé, bordados	Fabricação a partir de fios ⁽⁶²⁾ ou Fabricação a partir de tecidos não bordados cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽⁶³⁾	
ex 6210 e ex 6216	Vestuário resistente ao fogo, de tecido coberto de uma camada de poliéster aluminizado	Fabricação a partir de fios ⁽⁶⁴⁾ ou Fabricação a partir de tecidos não revestidos cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽⁶⁵⁾	
6213 e 6214	Lenços de assoar e de bolso, xales, écharpes, lenços de pescoço, cachecóis, mantilhas, véus e artefactos semelhantes: – Bordados – Outros	Fabricação a partir de fios simples crus ⁽⁶⁶⁾ ⁽⁶⁷⁾ Ou Fabricação a partir de tecidos não bordados cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽⁶⁸⁾ Fabricação a partir de fios simples crus ⁽⁶⁹⁾ ⁽⁷⁰⁾ ou Confecção seguida de estampagem acompanhada de, pelo menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calendragem, operação de resistência ao encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós), desde que o valor total dos tecidos não estampados das posições 6213 e 6214 utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
6217	<p>Outros acessórios confeccionados de vestuário; partes de vestuário ou dos seus acessórios, excepto da posição 6212:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Bordados – Vestuário resistente ao fogo, de tecido coberto por uma camada de poliéster alumizado – Entretelas para golas e punhos talhadas – Outros 	<p>Fabricação a partir de fios ⁽⁷¹⁾</p> <p>ou</p> <p>Fabricação a partir de tecidos não bordados cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽⁷²⁾</p> <p>Fabricação a partir de fios ⁽⁷³⁾</p> <p>ou</p> <p>Fabricação a partir de tecidos não revestidos cujo valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto ⁽⁷⁴⁾</p> <p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto <p>Fabricação a partir de fios ⁽⁷⁵⁾</p>	
ex Capítulo 63	Outros artefactos têxteis confeccionados; sortidos; artefactos de matérias têxteis, calçado, chapéus e artefactos de uso semelhante, usados; tapos, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
6301 a 6304	<p>Cobertores e mantas, roupas de cama, etc.; cortinados etc.; outros artefactos para guarnição de interiores:</p> <ul style="list-style-type: none"> – De feltro, de falsos tecidos – Outros: – – Bordados – – Outros 	<p>Fabricação a partir de ⁽⁷⁶⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, ou – matérias químicas ou pastas têxteis <p>Fabricação a partir de fios simples crus ⁽⁷⁷⁾ ⁽⁷⁸⁾</p> <p>ou</p> <p>Fabricação a partir de tecidos não bordados (excepto os tecidos de malha ou confeccionados com renda), desde que o seu valor não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação a partir de fios simples crus ⁽⁷⁹⁾ ⁽⁸⁰⁾</p>	
6305	Sacos de quaisquer dimensões, para embalagem	<p>Fabricação a partir de ⁽⁸¹⁾:</p> <ul style="list-style-type: none"> – fibras naturais, – fibras sintéticas ou artificiais descontinuas, não cardadas nem penteadas nem preparadas de outro modo para a fição, ou – matérias químicas ou pastas têxteis 	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

No RAM a regra para a posição 6305 é a seguinte:

6305	Sacos de quaisquer dimensões, para embalagem	Fabrico a partir de fio ⁽⁸⁾ :	
6306	Encerados e estores de exterior; tendas; velas para embarcações, para pranchas ou para carros à vela; artigos para acampamento: – De falsos tecidos – Outros	Fabricação a partir de ⁽⁸²⁾ ⁽⁸³⁾ : – fibras naturais, ou – matérias químicas ou pastas têxteis Fabricação a partir de fios simples crus ⁽⁸⁴⁾ ⁽⁸⁵⁾	

No RAM a regra para a posição 6306 é a seguinte:

6306	Encerados e toldos; tendas; velas para embarcações, para pranchas à vela ou para carros à vela; artigos para acampamento	Fabrico a partir de tecido	
6307	Outros artefactos confeccionados, incluídos os moldes para vestuário	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
6308	Sortidos constituídos de cortes de tecido e fios, mesmo com acessórios, para confecção de tapetes, tapeçarias, toalhas de mesa ou guardanapos, bordados, ou de artefactos têxteis semelhantes, em embalagens para venda a retalho	Cada artigo que constitui o sortido deve cumprir a regra que lhe seria aplicada se não estivesse incluído no sortido. Contudo, o sortido pode conter artigos não originários desde que o seu valor total não exceda 15 % do preço à saída da fábrica do sortido RAM: Cada artigo que constitui o sortido deve cumprir a regra que lhe seria aplicada se não se apresentasse incluído no sortido. No entanto, o sortido pode conter produtos não originários, desde que o seu valor total não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do sortido	

A regra para o México para a posição 6310 é a seguinte:

6310	Tapos usados ou novos, cordéis, cordas e cabos de matérias têxteis, em forma de desperdícios ou de artefactos inutilizados	Fabricação na qual todas as matérias utilizadas devem ser inteiramente obtidas	
ex Capítulo 64	Calçado, polainas e artefactos semelhantes, e suas partes, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto os conjuntos constituídos pela parte superior do calçado fixada à primeira sola ou a outra qualquer parte inferior da posição 6406	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4

As regras para o México para as posições 6401, 6402 a 6404, 6405 e 6406 são as seguintes:

6401	Calçado impermeável de sola exterior e parte superior de borracha ou plástico, em que a parte superior não tenha sido reunida à sola exterior por costura ou por meio de rebites, pregos, parafusos, espigões ou dispositivos semelhantes, nem formada por diferentes partes reunidas pelos mesmos processos	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, com exclusão de conjuntos constituídos pela parte superior do calçado fixada à primeira sola ou a outra qualquer parte inferior da posição 6406	
6402 a 6404 (1)	Calçado de plástico, couro e têxteis	Fabricação na qual: <ul style="list-style-type: none"> – todas as matérias utilizadas estão classificadas numa posição diferente da do produto, excepto solas e suas partes, diferentes do contraforte da biqueira, da posição 6406 – o valor de todas as matérias utilizadas não deve exceder 60 % do preço à saída da fábrica do produto 	
6405	Outro calçado	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, com exclusão de conjuntos constituídos pela parte superior do calçado fixada à primeira sola ou a outra qualquer parte inferior da posição 6406	
6406	Partes de calçado (incluídas as partes superiores, mesmo fixadas a solas que não sejam as solas exteriores); palmilhas amovíveis; reforços interiores e artefactos semelhantes amovíveis; polainas, perneiras e artefactos semelhantes, e suas partes	Fabricação na qual todas as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto	
6406	Partes de calçado (incluídas as partes superiores, mesmo fixadas a solas que não sejam as solas exteriores); palmilhas amovíveis; reforços interiores e artefactos semelhantes amovíveis; polainas, perneiras e artefactos semelhantes, e suas partes	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 65	Chapéus e artefactos de uso semelhante, e suas partes, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
6503	Chapéus e outros artefactos de uso semelhante, de feltro, obtidos a partir dos esboços ou discos da posição 6501, mesmo guarnecidos	Fabricação a partir de fios ou fibras têxteis ⁽⁸⁶⁾	
6505	Chapéus e outros artefactos de uso semelhante, de malha ou confeccionados com rendas, feltro ou outros produtos têxteis, em peça (mas não em tiras), mesmo guarnecidos: coifas e redes, para o cabelo, de qualquer matéria, mesmo guarnecidas	Fabricação a partir de fios ou fibras têxteis ⁽⁸⁷⁾	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 66	Guarda-chuvas, sombrinhas, guarda-sóis, bengalas, bengalas-assentos, chicotes e suas partes, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
6601	Guarda-chuvas, sombrinhas e guarda-sóis (incluindo as bengalas-guarda-chuvas e os guarda-sóis de jardim e semelhantes)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 67	Penas e penugem preparadas e suas obras; flores artificiais; obras de cabelo	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias utilizadas devem ser classificadas numa posição diferente da do produto	
ex 6803	Obras de ardósia natural ou aglomerada	Fabricação a partir de ardósia trabalhada	
ex 6812	Obras de amianto ou de misturas à base de amianto ou à base de amianto e de carbonato de magnésio	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição	
ex 6814	Obras de mica, incluindo a mica aglomerada ou reconstituída, com suporte de papel, de cartão ou de outras matérias	Fabricação a partir de mica trabalhada (incluindo a mica aglomerada ou reconstituída)	
Capítulo 69	Produtos cerâmicos	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 70	Vidro e suas obras, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 7003, ex 7004 ex 7005	Vidro com camadas não reflectoras	Fabricação a partir de matérias da posição 7001	
7006	Vidro das posições 7003, 7004 ou 7005, recurvado, biselado, gravado, brocado, esmaltado ou trabalhado de outro modo, mas não emoldurado nem associado a outras matérias:		
	– Placas de vidro (substratos), recobertas por uma camada de metal dieléctrico, semicondutoras segundo as normas do SEMII ⁽⁸⁸⁾	Fabricação a partir de placas de vidro não recobertas (substratos) da posição 7006	
	– Outros	Fabricação a partir de matérias da posição 7001	
7007	Vidros de segurança, consistindo em vidros temperados ou formados por folhas contracoladas	Fabricação a partir de matérias da posição 7001	
7008	Vidros isolantes de paredes múltiplas	Fabricação a partir de matérias da posição 7001	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
7009	Espelhos de vidro, mesmo emoldurados, incluídos os espelhos retrovisores	Fabricação a partir de matérias da posição 7001	
7010	Garrações, garrafas, frascos, boiões, vasos, embalagens tubulares, ampolas e outros recipientes de vidro, próprios para transporte ou embalagem; boiões de vidro, para conserva; rolhas, tampas e outros dispositivos de uso semelhante, de vidro	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto ou Recorte de objectos de vidro, desde que o valor total do objecto de vidro não lapidado não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7013	Objectos de vidro para serviço de mesa, cozinha, toucador, escritório, ornamentação de interiores ou usos semelhantes, excepto os das posições 7010 ou 7018	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto ou Recorte de objectos de vidro, desde que o valor total do objecto de vidro não lapidado não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto ou Decoração manual (com exclusão de serigrafia) de objectos de vidro soprados à mão, desde que o valor total desses objectos não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 7019	Obras (excepto os fios) de fibra de vidro	Fabricação a partir de: – mechas, mesmo ligeiramente torcidas (“rovings”) e fios não coloridos, cortados ou não, ou – lâ de vidro	
ex Capítulo 71	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; bijutaria; moedas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 7101	Pérolas naturais ou cultivadas, combinadas e enfiadas temporariamente para facilidade de transporte	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 7102, ex 7103 e ex 7104	Pedras preciosas ou semipreciosas e pedras sintéticas ou reconstituídas trabalhadas	Fabricação a partir de pedras preciosas ou semipreciosas, em bruto	
7106, 7108 e 7110	Metais preciosos: – Em formas brutas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 7106, 7108 e 7110 ou Separação electrolítica, térmica ou química de metais preciosos das posições 7106, 7108 ou 7110 ou Liga de metais preciosos das posições 7106, 7108 ou 7110 entre si ou com metais comuns	
	– Semimanufacturadas, ou em pó	Fabricação a partir de metais preciosos, em formas brutas	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 7107, ex 7109 e ex 7111	Metais folheados ou chapeados de metais preciosos, semimanufacturados	Fabricação a partir de metais folheados ou chapeados de metais preciosos, em formas brutas	
7116	Obras de pérolas naturais ou cultivadas, de pedras preciosas ou semipreciosas ou de pedras sintéticas ou reconstituídas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7117	Bijutarias	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto ou Fabricação a partir de partes de metais comuns, não dourados nem prateados nem platinados, desde que o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 72	Ferro fundido, ferro e aço, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
7207	Produtos semimanufacturados de ferro ou de aço não ligado	Fabricação a partir de matérias das posições 7201, 7202, 7203, 7204 ou 7205	
7208 a 7216	Produtos laminados planos, fio-máquina, barras e perfis, de ferro ou de aço não ligado	Fabricação a partir de ferro ou de aços não ligados em lingotes ou outras formas primárias da posição 7206	
7217	Fios de ferro ou de aço não ligado	Fabricação a partir de matérias semimanufacturadas em ferro ou aços não ligados da posição 7207	
ex 7218, 7219 a 7222	Produtos semimanufacturados, produtos laminados planos, fio-máquina, barras e perfis, de aço inoxidável	Fabricação a partir de aços inoxidáveis em lingotes ou outras formas primárias da posição 7218	
7223	Fios de aço inoxidável	Fabricação a partir de matérias semimanufacturadas em aços inoxidáveis da posição 7218	
ex 7224, 7225 a 7228	Produtos semimanufacturados, produtos laminados planos, fio-máquina, barras e perfis, de outras ligas de aço; barras ocas para perfuração de ligas de aço ou de aço não ligado	Fabricação a partir de aços em lingotes ou outras formas primárias das posições 7206, 7218 e 7224	
7229	Fios de outras ligas de aço	Fabricação a partir de produtos semimanufacturados noutras ligas de aço da posição 7224	
ex Capítulo 73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 7301	Estacas-pranchas	Fabricação a partir de matérias da posição 7206	
7302	Elementos de vias férreas, de ferro fundido, ferro ou aço; carris, contracarris e cremalheiras, agulhas, cróssimas, alavancas para comando de agulhas e outros elementos de cruzamentos e desvios, dormentes, eclissas, coxins de carril, cantoneiras, placas de apoio ou assentamento, placas de aperto, placas e tirantes de separação e outras peças próprias para a fixação, articulação, apoio ou junção de carris	Fabricação a partir de matérias da posição 7206	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
7304, 7305 e 7306 ex 7307	Tubos e perfis ocos, de ferro ou aço Acessórios para tubos de aços inoxidáveis (ISO n.º X5CrNiMo 1712), que consistem em várias peças	Fabricação a partir de matérias das posições 7206, 7207, 7218 ou 7224 Torneamento, furação, mandrilagem ou escariagem, roscagem, rebarbagem de pedaços de metal forjado cujo valor total não deve exceder 35 % do preço à saída da fábrica do produto	
7308	Construções e suas partes (por exemplo: pontes e elementos de pontes, comportas, torres, pórticos, pilares, colunas, armações, estruturas para telhados, portas e janelas, e seus caixilhos, alizares e soleiras, portas de correr, balaustradas), de ferro fundido, ferro ou aço, excepto as construções pré-fabricadas da posição 9406; chapas, barras, perfis, tubos e semelhantes de ferro fundido, ferro ou aço, próprios para construções	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, não podem ser utilizados os perfis obtidos por soldadura da posição 7301	
ex 7315	Correntes antiderrapantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da posição 7315 utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 74	Cobre e suas obras, excepto:	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7401	Mates de cobre; cobre de cementação (precipitado de cobre)	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
7402	Cobre não afinado; ânodos de cobre para afinação electrolítica	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
7403	Cobre afinado e ligas de cobre, em formas brutas: – Cobre afinado – Ligas de cobre e cobre afinado, contendo outros elementos	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto Fabricação a partir de cobre afinado (refinado), em formas brutas, ou de desperdícios, resíduos e sucata de cobre	
7404	Desperdícios, resíduos e sucata de cobre	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
7405	Ligas-mães de cobre	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 75	Níquel e suas obras, excepto:	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
7501 a 7503	Mates de níquel, <i>sinters</i> de óxidos de níquel e outros produtos intermediários da metalurgia do níquel; níquel em formas brutas; desperdícios, resíduos e sucata de níquel	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 76	Alumínio e suas obras, excepto:	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7601	Alumínio em formas brutas	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
		ou	
		Fabricação por tratamento térmico ou electrolítico a partir de alumínio não ligado ou de desperdícios, resíduos e sucata de alumínio	
7602	Desperdícios, resíduos e sucata, de alumínio	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 7616	Outras obras de alumínio que não telas metálicas (compreendendo as telas contínuas ou sem fim), grelhas ou redes, em fio de alumínio, de chapas ou tiras estiradas, em alumínio	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas telas metálicas (compreendendo as telas contínuas ou sem fim), grelhas ou redes, em fio de alumínio, ou chapas ou tiras estiradas, em alumínio, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 77	Reservado para eventual utilização futura no sistema harmonizado		
ex Capítulo 78	Chumbo e suas obras, excepto:	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7801	Chumbo em formas brutas:	Fabricação a partir de chumbo de obra	
	– Chumbo afinado		
	– Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, não podem ser utilizados desperdícios e resíduos da posição 7802	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
7802	Desperdícios, resíduos e sucata, de chumbo	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 79	Zinco e suas obras, excepto:	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
7901	Zinco em formas brutas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, não podem ser utilizados desperdícios e resíduos da posição 7902	
7902	Desperdícios, resíduos e sucata, de zinco	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex Capítulo 80	Estanho e suas obras, excepto:	Fabricação:	
		– a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e	
		– na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
8001	Estanho em formas brutas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, não podem ser utilizados os desperdícios e resíduos da posição 8002	
8002 e 8007	Desperdícios, resíduos e sucata de estanho; outras obras de estanho	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
Capítulo 81	Outros metais comuns; ceramais (<i>cermets</i>); obras dessas matérias:		
	– Outros metais comuns, forjados; obras de outros metais comuns	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas da mesma posição da do produto não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
	– Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 82	Ferramentas, artefactos de cutelaria e talheres e suas partes, de metais comuns, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
8206	Ferramentas de, pelo menos, duas das posições 8202 a 8205, acondicionadas em sortidos para venda a retalho	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias das posições 8202 a 8205. Contudo, podem ser incluídas no sortido as ferramentas das posições 8202 a 8205, desde que o seu valor total não exceda 15 % do preço à saída da fábrica do sortido	
8207	Ferramentas intercambiáveis para ferramentas manuais, mesmo mecânicas, ou para máquinas-ferramentas (por exemplo: de embutir, estampar, puncionar, ros-car (interior ou exteriormente), furar, escarear, mandrilar, fresar, torneiar, aparafusar), incluídas as feiras de estiragem ou de extrusão, para metais, e as ferramentas de perfuração ou de sondagem	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8208	Facas e lâminas cortantes, para máquinas ou para aparelhos mecânicos	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 8211	Facas (excepto da posição 8208) de lâmina cortante ou serrilhada, incluídas as podadeiras de lâmina móvel	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas lâminas de facas e cabos de metais comuns	
8214	Outros artigos de cutelaria (por exemplo: máquinas de cortar o cabelo ou tosquiar, fendeleiras, cutelos, incluídos os de açougue e de cozinha, e corta-papéis); utensílios e sortidos de utensílios, de manicuros ou de pedicuros (incluídas as limas para unhas)	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizados cabos de metais comuns	
8215	Colheres, garfos, conchas, escumadeiras, pás para tortas, facas especiais para peixe ou para manteiga, pinças para açúcar e artefactos semelhantes	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizados cabos de metais comuns	
ex Capítulo 83	Obras diversas de metais comuns, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 8302	Guarnições, ferragens e artigos semelhantes, para edifícios, e fechos automáticos para portas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas as outras matérias da posição 8302, desde que o seu valor total não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 8306	Estatuetas e outros objectos de ornamentação, de metais comuns	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizadas as outras matérias da posição 8306, desde que o seu valor total não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 84	Reactores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes, excepto:	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8401	Elementos combustíveis para reactores nucleares	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto ⁽⁸⁹⁾	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8402	Caldeiras de vapor (geradores de vapor), excluídas as caldeiras para aquecimento central concebidas para produção de água quente e vapor de baixa pressão; caldeiras denominadas “de água sobreaquecida”	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8403 e ex 8404	Caldeiras para aquecimento central, excepto as da posição 8402, e aparelhos auxiliares para caldeiras para aquecimento central	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição das posições 8403 ou 8404	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
8406	Turbinas a vapor	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8407	Motores de pistão, alternativo ou rotativo, de ignição por faísca (motores de explosão)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8408	Motores de pistão, de ignição por compressão (motores “diesel” ou “semi-diesel”)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8409	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos motores das posições 8407 ou 8408	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8411	Turboreactores, turbopropulsores e outras turbinas a gás	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8412	Outros motores e máquinas motrizes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 8413	Bombas volumétricas rotativas	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8414	Ventiladores industriais e semelhantes	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
8415	Máquinas e aparelhos de ar condicionado, contendo um ventilador motorizado e dispositivos próprios para modificar a temperatura e a humidade, incluindo as máquinas e aparelhos em que a humidade não seja regulável separadamente	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8418	Refrigeradores, congeladores (<i>freezers</i>) e outro material, máquinas e aparelhos para a produção de frio, com equipamento eléctrico ou outro; bombas de calor, excluídas as máquinas e aparelhos de ar condicionado da posição 8415	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8419	Aparelhos e dispositivos destinados às indústrias da madeira, da pasta de papel, do papel e do cartão	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da mesma posição da do produto utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8420	Calandras e laminadores, excepto os destinados ao tratamento de metais ou vidro, e seus cilindros	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da mesma posição da do produto utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8423	Aparelhos e instrumentos de pesagem, incluídas as básculas e balanças para verificar peças fabricadas, excluídas as balanças sensíveis a pesos não superiores a 5 cg; pesos para quaisquer balanças	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8425 a 8428	Máquinas e aparelhos de elevação, de carga, descarga ou de movimentação	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8431 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
8429	<i>Bulldozers, angledozers</i> , niveladoras, raspo-transportadoras (<i>scrapers</i>), pás mecânicas, escavadoras, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsores:		
	– Rolos ou cilindros compressores	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
	– Outros	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não deve exceder 40 % do preço à saída da fábrica do produto e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8431 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8430	Outras máquinas e aparelhos de terraplanagem, nivelamento, raspagem, escavação, compactação, extracção ou perfuração da terra, de minerais ou minérios; bate-estacas e arranca-estacas; limpaneves	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8431 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8431	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas a rolos ou cilindros compressores	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8439	Máquinas e aparelhos, para fabricação de pasta de matérias fibrosas celulósicas ou para fabricação ou acabamento de papel ou cartão	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da mesma posição do produto utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8441	Outras máquinas e aparelhos, para o trabalho da pasta de papel, do papel ou do cartão, incluídas as cortadeiras de todos os tipos	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da mesma posição do produto utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8444 a 8447	Máquinas utilizadas na indústria têxtil das posições 8444 a 8447	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 8448	Máquinas e aparelhos auxiliares para as máquinas das posições 8444 e 8445	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
8452	Máquinas de costura, excepto para costurar cadernos, da posição 8440; móveis, bases e tampas, próprios para máquinas de costura; agulhas para máquinas de costura: – Máquinas de costura que realizem apenas o ponto fixo (pesponto), cuja cabeça pese no máximo 16 kg, sem motor, ou 17 kg, com motor – Outros	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas na montagem da cabeça (excluindo o motor) não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas, e – os mecanismos de tensão do fio, o mecanismo de “ <i>crochet</i> ” e o mecanismo de zigzague utilizados são originários Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8456 a 8466	Máquinas e máquinas-ferramentas e partes e acessórios, das posições 8456 a 8466	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8469 a 8472	Máquinas e aparelhos de escritório (máquinas de escrever, máquinas de calcular, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, fotocopiadores, agraphadoras, por exemplo)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8480	Caixas de fundição; placas de fundo para moldes; modelós para moldes; moldes para metais (excepto lingoteiras), carbonetos metálicos, vidro, matérias minerais, borracha ou plástico	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
8482	Rolamentos de esferas, de roletes ou de agulhas	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8484	Juntas metaloplásticas; jogos ou sortidos de juntas de composições diferentes, apresentados em bolsas, envelopes ou embalagens semelhantes; juntas de vedação mecânicas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8485	Partes de máquinas ou de aparelhos, não especificadas nem compreendidas em outras posições do presente Capítulo, não contendo conexões eléctricas, partes isoladas electricamente, bobinas, contactos nem quaisquer outros elementos com características eléctricas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 85	Máquinas, aparelhos e materiais eléctricos e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios, excepto:	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8501	Motores e geradores, eléctricos, excepto os grupos electrogéneos	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8503 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8502	Grupos electrogéneos e conversores rotativos, eléctricos	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias das posições 8501 e 8503 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8504	Unidades de alimentação eléctrica do tipo utilizado com máquinas automáticas para processamento de dados	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 8518	Microfones e seus suportes; altifalantes, mesmo montados nos seus receptáculos; amplificadores eléctricos de áudiofrequência; aparelhos eléctricos de amplificação de som	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8519	Gira-discos, electrofones, leitores de cassetes e outros aparelhos de reprodução de som, sem dispositivo de gravação de som	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8520	Gravadores de suportes magnéticos e outros aparelhos de gravação de som, mesmo com dispositivo de reprodução de som incorporado	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
8521	Aparelhos videofónicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofónicos	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8522	Partes e acessórios reconhecíveis como sendo exclusiva ou principalmente destinados aos aparelhos das posições 8519 a 8521	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8523	Suportes preparados para gravação de som ou para gravações semelhantes, não gravados, excepto os produtos do capítulo 37	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8524	Discos, fitas e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, gravados, incluídos os moldes e matrizes galvânicos para fabricação de discos, com exclusão dos produtos do Capítulo 37: – Moldes e matrizes galvânicos para a fabricação de discos – Outros	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8523 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8525	Aparelhos emissores (transmissores) para radiotelegrafia, radiotelegrafia, radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho de recepção ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmaras de televisão; câmaras de vídeo de imagens fixas e outras câmaras (<i>camcorders</i>); aparelhos fotográficos digitais	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8526	Aparelhos de radiodeteção e de radiossondagem (radar), aparelhos de radionavegação e aparelhos de radiotelecomando	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8527	Aparelhos receptores para radiotelegrafia, radiotelegrafia ou radiodifusão, mesmo combinados, num mesmo gabinete ou invólucro, com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
8528	Aparelhos receptores de televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens; monitores e projectores de vídeo	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8529	Partes reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos das posições 8525 a 8528: – Reconhecíveis como exclusiva ou principalmente destinadas aos aparelhos videofónicos de gravação ou de reprodução – Outras	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
8535 e 8536	Aparelhos para interrupção, seccionamento, protecção, derivação, ligação ou conexão de circuitos eléctricos	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8538 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8537	Quadros, painéis, consolas, cabinas, armários e outros suportes, com dois ou mais aparelhos das posições 8535 ou 8536, para comando eléctrico ou distribuição de energia eléctrica, incluídos os que incorporem instrumentos ou aparelhos do Capítulo 90, assim como os aparelhos de comutação da posição 8517	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 8538 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8541	Díodos, transístores e dispositivos semelhantes com semicondutores, com exclusão dos discos (<i>wafers</i>) ainda não cortados em microchapas	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 86	Veículos e material para vias férreas ou semelhantes, e suas partes; aparelhos mecânicos (incluídos os electromecânicos) de sinalização para vias de comunicação, excepto:	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8608	Material fixo de vias férreas ou semelhantes; aparelhos mecânicos (incluídos os electromecânicos) de sinalização, de segurança, de controlo ou de comando para vias férreas ou semelhantes, rodoviárias ou fluviais, para áreas ou parques de estacionamento, instalações portuárias ou para aeródromos; suas partes	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto 	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 87	Veículos automóveis, tractores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios, excepto:	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
8709	Veículos automóveis sem dispositivo de elevação, dos tipos utilizados em fábricas, armazéns, portos ou aeroportos, para o transporte de mercadorias a curtas distâncias; carros-tractores dos tipos utilizados nas estações ferroviárias; suas partes	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto 	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8710	Veículos e carros blindados de combate, armados ou não, e suas partes	<p>Fabricação:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto 	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 20 % do preço à saída da fábrica do produto
8711	<p>Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Com motor de pistão alternativo, de cilindrada: – – Não superior a 50 cm³ – – superior a 50 cm³ – Outros 	<p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas <p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas <p>Fabricação na qual:</p> <ul style="list-style-type: none"> – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas 	<p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto</p> <p>Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto</p>

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex 8712	Bicicletas sem rolamentos de esferas	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da posição 8714	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8715	Carrinhos e veículos semelhantes para transporte de crianças, e suas partes	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
8716	Reboques e semi-reboques para quaisquer veículos; outros veículos não autopropulsores; suas partes	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 88	Aeronaves e outros aparelhos aéreos ou espaciais e suas partes, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 8804	Pára-quedas giratórios	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 8804	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
8805	Aparelhos e dispositivos para lançamento de veículos aéreos; aparelhos e dispositivos para aterragem de veículos aéreos em porta-aviões e aparelhos e dispositivos semelhantes; aparelhos simuladores de voo em terra; suas partes	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
Capítulo 89	Embarcações e estruturas flutuantes	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, não podem ser utilizados os cascos da posição 8906	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex Capítulo 90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, de medida, de controlo ou de precisão; instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios, excepto:	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9001	Fibras ópticas e feixes de fibras ópticas; cabos de fibras ópticas, excepto os da posição 8544; matérias polarizantes, em folhas ou em placas; lentes (incluídas as de contacto), prismas, espelhos e outros elementos de óptica de qualquer matéria, não montados, excepto os de vidro não trabalhado opticamente	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
9002	Lentes, prismas, espelhos e outros elementos de óptica, de qualquer matéria, montados, para instrumentos e aparelhos, excepto os de vidro não trabalhado opticamente	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9004	Óculos para correcção, protecção ou outros fins, e artigos semelhantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 9005	Binóculos, lunetas, telescópios ópticos, e suas armações	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 9006	Aparelhos fotográficos; aparelhos e dispositivos, incluídas as lâmpadas e tubos de luz relâmpago (<i>flash</i>), para fotografia, excepto as lâmpadas de ignição eléctrica	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9007	Câmaras e projectores, cinematográficos, mesmo com aparelhos de gravação ou de reprodução de som incorporados	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9011	Microscópios ópticos, incluídos os microscópios para fotomicrografia, cine-fotomicrografia ou microprojectção	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – na qual o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 9014	Outros instrumentos e aparelhos de navegação	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não deve exceder 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
9015	Instrumentos e aparelhos de geodesia, topografia, agrimensura, nivelamento, fotogrametria, hidrografia, oceanografia, hidrologia, meteorologia ou de geofísica, excepto bússolas; telémetros	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9016	Balanças sensíveis a pesos iguais ou inferiores a 5 cg, com ou sem pesos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9017	Instrumentos de desenho, de traçado ou de cálculo (por exemplo: máquinas de desenhar, pantógrafos, transferidores, estojos de desenho geométrico, régua de cálculo e discos de cálculo); instrumentos de medida de distâncias de uso manual (por exemplo: metros, micrómetros, paquímetros e calibres), não especificados nem compreendidos em outras posições do presente Capítulo	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9018	Instrumentos e aparelhos para medicina, cirurgia, odontologia e veterinária, incluindo os aparelhos de cintilografia e outros aparelhos electromédicos, bem como os aparelhos para testes visuais: – Cadeiras de dentista com aparelhos de odontologia – Outros	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, incluindo outras matérias da posição 9018 Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
9019	Aparelhos de mecanoterapia; aparelhos de massagem; aparelhos de psicotécnica; aparelhos de ozonoterapia, de oxigenoterapia, de aerossolterapia, aparelhos respiratórios de reanimação e outros aparelhos de terapia respiratória	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
9020	Outros aparelhos respiratórios e máscaras contra gases, excepto as máscaras de protecção desprovidas de mecanismo e de elemento filtrante amovível	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto
9024	Máquinas e aparelhos para ensaios de dureza, tracção, compressão, elasticidade e outras propriedades mecânicas de materiais (por exemplo: metais, madeira, têxteis, papel, plásticos)	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
9025	Densímetros, areómetros, pesa-líquidos e instrumentos flutuantes semelhantes, termómetros, pirómetros, barómetros, higrómetros e psicrómetros, registadores ou não, mesmo combinados entre si	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9026	Instrumentos e aparelhos para medida ou controlo do caudal (vazão), do nível, da pressão ou de outras características variáveis dos líquidos ou gases (por exemplo: medidores de caudal, indicadores de nível, manómetros, contadores de calor), excepto os instrumentos e aparelhos das posições 9014, 9015, 9028 ou 9032	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9027	Instrumentos e aparelhos para análises físicas ou químicas (por exemplo: polarímetros, refractómetros, espectrómetros, analisadores de gases ou de fumos); instrumentos e aparelhos para ensaios de viscosidade, porosidade, dilatação, tensão superficial ou semelhantes, ou para medidas calorimétricas, acústicas ou fotométricas (incluídos os indicadores de tempo de exposição); micrótomos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9028	Contadores de gases, de líquidos ou de electricidade, incluídos os aparelhos para a sua aferição: – Partes e acessórios – Outros	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9029	Outros contadores (por exemplo: contadores de voltas, contadores de produção, taxímetros, totalizadores de caminho percorrido, podómetros); indicadores de velocidade e tacómetros, excepto os das posições 9014 ou 9015; estroboscópios	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9030	Osciloscópios, analisadores de espectro e outros instrumentos e aparelhos para medida ou controlo de grandezas eléctricas; instrumentos e aparelhos para medida ou detecção de radiações alfa, beta, gama, X, cósmicas ou outras radiações ionizantes	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9031	Instrumentos, aparelhos e máquinas de medida ou controlo, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente Capítulo; projectores de perfis	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9032	Instrumentos e aparelhos para regulação ou controlo, automáticos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9033	Partes e acessórios, não especificados nem compreendidos em outras posições do presente Capítulo, para máquinas, aparelhos, instrumentos ou artigos do Capítulo 90	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 91	Artigos de relojoaria, excepto:	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
9105	Despertadores e outros relógios e aparelhos de relojoaria semelhantes, excepto de mecanismo de pequeno volume	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9109	Mecanismos de relojoaria, completos e montados, excepto de pequeno volume	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – o valor de todas as matérias não originárias utilizadas não exceda o valor de todas as matérias originárias utilizadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9110	Mecanismos de relojoaria completos, não montados ou parcialmente montados (<i>chablons</i>); mecanismos de relojoaria incompletos, montados; esboços de relojoaria	Fabricação na qual: – o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto, e – dentro do limite acima indicado, o valor de todas as matérias da posição 9114 utilizadas não exceda 10 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9111	Caixas de relógios das posições 9101 ou 9102 e suas partes	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9112	Caixas de outros aparelhos de relojoaria e suas partes	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto
9113	Pulseiras de relógios e suas partes – De metais comuns, mesmo dourados ou prateados, ou de metais folheados ou chapeados de metais preciosos – Outras	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 92	Instrumentos musicais, suas partes e acessórios	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto	
Capítulo 93	Armas e munições; suas partes e acessórios	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	

posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 94	Móveis; mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas e semelhantes; aparelhos de iluminação não especificados nem compreendidos em outros Capítulos; anúncios, cartazes ou tabuletas e placas indicadoras, luminosas e artigos semelhantes; construções pré-fabricadas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
ex 9401 e ex 9403	Móveis de metal comum, com tecido de algodão não guarnecido de peso não superior a 300 g/m ²	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto ou Fabricação a partir de tecidos de algodão que se apresentem numa forma própria para utilização dos produtos das posições 9401 ou 9403, desde que: – o seu valor não exceda 25 % do preço à saída da fábrica do produto, e – todas as matérias utilizadas sejam originárias e classificadas numa posição diferente das posições 9401 ou 9403	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 40 % do preço à saída da fábrica do produto
9405	Aparelhos de iluminação (incluídos os projectores) e suas partes, não especificados nem compreendidos em outras posições; anúncios, tabuletas ou cartazes e placas indicadoras luminosas, e artigos semelhantes, que contenham uma fonte luminosa fixa permanente, e suas partes não especificadas nem compreendidas em outras posições	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
9406	Construções pré-fabricadas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex Capítulo 95	Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para desporto; suas partes e acessórios, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
9503	Outros brinquedos; modelos reduzidos e modelos semelhantes para divertimento, mesmo animados; quebra-cabeças (<i>puzzles</i>) de qualquer tipo	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 9506	Tacos de golfe e partes de tacos	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizados os esboços destinados à fabricação de cabeças de tacos de golfe	


posição SH	Designação das mercadorias	Operação de complemento de fabrico ou transformação aplicável às matérias não originárias que confere a qualidade de produto originário	
1	2	3	ou 4
ex Capítulo 96	Obras diversas, excepto:	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	
ex 9601 e ex 9602	Obras de matérias animais, vegetais ou minerais para entalhar	Fabricação a partir de matérias trabalhadas dessas posições	
ex 9603	Vassouras e escovas (com excepção de vassouras e semelhantes e escovas feitas de pêlo de marta ou de esquilo), vassouras mecânicas para uso manual, excepto as motorizadas; bonecas e rolos para pintura, rolos de borracha ou de matérias flexíveis análogas	Fabricação na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
9605	Conjuntos de viagem para toucador de pessoas, para costura ou para limpeza de calçado ou de roupas	Cada artigo que constitui o sortido deve cumprir a regra que lhe seria aplicada se não estivesse incluído no sortido. Contudo, o sortido pode conter artigos não originários, desde que o seu valor total não exceda 15 % do preço à saída da fábrica do sortido	
9606	Botões, incluídos os de pressão; formas e outras partes, de botões ou de botões de pressão; esboços de botões	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
9608	Canetas esferográficas; canetas e marcadores de ponta de feltro ou de outras pontas porosas; canetas de tinta permanente e outras canetas; estiletes para duplicadores; lapiseiras; canetas porta-penas, porta-lápis e artigos semelhantes; suas partes (incluindo as tampas e prendedores), excepto os artigos da posição 9609	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto. Contudo, podem ser utilizados aparos e suas pontas da mesma posição da do produto	
9612	Fitas impressoras para máquinas de escrever e fitas impressoras semelhantes, tintadas ou preparadas de outra forma para imprimir, montadas ou não em carretéis ou cartuchos; almofadas de carimbo, impregnadas ou não, com ou sem caixa	Fabricação: – a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto, e – na qual o valor de todas as matérias utilizadas não exceda 50 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 9613	Isqueiros piezoeléctricos	Fabricação na qual o valor de todas as matérias da posição 9613 utilizadas não exceda 30 % do preço à saída da fábrica do produto	
ex 9614	Cachimbo (incluídos os seus forninhos)	Fabricação a partir de esboços	
Capítulo 97	Objectos de arte, de colecção ou antiguidades	Fabricação a partir de matérias de qualquer posição, excepto as matérias da mesma posição da do produto	

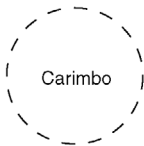
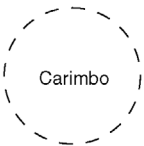
- (1) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (2) Os tratamentos definidos são expostos na nota introdutória 7.2.
- (3) Os tratamentos definidos são expostos na nota introdutória 7.2.
- (4) Os tratamentos definidos são expostos na nota introdutória 7.2.
- (5) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (6) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (7) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (8) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (9) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (10) Segundo a nota 3 do Capítulo 32, estas preparações são as do tipo utilizado para corar qualquer produto ou as utilizadas como ingredientes no fabrico de preparações corantes, desde que não sejam classificadas noutra posição do Capítulo 32.
- (11) Entende-se por “grupo”, qualquer parte da descrição da presente posição separada por um ponto e vírgula.
- (12) Os tratamentos definidos são expostos nas notas introdutórias 7.1 e 7.3.
- (13) No caso de produtos compostos por matérias classificadas nos códigos 3901 a 3906, por um lado, e nos códigos 3907 a 3911, por outro, esta restrição só se aplica ao grupo de matérias que predomina, em peso, no produto obtido.
- (14) No caso de produtos compostos por matérias classificadas nos códigos 3901 a 3906, por um lado, e nos códigos 3907 a 3911, por outro, esta restrição só se aplica ao grupo de matérias que predomina, em peso, no produto obtido.
- (15) No caso de produtos compostos por matérias classificadas nos códigos 3901 a 3906, por um lado, e nos códigos 3907 a 3911, por outro, esta restrição só se aplica ao grupo de matérias que predomina, em peso, no produto obtido.
- (16) No caso de produtos compostos por matérias classificadas nos códigos 3901 a 3906, por um lado, e nos códigos 3907 a 3911, por outro, esta restrição só se aplica ao grupo de matérias que predomina, em peso, no produto obtido.
- (17) No caso de produtos compostos por matérias classificadas nos códigos 3901 a 3906, por um lado, e nos códigos 3907 a 3911, por outro, esta restrição só se aplica ao grupo de matérias que predomina, em peso, no produto obtido.
- (18) Consideram-se de elevada transparência as tiras e lâminas cuja atenuação óptica— medida segundo o método ASTM-D 1003-16 pelo nefelómetro de Gardner (factor de obscurecimento) —é inferior a 2 %.
- (19) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (20) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (21) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (22) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (23) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (24) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (25) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (26) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (27) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (28) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (29) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (30) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (31) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (32) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (33) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (34) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (35) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (36) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (37) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (38) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (39) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (40) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (41) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (42) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (43) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (44) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (45) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (46) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (47) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (48) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (49) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (50) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (51) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (52) A utilização deste produto é limitada ao fabrico de tecidos do tipo utilizado nas máquinas de fabrico de papel.
- (53) A utilização deste produto é limitada ao fabrico de tecidos do tipo utilizado nas máquinas de fabrico de papel.
- (54) A utilização deste produto é limitada ao fabrico de tecidos do tipo utilizado nas máquinas de fabrico de papel.
- (55) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (56) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (57) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (58) Ver nota introdutória 6.
- (59) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (60) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (61) Ver nota introdutória 6.
- (62) Ver nota introdutória 6.
- (63) Ver nota introdutória 6.
- (64) Ver nota introdutória 6.
- (65) Ver nota introdutória 6.
- (66) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- (67) Ver nota introdutória 6.
- (68) Ver nota introdutória 6.
- (69) As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.

- ⁽⁷⁰⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷¹⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷²⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷³⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷⁴⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷⁵⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷⁶⁾ As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- ⁽⁷⁷⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷⁸⁾ Em relação a artefactos de malha ou confeccionados com renda, não estratificados com borracha ou plástico, obtido por costura ou reunião de peças de tecido de malha ou confeccionados com renda (cortados ou fabricados já com configuração própria), ver nota introdutória 6.
- ⁽⁷⁹⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸⁰⁾ Em relação a artefactos de malha ou confeccionados com renda, não estratificados com borracha ou plástico, obtido por costura ou reunião de peças de tecido de malha ou confeccionados com renda (cortados ou fabricados já com configuração própria), ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸¹⁾ As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- ⁽⁸²⁾ As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- ⁽⁸³⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸⁴⁾ As condições especiais aplicáveis aos produtos constituídos por uma mistura de matérias têxteis constam da nota introdutória 5.
- ⁽⁸⁵⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸⁶⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸⁷⁾ Ver nota introdutória 6.
- ⁽⁸⁸⁾ SEMI — *Semiconductor Equipment and Materials Institute Incorporated*.
- ⁽⁸⁹⁾ Regra aplicável até 31.12.2005.

ANEXO III

CERTIFICADO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

1. Exportador (nome, endereço completo e país)	<div style="text-align: center; font-size: 1.2em; font-weight: bold;">EUR. 1 N.º A 000 000</div> <div style="text-align: center; font-size: 0.8em;">Consultar as notas no verso antes de preencher o formulário</div>		
3. Destinatário (nome, endereço completo e país) (menção facultativa)	2. Certificado utilizado nas trocas comerciais entre <div style="text-align: center; font-weight: bold;">e</div> (indicar os países, grupos de países ou territórios em causa)		
	4. País, grupo de países ou território dos quais os produtos são considerados originários	5. País, grupo de países ou território de destino	
6. Informações relativas ao transporte (menção facultativa)	7. Observações		
8. Número de ordem; marcas, números quantidade e natureza dos volumes (¹); designação das mercadorias	9. Massa bruta (kg) ou outra medida (l, m³, etc.)	10. Facturas (menção facultativa)	
11. VISTO DA ALFÂNDEGA Declaração autenticada. Documento de exportação (²): Modelo n.º do Estância aduaneira: País ou território de emissão de de (Assinatura)	 Carimbo	12. DECLARAÇÃO DO EXPORTADOR Eu, abaixo assinado, declaro que as mercadorias acima designadas preenchem as condições requeridas para a obtenção do presente certificado. , de de (Assinatura)	

<p>13. PEDIDO DE CONTROLO, a enviar a:</p>	<p>14. RESULTADO DO CONTROLO</p>
<p>Solicita-se o controlo de autenticidade e da regularidade do presente certificado.</p> <p>....., de de</p> <div style="text-align: center;">  <p>Carimbo</p> </div> <p>..... (Assinatura)</p>	<p>O controlo efectuado permitiu comprovar que o presente certificado ^(*)</p> <p><input type="checkbox"/> Foi emitido pela instância indicada e as menções que contém são exactas</p> <p><input type="checkbox"/> Não satisfaz as condições de autenticidade e de regularidade requeridas (ver notas anexas)</p> <p>....., de de</p> <div style="text-align: center;">  <p>Carimbo</p> </div> <p>..... (Assinatura)</p> <p>(*) Marcar com X a menção aplicável.</p>

(¹) Para as mercadorias não embaladas, indicar o número de objectos ou mencionar «a granel».

(²) A preencher unicamente quando as regras nacionais do país ou território de exportação o exigirem.

Notas

1. O certificado não deve conter rasuras nem emendas. As eventuais modificações a introduzir devem ser efectuadas riscando as indicações erradas e acrescentando, eventualmente, as indicações desejadas. Qualquer modificação assim efectuada deve ser aprovada por quem preencheu o certificado e visada pelas autoridades aduaneiras do país ou do território onde foi emitido.
2. Os artigos indicados no certificado devem seguir-se, sem entrelinhas, e cada artigo deve ser precedido de um número de ordem; imediatamente abaixo do último artigo deve traçar-se uma linha horizontal. Os espaços não utilizados devem ser trancados, de modo a tomar-se impossível qualquer aditamento posterior.
3. As mercadorias serão designadas conforme os usos comerciais, com as indicações necessárias para permitir a sua identificação.

PEDIDO DE CERTIFICADO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

1. Exportador (nome, endereço completo e país)	<div style="text-align: center;"> EUR. 1 N.º A 000.000 </div> <div style="text-align: center; font-size: small;">Consultar as notas no verso antes de preencher o formulário</div>		
3. Destinatário (nome, endereço completo e país) (menção facultativa)	2. Certificado utilizado nas trocas preferenciais entre <div style="text-align: center;">e</div> (indicar os países, grupos de países ou territórios em causa)		
	4. País, grupo de países ou território dos quais os produtos são considerados originários	5. País, grupo de países ou território de destino	
6. Informações relativas ao transporte (menção facultativa)	7. Observações		
8. Número de ordem; marcas, números quantidade e natureza dos volumes (*) ; designação das mercadorias	9. Massa bruta (kg) ou outra medida (l, m³, etc.)	10. Facturas (menção facultativa)	

(*) Para as mercadorias não embaladas, indicar o número de objectos ou mencionar «a granel».

DECLARAÇÃO DO EXPORTADOR

Eu, abaixo assinado, exportador das mercadorias designadas no rosto,

DECLARO que estas mercadorias preenchem as condições requeridas para a obtenção do certificado anexo

DESCREVO as circunstâncias que permitiram que estas mercadorias preenchessem essas condições:

.....
.....
.....
.....

APRESENTO os seguintes documentos justificativos ⁽¹⁾:

.....
.....
.....
.....

COMPROMETO-ME a apresentar, a pedido das autoridades competentes, quaisquer justificativos suplementares que essas julguem necessários para efeitos da emissão do certificado anexo, assim como a aceitar qualquer controlo eventualmente efectuado por essas autoridades, da minha contabilidade e das circunstâncias do fabrico das mercadorias acima referidas

SOLICITO a emissão do certificado anexo para as mercadorias indicadas.

....., de de

.....

(Assinatura)

⁽¹⁾ Por exemplo: documentos de importação, certificados de circulação, facturas, declarações do fabricante, etc., que se refiram aos produtos utilizados ou às mercadorias reexportadas no seu estado inalterado.

CERTIFICADO DE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS

1. Exportador (nome, endereço completo, país)	EUR-MED N.º A 000.000					
	Consultar as notas no verso antes de preencher o formulário					
	2. Certificado utilizado nas trocas comerciais preferenciais entre e (indicar os países, grupos de países, ou territórios em causa)					
3. Destinatário (nome, endereço completo, país) (menção facultativa)	4. País, grupo de países ou território dos quais os produtos são considerados originários	5. País, grupo de países ou território de destino				
	7. Observações <input type="checkbox"/> Cumulation applied with (nome do país/dos países) <input type="checkbox"/> No cumulation applied. (1) Marcar com X a menção aplicável.					
6. Informações relativas ao transporte (menção facultativa)	<table border="1"> <tr> <td data-bbox="938 1137 1217 1507"> 8. Número de ordem; marcas, números; quantidade e natureza dos volumes (¹); designação das mercadorias </td> <td data-bbox="1217 1137 1377 1507"> 9. Massa bruta (kg) ou outra medida (l, m³, etc.) </td> <td data-bbox="1377 1137 1511 1507"> 10. Facturas (menção facultativa) </td> </tr> </table>			8. Número de ordem; marcas, números; quantidade e natureza dos volumes (¹); designação das mercadorias	9. Massa bruta (kg) ou outra medida (l, m³, etc.)	10. Facturas (menção facultativa)
8. Número de ordem; marcas, números; quantidade e natureza dos volumes (¹); designação das mercadorias	9. Massa bruta (kg) ou outra medida (l, m³, etc.)	10. Facturas (menção facultativa)				
11. VISTO DA ALFÂNDEGA <i>Declaração autenticada</i> Documento de exportação (²) Modelo n.º do Estância aduaneira: País ou território de emissão de de (Assinatura)	<div style="border: 1px dashed black; border-radius: 50%; width: 80px; height: 80px; margin: 0 auto; display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> Carimbo </div>	12. DECLARAÇÃO DO EXPORTADOR Eu, abaixo assinado, declaro que as mercadorias acima designadas preenchem as condições requeridas para a obtenção do presente certificado. de de (Assinatura)				
<p>(¹) Para as mercadorias não embaladas, indicar o número de objectos ou mencionar «a granel».</p> <p>(²) A preencher unicamente quando as regras do país ou território de exportação o exigirem.</p>						

ANEXO IV

ANEXO IVb

TEXTO DA DECLARAÇÃO NA FACTURA EUR-MED

A declaração na factura EUR-MED, cujo texto é a seguir apresentado, deve ser efectuada em conformidade com as notas de pé de página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

Versão espanhola

El exportador de los productos incluidos en el presente documento (autorización aduanera nº ... ⁽¹⁾) declara que, salvo indicación en sentido contrario, estos productos gozan de un origen preferencial ... ⁽²⁾

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão checa

Vývozce výrobků uvedených v tomto dokumentu (číslo oprávnění ... ⁽¹⁾) prohlašuje, že kromě zřetelně označených, mají tyto výrobky preferenční původ v ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão dinamarquesa

Eksportøren af varer, der er omfattet af nærværende dokument, (toldmyndighedernes tilladelse nr. ... ⁽¹⁾), erklærer, at varerne, medmindre andet tydeligt er angivet, har præferenceoprindelse i ... ⁽²⁾

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão alemã

Der Ausführer (Ermächtigter Ausführer; Bewilligungs-Nr. ... ⁽¹⁾) der Waren, auf die sich dieses Handelspapier bezieht, erklärt, dass diese Waren, soweit nicht anders angegeben, präferenzbegünstigte ... ⁽²⁾ Ursprungswaren sind.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão estónia

Käesoleva dokumendiga hõlmatud toodete eksportija (tolliameti kinnitus nr. ... ⁽¹⁾) deklareerib, et need tooted on ... ⁽²⁾ sooduspäritoluga, välja arvatud juhul, kui on selgelt näidatud teisiti.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

⁽¹⁾ Quando a declaração na factura é efectuada por um exportador, o número de autorização do exportador autorizado deve ser indicado neste espaço. Quando a declaração na factura não é efectuada por um exportador autorizado, as palavras entre parênteses podem ser omitidas ou o espaço deixado em branco.

⁽²⁾ Deve ser indicada a origem dos produtos. Quando a declaração na factura está relacionada, no todo ou em parte, com produtos originários de Ceuta e Melilha, o exportador deve identificá-los claramente no documento em que é efectuada a declaração através da menção «CM».

⁽³⁾ Preencher e riscar o que não interessa.

Versão grega

Ο εξαγωγέας των προϊόντων που καλύπτονται από το παρόν έγγραφο [άδεια τελωνείου υπ' αριθ. ... ⁽¹⁾] δηλώνει ότι, εκτός εάν δηλώνεται σαφώς άλλως, τα προϊόντα αυτά είναι προτιμολογικής καταγωγής ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão inglesa

The exporter of the products covered by this document (customs authorisation No ... ⁽¹⁾) declares that, except where otherwise clearly indicated, these products are of ... ⁽²⁾ preferential origin.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão francesa

L'exportateur des produits couverts par le présent document [autorisation douanière n° ... ⁽¹⁾] déclare que, sauf indication claire du contraire, ces produits ont l'origine préférentielle ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão italiana

L'esportatore delle merci contemplate nel presente documento [autorizzazione doganale n. ... ⁽¹⁾] dichiara che, salvo indicazione contraria, le merci sono di origine preferenziale ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão letā

Eksportētājs izstrādājumiem, kuri ietverti šajā dokumentā (muitas pilnvara Nr. ... ⁽¹⁾), deklarē, ka, izņemot tur, kur ir citādi skaidri noteikts, šiem izstrādājumiem ir priekšrocību izcelsme no ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão lituana

Šiame dokumente išvardytų prekių eksportuotojas (muitinės liudijimo Nr. ... ⁽¹⁾) deklaruoja, kad, jeigu kitaip nenurodyta, tai yra ... ⁽²⁾ preferencinės kilmės prekės.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão húngara

A jelen okmányban szereplő áruk exportőre (vámfelhatalmazási szám: ... ⁽¹⁾) kijelentem, hogy eltérő jelzés hiányában az áruk kedvezményes ... ⁽²⁾ származásúak.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

⁽¹⁾ Quando a declaração na factura é efectuada por um exportador, o número de autorização do exportador autorizado deve ser indicado neste espaço. Quando a declaração na factura não é efectuada por um exportador autorizado, as palavras entre parênteses podem ser omitidas ou o espaço deixado em branco.

⁽²⁾ Deve ser indicada a origem dos produtos. Quando a declaração na factura está relacionada, no todo ou em parte, com produtos originários de Ceuta e Melilha, o exportador deve identificá-los claramente no documento em que é efectuada a declaração através da menção «CM».

⁽³⁾ Preencher e riscar o que não interessa.

Versão maltesa

L-esportatur tal-prodotti koperti b'dan id-dokument (awtorizzazzjoni tad-dwana nru. ... ⁽¹⁾) jiddikjara li, hliet fejn indikat b'mod ċar li mhux hekk, dawn il-prodotti huma ta' oriġini preferenzjali ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão neerlandesa

De exporteur van de goederen waarop dit document van toepassing is (douanevergunning nr. ... ⁽¹⁾), verklaart dat, behoudens uitdrukkelijke andersluidende vermelding, deze goederen van preferentiële ... oorsprong zijn ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão polaca

Eksporter produktów objętych tym dokumentem (upoważnienie władz celnych nr ... ⁽¹⁾) deklaruje, że, z wyjątkiem, gdzie jest to wyraźnie określone, produkty te mają ... ⁽²⁾ preferencyjne pochodzenie.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão portuguesa

O exportador dos produtos cobertos pelo presente documento [autorização aduaneira n.º... ⁽¹⁾] declara que, salvo expressamente indicado em contrário, estes produtos são de origem preferencial ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão eslovena

Izvoznik blaga, zajetega s tem dokumentom (pooblastilo carinskih organov št ... ⁽¹⁾) izjavlja, da, razen če ni drugače jasno navedeno, ima to blago preferencialno ... ⁽²⁾ poreklo.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão eslovaca

Vývozca výrobkov uvedených v tomto dokumente (číslo povolenia ... ⁽¹⁾) vyhlasuje, že okrem zreteľne označených majú tieto výrobky preferenčný pôvod v ... ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão finlandesa

Tässä asiakirjassa mainittujen tuotteiden viejä (tullin lupa nro ... ⁽¹⁾) ilmoittaa, että nämä tuotteet ovat, ellei toisin ole selvästi merkitty, etuuskohteluun oikeutettuja ... ⁽²⁾ alkuperätuotteita.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

⁽¹⁾ Quando a declaração na factura é efectuada por um exportador, o número de autorização do exportador autorizado deve ser indicado neste espaço. Quando a declaração na factura não é efectuada por um exportador autorizado, as palavras entre parênteses podem ser omitidas ou o espaço deixado em branco.

⁽²⁾ Deve ser indicada a origem dos produtos. Quando a declaração na factura está relacionada, no todo ou em parte, com produtos originários de Ceuta e Melilha, o exportador deve identificá-los claramente no documento em que é efectuada a declaração através da menção «CM».

⁽³⁾ Preencher e riscar o que não interessa.

Versão sueca

Exportören av de varor som omfattas av detta dokument (tullmyndighetens tillstånd nr ... ⁽¹⁾) försäkrar att dessa varor, om inte annat tydligt markerats, har förmånsberättigande ... ursprung ⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

Versão árabe

يصرح مصدر المنتجات التي تشملها هذه الوثيقة (التفويض الجمركي رقم⁽¹⁾) باستثناء ما ينص بوضوح على خلاف ذلك، بأن هذه المنتجات من منشأ تفضيلي من⁽²⁾.

- cumulation applied with(nome do país/dos países)
- no cumulation applied ⁽³⁾

.....⁽⁴⁾

(Local e data)

.....⁽⁵⁾

(Assinatura do exportador, seguida do seu nome, escrito de forma clara)

⁽¹⁾ Quando a declaração na factura é efectuada por um exportador, o número de autorização do exportador autorizado deve ser indicado neste espaço. Quando a declaração na factura não é efectuada por um exportador autorizado, as palavras entre parênteses podem ser omitidas ou o espaço deixado em branco.

⁽²⁾ Deve ser indicada a origem dos produtos. Quando a declaração na factura está relacionada, no todo ou em parte, com produtos originários de Ceuta e Melilha, o exportador deve identificá-los claramente no documento em que é efectuada a declaração através da menção «CM».

⁽³⁾ Preencher e riscar o que não interessa.

⁽⁴⁾ Estas indicações podem ser omitidas se já constarem do próprio documento.

⁽⁵⁾ Nos casos em que o exportador está dispensado de assinar, a dispensa de assinatura implica igualmente a dispensa da indicação do nome do signatário.

ANEXO V

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

**REGULAMENTO (CE) N.º 1207/2001 DO CONSELHO
de 11 de Junho de 2001**

relativo aos procedimentos destinados a facilitar a emissão de certificados de circulação EUR.1, a efectuação de declarações na factura e o preenchimento de formulários EUR.2, bem como a emissão de determinadas autorizações de exportador autorizado, previstos nas disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade Europeia e certos países e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 3351/83

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CEE) n.º 3351/83 do Conselho, de 14 de Novembro de 1983, relativo ao procedimento destinado a facilitar a emissão de certificados de circulação de mercadorias EUR.1 e ao preenchimento de formulários EUR.2 previstos nas disposições que regulam as trocas preferenciais entre a Comunidade Económica Europeia e determinados países ⁽¹⁾, prevê a aplicação das regras de origem preferencial aplicáveis às exportações comunitárias para determinados países terceiros.
- (2) Desde a aprovação do Regulamento (CEE) n.º 3351/83 ocorreram muitas mudanças no âmbito aduaneiro.
- (3) No contexto do mercado único verificou-se que as empresas que exportam mercadorias de um ou mais Estados-Membros distintos daquele em que estão estabelecidas e que pretendem utilizar procedimentos simplificados para a emissão de uma prova de origem têm, por vezes, que apresentar um pedido para a obtenção de uma autorização separada em cada Estado-Membro de exportação. É desejável simplificar esta situação, assegurando, ao mesmo tempo, que o dispositivo do regime preferencial pode continuar a funcionar de forma adequada.
- (4) As autoridades responsáveis pela emissão ou pela conferência das provas de origem devem poder cumprir as obrigações da Comunidade decorrentes dos acordos preferenciais dentro dos prazos fixados.
- (5) Por razões de clareza, o Regulamento (CEE) n.º 3351/83 deve ser revogado e substituído pelo presente regulamento,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece regras destinadas a facilitar:

- a) A emissão de certificados de circulação EUR.1 pelas autoridades dos Estados-Membros, a efectuação de declarações na factura ou o preenchimento de formulários EUR.2 pelos exportadores comunitários;
- b) A emissão de autorizações de exportador autorizado válidas em vários Estados-Membros;
- c) O funcionamento dos métodos de cooperação administrativa entre os Estados-Membros.

Artigo 2.º

Declaração de fornecedor e sua utilização

1. O fornecedor prestará, através de uma declaração, informações no que respeita ao estatuto dos produtos em matéria de regras de origem preferencial da Comunidade.
2. A declaração de fornecedor será utilizada pelos exportadores como meio de prova, nomeadamente como base do pedido de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou como base para a efectuação de declarações na factura ou o preenchimento do formulário EUR.2.

Artigo 3.º

Apresentação da declaração de fornecedor

Excepto nos casos previstos no artigo 4.º, o fornecedor fará uma declaração para cada remessa de mercadorias.

O fornecedor fará a declaração na factura comercial relativa à remessa, ou numa nota de remessa ou em qualquer outro documento comercial, em que a descrição das mercadorias em causa seja suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação.

⁽¹⁾ JO L 339 de 5.12.1983, p. 19.

A declaração pode ser efectuada em qualquer altura, mesmo após a entrega das mercadorias.

Artigo 4.º

Declaração de fornecedor a longo prazo

1. Sempre que um fornecedor enviar regularmente a um dado cliente mercadorias cujo estatuto, no que respeita às regras de origem preferencial, se prevê que se mantenha constante por períodos consideráveis, pode apresentar uma única declaração para cobrir as remessas posteriores dessas mercadorias, a seguir designada «declaração de fornecedor a longo prazo». A referida declaração pode ser emitida pelo período máximo de um ano a contar da data da sua emissão.
2. A declaração de fornecedor a longo prazo pode ser emitida com efeitos retroactivos. Neste caso, o seu prazo de validade não pode exceder um ano a contar da data em que tiver começado a produzir efeitos.
3. O fornecedor informará imediatamente o comprador se a declaração de fornecedor a longo prazo perder a validade no que respeita às mercadorias enviadas.

Artigo 5.º

Forma e preenchimento da declaração de fornecedor

1. A declaração de fornecedor para produtos que tenham adquirido a qualidade de originário a título preferencial é feita segundo o modelo previsto no anexo I ou, no caso de declaração de fornecedor a longo prazo, segundo o modelo previsto no anexo II.
2. A declaração de fornecedor para produtos que tenham sido objecto de complementos de fabrico ou transformações na Comunidade sem terem adquirido a qualidade de originário a título preferencial é feita segundo o modelo previsto no anexo III ou, no caso de declaração de fornecedor a longo prazo, segundo o modelo previsto no anexo IV.
3. A declaração de fornecedor deve conter a assinatura manuscrita original do fornecedor e pode ser emitida em formulário pré-impresso. Todavia, sempre que a factura e a declaração de fornecedor forem processadas por computador, a declaração não tem necessariamente de ser assinada à mão, desde que o fornecedor se comprometa, por escrito, perante o cliente a assumir inteira responsabilidade por todas as declarações de fornecedor que o identifiquem como tendo sido por si assinadas.

Artigo 6.º

Certificado de informação INF 4

1. A fim de apurar a exactidão ou a autenticidade de uma declaração de fornecedor, as autoridades aduaneiras podem exigir ao exportador que obtenha do fornecedor um certificado de informação INF 4, cujo modelo consta do anexo V.
2. O certificado de informação INF 4 é emitido pelas autoridades aduaneiras do Estado-Membro em que o fornecedor está estabelecido. Essas autoridades podem exigir quaisquer documentos comprovativos e fiscalizar a contabilidade do fornecedor ou proceder a outros controlos que considerem necessários.

3. As autoridades aduaneiras emitirão o certificado de informação INF 4 no prazo de três meses a contar da data de recepção do pedido do fornecedor, nele indicando se a declaração apresentada pelo fornecedor está ou não correcta.

4. O certificado devidamente preenchido é entregue ao fornecedor que o enviará ao exportador para ser transmitido à autoridade aduaneira competente.

Artigo 7.º

Conservação das declarações e dos documentos comprovativos

1. O fornecedor que fizer uma declaração de fornecedor conservará durante, pelo menos, três anos todos os documentos comprovativos da exactidão da declaração.
2. A autoridade aduaneira a quem for apresentado o pedido de emissão do certificado de informação INF 4 conservará durante, pelo menos, três anos o formulário do pedido.

Artigo 8.º

Estatuto de exportador autorizado

1. O exportador que exporte frequentemente mercadorias de um Estado-Membro distinto daquele em que está estabelecido pode obter o estatuto de exportador autorizado no que respeita às referidas exportações.

Para esse efeito apresentará o pedido às autoridades aduaneiras competentes do Estado-Membro em que está estabelecido e onde conserva os documentos relativos à prova da origem.

2. Se as autoridades referidas no n.º 1 considerarem que estão preenchidas as condições fixadas nos protocolos de origem dos acordos pertinentes ou na legislação comunitária em matéria de regimes preferenciais autónomos e emitirem a autorização, notificará-las às autoridades aduaneiras dos Estados-Membros em causa.

Artigo 9.º

Assistência administrativa mútua

As autoridades aduaneiras dos Estados-Membros prestarão assistência mútua no controlo da exactidão das informações prestadas nas declarações de fornecedor e no correcto funcionamento do sistema de autorizações de exportador autorizado.

Artigo 10.º

Controlo das declarações de fornecedor

1. Sempre que o exportador não puder apresentar o certificado de informação INF 4 no prazo de quatro meses a contar da data em que as autoridades aduaneiras o solicitaram, as autoridades aduaneiras do Estado-Membro de exportação podem solicitar directamente às autoridades do Estado-Membro onde está estabelecido o fornecedor a confirmação do estatuto dos produtos em causa em matéria de regras de origem preferencial.
2. Para efeitos do n.º 1, as autoridades aduaneiras do Estado-Membro de exportação enviarão às autoridades aduaneiras do Estado-Membro a quem foi apresentado o pedido todas as informações de que dispõem e as razões de fundo ou de forma que justificam a sua indagação.

Em apoio à solicitação, fornecerão todos os documentos ou informações obtidos que levem a supor que a declaração do fornecedor é incorrecta.

3. O controlo é efectuado pelas autoridades aduaneiras do Estado-Membro onde foi emitida a declaração de fornecedor. As autoridades em causa podem exigir quaisquer documentos comprovativos, fiscalizar a contabilidade do produtor ou proceder a outros controlos que considerem adequados.

4. As autoridades aduaneiras que tiverem solicitado o controlo serão informadas com a maior brevidade possível sobre os seus resultados através do certificado de informação INF 4.

5. Sempre que não for obtida resposta no prazo de cinco meses a contar da data do pedido de controlo, ou caso a resposta não contenha informações suficientes para apurar a origem real dos produtos, as autoridades aduaneiras do país de exportação invalidarão os certificados de circulação EUR.1 emitidos, as declarações na factura efectuadas ou os formulários EUR.2 preenchidos com base nos documentos em causa.

Artigo 11.º

Revogação

É revogado o Regulamento (CEE) n.º 3351/83.

As remissões para o regulamento revogado consideram-se feitas para o presente regulamento.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito no Luxemburgo, em 11 de Junho de 2001.

Artigo 12.º

Disposições transitórias

1. As declarações de fornecedor, incluindo as declarações de fornecedor a longo prazo, emitidas antes da data de entrada em vigor do presente regulamento continuam a ser válidas.

2. As declarações de fornecedor conformes aos modelos do Regulamento (CEE) n.º 3351/83 podem continuar a ser emitidas durante os doze meses seguintes à data de entrada em vigor do presente regulamento.

3. Os formulários do certificado de informação INF.4 do modelo que figura no anexo V do Regulamento (CEE) n.º 3351/83 podem continuar a ser utilizados durante os doze meses seguintes à data de entrada em vigor do presente regulamento.

Artigo 13.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

Pelo Conselho

O Presidente

M. SAHLIN

ANEXO I

Declaração de fornecedor para produtos de origem preferencial

A declaração de fornecedor, cujo texto é seguidamente apresentado, deve ser efectuada em conformidade com as notas de pé-de-página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, declaro que as mercadorias descritas no presente documento⁽¹⁾ são originárias de⁽²⁾ e satisfazem as regras de origem que regem o comércio preferencial com⁽³⁾.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

.⁽⁴⁾

.⁽⁵⁾

.⁽⁶⁾

⁽¹⁾ No caso de a declaração se referir apenas a algumas das mercadorias descritas no documento, estas mercadorias devem ser claramente indicadas ou assinaladas e essa indicação ou sinal devem ser anotados na declaração do seguinte modo:
« . . . descritas na presente factura e assinaladas . . . são originárias de . . . ».

⁽²⁾ Comunidade, Estado-Membro ou país parceiro.

⁽³⁾ Estado, país ou países parceiros em causa.

⁽⁴⁾ Local e data.

⁽⁵⁾ Nome e funções na empresa.

⁽⁶⁾ Assinatura.

ANEXO II

Declaração de fornecedor a longo prazo para os produtos de origem preferencial

A declaração de fornecedor, cujo texto é seguidamente apresentado, deve ser efectuada em conformidade com as notas de pé-de-página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, declaro que as mercadorias a seguir descritas:

.....⁽¹⁾

.....⁽²⁾

.....

.....

que são regularmente fornecidas a⁽³⁾ são originárias de⁽⁴⁾ e satisfazem as regras de origem que regem o comércio preferencial com⁽⁵⁾.

A presente declaração é válida para todas as futuras remessas das mercadorias em causa expedidas de para⁽⁶⁾.

Comprometo-me a informar imediatamente, no caso da eventual perda da validade da presente declaração.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

.....⁽⁷⁾

.....⁽⁸⁾

.....⁽⁹⁾

⁽¹⁾ Descrição.

⁽²⁾ Designação comercial que figura na factura, por exemplo, número de modelo.

⁽³⁾ Denominação do adquirente.

⁽⁴⁾ Comunidade, Estado-Membro ou país parceiro.

⁽⁵⁾ Estado, país ou países parceiros em causa.

⁽⁶⁾ Indicar as datas. O prazo não deve exceder doze meses.

⁽⁷⁾ Local e data.

⁽⁸⁾ Nome e funções na empresa, nome e endereço da empresa.

⁽⁹⁾ Assinatura.

ANEXO III

Declaração de fornecedor para os produtos de origem não preferencial

A declaração de fornecedor, cujo texto é seguidamente apresentado, deve ser efectuada de acordo com as notas de pé-de-página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, fornecedor das mercadorias descritas no documento em anexo, declaro que:

1. As matérias a seguir indicadas, que não são originárias da Comunidade, foram utilizadas na Comunidade para o fabrico das mercadorias em causa:

Designação das mercadorias fornecidas ⁽¹⁾	Descrição das matérias não originárias utilizadas	Código SH das matérias não originárias utilizadas ⁽²⁾	Valor das matérias não originárias utilizadas ⁽³⁾
			Total:

2. Todas as outras matérias utilizadas na Comunidade para o fabrico destas mercadorias são originárias da Comunidade. Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

..... ⁽⁴⁾

..... ⁽⁵⁾

..... ⁽⁶⁾

⁽¹⁾ Quando a factura, a nota de remessa ou qualquer outro documento comercial a que a declaração está junta disserem respeito a mercadorias de vários tipos ou a mercadorias que não contenham a mesma proporção de matérias originárias, o fornecedor deve assinalar essas mercadorias claramente.

Exemplo:

O documento abrange diversos modelos de motores eléctricos do código 8501 a utilizar no fabrico de máquinas de lavar do código 8450. A natureza e o valor das matérias não originárias utilizadas no fabrico dos motores varia consoante o modelo. Os modelos devem ser descritos separadamente na coluna 1 e as informações devem ser indicadas em relação a cada modelo nas outras colunas, de molde a que o fabricante das máquinas de lavar possa fazer uma avaliação correcta da qualidade de originário de cada um dos produtos em função do tipo de motor nele incorporado.

⁽²⁾ A completar se for caso disso.

Exemplo:

A regra relativa ao vestuário do ex capítulo 62 permite a utilização do fio não originário. Deste modo, se um fabricante francês de vestuário utilizar tecido de Portugal fabricado a partir de fio não originário, o fornecedor português só tem de anotar «fio» como matéria não originária na coluna 2 da sua declaração, sem que seja necessário indicar o código SH e o valor do fio.

Uma empresa que fabrica fio da posição SH 7217 a partir de barras de ferro não originárias deve indicar «barras de ferro» na coluna 2. Se o fio for utilizado no fabrico de uma máquina em relação à qual a regra de origem estabelece um limite percentual sobre o valor das matérias não originárias utilizadas, o valor das barras deve ser anotado na coluna 4.

⁽³⁾ Entende-se por «valor» o valor aduaneiro das matérias no momento da importação ou, se este não for conhecido e não puder ser determinado, o primeiro preço determinável pago pelas matérias na Comunidade.

Especificar o valor exacto por unidade das mercadorias descritas na coluna 1 em relação a cada tipo de matéria não originária utilizada.

⁽⁴⁾ Local e data.

⁽⁵⁾ Nome e funções na empresa. Nome e endereço da empresa.

⁽⁶⁾ Assinatura.

ANEXO IV

Declaração de fornecedor a longo prazo para os produtos de origem não preferencial

A declaração de fornecedor, cujo texto é seguidamente apresentado, deve ser efectuada de acordo com as notas de pé-de-página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, fornecedor das mercadorias descritas no documento em anexo, que são enviadas regularmente para⁽¹⁾, declaro que:

1. As matérias a seguir indicadas, que não são originárias da Comunidade, foram utilizadas na Comunidade para o fabrico das mercadorias em causa:

Designação das mercadorias fornecidas ⁽²⁾	Descrição das matérias não originárias utilizadas	Código SH das matérias não originárias utilizadas ⁽³⁾	Valor das matérias não originárias utilizadas ⁽⁴⁾
			Total:

2. Todas as outras matérias utilizadas na Comunidade para o fabrico destas mercadorias são originárias da Comunidade.

A presente declaração é válida para todas as futuras remessas das mercadorias em causa expedidas

de para⁽⁵⁾.

Comprometo-me a informar imediatamente no caso da eventual perda de validade da presente declaração.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

.....⁽⁶⁾

.....⁽⁷⁾

.....⁽⁸⁾

⁽¹⁾ Nome e endereço do cliente.

⁽²⁾ Quando a factura, a nota de remessa ou qualquer outro documento comercial a que a declaração está junta disserem respeito a mercadorias que não contenham a mesma proporção de matérias não originárias, o fornecedor deve assinalar essas mercadorias claramente.

Exemplo:

O documento abrange diversos modelos eléctricos do código 8501 a utilizar no fabrico de máquinas de lavar do código 8450. A natureza e o valor das matérias não originárias utilizadas no fabrico dos motores varia consoante o modelo. Os modelos devem ser descritos separadamente na coluna 1 e as informações devem ser indicadas em relação a cada modelo nas outras colunas, de molde a que o fabricante das máquinas de lavar possa fazer uma avaliação correcta da qualidade de originário de cada um dos produtos em função do tipo de motor nele incorporado.

⁽³⁾ A completar se for caso disso.

Exemplo:

A regra relativa ao vestuário do ex capítulo 62 permite a utilização de fio não originário. Deste modo, se um fabricante francês de vestuário utilizar tecido de Portugal fabricado a partir de fio não originário, o fornecedor português só tem de anotar «fio» como matéria não originária na coluna 2 da sua declaração, sem que seja necessário indicar o código SH e o valor do fio.

Uma empresa que fabrica fio da posição SH 7217 a partir de barras de ferro não originárias deve indicar «barras de ferro» na coluna 2. Se o fio for utilizado no fabrico de uma máquina em relação à qual a regra de origem estabelece um limite percentual sobre o valor das matérias não originárias utilizadas, o valor das barras deve ser anotado na coluna 4.

⁽⁴⁾ Entende-se por «valor» o valor aduaneiro das matérias no momento da importação ou, se este não for conhecido e não puder ser determinado, o primeiro preço determinável pago pelas matérias na Comunidade.

Especificar o valor exacto por unidade das mercadorias descritas na coluna 1 em relação a cada tipo de matéria não originária utilizada.

⁽⁵⁾ Indicar as datas. O prazo não deve exceder 12 meses.

⁽⁶⁾ Local e data.

⁽⁷⁾ Nome e funções na empresa, nome e endereço da empresa.

⁽⁸⁾ Assinatura.

ANEXO V

Certificado e pedido de certificado de informação INF 4

1. INSTRUÇÕES PARA IMPRESSÃO

- 1.1. O formulário em que o certificado de informação INF 4 é emitido deve ser impresso em papel de cor branca, sem pastas mecânicas, colado para escrita e pesando entre 40 e 65 gramas por metro quadrado.
- 1.2. O formato do formulário é de 210 × 297 mm.
- 1.3. A impressão dos formulários é da competência dos Estados-Membros. Os formulários devem conter um número de ordem destinado a individualizá-los a ser impressos numa das línguas oficiais da Comunidade.

1. Fornecedor (nome, endereço completo, país)	INF 4 Certificado de informação N.º A 000.000	
	Consultar notas no verso antes de preencher o formulário	
2. Destinatário (nome, endereço completo, país)	Certificado de informação para facilitar a emissão de certificado de circulação EUR.1, a efectuação de declarações na factura e o preenchimento de formulários EUR.2	
3. Factura(s) n.ºs (1) (2)	4. Observações	
5. Número de ordem — Marcas e números — Quantidade e natureza dos volumes — Designação das mercadorias (3)		6. Peso bruto (kg) ou outra unidade de medida (l, m³, etc.)
7. VISTO DA ALFÂNDEGA Declaração certificada <input type="checkbox"/> conforme <input type="checkbox"/> não conforme (ver casa 5) País de emissão (local e data) (Assinatura) Carimbo	8. DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR Eu, abaixo assinado, declaro que a declaração ou as declarações relativas à qualidade de originário das mercadorias declaradas na casa 5, feita(s) (4): <input type="checkbox"/> na factura referida na casa 3 e junta ao presente certificado <input type="checkbox"/> na declaração de longo prazo apresentada em (data) é/são correcta(s) Local , e data (Assinatura)	

(1) O termo «factura» compreende igualmente as notas de remessa ou outros documentos comerciais relativos à expedição ou expedições em causa, nos quais as declarações tenham sido feitas.

(2) O preenchimento desta casa é facultativo para as declarações de longo prazo.

(3) As mercadorias indicadas na casa 5 devem ser designadas segundo os usos comerciais e de forma suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação.

(4) Assinalar com uma cruz a casa adequada.

Notas

1. Os certificados não devem conter rasuras nem emendas. As alterações eventuais devem ser feitas riscando as indicações erradas e acrescentando as indicações pretendidas. As alterações assim efectuadas devem ser rubricadas pela pessoa que preencheu o certificado e visadas pelas autoridades aduaneiras do país ou território de emissão.
2. Não devem ser deixados espaços em branco entre as adições anotadas no certificado, devendo cada adição ser precedida de um número de ordem. Deve ser traçada uma linha horizontal imediatamente a seguir à última adição. Os espaços não utilizados devem ser trancados de forma a impossibilitar qualquer aditamento posterior.
3. As mercadorias devem ser descritas segundo os usos comerciais e de forma suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação.
4. Os formulários devem ser preenchidos numa das línguas oficiais da Comunidade. As autoridades aduaneiras do Estado-Membro que deve fornecer as informações ou que as solicita podem exigir uma tradução dos dados indicados nos documentos que lhes forem apresentados na língua ou nas línguas oficiais desse Estado-Membro.

1. Fornecedor (nome, endereço completo, país)	INF 4 Certificado de informação N.º A 000.000	
	Consultar notas no verso antes de preencher o formulário	
2. Destinatário (nome, endereço completo, país)	Certificado de informação para facilitar a emissão de certificado de circulação EUR.1, a efectuação de declarações na factura e o preenchimento de formulários EUR.2	
3. Factura(s) n.ºs (1) (2)	4. Observações	
5. Número de ordem — Marcas e números — Quantidade e natureza dos volumes — Designação das mercadorias (3)		6. Peso bruto (kg) ou outra unidade de medida (l, m³, etc.)
7. VISTO DA ALFÂNDEGA Declaração certificada <input type="checkbox"/> conforme <input type="checkbox"/> não conforme (ver casa 5) País de emissão (local e data) (Assinatura) Carimbo	8. DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR Eu, abaixo assinado, declaro que a declaração ou as declarações relativas à qualidade de originário das mercadorias declaradas na casa 5, feita(s)(4): <input type="checkbox"/> na factura referida na casa 3 e junta ao presente certificado <input type="checkbox"/> na declaração de longo prazo apresentada em (data) é/são correcta(s) Local , e data (Assinatura)	

(1) O termo «factura» compreende igualmente as notas de remessa ou outros documentos comerciais relativos à expedição ou expedições em causa, nos quais as declarações tenham sido feitas.

(2) O preenchimento desta casa é facultativo para as declarações de longo prazo.

(3) As mercadorias indicadas na casa 5 devem ser designadas segundo os usos comerciais e de forma suficientemente pormenorizada para permitir a sua identificação.

(4) Assinalar com uma cruz a casa adequada.

DECLARAÇÃO DO FORNECEDOR

Eu, abaixo assinado, fornecedor das mercadorias descritas no verso,

DECLARO que as mercadorias preenchem as condições exigidas para a emissão do certificado em anexo;

ESPECIFICO as circunstâncias que permitiram que essas mercadorias preenchessem as referidas condições:

APRESENTO os seguintes documentos comprovativos ⁽⁵⁾:

COMPROMETO-ME a apresentar, a pedido das autoridades competentes, todos os documentos comprovativos que considerem necessários para efeitos de emissão do certificado em anexo e a aceitar, se for caso disso, que sejam efectuados controlos à minha contabilidade ou aos processos de fabrico das referidas mercadorias por essas autoridades;

SOLICITO a emissão do certificado em anexo para as referidas mercadorias.

(local e data)

(assinatura)

⁽⁵⁾ Por exemplo: documentos de importação, certificados de circulação, facturas, declarações do fabricante, etc., que digam respeito aos produtos transformados ou às mercadorias reexportadas no seu estado inalterado.

REGULAMENTO (CE) N.º 1617/2006 DO CONSELHO**de 24 de Outubro de 2006****que altera o Regulamento (CE) n.º 1207/2001 no que se refere às consequências da introdução do sistema pan-euro-mediterrânico de acumulação da origem**

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

vembro de 2003, foi decidido incluir igualmente as Ilhas Faroé no sistema pan-euro-mediterrânico de acumulação diagonal da origem.

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente o artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

(1) O Regulamento (CE) n.º 1207/2001 do Conselho ⁽¹⁾, relativo aos procedimentos destinados a facilitar a emissão de certificados de circulação EUR.1, a efectuação de declarações na factura e o preenchimento de formulários EUR.2, bem como a emissão de determinadas autorizações de exportador autorizado, previstos nas disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade Europeia e certos países, contém regras destinadas a facilitar a correcta emissão ou estabelecimento das provas de origem dos produtos destinados a ser exportados da Comunidade no contexto das suas relações comerciais preferenciais com determinados países terceiros.

(2) Em 1997, foi instituído um sistema pan-europeu de acumulação diagonal da origem entre a Comunidade, a Bulgária, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia, a Roménia, a Islândia, a Noruega, a República Checa e a Suíça (incluindo o Liechtenstein), que foi alargado à Turquia em 1999. Em 1 de Maio de 2004, a Eslováquia, a Eslovénia, a Estónia, a Hungria, a Letónia, a Lituânia, a Polónia e a República Checa aderiram à União Europeia.

(3) Na reunião de Toledo, de Março de 2002, os ministros do comércio euro-mediterrânicos acordaram em alargar este sistema aos países mediterrânicos, distintos da Turquia, membros da parceria euro-mediterrânica, com base na Declaração de Barcelona, adoptada na Conferência Euro-Mediterrânica, de 27 e 28 de Novembro de 1995. A fim de permitir este alargamento, na reunião dos ministros do comércio euro-mediterrânicos, realizada em Palermo em 7 de Julho de 2003, os ministros aprovaram um novo modelo pan-euro-mediterrânico de protocolo dos acordos euro-mediterrânicos, relativo à definição da noção de produtos originários e aos métodos de cooperação administrativa. Tendo em conta os resultados do Comité Misto CE-Ilhas Faroé/Dinamarca, de 28 de No-

(4) Já foram ou vão ser adoptadas as decisões dos diferentes Conselhos de Associação ou Comitês Mistos, por meio das quais se integra o novo protocolo pan-euro-mediterrânico nos acordos euro-mediterrânicos e no Acordo entre a CE e as Ilhas Faroé/Dinamarca.

(5) A aplicação deste novo sistema de acumulação diagonal implica a utilização de novos tipos de provas da origem preferencial, que consistem em certificados de circulação EUR-MED e declarações na factura EUR-MED. É conveniente, por conseguinte, que o Regulamento (CE) n.º 1207/2001 contemple igualmente estes tipos de provas de origem preferencial.

(6) A fim de permitir determinar correctamente o carácter originário dos produtos e facilitar o estabelecimento das provas de origem neste novo contexto, é conveniente que a declaração do fornecedor relativa aos produtos que adquiriram o carácter originário a título preferencial contenha uma menção suplementar que indique se a acumulação diagonal foi aplicada e com que países.

(7) Por conseguinte, o Regulamento (CE) n.º 1207/2001 deve ser alterado em conformidade,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 1207/2001 é alterado do seguinte modo:

1) O título passa a ter a seguinte redacção:

«Regulamento (CE) n.º 1207/2001 do Conselho, de 11 de Junho de 2001, relativo aos procedimentos destinados a facilitar a emissão ou o estabelecimento, na Comunidade, das provas de origem e a emissão de determinadas autorizações de exportador autorizado, previstos nas disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade Europeia e determinados países».

⁽¹⁾ JO L 165 de 21.6.2001, p. 1.

2) No artigo 1.º, a alínea a) passa a ter a seguinte redacção:

«a) A emissão ou o estabelecimento, na Comunidade, das provas de origem ao abrigo das disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade e determinados países;».

3) No artigo 2.º, o n.º 2 passa a ter a seguinte redacção:

«2. As declarações do fornecedor serão utilizadas pelos exportadores como elemento de prova, nomeadamente, em apoio dos pedidos de emissão ou de estabelecimento, na Comunidade, das provas de origem ao abrigo das disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade e determinados países.».

4) No artigo 10.º, o n.º 5 passa a ter a seguinte redacção:

«5. Se não for obtida resposta no prazo de cinco meses a contar da data do pedido de controlo, ou caso a resposta não contenha informações suficientes para determinar a origem real dos produtos, as autoridades aduaneiras do país de exportação invalidarão a prova de origem estabelecida com base nos documentos em questão.».

5) O anexo I é substituído pelo texto que figura no anexo I do presente regulamento.

6) O anexo II é substituído pelo texto que figura no anexo II do presente regulamento.

Artigo 2.º

O presente regulamento entra em vigor no vigésimo dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito no Luxemburgo, em 24 de Outubro de 2006.

Pelo Conselho

O Presidente

J. KORKEAOJA

ANEXO I

«ANEXO I

Declaração do fornecedor para os produtos de origem preferencial

A declaração do fornecedor, cujo texto figura em seguida, deve ser completada de acordo com as notas de pé-de-página. Todavia, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, declaro que as mercadorias descritas no presente documento ⁽¹⁾ são originárias de ⁽²⁾ e satisfazem as regras de origem que regem o comércio preferencial com ⁽³⁾.

Declaro que ⁽⁴⁾:

- ☐ A acumulação foi aplicada com (nome do país/es)
- ☐ A acumulação não foi aplicada

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras todas as provas complementares que considerem necessárias.

..... ⁽⁵⁾

..... ⁽⁶⁾

..... ⁽⁷⁾

⁽¹⁾ No caso de a declaração se referir apenas a mercadorias descritas no documento, estas mercadorias devem ser claramente indicadas ou assinaladas, e essa indicação deve ser anotada na declaração do seguinte modo:

“..... descritas na presente factura e assinaladas são originárias de”.

⁽²⁾ A Comunidade, o país, o grupo de países ou o território de onde as mercadorias são originárias.

⁽³⁾ País, grupo de países ou território em questão.

⁽⁴⁾ A completar, se necessário, unicamente para as mercadorias com carácter originário a título preferencial no contexto das relações comerciais preferenciais com um dos países referidos nos artigos 3.º e 4.º do respectivo protocolo da origem, com o qual a acumulação pan-euro-mediterrânica é aplicável.

⁽⁵⁾ Local e data.

⁽⁶⁾ Nome e função na empresa.

⁽⁷⁾ Assinatura.»

ANEXO II

«ANEXO II

Declaração de fornecedor a longo prazo para os produtos de origem preferencial

A declaração do fornecedor, cujo texto figura em seguida, deve ser completada de acordo com as notas de pé-de-página. Todavia, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo assinado, declaro que as mercadorias a seguir descritas:

..... ⁽¹⁾

..... ⁽²⁾

que são regularmente fornecidas a ⁽³⁾, são originárias de ⁽⁴⁾
e satisfazem as regras de origem que regem o comércio preferencial com ⁽⁵⁾.

Declaro que ⁽⁶⁾:

☐ A acumulação foi aplicada com (nome do país/es)

☐ A acumulação não foi aplicada

A presente declaração é válida para todas as remessas futuras das mercadorias em questão expedidas de

..... a ⁽⁷⁾.

Comprometo-me a informar imediatamente caso a presente declaração deixe de ser válida.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras todas as provas complementares que considerem necessárias.

..... ⁽⁸⁾

..... ⁽⁹⁾

..... ⁽¹⁰⁾

⁽¹⁾ Descrição.

⁽²⁾ Designação comercial que figura na factura, por exemplo, número de modelo.

⁽³⁾ Nome da empresa a qual as mercadorias são entregues.

⁽⁴⁾ A Comunidade, o país, o grupo de países ou o território de onde os produtos são originários.

⁽⁵⁾ País, grupo de países ou território em questão.

⁽⁶⁾ A completar, se necessário, unicamente para as mercadorias com carácter originário a título preferencial no contexto das relações comerciais preferenciais com um dos países referidos nos artigos 3.º e 4.º do respectivo protocolo da origem, com o qual a acumulação pan-euro-mediterrânica é aplicável.

⁽⁷⁾ Indicar as datas. O período não deve exceder 12 meses.

⁽⁸⁾ Local e data.

⁽⁹⁾ Nome e função, nome e endereço da empresa.

⁽¹⁰⁾ Assinatura.»

I

(Actos aprovados ao abrigo dos Tratados CE/Euratom cuja publicação é obrigatória)

REGULAMENTOS

REGULAMENTO (CE) N.º 75/2008 DO CONSELHO

de 28 de Janeiro de 2008

que altera o Regulamento (CE) n.º 1207/2001 relativo aos procedimentos destinados a facilitar a emissão ou o estabelecimento, na Comunidade, das provas de origem e a emissão de determinadas autorizações de exportador autorizado, previstos nas disposições que regem o comércio preferencial entre a Comunidade Europeia e certos países

(Texto relevante para efeitos do EEE)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente o artigo 133.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando o seguinte:

- (1) O Regulamento (CE) n.º 1207/2001 do Conselho ⁽¹⁾ estabelece disposições para apoiar a emissão correcta ou o estabelecimento de provas de origem relativamente a exportações de produtos da Comunidade no contexto das suas relações comerciais preferenciais com certos países terceiros.
- (2) Os Anexos III e IV do Regulamento (CE) n.º 1207/2001 deverão ser alterados para garantir a indicação correcta da origem das matérias utilizadas no fabrico, na Comunidade, de produtos originários.
- (3) Consequentemente, o Regulamento (CE) n.º 1207/2001 deverá ser alterado,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1.º

O Regulamento (CE) n.º 1207/2001 é alterado do seguinte modo:

1. O Anexo III é substituído pelo texto constante do Anexo I do presente regulamento.
2. O Anexo IV é substituído pelo texto constante do Anexo II do presente regulamento.

Artigo 2.º

As declarações de fornecedor relativas a produtos de origem não preferencial emitidas antes da data de entrada em vigor do presente regulamento continuam a ser válidas.

Artigo 3.º

O presente regulamento entra em vigor vinte dias após a sua publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-Membros.

Feito em Bruxelas, em 28 de Janeiro de 2008.

Pelo Conselho

O Presidente

D. RUPEL

⁽¹⁾ JO L 165 de 21.6.2001, p. 1. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Regulamento (CE) n.º 1617/2006 (JO L 300 de 31.10.2006, p. 5).

ANEXO I

«ANEXO III

Declaração de fornecedor para os produtos de origem não preferencial

A declaração do fornecedor, cujo texto é apresentado a seguir, deve ser feita de acordo com as notas de pé de página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, fornecedor das mercadorias descritas no documento em anexo, declaro que:

1. As seguintes matérias, que não são de origem preferencial, foram utilizadas na Comunidade para produzir as seguintes mercadorias:

Designação das mercadorias fornecidas ⁽¹⁾	Descrição das matérias não originárias utilizadas	Código SH das matérias não originárias utilizadas ⁽²⁾	Valor das matérias não originárias utilizadas ⁽³⁾
			Total:

2. Todas as outras matérias utilizadas na Comunidade para produzir estas mercadorias têm como origem ... ⁽⁴⁾ e cumprem as regras de origem que regem o comércio preferencial com..... ⁽⁵⁾ e

Declaro que: ⁽⁶⁾

☐ A acumulação foi aplicada com (nome do/s país/es)

☐ A acumulação não foi aplicada.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

..... ⁽⁷⁾

..... ⁽⁸⁾

..... ⁽⁹⁾

⁽¹⁾ Quando a factura, a nota de remessa ou qualquer outro documento comercial a que a declaração está junta disserem respeito a uma variedade das mercadorias ou a mercadorias que não contenham a mesma proporção de matérias não originárias, o fornecedor deve assinalar claramente as diferenças.

Exemplo:

O documento abrange diversos modelos de motores eléctricos do código 8501 a utilizar no fabrico de máquinas de lavar do código 8450. A natureza e o valor das matérias não originárias utilizadas no fabrico dos motores variam consoante o modelo. Os modelos devem ser indicados separadamente na coluna 1 e, nas outras colunas, devem ser dadas informações relativas a cada modelo, de modo a que o fabricante das máquinas de lavar possa fazer uma avaliação correcta da qualidade de originário de cada um dos seus produtos, em função do tipo de motor nele incorporado.

⁽²⁾ A completar apenas se for caso disso.

Exemplo:

A regra relativa ao vestuário do ex-capítulo 62 permite a utilização de fio não originário. Deste modo, se um fabricante francês de vestuário utilizar tecido fabricado em Portugal a partir de fio não originário, o fornecedor português só tem de anotar "fio" como matéria não originária na coluna 2 da sua declaração – sem ser necessário indicar o código SH e o valor do fio.

Uma empresa que fabrica fio da posição SH 7217 a partir de barras de ferro não originárias deve indicar "barras de ferro" na coluna 2. Se o fio for para utilizar no fabrico de uma máquina em relação à qual a regra de origem estabelece um limite percentual sobre o valor das matérias não originárias utilizadas, o valor das barras deve ser indicado na coluna 4.

⁽³⁾ Entende-se por "valor" o valor aduaneiro das matérias no momento da importação ou, se este não for conhecido e não puder ser determinado, o primeiro preço determinável pago pelas matérias na Comunidade.

Especificar o valor exacto por unidade das mercadorias descritas na coluna 1 em relação a cada tipo de matéria não originária utilizada.

⁽⁴⁾ A Comunidade, o país, o grupo de países ou o território de onde as matérias são originárias.

⁽⁵⁾ O país, grupo de países ou território em questão.

⁽⁶⁾ A completar, se for o caso, unicamente para as mercadorias com origem preferencial no contexto das relações comerciais preferenciais com um dos países referidos nos artigos 3.º e 4.º do respectivo protocolo da origem, com os quais a acumulação pan-euromediterrânica da origem é aplicável.

⁽⁷⁾ Local e data.

⁽⁸⁾ Nome e função na empresa, firma e endereço da empresa.

⁽⁹⁾ Assinatura.»

ANEXO II

«ANEXO IV

Declaração de fornecedor a longo prazo para os produtos de origem não preferencial

A declaração do fornecedor, cujo texto é apresentado a seguir, deve ser prestada de acordo com as notas de pé-de-página. No entanto, não é necessário reproduzir essas notas.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, fornecedor das mercadorias descritas no documento em anexo, que são enviadas regularmente para⁽¹⁾, declaro que:

1. As seguintes matérias, que não são de origem preferencial, foram utilizadas na Comunidade para produzir os seguintes bens:

Designação das mercadorias fornecidas ⁽²⁾	Descrição de matérias não originárias utilizadas	Código SH das matérias não originárias utilizadas ⁽³⁾	Valor das matérias não originárias utilizadas ⁽⁴⁾
			Total:

2. Todas as outras matérias utilizadas na Comunidade para produzir estas mercadorias têm como origem ... ⁽⁵⁾ e cumprem as regras de origem que regem o comércio preferencial com ... ⁽⁶⁾, e

Declaro que ⁽⁷⁾:

☐ A acumulação foi aplicada com(nome do/s país/es)

☐ A acumulação não foi aplicada.

A presente declaração é válida para todas as futuras remessas dos produtos em causa expedidos de para ⁽⁸⁾.

Comprometo-me a informar imediatamente, no caso da eventual cessação de validade da presente declaração.

Comprometo-me a apresentar às autoridades aduaneiras qualquer prova complementar julgada necessária.

..... ⁽⁹⁾

..... ⁽¹⁰⁾

..... ⁽¹¹⁾

⁽¹⁾ Nome e endereço do cliente.

⁽²⁾ Quando a factura, a nota de remessa ou qualquer outro documento comercial a que a declaração está junta disserem respeito a uma variedade das mercadorias ou a mercadorias que não contenham a mesma proporção de matérias não originárias, o fornecedor deve assinalar claramente as diferenças.

Exemplo:

O documento abrange diversos modelos de motores eléctricos do código 8501 a utilizar no fabrico de máquinas de lavar do código 8450. A natureza e o valor das matérias não originárias utilizadas no fabrico dos motores variam consoante o modelo. Os modelos devem ser indicados separadamente na coluna 1 e, nas outras colunas, devem ser dadas informações relativas a cada modelo, de modo a que o fabricante das máquinas de lavar possa fazer uma avaliação correcta da qualidade de originário de cada um dos seus produtos, em função do tipo de motor nele incorporado.

⁽³⁾ A completar apenas se for caso disso.

Exemplo:

A regra relativa ao vestuário do ex-capítulo 62 permite a utilização de fio não originário. Deste modo, se um fabricante francês de vestuário utilizar tecido fabricado em Portugal a partir de fio não originário, o fornecedor português só tem de anotar "fio" como matéria não originária na coluna 2 da sua declaração – sem ser necessário indicar o código SH e o valor do fio.

Uma empresa que fabrica fio da posição SH 7217 a partir de barras de ferro não originárias deve indicar "barras de ferro" na coluna 2. Se o fio for para utilizar no fabrico de uma máquina em relação à qual a regra de origem estabelece um limite percentual sobre o valor das matérias não originárias utilizadas, o valor das barras deve ser indicado na coluna 4.

⁽⁴⁾ Entende-se por "valor" o valor aduaneiro das matérias no momento da importação ou, se este não for conhecido e não puder ser determinado, o primeiro preço determinável pago pelas matérias na Comunidade.

Especificar o valor exacto por unidade das mercadorias descritas na coluna 1 em relação a cada tipo de matéria não originária utilizada.

⁽⁵⁾ A Comunidade, o país, o grupo de países ou o território de onde as matérias são originárias.

⁽⁶⁾ O país, grupo de países ou território em questão.

⁽⁷⁾ A completar, se for o caso, unicamente para as mercadorias com carácter originário a título preferencial no contexto das relações comerciais preferenciais com um dos países referidos nos artigos 3.º e 4.º do respectivo protocolo da origem, com os quais a acumulação pan-euromediterrânica da origem é aplicável.

⁽⁸⁾ Indicar as datas. O prazo não deve exceder 12 meses.

⁽⁹⁾ Local e data.

⁽¹⁰⁾ Nome e função na empresa, firma e endereço da empresa.

⁽¹¹⁾ Assinatura.»

ANEXO VI

NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS PROTOCOLOS PAN-EUROMEDITERRÂNICOS SOBRE AS REGRAS DE ORIGEM

(2006/C 16/02)

Os exemplos de acumulação são apresentados apenas a título ilustrativo e não implicam necessariamente que a acumulação de origem seja aplicável entre os países em causa

Alínea f) do artigo 1.º — Preço à saída da fábrica

O preço à saída da fábrica de um produto deve incluir:

- o valor de todas as matérias fornecidas utilizadas na sua fabricação;
- todos os custos (custos das matérias e outros custos) efectivamente suportados pelo fabricante

Por exemplo, o preço à saída da fábrica de cassetes vídeo, de discos, de suportes de equipamento lógico informático e de outros produtos análogos, registados, que contenham um elemento de propriedade intelectual, deve incluir, na medida do possível, todos os custos suportados pelo fabricante e relativos aos direitos de propriedade intelectual utilizados para assegurar a fabricação das mercadorias em causa, tenha o titular desses direitos estabelecido ou não a sua sede ou o seu local de residência no país de produção.

Não são tidas em conta as reduções do preço comercial (por exemplo, as reduções feitas em relação a pagamentos antecipados ou a entregar em grandes quantidades).

Artigos 3.º e 4.º — Acumulação

Atribuição da origem

Em regra, a origem do produto final é determinada pela «última operação de complemento de fabrico ou de transformação» efectuada, sob reserva de essa operação exceder as referidas no artigo 7.º.

Se, no país de produção final, as matérias originárias de um ou mais países não forem objecto de operações de complemento de fabrico ou de transformação que excedam as operações mínimas, a origem do produto final é atribuída ao país que contribuiu com o valor mais elevado. Para esse efeito, o valor acrescentado no país de produção final — incluindo o valor das matérias não originárias que foram suficientemente transformadas — é comparado com o valor das matérias originárias de cada um dos outros países.

Se não for efectuada nenhuma operação de complemento de fabrico ou de transformação no país de exportação, as matérias ou os produtos conservam muito simplesmente a sua origem, se forem exportados para um dos países em causa.

Geometria variável

A acumulação só pode ser aplicada se os países de produção final e de destino final tiverem concluído acordos de comércio livre, com as mesmas regras de origem, com todos os países que participam na obtenção do carácter de produto originário, isto é, com todos os países de onde são originárias todas as matérias utilizadas. As matérias originárias do país que não concluiu um acordo com os países de produção final e de destino final serão consideradas matérias não originárias.

Os exemplos a seguir explicam como determinar a origem com base nos quatro parágrafos dos artigos 3.º e 4.º:

EXEMPLOS DE ATRIBUIÇÃO DA ORIGEM E DE GEOMETRIA VARIÁVEL

1. Exemplo de atribuição da origem pela última operação de complemento de fabrico ou de transformação efectuada

É importado em Marrocos tecido (SH 5112; obtido a partir de lã de carneiro não cardada nem penteada) originário da Comunidade; o forro, feito a partir de fibra sintética (SH 5513), é originário da Noruega.

Em Marrocos, são confeccionados fatos (SH 6203).

A última operação de complemento de fabrico ou de transformação é efectuada em Marrocos. Esta operação de complemento de fabrico ou de transformação (no caso em apreço, a confecção de fatos) excede as operações referidas no artigo 7.º. Por conseguinte, os fatos adquirem a origem marroquina e podem ser exportados para outros países com os quais a acumulação é aplicável.

Se neste exemplo não houver um acordo de comércio livre com regras de origem pan-euromediterrânicas entre Marrocos e a Noruega, a geometria variável significa que o forro norueguês tem de ser considerado não originário e, por conseguinte, os fatos não obterão o carácter de produto originário.

2. Exemplo de atribuição da origem quando a última operação de complemento de fabrico ou de transformação não excede as operações mínimas recorrendo-se ao valor mais elevado das matérias utilizadas na fabricação

As diferentes partes de um conjunto, originárias de dois países, são embaladas na Comunidade. As calças e uma saia, originárias da Suíça, têm o valor de 180 euros; o casaco, originário da Jordânia, tem o valor de 100 euros. O custo da operação mínima («embalagem») efectuada na Comunidade é de 2 euros. O operador utiliza sacos de plástico da Ucrânia no valor de 0,5 euros. O preço à saída da fábrica do produto final é de 330 euros.

Uma vez que a operação realizada na Comunidade é uma operação mínima, o valor acrescentado na Comunidade deve ser comparado com os valores aduaneiros das outras matérias utilizadas para a atribuição da origem:

Valor acrescentado na Comunidade (do qual 2 euros para a operação e 0,5 euros para os sacos) = 330 euros (preço à saída da fábrica) — (menos) 280 euros (180 + 100) = 50 euros = «valor acrescentado» na Comunidade.

O valor suíço (180) é mais elevado do que o valor acrescentado na Comunidade (50) e do que os valores das outras matérias originárias utilizadas (100). Por conseguinte, o produto final adquire a origem suíça e pode ser exportado para outros países com os quais a acumulação é aplicável.

Se neste exemplo não houver um acordo de comércio livre com regras de origem pan-euromediterrânicas entre a Comunidade e a Suíça, o conjunto tem de ser considerado não originário dado que o produto suíço não foi suficientemente transformado nem autorizado a beneficiar da acumulação da origem.

3. Exemplo de produtos exportados sem serem objecto de uma outra operação de complemento de fabrico ou de transformação

Um tapete, originário da Comunidade, é exportado para Marrocos. Passados dois anos é exportado para a Síria passados dois anos sem ter sido objecto de outras operações. O tapete conserva a sua origem comunitária aquando da exportação para a Síria.

Neste exemplo, só pode ser emitida uma prova de origem preferencial na exportação de Marrocos para a Síria se houver um acordo de comércio livre com regras pan-euromediterrânicas de origem entre a Comunidade e a Síria.

Acumulação de operações de complemento de fabrico ou de transformação (acumulação total)

A acumulação total permite efectuar operações de complemento de fabrico ou de transformação suficientes não no território aduaneiro de um único país, mas na área constituída pelos territórios aduaneiros de um grupo de países. Por exemplo, a acumulação de operações de fabrico e de transformação fora do contexto da acumulação pan-euromediterrânica está prevista nalguns protocolos em matéria de regras de origem celebrados com Marrocos, a Argélia e a Tunísia. Dado que a acumulação das operações de complemento de fabrico ou de transformação não é abrangida pela acumulação de origem pan-euromediterrânica, os produtos que obtêm o carácter originário com base na acumulação total são excluídos do comércio pan-euromediterrânico.

EXEMPLO DE ACUMULAÇÃO DE OPERAÇÕES DE COMPLEMENTO DE FABRICO OU DE TRANSFORMAÇÃO

Fio de algodão (SH 5205) não originário é importado na Comunidade onde é transformado em tecido (SH 5208). O tecido é subsequentemente exportado da Comunidade para a Tunísia, onde é cortado e são confeccionadas camisas de homem (SH 6205).

De acordo com as regras relativas à acumulação das operações de complemento de fabrico e de transformação, considera-se que a operação de tecelagem na Comunidade foi realizada na Tunísia. Desta forma, fica satisfeita a regra relativa à posição 6205 do SH, que exige uma fabricação a partir do fio de algodão, e as camisas de homem obtêm o carácter de produto originário. No entanto, uma vez que o carácter de produto originário é obtido de forma incompatível com as regras pan-euromediterrânicas, segundo as quais as operações de tecelagem e de confecção devem realizar-se num único país, as camisas de homem não podem ser exportadas beneficiando do tratamento preferencial da Tunísia para os países referidos nos artigos 3.º e 4.º, à excepção do Magreb e da CE.

[A utilização das provas de origem é explicada pormenorizadamente na nota do artigo 17.º]

Artigo 10.º — Regra de origem aplicável aos sortidos

A regra de origem definida para os sortidos aplica-se unicamente aos sortidos na acepção da regra geral n.º 3 para a interpretação do Sistema Harmonizado.

Em conformidade com essa regra, cada um dos produtos que compõem o sortido, com exclusão daqueles cujo valor não exceda 15 % do valor total do sortido, deve satisfazer os critérios de origem aplicáveis à posição em que o produto teria sido classificado, caso tivesse sido apresentado separadamente e não estivesse incluído no sortido, independentemente da posição em que o sortido completo esteja classificado por força da regra geral acima referida.

Estas disposições continuam a ser aplicáveis mesmo se a tolerância de 15 % for invocada para o produto que, em conformidade com o texto da referida regra geral, determina a classificação do sortido completo.

Artigo 15.º — Draubaque em caso de erro

Nos casos em que a prova de origem tenha sido incorrectamente emitida, só podem ser concedidos um draubaque ou uma isenção de direitos, se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- (a) A prova de origem incorrectamente emitida deve ser devolvida às autoridades do país de exportação ou, caso o não seja, deve ser entregue uma declaração escrita pelas autoridades do país de importação indicando que a preferência não foi ou não será concedida;
- (b) As matérias utilizadas para a fabricação do produto poderiam ter beneficiado de draubaque ou de isenção de direitos por força das disposições vigentes, se não tivesse sido apresentada uma prova de origem para solicitar a preferência;
- (c) O prazo autorizado para o reembolso não foi excedido e estão reunidas as condições que regem o reembolso, fixadas pela legislação do país considerado.

Artigo 15.º — Proibição de draubaque no comércio bilateral e diagonal

Nos dos acordos entre a Comunidade e os países mediterrânicos, à excepção de Israel, aplica-se a proibição de draubaque sempre que o carácter originário do produto tiver sido obtido com base na acumulação com matérias originárias dos países a que se referem os artigos 3.º e 4.º, que não sejam o país de destino, ou se tiver sido emitida uma prova de origem EUR-MED com vista a uma posterior aplicação da acumulação diagonal. Nos acordos entre a CE, a Bulgária, a Roménia, a Turquia, a Suíça, a Noruega, a Islândia e as Ilhas Faroé, assim como no acordo entre a CE e Israel, aplica-se sempre a proibição de draubaque.

EXEMPLOS:

1. Exemplo da possibilidade de draubaque no comércio bilateral

O alumínio originário dos Emiratos Árabes Unidos é importado no Egipto, onde se fabricam parafusos de alumínio (SH 7616). O produto final, originário do Egipto, é exportado para a Comunidade.

Dado que o carácter de produto originário do Egipto é obtido com base em operações de complemento fabrico e de transformação suficientes, e não na acumulação com matérias originárias de um dos países a que se referem os artigos 3.º e 4.º, as autoridades aduaneiras egípcias podem conceder o draubaque a matérias não originárias utilizadas na fabricação dos produtos originários, no momento da exportação para a Comunidade.

No entanto, os parafusos não podem ser utilizados na Comunidade para efeitos da acumulação pan-euro-mediterrânica.

Neste exemplo, os parafusos originários do Egipto só podem ser exportados para a Comunidade com um certificado de circulação EUR.1 ou uma declaração na factura.

2. Exemplo da proibição de draubaque no comércio diagonal

Laranjas da Costa Rica (SH 0805) e o açúcar originário da CE (SH 1701) são importados na Jordânia para a produção de sumo de laranja (SH 2009). O valor do açúcar originário da CE excede em 30 % o preço à saída da fábrica. O produto originário da Jordânia é exportado para o Egipto.

Uma vez que o carácter originário do produto final é obtido na Jordânia com base na acumulação com um dos países a que se referem os artigos 3.º e 4.º, no caso em apreço a CE, as matérias não originárias não podem ser objecto, na Jordânia, de draubaque ou de isenção de direitos aduaneiros ou de encargos de efeito equivalente. Consequentemente, se for emitida uma prova de origem preferencial na Jordânia, devem ser pagos direitos aduaneiros sobre as laranjas originárias da Costa Rica.

Neste exemplo, o produto originário da Jordânia só pode ser exportado para o Egipto com um certificado de circulação EUR-MED ou uma declaração na factura EUR-MED. Além disso, o sumo pode ser reexportado, no contexto da acumulação diagonal, do Egipto para os outros países a que se referem os artigos 3.º e 4.º.

[A utilização dos certificados de circulação EUR.1 e EUR-MED é explicada pormenorizadamente na nota do n.º 4 do artigo 17.º]

Artigo 16.º — Documentos justificativos para mercadorias usadas

A prova de origem pode igualmente ser emitida para mercadorias usadas ou qualquer outra mercadoria quando, devido ao prazo considerável que decorreu entre a data de produção ou de importação, por um lado, e a data de exportação, por outro, os documentos justificativos habituais já não estão disponíveis, desde que:

- (a) A data de produção ou de importação das mercadorias seja anterior ao período durante o qual os operadores comerciais devem, em conformidade com a legislação vigente no país de exportação, manter os seus registos contabilísticos;
- (b) As mercadorias possam ser consideradas originárias por força de outros elementos de prova, tais como as declarações do fabricante ou de um outro operador comercial, o parecer de peritos, marcas apostas nas mercadorias, descrição das mercadorias, etc.;
- (c) Nenhum indício leve a supor que as mercadorias não satisfazem os requisitos das regras de origem.

Artigo 16.º (e 25.º) — Apresentação da prova de origem nos casos de transmissão electrónica da declaração de importação

Nos casos em que a declaração de importação é transmitida por via electrónica às autoridades aduaneiras do país de importação, compete a estas autoridades decidir, no âmbito e por força das disposições da legislação aduaneira aplicável no seu país, em que momento e medida os documentos que constituem a prova de origem devem ser efectivamente apresentados.

Artigo 17.º — Designação das mercadorias nos certificados de circulação EUR.1 ou EUR-MED

Caso de mercadorias originárias de vários países ou territórios

Se os produtos abrangidos pelo certificado de circulação forem originários de vários países ou territórios:

- a casa n.º 4 (país, grupo de países ou territórios de onde os produtos são considerados originários) deve conter a menção «ver casa n.º 8»; e,

- na casa n.º 8 (número de ordem; marcas e números; quantidade (e natureza) dos volumes; designação das mercadorias) deve ser indicado o nome ou a abreviatura oficial de cada país ⁽¹⁾ em causa, em relação a cada adição.

Caso de grandes remessas

Quando a casa prevista no certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED para indicar a designação das mercadorias não for suficiente para incluir as especificações necessárias que permitam a sua identificação, designadamente no caso de grandes remessas, o exportador pode especificar as mercadorias a que o certificado se refere nas facturas anexas relativas a essas mercadorias e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, desde que:

- (a) Indique os números das facturas na casa n.º 10 do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED;
- (b) As facturas e, se necessário, qualquer outro documento comercial possam ser apensos de forma segura ao certificado antes da sua apresentação à alfândega; e
- (c) A autoridade aduaneira tenha apostado nas facturas e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, um carimbo que solidariza esses documentos com o certificado.

Se for caso disso, os nomes ou abreviaturas oficiais dos países de origem, tal como previsto na nota anterior relativa à casa n.º 8, devem ser indicados nas facturas e, se necessário, em qualquer outro documento comercial.

Artigo 17.º — Mercadorias exportadas por um agente aduaneiro

Um agente aduaneiro pode exercer as funções de representante habilitado da pessoa que é proprietária das mercadorias ou que tenha um direito semelhante para dispor das mesmas, inclusivamente nos casos em que essa pessoa não esteja estabelecida no país de exportação, desde que o agente possa provar o carácter originário das mercadorias.

Artigo 17.º — Certificação de origem para efeitos da acumulação pan-euromediterrânica

Utilização facultativa do certificado de circulação EUR.1 e EUR-MED

Pode ser emitido um certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED quando os produtos em causa são originários do país de exportação ou de qualquer outro país a que se referem os artigos 3.º e 4.º desde que NÃO TENHA SIDO APLICADA a acumulação com as Ilhas Faroé ou qualquer país mediterrânico, à excepção da Turquia ⁽²⁾.

⁽¹⁾ Os códigos ISO-Alfa-2 e 3 relativos a cada país são os seguintes

— Andorra	AD	AND
— Argélia	DZ	DZA
— Bulgária	BG	BGR
— Egipto EG	EG	EGY
— Ilhas Faroé	FO	FRO
— Islândia	IS	ISL
— Israel	IL	ISR
— Jordânia	JO	JOR
— Líbano	LB	LBN
— Marrocos	MA	MAR
— Noruega	NO	NOR
— Roménia	RO	ROM
— São Marinho	SM	SMR
— Suíça	CH	CHE
— Síria	SY	SYR
— Tunísia	TN	TUN
— Turquia	TR	TUR
— Cisjordânia e Faixa de Gaza	PS	PSE

Não existe um código ISO-Alfa para a Comunidade, mas são aceitáveis as siglas EEC, EC, CEE, CE ou UE.

⁽²⁾ A Turquia aderiu à acumulação paneuropeia em 1999, isto é, antes deste sistema ter sido alargado aos países mediterrânicos.

EXEMPLOS

1. *Exemplo de utilização do certificado de circulação Eur.1 quando se aplica a acumulação, mas não com o parceiro mediterrânico*

O açúcar (SH 1701) originário da CE é importado na Suíça, onde é transformado em artigos de confeitaria (SH 1704). O valor do açúcar originário da CE excede em 30 % o preço à saída da fábrica. O produto originário da Suíça é exportado para a Turquia

Uma vez que o carácter de produto originário é adquirido na Suíça através da acumulação, mas sem aplicação da acumulação com um parceiro mediterrânico, e dado que os três países estão vinculados por acordos de comércio livre, as autoridades aduaneiras suíças poderão emitir um certificado EUR.1 para a exportação para a Turquia.

No entanto, neste exemplo, as autoridades suíças podem também emitir um certificado de circulação EUR-MED, se os artigos de confeitaria puderem ser utilizados na Turquia no contexto do sistema de acumulação com qualquer outro país a que se referem os artigos 3.º e 4.º, por exemplo, se esses artigos forem reexportados da Turquia para a Tunísia. Por conseguinte, se o exportador suíço solicitar às suas autoridades aduaneiras um certificado EUR-MED de acordo com as condições previstas, o pedido deve ser deferido e emitido o certificado de circulação EUR-MED. Este certificado ostentará na casa n.º 7 a menção «Cumulation applied with the EC» (Aplica-se a acumulação com a CE).

2. *Exemplo de utilização do certificado de circulação EUR.1. quando não se aplica o sistema de acumulação.*

São fabricados no Líbano cortinados bordados (SH 6303) a partir de fio único não originário. O produto final é exportado para a Comunidade.

Uma vez que o carácter de produto originário foi obtido no Líbano com base em operações de complemento de fabrico e de transformação suficientes e não foi aplicada a acumulação com nenhum dos países pan-euromediterrânicos, as autoridades aduaneiras libanesas podem emitir um certificado de circulação EUR.1 para a exportação para a Comunidade.

No entanto, neste caso também é possível a utilização de um certificado de circulação EUR MED, desde que a proibição de draubaque no Líbano tenha sido respeitada. Tal permitiria a reexportação dos cortinados para qualquer um dos países a que se referem os artigos 3.º e 4.º. Por conseguinte, tal como no primeiro exemplo, se o exportador libanês solicitar às suas autoridades aduaneiras um certificado EUR-MED de acordo com as condições previstas, o pedido deve ser deferido e emitido o referido certificado. O certificado de circulação EUR-MED ostentará na casa n.º 7 a menção «No Cumulation applies» (Acumulação não aplicável).

Utilização obrigatória do certificado de circulação EUR.1

Deve ser emitido um certificado de circulação EUR.1 quando não estão reunidas as condições para uma acumulação diagonal pan-euromediterrânica de origem. Tal sucede quando a proibição de draubaque não é observada no comércio bilateral entre qualquer um dos dois países a que se referem os artigos 3.º e 4.º (ver «Exemplo de possibilidade de draubaque no comércio bilateral») ou quando existiu uma acumulação de operações de complemento de fabrico ou de transformação com Marrocos, a Tunísia ou a Argélia. Ver «Exemplo de acumulação de operações de complemento de fabrico ou de transformação (acumulação total)».

Utilização obrigatória do certificado de circulação EUR-MED

Deve ser emitido um certificado de circulação EUR.1 quando os produtos em causa são originários do país de exportação ou de qualquer outro país a que se referem os artigos 3.º e 4.º e TENHA SIDO APLICADA a acumulação com as Ilhas Faroé ou qualquer país mediterrânico, à excepção da Turquia.

EXEMPLOS

1. *Exemplo de acumulação com matérias originárias de um dos países mediterrânicos*

Tecidos originários do Egipto (SH 5112) são importados na Noruega onde são fabricadas calças de homem (SH 6103). O carácter de produto originário é obtido na Noruega com base na acumulação aplicada às matérias egípcias e, por conseguinte, quando o produto final é exportado para a Comunidade, as autoridades aduaneiras norueguesas devem emitir um certificado de circulação EUR-MED com a menção «Cumulation applied with Egypt» (Acumulação aplicada com o Egipto).

2. Exemplo de acumulação aplicada num dos países mediterrânicos.

Madeira cortada da Noruega (SH 4407) é importada em Marrocos onde são fabricadas caixas de madeira (SH 4415). O carácter de produto originário de Marrocos é adquirido com base na acumulação com um país signatário da Declaração de Barcelona e, por conseguinte, quando o produto final é exportado para a Comunidade, as autoridades aduaneiras marroquinas devem emitir um certificado de circulação EUR-MED com a menção «Acumulação aplicada com a Noruega»

Esta nota explicativa aplica-se *mutatis mutandis* ao artigo 22.º.

Artigo 18.º — Razões técnicas

É possível recusar um certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED por razões técnicas, por não ter sido elaborado conforme previsto. Trata-se de casos que podem dar origem à subsequente apresentação de um certificado emitido *a posteriori* e que incluem, a título de exemplo, as seguintes situações:

- o certificado EUR.1 ou EUR-MED é emitido num formulário não regulamentar (por exemplo: sem fundo guilhochado, com diferenças de dimensão ou de cor importantes em relação ao modelo regulamentar, sem número de ordem; não impresso numa das línguas oficialmente prevista);
- uma das casas de preenchimento obrigatório não foi preenchida (por exemplo, a casa n.º 4 do certificado EUR.1 ou EUR-MED);
- o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED não foi carimbado e assinado (por exemplo, na casa n.º 11);
- o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED foi visado por uma autoridade não habilitada;
- o carimbo utilizado é novo e ainda não foi notificado;
- o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED apresentado é uma cópia ou fotocópia e não o original;
- a menção nas casas n.º 2 ou 5 refere-se a um país que não é parte no acordo (por exemplo, a Ucrânia ou Cuba) ou a um país com o qual não se aplica a acumulação.

Medidas a tomar:

Após aporem a menção «DOCUMENTO RECUSADO», indicando a ou as razões da sua recusa, as autoridades aduaneiras devolvem o certificado ao importador para que este possa obter um novo certificado emitido *a posteriori*. Todavia, as autoridades aduaneiras podem conservar uma fotocópia do certificado recusado para efeitos de controlo *a posteriori* ou caso tenham motivos para suspeitar da existência de fraude.

Artigo 21.º — Condições para utilizar a «separação de contas» na gestão das existências das matérias utilizadas na fabricação

1. A autorização para utilizar a separação de contas na gestão das existências das matérias utilizadas na fabricação será concedida a qualquer produtor que apresente às autoridades aduaneiras um pedido escrito para o efeito e que satisfaça todas as condições para a concessão da autorização.
2. O requerente terá de demonstrar a necessidade de utilizar a separação de contas com base nos custos excessivos ou na impraticabilidade de conservar existências das matérias fisicamente separadas consoante a origem.
3. As matérias originárias e não originárias terão de ser do mesmo tipo e qualidade comercial e possuir as mesmas características físicas e técnicas. Não deverá ser possível distinguir as matérias umas das outras para efeitos de origem depois de serem incorporadas no produto final.
4. A utilização do sistema de separação de contas não deve conduzir a uma situação em que o carácter originário seja atribuído a um maior número de produtos dos que o teriam obtido se as matérias utilizadas no fabrico estivessem fisicamente separadas.

5. O sistema de contabilidade deve:
 - manter uma distinção clara entre as quantidades de matérias originárias e não originárias adquiridas, indicando as datas em que estas matérias foram colocadas nas existências e, sempre que necessário, o valor dessas matérias;
 - indicar a quantidade de:
 - a) Matérias originárias e não originárias utilizadas e, sempre que necessário, o valor total dessas matérias;
 - b) Produtos acabados manufacturados;
 - c) Produtos acabados fornecidos a todos os clientes, identificando separadamente:
 - i) Os fornecimentos aos clientes que exigem elementos de prova da origem preferencial (incluindo as vendas aos clientes que exigem outros elementos de prova para além da prova de origem) e
 - ii) Os fornecimentos aos clientes que não exigem esses elementos de prova
 - demonstrar no momento da fabricação ou no momento da emissão de qualquer prova de origem (ou outro elemento de prova do carácter originário) que as existências das matérias originárias existiam em quantidade suficiente para justificar a declaração do carácter originário.
- 6.1. O saldo das existências a que é feita referência no último travessão do n.º 5 reflecte tanto as matérias originárias como as não originárias já contabilizadas. O saldo das existências será debitado para todos os produtos acabados quer estes tenham sido ou não fornecidos com uma declaração de origem preferencial.
- 6.2. Sempre que os produtos são fornecidos sem uma declaração de origem preferencial, o saldo disponível das existências de matérias não originárias só pode ser debitado se houver um saldo dessas matérias que justifique tal acção. Se não for esse o caso, deve ser debitado o saldo das existências das matérias originárias.
- 6.3. O momento em que se determina a origem (ou seja, o momento da fabricação ou a data de emissão da prova de origem ou de outra declaração de origem) será acordado entre o produtor e as autoridades aduaneiras e registado na autorização concedida por estas últimas.
7. Aquando do pedido de utilização de um sistema de separação de contas, as autoridades aduaneiras deverão examinar os registos do produtor, a fim de determinar os saldos de abertura das matérias originárias e não originárias que podem ser consideradas como fazendo parte das existências.
8. O fabricante deve:
 - assumir a inteira responsabilidade pela utilização da autorização e pelas consequências da emissão de declarações de origem incorrectas ou de outras utilizações abusivas da autorização,
 - sempre que solicitado, apresentar às autoridades aduaneiras todos os documentos, registos e contabilidade referentes a um dado período.
9. As autoridades aduaneiras recusarão a autorização ao fabricante que não apresentar todas as garantias que considerem necessárias para o correcto funcionamento dos sistema de separação de contas.
10. As autoridades aduaneiras podem retirar a autorização em qualquer altura. Devem fazê-lo sempre que o produtor deixe de satisfazer as condições ou de oferecer as garantias especificadas. Nesse caso, as autoridades deverão invalidar as provas de origem ou outros documentos justificativos da origem e que tenham sido emitidos incorrectamente.

Artigo 22.º — Aplicação prática das disposições relativas à declaração na factura e à declaração na factura EUR-MED

São aplicáveis as seguintes orientações:

- (a) O texto da declaração na factura ou da declaração na factura EUR-MED deve estar em conformidade com o que figura no Anexo IVa ou no Anexo IVb do Protocolo.

Se os produtos abrangidos pela declaração na factura ou pela declaração na factura EUR-MED forem originários de vários países ou territórios, devem ser indicados no descritivo da declaração na factura o nome ou a abreviatura oficial de cada país em causa ⁽¹⁾, ou uma referência a uma indicação específica na factura.

Na factura ou no documento equivalente, deve ser indicado o nome ou abreviatura oficial de cada país para cada adição;

- (b) Os produtos não originários e, por conseguinte, não abrangidos pela declaração na factura ou pela declaração na factura EUR-MED não devem ser indicados na própria declaração. Todavia, devem ser indicados claramente na factura, de modo a evitar qualquer mal-entendido;
- (c) As declarações feitas em fotocópias das facturas podem ser aceites, se forem assinadas pelo exportador nas mesmas condições que o original. Os exportadores autorizados que estejam dispensados de assinar as declarações na factura ou as declarações na factura EUR-MED estão igualmente dispensados de assinar as declarações na factura feitas em fotocópias de facturas;
- (d) Pode ser aceite uma declaração efectuada no verso na factura.
- (e) A declaração na factura ou uma declaração na factura EUR-MED pode ser apresentada numa folha separada, desde que faça visivelmente parte da factura. Não é autorizado um formulário complementar;
- (f) Só é aceitável uma declaração na factura ou uma declaração na factura EUR-MED efectuada numa etiqueta posteriormente colada à factura, se não houver dúvidas de que a etiqueta foi aposta pelo exportador. Assim, por exemplo, a assinatura ou o carimbo do exportador devem cobrir simultaneamente a etiqueta e a factura.

Artigo 22.º — Base de valor relativo à emissão e à aceitação de declarações na factura ou declarações na factura EUR-MED efectuadas pelos exportadores

O preço à saída da fábrica pode ser utilizado como base de valor para decidir os casos em que uma declaração na factura ou uma declaração na factura EUR-MED pode substituir um certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED, tendo em conta o valor limite fixado no n.º 1, alínea b), do artigo 22.º. Se o preço à saída da fábrica for considerado como base de valor, o país de importação deve aceitar as declarações na factura ou as declarações na factura EUR-MED entregues com referência a esse preço.

Na falta de preço à saída da fábrica pelo facto de a remessa em causa ser expedida a título gratuito, o valor aduaneiro estabelecido pelas autoridades do país de importação é considerado como base para a determinação do valor limite.

Artigo 23.º — Exportador autorizado

O termo «exportador» refere-se às pessoas ou às empresas que exportem do território de uma das partes contratantes, quer se trate de produtores ou de comerciantes, desde que preencham todas as outras condições previstas no presente protocolo. Na acepção do presente protocolo, um agente aduaneiro não pode obter o estatuto de exportador autorizado.

⁽¹⁾ Os códigos ISO-Alfa-2 e 3 relativos a cada país são os seguintes:

— Andorra	AD	AND
— Argélia	DZ	DZA
— Bulgária	BG	BGR
— Egipto	EG	EGY
— Ilhas Faroé	FO	FRO
— Islândia	IS	ISL
— Israel	IL	ISR
— Jordânia	JO	JOR
— Líbano	LB	LBN
— Marrocos	MA	MAR
— Noruega	NO	NOR
— Roménia	RO	ROM
— São Marinho	SM	SMR
— Suíça	CH	CHE
— Síria	SY	SYR
— Tunísia	TN	TUN
— Turquia	TR	TUR
— Cisjordânia e Faixa de Gaza	PS	PSE

Não existe um código ISO-Alfa para a Comunidade, mas são aceitáveis as siglas EEC, EC, CEE, CE ou UE.

A concessão do estatuto de exportador autorizado está subordinada à apresentação de um pedido por escrito do exportador. Quando do exame do pedido, as autoridades aduaneiras devem ter em conta designadamente:

- se o exportador efectua regularmente exportações: as autoridades aduaneiras devem ter em conta o carácter regular das exportações e não o número de remessas ou um determinado montante;
- se o exportador pode provar, em qualquer altura, o carácter originário das mercadorias a exportar. A este respeito, é necessário ponderar se o exportador conhece as regras de origem aplicáveis e tem em sua posse todos os documentos justificativos da origem. No caso dos produtores, as autoridades devem certificar-se de que a contabilidade de existências da empresa permite a identificação da origem das mercadorias ou, no caso de novas existências, de que o sistema instalado permite tal identificação. No caso dos operadores que são simples comerciantes, será necessário verificar de forma mais aprofundada os respectivos fluxos comerciais normais;
- se o exportador oferece, com base nas suas actividades anteriores em matéria de exportação, garantias suficientes no que respeita ao carácter originário das mercadorias e à capacidade de cumprir todas as obrigações daí decorrentes.

Uma vez emitida a autorização, os exportadores devem:

- comprometer-se a só efectuar declarações na factura ou declarações na factura EUR-MED para mercadorias relativamente às quais possuam todas as provas ou elementos contabilísticos necessários no momento da emissão;
- assumir inteira responsabilidade pela utilização da autorização, designadamente no caso de declarações de origem incorrectas ou de qualquer outra utilização incorrecta da autorização;
- assumir a responsabilidade de que a pessoa responsável na empresa pelo preenchimento das declarações na factura ou das declarações na factura EUR-MED conhece e compreende as regras de origem;
- comprometer-se a conservar todos os documentos justificativos da origem durante um período de, pelo menos, três anos, a contar da data em que a declaração ou a declaração na factura foi efectuada;
- comprometer-se a apresentar, em qualquer momento, às autoridades aduaneiras a prova de origem e aceitar a realização de controlos em qualquer altura.

As autoridades aduaneiras devem efectuar controlos regulares junto dos exportadores autorizados. Esses controlos devem assegurar a correcta utilização da autorização, podendo ser efectuados a intervalos determinados, se possível, com base em critérios de análise de risco.

As autoridades aduaneiras transmitirão à Comissão das Comunidades Europeias o sistema de numeração nacional seleccionado para designar os exportadores autorizados. A Comissão das Comunidades Europeias divulgará essas informações às autoridades aduaneiras dos outros países.

Artigo 26.º — Importação por remessas escalonadas

Um importador que deseje beneficiar do disposto no presente artigo deve, antes de proceder à exportação da primeira remessa, informar o exportador de que só é exigida uma única prova de origem para o produto completo.

É possível que cada remessa se componha unicamente de produtos originários. No caso de essas remessas serem acompanhadas de provas de origem, estas provas de origem separadas são aceites pelas autoridades aduaneiras do país de importação para as remessas escalonadas em causa, em substituição de uma única prova de origem emitida para o produto completo.

Artigo 33.º — Recusa do regime preferencial sem verificação

A recusa do regime preferencial sem verificação abrange os casos em que se considera que a prova de origem não é aplicável, designadamente pelas seguintes razões:

- os produtos a que se refere o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED não são elegíveis para beneficiar do regime preferencial;

- a casa para a designação das mercadorias (casa n.º 8 do EUR.1 ou EUR-MED) não está preenchida ou respeita a mercadorias diferentes das apresentadas;
- A prova de origem foi emitida por um país que não beneficia do regime preferencial mesmo se as mercadorias são originárias de um país beneficiário (por exemplo, EUR.1 ou EUR-MED emitidos na Ucrânia para produtos originários da Síria) ou foi emitida por um país com o qual não se aplica a acumulação (por exemplo EUR.1 ou EUR-MED emitidos na Síria para mercadorias exportadas para a Noruega quando não existe um acordo de comércio livre entre estes dois países);
- o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED contém vestígios de rasuras ou emendas não autenticadas numa das casas de preenchimento obrigatório (por exemplo, a casa de designação das mercadorias, ou as casas indicando o número de volumes, o país de destino ou o país de origem);
- o prazo de validade do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED caducou por motivos não previstos na regulamentação (por exemplo, circunstâncias excepcionais), com exclusão dos casos em que as mercadorias foram apresentadas antes do termo do prazo;
- a prova de origem é apresentada *a posteriori* para mercadorias inicialmente importadas de forma fraudulenta;
- a casa n.º 4 do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED indica um país que não é parte no acordo ao abrigo do qual o regime preferencial é solicitado;
- a casa n.º 4 do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED indica um país com o qual não se aplica a acumulação (por exemplo EUR.1 ou EUR-MED emitidos na CE para produtos originários das Ilhas Faroé exportados para Marrocos quando não existe um acordo de comércio livre entre Marrocos e as Ilhas Faroé).

Medidas a tomar:

A prova de origem deve conter a menção 'INAPPLICABLE' (NÃO APLICÁVEL) e ser conservada pelas autoridades aduaneiras às quais foi apresentada, a fim de impedir qualquer nova tentativa de utilização. Nos casos em que tal se afigure oportuno, as autoridades aduaneiras do país de importação informam de imediato as autoridades aduaneiras do país de exportação relativamente à recusa.

Artigo 33.º — Prazos de controlo das provas de origem

Nenhum país é obrigado a responder a um pedido de controlo *a posteriori*, tal como previsto no artigo 33.º, que seja recebido decorridos mais de três anos após a data de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED ou a data em que foi efectuada a declaração na factura ou a declaração na factura EUR-MED.

Artigo 33.º — Dúvida fundada

Esta situação diz respeito, por exemplo, aos seguintes casos:

- o documento não contém a assinatura do exportador (excepto no caso de declarações na factura ou documentos comerciais efectuados por exportadores autorizados, quando estiver prevista essa possibilidade);
- o certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED não foi assinado nem datado pela autoridade emissora;
- as mercadorias, embalagens ou outros documentos de acompanhamento contêm marcas que indicam uma origem diferente da referida no certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED;
- as menções apostas no certificado de circulação EUR.1 ou EUR-MED demonstram que as operações de complemento de fabrico são insuficientes para conferirem o carácter de produto originário;
- o carimbo utilizado para o visto do documento não é o que foi comunicado;

Medidas a tomar:

O documento é enviado às autoridades emissoras para controlo *a posteriori*, com indicação dos motivos do pedido de controlo. Enquanto se aguardam os resultados do controlo, são tomadas todas as medidas consideradas necessárias pelas autoridades aduaneiras para garantir o pagamento dos direitos aplicáveis.

Anexo I — Nota introdutória n.º 6, 6.1

A regra específica relativa às matérias têxteis não se aplica aos forros e às entretelas. O «tecido para bolsos» é um tecido especial utilizado exclusivamente para a fabricação de bolsos e não pode, por conseguinte, ser considerado como um forro ou uma entretela normal. Por consequência, a regra especial é aplicável ao «tecido para bolsos». A regra aplica-se aos tecidos em peça, bem como aos bolsos acabados, originários de países terceiros.

Texto da declaração na factura e da declaração na factura EUR-MEDDeclaração na factura (Anexo IVa)

Versão árabe

يصرح مصدر المنتجات التي تشملها هذه الوثيقة (التفويض الجمركي رقم)
بإستثناء ما ينص بوضوح على خلاف ذلك، بأن هذه المنتجات من منشأ تفضيلي
من) .

Versão catalã (AD)

L'exportador dels productes inclosos en el present document (Autorizació duanera N.º...), declara que, llevat s'indiqui el contrari, aquestos productes gaudeixen d'un origen preferencial

Versão búlgara (BG)

Износителят на продуктите, обхванати от този документ (митническо разрешение № ... (1) декларира, че освен където ясно е отбелязано друго, тези продукти са с (2) преференциален произход

Versão checa (CZ)

Vývozce výrobků uvedených v tomto dokumentu (číslo povolení ...) prohlašuje, že kromě zřetelně označených, mají tyto výrobky preferenční původ v

Versão alemã (DE)

Der Ausführer (Ermächtigter Ausführer; Bewilligungs-Nr. ...), der Waren, auf die sich dieses Handelspapier bezieht, erklärt, dass diese Waren, soweit nicht anders angegeben, präferenzbegünstigte Ursprungswaren sind

Versão dinamarquesa (DK)

Eksportøren af varer, der er omfattet af nærværende dokument, (toldmyndighedernes tilladelse nr. ...), erklærer, at varerne, medmindre andet tydeligt er angivet, har præferenceoprindelse i

Versão estónia (EE)

Käesoleva dokumendiga hõlmatud toodete eksportija (tolliameti kinnitus nr ...) deklareerib, et need tooted on sooduspäritoluga, välja arvatud juhul kui on selgelt näidatud teisiti

Versão espanhola (ES)

El exportador de los productos incluidos en el presente documento (autorización aduanera n.º ...) declara que, salvo indicación en sentido contrario, estos productos gozan de un origen preferencial

Versão faroense

Útflýtarin av vörunum, sum hetta skjal fevnir um (tollvaldsins loyvi nr. ... (1)) vátta, at um ikki nakað annað er tilskilað, eru hesar vørur upprunavørur (2)

Versão finlandesa (FI)

Tässä asiakirjassa mainittujen tuotteiden viejä (tullin lupa N:o ...) ilmoittaa, että nämä tuotteet ovat, ellei toisin ole selvästi merkitty, etuuskohteluun oikeutettuja alkuperätuotteita

Versão francesa (FR)

L'exportateur des produits couverts par le présent document (autorisation douanière n°...), déclare que, sauf indication claire du contraire, ces produits ont l'origine préférentielle

Versão inglesa (GB)

The exporter of the products covered by this document (customs authorization No ...) declares that, except where otherwise clearly indicated, these products are of ... preferential origin

Versão grega (GR)

Ο εξαγωγέας των προϊόντων που καλύπτονται από το παρόν έγγραφο (άδεια τελωνείου υπ' αριθ. ...) δηλώνει ότι, εκτός εάν δηλώνεται σαφώς άλλως, τα προϊόντα αυτά είναι προτιμησησικής καταγωγής

Versão hebraica

היצואן של הטובין המכוסים במסמך זה (אישור מכס מס' ...) מצהיר כי מקורם של הטובין הללו מועדף, מלבד אם צוין אחרת במפורש.

Versão húngara (HU)

A jelen okmányban szereplő áruk exportőre (vámfelhatalmazási szám: ...) kijelentem, hogy eltérő jelzés hiányában az áruk kedvezményes származásúak

Versão islandesa (IS)

Útflytjandi framleidsluvara sem skjal Tetta tekur til (leyfi tollýfirvalda nr. ...), lýsir því yfir að vöurnar séu, ef annars er ekki greinilega getid, af-fríðindauppruna

Versão italiana (IT)

L'esportatore delle merci contemplate nel presente documento (autorizzazione doganale n. ...) dichiara che, salvo indicazione contraria, le merci sono di origine preferenziale

Versão lituana (LT)

Šiame dokumente išvardintų prekių eksportuotojas (muitinės liudijimo Nr ...) deklaruoja, kad, jeigu kitaip nenurodyta, tai yra preferencinės kilmės prekės

Versão letã (LV)

Eksportētājs produktiem, kuri ietverti šajā dokumentā (muitas pilnvara Nr. ... deklarē, ka, izņemot tur, kur ir citādi skaidri noteikts, šiem produktiem ir priekšrocību izcelsme no

Versão maltesa

L-esportatur tal-prodotti koperti b'dan id-dokument (awtorizzazzjoni tad-dwana nru. ...) jiddikjara li, hlief fejn indikat b'mod ċar li mhux hekk, dawn il-prodotti huma ta' oriġini preferenzjali

Versão neerlandesa (NL)

De exporteur van de goederen waarop dit document van toepassing is (douanevergunning nr. ...) verklaart dat, behoudens uitdrukkelijke andersluidende vermelding, deze goederen van preferentiële oorsprong zijn

Versão norueguesa (NO)

Eksportøren av produktene omfattet av dette dokument (tollmyndighetenes autorisasjonsnr. ...) erklærer at disse produktene, unntatt hvor annet er tydelig angitt, har preferanseopprinnelse

Versão polaca (PL)

Eksporter produktów objętych tym dokumentem (upoważnienie władz celnych nr ...) deklaruje, że z wyjątkiem gdzie jest to wyraźnie określone, produkty te mają preferencyjne pochodzenie

Versão portuguesa (PT)

O abaixo assinado, exportador dos produtos cobertos pelo presente documento (autorização aduaneira n.º ...), declara que, salvo expressamente indicado em contrário, estes produtos são de origem preferencial

Versão romena (RO)

Exportatorul produselor ce fac obiectul acestui document (autorizația vamală nr. ...) declară că, exceptând cazul în care în mod expres este indicat altfel, aceste produse sunt de origine preferențială

Versão sueca (SE)

Exportören av de varor som omfattas av detta dokument (tullmyndighetens tillstånd nr. ...) försäkrar att dessa varor, om inte annat tydligt markerats, har förmånsberättigande ursprung

Versão eslovena (SI)

Izvoznik blaga, zajetega s tem dokumentom (pooblastilo carinskih organov št) izjavlja, da, razen če ni drugače jasno navedeno, ima to blago preferencialno ... poreklo

Versão eslovaca (SK)

Vývozca výrobkov uvedených v tomto dokumente (číslo povolenia ...) vyhlasuje, že okrem zreteľne označených, majú tieto výrobky preferenčný pôvod v

Versão turca (TR)

Isbu belge (gümrük onay No: ...) kapsamındaki maddelerin ihracatçısı aksi açıkça belirtilmedikçe, bu maddelerin menseli ve tercihli maddeler oldugunu beyan eder

Declaração na factura EUR-MED (Anexo IVb)

Versão árabe

يصرح مصدر المنتجات التي تشملها هذه الوثيقة (التفويض الجمركي رقم) باستثناء ما ينص بوضوح على خلاف ذلك، بأن هذه المنتجات من منشأ تفضيلي من) .

— cumulation applied with (name of the country/countries)

— no cumulation applied

Versão catalã (AD)

L'exportador dels productes inclosos en el present document (Autorizació duanera N.º...), declara que, llevat s'indiqui el contrari, aquestos productes gaudeixen d'un origen preferencial

— cumulation applied with (name of the country/countries)

— no cumulation applied

Versão búlgara (BG)

Износителят на продуктите, обхванати от този документ (митническо разрешение № ... ⁽¹⁾) декларира, че освен където ясно е отбелязано друго, тези продукти са с ⁽²⁾ преференциален произход

— cumulation applied with (name of the country/countries)

— no cumulation applied

Versão checa (CZ)

Vývozce výrobků uvedených v tomto dokumentu (číslo povolení ...) prohlašuje, že kromě zřetelně označených, mají tyto výrobky preferenční původ v

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão alemã (DE)

Der Ausführer (Ermächtigter Ausführer; Bewilligungs-Nr. ...), der Waren, auf die sich dieses Handelspapier bezieht, erklärt, dass diese Waren, soweit nicht anders angegeben, präferenzbegünstigte Ursprungswaren sind

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão dinamarquesa (DK)

Eksportøren af varer, der er omfattet af nærværende dokument, (toldmyndighedernes tilladelse nr. ...), erklærer, at varerne, medmindre andet tydeligt er angivet, har præferenceoprindelse i

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão estónia (EE)

Käesoleva dokumendiga hõlmatud toodete eksportija (tolliameti kinnitus nr ...) deklareerib, et need tooted on sooduspäritoluga, välja arvatud juhul kui on selgelt näidatud teisiti.

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão espanhola (ES)

El exportador de los productos incluidos en el presente documento (autorización aduanera nº ...) declara que, salvo indicación en sentido contrario, estos productos gozan de un origen preferencial

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão faroense

Útflytarin av vörunum, sum hetta skjal fevnir um (tollvaldsins leyvi nr ...) váttað, at um ikki nakað annað er tilskilað, eru hesar vørur upprunavørur

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão finlandesa (FI)

Tässä asiakirjassa mainittujen tuotteiden viejä (tullin lupa N:o ...) ilmoittaa, että nämä tuotteet ovat, ellei toisin ole selvästi merkitty, etuuskohteluun oikeutettuja alkuperätuotteita.

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão francesa (FR)

L'exportateur des produits couverts par le présent document (autorisation douanière n°...), déclare que, sauf indication claire du contraire, ces produits ont l'origine préférentielle

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão inglesa (GB)

The exporter of the products covered by this document (customs authorization No ...) declares that, except where otherwise clearly indicated, these products are of preferential origin

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão grega (GR)

Ο εξαγωγέας των προϊόντων που καλύπτονται από το παρόν έγγραφο (άδεια τελωνείου υπ' αριθ. ...) δηλώνει ότι, εκτός εάν δηλώνεται σαφώς άλλως, τα προϊόντα αυτά είναι προτιμησιακής καταγωγής

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão hebraica

היצואן של הסחורה המכוסה במסמך זה (אישור מכס מס' ..) (מצהיר כי מקורם של הסחובין ה..... הללו מועדף, מלבד אם צוין אחרת במפורש.

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão húngara (HU)

A jelen okmányban szereplő áruk exportőre (vámfelhatalmazási szám: ...) kijelentem, hogy eltérő jelzés hiányában az áruk kedvezményes származásúak

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão islandesa (IS)

Útflytjandi framleidsluvara sem skjal Tetta tekur til (leyfi tollyfirvalda nr. ...), lýsir því yfir að vöurnar séu, ef annars er ekki greinilega getid, af-fríðindauppruna

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão italiana (IT)

L'esportatore delle merci contemplate nel presente documento (autorizzazione doganale n. ...) dichiara che, salvo indicazione contraria, le merci sono di origine preferenziale

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão lituana (LT)

Šiame dokumente išvardintų prekių eksportuotojas (muitinės liudijimo Nr ...) deklaruoja, kad, jeigu kitaip nenurodyta, tai yra preferencinės kilmės prekės.

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão letā (LV)

Eksportētājs produktiem, kuri ietverti šajā dokumentā (muitas pilnvara Nr. ... deklarē, ka, izņemot tur, kur ir citādi skaidri noteikts, šiem produktiem ir priekšrocību izcelsme no

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão maltesa

L-esportatur tal-prodotti koperti b'dan id-dokument (awtorizzazzjoni tad-dwana nru. ...) jiddikjara li, hlief fejn indikat b'mod ċar li mhux hekk, dawn il-prodotti huma ta' oriġini preferenzjali

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão neerlandesa (NL)

De exporteur van de goederen waarop dit document van toepassing is (douanevergunning nr. ...) verklaart dat, behoudens uitdrukkelijke andersluidende vermelding, deze goederen van preferentiële oorsprong zijn

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão norueguesa (NO)

Eksportøren av produktene omfattet av dette dokument (tollmyndighetenes autorisasjonsnr. ...) erklærer at disse produktene, unntatt hvor annet er tydelig angitt, har preferanseopprinnelse

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão polaca (PL)

Eksporter produktów objętych tym dokumentem (upoważnienie władz celnych nr ...) deklaruje, że z wyjątkiem gdzie jest to wyraźnie określone, produkty te mają preferencyjne pochodzenie

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão portuguesa (PT)

O abaixo assinado, exportador dos produtos cobertos pelo presente documento (autorização aduaneira n.º ...), declara que, salvo expressamente indicado em contrário, estes produtos são de origem preferencial

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão romena (RO)

Exportatorul produselor ce fac obiectul acestui document (autorizația vamală nr. ...) declară că, exceptând cazul în care în mod expres este indicat altfel, aceste produse sunt de origine preferențială

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão sueca (SE)

Exportören av de varor som omfattas av detta dokument (tullmyndighetens tillstånd nr. ...) försäkrar att dessa varor, om inte annat tydligt markerats, har förmånsberättigande ursprung

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão eslovena (SI)

Izvoznik blaga, zajetega s tem dokumentom (pooblastilo carinskih organov št ...) izjavlja, da, razen če ni drugače jasno navedeno, ima to blago preferencialno poreklo

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão eslovaca (SK)

Vývozca výrobkov uvedených v tomto dokumente (číslo povolenia ...) vyhlasuje, že okrem zreteľne označených, majú tieto výrobky preferenčný pôvod v

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

Versão turca (TR)

İsbu belge (gümrük onay No: ...) kapsamındaki maddelerin ihracatçısı aksi açıkça belirtilmedikçe, bu maddelerin menseli ve tercihli maddeler olduğunu beyan eder

- cumulation applied with (name of the country/countries)
- no cumulation applied

ANEXO VII

Notas explicativas do Anexo III do Acordo CE-México**(Decisão 2/2000 do Conselho Conjunto CE-México)**

(2001/C 128/10)

Artigo 16.º Documentos que acompanham o certificado de circulação EUR.1

Uma factura referente a mercadorias exportadas ao abrigo de um regime preferencial do território de uma das partes, e que acompanha o certificado de circulação EUR.1, pode ser emitida num país terceiro.

Artigo 16.º Designação das mercadorias no certificado de circulação EUR.1*Casos de grandes remessas ou de designação genérica das mercadorias*

Quando a casa do certificado de circulação EUR.1 destinada à designação das mercadorias for insuficiente para especificar os elementos necessários à sua identificação, em especial no caso de grandes remessas, o exportador pode especificar as mercadorias às quais o certificado se refere nas facturas relativas às mercadorias anexas e, se necessário, em documentos comerciais adicionais, desde que:

- a) Os números das facturas sejam indicados nas casas n.ºs 8 ou 10 do certificado de circulação EUR.1;
- b) As facturas e, sendo caso disso, os documentos comerciais adicionais se encontrem firmemente anexados ao certificado antes da apresentação à alfândega ou à autoridade governamental competente; e
- c) As autoridades aduaneiras ou a autoridade governamental competente tenham carimbado a factura e os documentos comerciais adicionais, anexando-os oficialmente aos certificados. As autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes devem conservar o pedido de certificado, bem como uma cópia da factura e dos documentos comerciais adicionais. Exemplo: o carimbo é apostado na casa n.º 11 e também na primeira página da factura e, se for caso disso, em qualquer outro documento comercial; pode ainda ser apostado na casa n.º 11, figurando o outro carimbo no verso do certificado, cobrindo ao mesmo tempo o certificado e a primeira página da factura.

O procedimento acima descrito aplica-se igualmente aos casos em que é apresentada uma designação genérica na casa n.º 8 (por exemplo, equipamento de motociclo) e uma designação pormenorizada (nomeadamente, assentos, pneumáticos, quadros, etc.) na factura.

Quando a factura se refere a mercadorias originárias e não originárias, o exportador deve identificar de forma precisa na factura as mercadorias originárias e as mercadorias que não o são, a fim de evitar qualquer equívoco.

Artigo 16.º Mercadorias exportadas por um agente aduaneiro

Os agentes aduaneiros podem ser autorizados a agir como representantes autorizados do proprietário das mercadorias

ou da pessoa que usufrui de um direito semelhante de delas dispor, mesmo nos casos em que essa pessoa não se encontre situada no país de exportação, desde que o agente possa provar o carácter originário das mercadorias.

Artigo 17.º Razões técnicas

É possível rejeitar um certificado de circulação EUR.1 por razões técnicas, por não ter sido feito conforme previsto. Trata-se dos casos que podem originar a apresentação subsequente de um certificado visado *a posteriori*, designadamente:

- o certificado de circulação EUR.1 não foi emitido no formulário previsto (por exemplo, um formulário sem uma impressão de fundo guilhochado, um formulário que diverge significativamente do modelo em termos de formato ou de cor, um formulário sem número de ordem, ou não impresso numa das línguas oficialmente previstas);
- não foi preenchida uma das casas de preenchimento obrigatório (por exemplo, a casa n.º 4 do EUR.1);
- a classificação pautal da mercadoria, pelo menos ao nível de uma posição da nomenclatura (código de quatro algarismos), não figura na casa n.º 8, nem na factura em questão para os casos referidos na rubrica «Designação das mercadorias no certificado de circulação EUR.1»;
- o certificado de circulação EUR.1 não foi carimbado ou assinado (na casa n.º 11),
- o certificado de circulação EUR.1 foi visado por uma autoridade não habilitada,
- o carimbo utilizado não foi notificado,
- o certificado de circulação EUR.1 apresentado é uma cópia ou fotocópia, e não o original,
- a entrada nas casas n.ºs 2 ou 5 refere-se a um país que não pertence ao acordo,
- a data indicada na casa n.º 11 é anterior à indicada na casa n.º 12.

Medidas a tomar

Deve anotar-se no documento, numa das línguas oficiais do acordo, a menção «Documento não aceite», devidamente fundamentada no certificado ou num outro documento emitido pelas autoridades aduaneiras. O certificado e, se for caso disso, o outro documento são, em seguida, devolvidos ao importador, a fim de lhe permitir obter um novo documento emitido *a posteriori*. No entanto, as autoridades aduaneiras podem conservar uma fotocópia do documento não aceite para efeitos de controlo *a posteriori*, ou caso tenham razões para suspeitar da existência de fraude.

Artigo 20.º Aplicação das disposições relativas à declaração na factura

A declaração na factura deve ser efectuada por um exportador estabelecido no território de uma das partes. Caso a factura seja emitida num país terceiro, a declaração na factura pode figurar em qualquer outro documento comercial ⁽¹⁾, emitido no território do país de exportação, que descreva os produtos em questão de forma suficientemente pormenorizada para que possam ser identificados como produtos originários nos termos do Anexo III. Neste caso, a identificação do exportador das mercadorias deve constar do documento em que é feita a declaração de origem.

Aplicam-se ainda as seguintes linhas directrizes:

- a) O texto da declaração na factura deve estar em conformidade com o texto fixado no apêndice IV do anexo III da decisão;
- b) A indicação dos produtos não originários que, por conseguinte, não se encontram abrangidos pela declaração na factura, não deve ser feita na própria declaração. Contudo, essa indicação deve constar da factura de uma forma precisa, a fim de evitar qualquer equívoco;

⁽¹⁾ Estes documentos comerciais são, por exemplo, o conhecimento ou a lista de volumes que acompanham as mercadorias.

- c) As declarações efectuadas em cópias ou fotocópias de facturas podem ser aceites, desde que delas conste a assinatura do exportador nas mesmas condições que no original. Os exportadores autorizados dispensados de assinar a declaração na factura ficam também dispensados de assinar as declarações efectuadas em cópias ou fotocópias de facturas;
- d) Podem ser aceites as declarações na factura efectuadas no seu verso;
- e) A declaração na factura pode ser efectuada numa folha separada, desde que esta folha faça obviamente parte da mesma factura. Não são autorizados formulários complementares;
- f) Uma declaração na factura efectuada numa etiqueta subsequentemente afixada à factura pode ser aceite, desde que não existam dúvidas de que a etiqueta foi afixada pelo exportador. Assim, por exemplo, o carimbo ou a assinatura do exportador deve cobrir simultaneamente a etiqueta e a factura;
- g) Não obstante a nota explicativa do artigo 16.º (mercadorias exportadas pelo agente aduaneiro), os agentes aduaneiros não podem beneficiar do estatuto de exportador autorizado.

Autorização de auxílios concedidos pelos Estados no âmbito das disposições dos artigos 87.º e 88.º do Tratado CE**A respeito dos quais a Comissão não levanta objecções**

(2001/C 128/11)

Data de adopção da decisão: 20.3.2001

Estado-Membro: Itália (Toscana)

N.º do auxílio: N 523/98

Denominação: Regulamento dos serviços de desenvolvimento agrícola e rural

Objectivo: Subsidiar actividades de experimentação em I & D, assistência técnica, consultoria, divulgação de informação e promoção, no quadro de programas de serviços de desenvolvimento agrícola

Base jurídica: Legge regionale n. 37/2000: Disciplina dei servizi di sviluppo agricolo e rurale

Orçamento: Cerca de 10 mil milhões de liras italianas (aproximadamente, 5 milhões de euros) nos três primeiros anos

Intensidade ou montante do auxílio:

- Auxílios à investigação e desenvolvimento: até 75 %
- Auxílios para a promoção e publicidade dos produtos agrícolas: dentro da percentagem máxima de auxílio (100 % para a promoção e 50 % para a publicidade)

— Auxílios para o fornecimento de assistência técnica no sector agrícola: dentro da percentagem máxima de auxílio (100 000 euros por beneficiário, no máximo, durante um período de três anos, ou, no caso dos auxílios concedidos a empresas que correspondam à definição de pequenas e médias empresas da Comissão ⁽¹⁾, 50 % das despesas, se este montante for superior)

Duração: Indeterminada

Outras informações: Este regime será aplicado em conformidade com os compromissos assumidos pelas autoridades competentes nas suas cartas de 16 de Março de 1999, 29 de Julho de 1999, 21 de Dezembro de 1999, 16 de Junho de 2000 e 11 de Janeiro de 2001

O texto da decisão na(s) língua(s) que faz(em) fé, expurgado dos respectivos dados confidenciais, está disponível no site:

http://europa.eu.int/comm/secretariat_general/sgb/state_aids

⁽¹⁾ JO L 107 de 30.4.1996, p. 4.

Data de adopção da decisão: 23.3.2001

Estado-Membro: Espanha (Castilla la Mancha)

COMUNICAÇÃO AOS OPERADORES COMERCIAIS

Aplicação das regras de origem ao abrigo do Acordo CE-México

(2000/C 187/03)

O anexo III do Acordo de comércio livre entre a Comunidade Europeia e o México (Decisão n.º 2/2000 do Conselho Conjunto CE-México⁽¹⁾), que entrará em vigor em 1 de Julho de 2000, contém as disposições relativas à definição da noção de produtos originários e aos métodos de cooperação administrativa.

DESCRIÇÃO DO ANEXO III DA DECISÃO N.º 2/2000 DO CONSELHO CONJUNTO CE-MÉXICO

A estrutura e as disposições gerais do anexo III são praticamente idênticas às dos protocolos em matéria de regras de origem dos acordos europeus. Todavia, os apêndices I (notas introdutórias às listas dos apêndices II e II-A) e II (lista das operações de complemento de fabrico ou de transformação a efectuar em matérias não originárias para que o produto transformado possa adquirir a qualidade de produto originário) contém novas disposições.

O apêndice II contém as regras de origem permanentes, sujeitas a disposições específicas relativas à data de entrada em vigor de determinadas regras.

O apêndice II-A) contém as regras de origem aplicáveis temporariamente, bem como as disposições relativas às regras de origem aplicáveis no âmbito de contingentes. Por último, deve referir-se que algumas declarações comuns prevêem a possibilidade de revisão de algumas disposições do anexo III.

1. Regras de origem permanentes

As regras de origem permanentes estabelecidas no apêndice II, que entrará em vigor em 1 de Julho de 2000, podem, em certos casos, ser aplicáveis apenas numa data posterior. É o caso, por exemplo, da regra relativa à estampagem de tecidos destinados à confecção de artigos de vestuário (capítulo 62 — aplicável depois de 31 de Dezembro de 2002) ou de roupa de casa (Capítulo 63 — aplicável depois de 31 de Dezembro de 2003, sob reserva de decisão em contrário do Comité Conjunto).

Regras de origem aplicáveis no âmbito de contingentes

Para além das regras previstas no apêndice II, podem ser aplicadas regras suplementares no âmbito de contingentes aplicáveis às exportações comunitárias para o México. Estas regras suplementares são, de facto, as regras previstas nos acordos europeus e que só serão aplicáveis a tecidos (capítulos 52, 54, 55 e ex 58) estampados na Comunidade e a calçado (posições pautais 6402 a 6404) que tenha sido montado na Comunidade e exportado para o México (ver *infra* sobre o sistema de contingentes).

Na prática, no que se refere aos produtos em questão, é possível que um produto satisfaça várias regras para poder adquirir o carácter de produto originário numa das partes do acordo.

1.1. Produtos têxteis

Por conseguinte, no que se refere aos tecidos estampados dos capítulos 52, 54 e 55 e das posições pautais 5801, 5806 e 5811, consideram-se originários:

- os tecidos obtidos a partir de matérias originárias da Comunidade e/ou do México (cumulação bilateral),
- os tecidos dos capítulos 52, 54 e 55 obtidos a partir de fios de cairo, fibras naturais ou fibras sintéticas ou artificiais descontínuas não cardadas nem penteadas nem transformadas de outro modo para fição, matérias químicas ou pastas têxteis ou papel; os tecidos das posições pautais 5801, 5806 e 5811 obtidos a partir de fibras naturais, matérias químicas ou pastas têxteis⁽²⁾,
- os tecidos obtidos através de «estampagem acompanhada de, pelos menos, duas operações de preparação ou acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós) desde que o valor dos tecidos não estampados utilizados não exceda 47,5 % do preço à saída da fábrica do produto», dentro dos limites dos contingentes fixados para cada capítulo do sistema harmonizado em causa (notas de pé-de-página do apêndice II),
- os tecidos de algodão das posições pautais 5801, 5806 e 5811, obtidos a partir da tecelagem de fios de algodão e objecto de estampagem acompanhada de, pelos menos, duas operações de preparação ou de acabamento (tal como lavagem, branqueamento, mercerização, termofixação, feltragem, calandragem, operação de resistência de encolhimento, acabamento permanente, deslustragem, impregnação, reparação e extracção de nós).

1.2. Calçado

No que se refere ao calçado das posições pautais 6402 a 6404, consideram-se originários:

- o calçado obtido a partir de matérias originárias da Comunidade e/ou do México (cumulação bilateral),
- o calçado em cuja fabricação «todas as matérias utilizadas estão classificadas numa posição diferente da do produto, excepto solas e suas partes, diferentes do contraforte da biqueira, da posição 6406» (as solas e suas partes, diferentes do contraforte da biqueira, devem ser originárias de uma das partes) «e o valor de todas as matérias utilizadas não deve ultrapassar 60 % do preço à saída da fábrica do produto» (regra do apêndice II),

⁽¹⁾ JO L 157 de 30.6.2000. Pelo momento o texto do anexo III encontra-se só no sítio internet: <http://europa.eu.int/comm/trade/bilateral/mexico/fta.htm>.

⁽²⁾ As regras estabelecidas nos apêndices são aplicáveis às matérias não originárias.

- o calçado obtido «a partir de matérias de qualquer posição, com exclusão de conjuntos constituídos pela parte superior do calçado fixada à primeira sola ou a outra qualquer parte inferior da posição 6406», dentro dos limites dos contingentes fixados para cada posição pautal. No que diz respeito ao calçado da posição pautal 6403, esta possibilidade é válida apenas para os pares cujo valor aduaneiro seja superior a 20 dólares americanos (regra do apêndice II-A).

2. Regras de origem temporárias

As regras de origem temporárias contidas no apêndice II-A são aplicáveis, para os produtos em causa, a partir da entrada em vigor do acordo até à data indicada em vez das regras previstas no apêndice II. As referidas regras são aplicáveis:

- quer a ambas as partes, nomeadamente no que diz respeito aos produtos químicos da posição ex 2914 e ex 2915, aos couros e peles de bovinos e equinos da posição 4104, a determinados artigos de vestuário dos capítulos 61 e 62, aos motores das posições 8407 e 8408 ou aos veículos automóveis, chassis e carroçarias das posições 8703, 8706 e 8707, respectivamente,
- ou a uma das partes, no âmbito dos contingentes aplicados pela Comunidade ao México relativamente a veículos das posições ex 8701, 8702 e 8704, que são geridos de acordo com o habitual sistema comunitário.

3. Declarações comuns

As declarações comuns contêm uma referência à revisão, à prorrogação ou ao adiamento, pelo Comité Misto, da aplicação de certas regras e dos volumes dos contingentes.

SISTEMA DE CONTINGENTES APLICÁVEL ÀS EXPORTAÇÕES PARA O MÉXICO

Os contingentes pautais aplicados pelo México às exportações comunitárias são geridos pela Secofi (Secretaría de Comercio y Fomento Industrial) e são atribuídos através de um sistema de leilões.

Sistema de adjudicação de contingentes

O aviso da realização de um leilão, com a descrição do contingente, do local e da data do convite para licitação, é publicado no Jornal Oficial mexicano, pelo menos, 20 dias antes da data do registo dos participantes. As partes interessadas terão acesso às informações sobre o leilão, nomeadamente sobre o tipo e o volume do contingente, os requisitos da participação, os critérios de adjudicação, o prazo de validade dos certificados.

A arrematação faz-se segundo o princípio de adjudicação ao preço mais baixo das ofertas ganhadoras (least winning price). Cada participante poderá apresentar cinco ofertas, especificando as quantidades desejadas e o preço que está disposto a pagar por essas quantidades (pelo menos, um centimo mexicano por oferta). As ofertas retidas são as correspondentes aos

preços mais elevados propostos, até ao esgotamento do contingente. O preço efectivamente pago pelos arrematantes será o «least winning price». Se o contingente não for integralmente atribuído, o preço a pagar é o de um centimo mexicano (preço mínimo para uma oferta).

Cada arrematante receberá uma carta com a indicação das quantidades atribuídas e do prazo de validade, bem como um cartão magnético do qual serão retiradas as quantidades aquando de cada importação. Os contingentes serão periodicamente distribuídos até ao esgotamento do contingente.

Certificados de origem

Para poder beneficiar de um contingente, os importadores mexicanos têm de possuir uma prova da origem que demonstre que os produtos satisfazem as regras de origem específicas estabelecidas no âmbito dos contingentes. Para o efeito, quer a casa n.º 7 (observações) do certificado de circulação EUR.1 quer a declaração na factura devem conter os seguintes dados:

- para os contingentes aplicáveis aos produtos têxteis das posições pautais 5208 a 5212, 5407, 5408, 5512 a 5516, 5801, 5806 e 5811 aquando da importação para o México: «Em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto no apêndice II»,
- Para os contingentes aplicáveis ao calçado das posições pautais 6402, 6403 e 6404 aquando da importação para o México: «Em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto na nota 9 do apêndice II-A».

Igualmente, para os contingentes aplicáveis a certos veículos das posições pautais ex 8701 (tractores rodoviários para semi-reboques), 8702 e 8704 aquando da importação para a Comunidade, quer na casa n.º 7 do certificado de circulação EUR.1 quer a declaração na factura tem que se le o texto seguinte: «em conformidade com a regra de origem específica de acordo com o previsto na nota 12.1 do apêndice II-A».

INFORMAÇÕES IMPORTANTES RELATIVAS À PROVA DE ORIGEM

Deve notar-se que os certificados de circulação EUR.1 emitidos pelas autoridades aduaneiras da Comunidade, que são utilizados noutros acordos preferenciais nos quais a Comunidade é parte, serão aceites pelas autoridades aduaneiras do México, desde que:

- a) A casa n.º 8 do certificado EUR.1 contenha a classificação pautal das mercadorias num nível de posição pautal (código de quatro algarismos);
- b) Os restantes requisitos previstos no anexo III da Decisão n.º 2/2000 se encontrem preenchidos.

No que se refere às declarações em facturas, chama-se a atenção para o facto de que o texto dessa declaração (ver apêndice IV do anexo III) contém uma menção adicional ao «número de autorização governamental competente» que é concedido pela Secofi. Apesar do facto de essa menção se aplicar apenas às exportações procedentes do México para a Comunidade, deverá também ser incluída nas declarações em facturas emitidas pelos exportadores autorizados no Estado-Membro da Comunidade.

INFORMAÇÕES A FORNECER À COMISSÃO

A fim de permitir que a Comissão possa avaliar o funcionamento do sistema de regras de origem, a Comissão procederá a uma recolha de dados pormenorizados sobre as quantidades em relação às quais são emitidos certificados EUR.1 e declarações em facturas relacionados com os contingentes de exportação. Solicita-se que os utilizadores de declarações em facturas informem os serviços centrais competentes do Estado-Membro

em questão (ver lista desses serviços em anexo), que transmitirão os dados à Comissão, pelo menos, uma vez por mês.

As quantidades totais actualizadas de acordo com as informações recebidas estarão disponíveis diariamente no *website* «Tariff quotas & ceilings» (contingentes e limites máximos pautais) da DG TAXUD: (http://europa.eu.int/comm/taxation_customs/databases/quota_en.htm).

Cada contingente será identificado pelo número de ordem:

00.0001	ex 5208 ex 5209 ex 5210 ex 5211 ex 5212	volume anual: 2 milhões de metros quadrados
00.0002	ex 5407 ex 5408	volume anual: 3,5 milhões de metros quadrados
00.0003	ex 5512 ex 5513 ex 5514 ex 5515 ex 5516	volume anual: 2 milhões de metros quadrados
00.0004	ex 5801 ex 5806 ex 5811	volume anual: 0,5 milhão de metros quadrados
00.0011	ex 6402	volume anual: 120 000 pares
00.0012	ex 6403 (para homem)	volume anual: 250 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0013	ex 6403 (para senhora)	volume anual: 250 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0014	ex 6403 (para criança)	volume anual: 125 000 pares cujo valor aduaneiro seja superior a US \$ 20
00.0015	ex 6404	volume anual: 120 000 pares

Para efeitos dos contingentes mencionados nesse *website*, por «origem» deve entender-se destino, sendo o México o país de destino e não devem ser tidas em conta as referências relativas a importação e a entrada em livre circulação. O código numérico do México é 412.

ANEXO

Lista dos serviços centrais responsáveis pela recolha de dados em cada Estado-Membro

Estado-Membro	Serviço central
BELGIË BELGIQUE BELGIEN LUXEMBOURG	Ministère des finances Administration centrale des douanes et accises Cité administrative de l'État Tour Finances 50 — Bte 37 Boulevard du Jardin Botanique B-1010 Bruxelles Tél. (32 2) 10 32 82 Fax (32 2) 10 33 13
DANMARK	Told- og Skattestyrelsen Erhvervsafdelingen Særlige Opgaver, Padborg Toldbodvej 8 DK-6330 Padborg Att: Kontingentadministrationen Telefonnummer (45) 7640 4736 Telefax (45) 7467 5592
DEUTSCHLAND	Oberfinanzdirektion Köln Zoll- und Verbrauchsteuerabteilung Außenstelle Düsseldorf — Zentralstelle Zollkontingente — Postfach 10 11 14 D-40002 Düsseldorf Tel. 49 (0) 211-9088-701 Fax 49 (0) 211-9088-704
ELLAS	Ministry of Finance General Directorate of Customs and Excise 17 th Tariff Division Section A — Department A II 10, Karageorgi Servias Str. 10184 Athens Tel. (00301) 32 55 570 Telefax (00301) 32 28 627 e.mail adress: gdt-dasmo@otenet.gr
ESPAÑA	Departamento de Aduanas e Impuestos Especiales Subdirección General de Gestión Aduanera Avenida Llano Castellano, 17 E-28071 Madrid Tel. (34) 917 28 98 59 Fax (34) 913 58 47 21
FRANCE	Direction générale des douanes 8, rue de la Tour des dames F-75436 Paris Cedex 09 Tél. (33 1) 44 74 48 59 Fax (33 1) 44 74 48 32
IRELAND	Office of the Revenue Commissioners Government Offices Nenagh County Tipperary Ireland Tel. (353) 673 35 33 (ext. 632 60) Fax (353) 674 43 88
ITALIA	Ministero delle Finanze Dipartimento delle Dogane e delle Imposte indirette Direzione centrale Servizi doganali Ispettorato 2° — Divisione III Via Mario Carucci, 71 I-00143 Roma Tel. (00-39) 06 50 24 20 86 Fax (00-39) 06 50 95 70 03

Estado-Membro	Serviço central
NEDERLAND	Belastingdienst Centrale Dienst voor in- en uitvoer Postbus 30003 9700 RD Groningen
ÖSTERREICH	Zollamt Suben Suben 25 A-4975 Suben
PORTUGAL	Ministério das Finanças Direcção-Geral das Alfândegas Rua das Alfândegas, 5 P-1194 Lisboa Codex Tel. (351-21) 886 05 37 — ext. 302 Fax (351-21) 888 42 08
SUOMI FINLAND	Tullihallitus Veroyksikkö PL 512 FIN-00101 Helsinki
SVERIGE	Tullexpeditionen Helsingborg Box 1334 S-251 13 Helsingborg Tfn (46-42) 19 87 03 Fax (46-42) 19 87 09
UNITED KINGDOM	HM Customs and Excise Central Tariff Quotas Unit (CTQU) First Floor Alexander House 21 Victoria Avenue Southend-on-Sea Essex SS99 1AA

ANEXO VIII

Notas explicativas relativas ao Anexo III — Definição da noção de «Produtos Originários» e métodos de cooperação administrativa — do acordo que cria uma associação entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Chile, por outro

(2003/C 321/06)

Artigo 1.º (alínea f) — Preço à saída da fábrica

O preço à saída da fábrica de um produto deve incluir:

- o valor de todas as matérias fornecidas utilizadas na sua fabricação e
- todos os custos (custos das matérias e outros custos) efectivamente suportados pelo fabricante. Por exemplo, o preço à saída da fábrica de cassetes vídeo, de discos, de suportes de equipamento lógico informático e de outros produtos análogos, registados, que contenham um elemento de propriedade intelectual deve incluir, na medida do possível, todos os custos, suportados pelo fabricante, relativos aos direitos de propriedade intelectual utilizados para assegurar a fabricação das mercadorias em causa, independentemente de o titular desses direitos ter ou não estabelecido a sua sede ou o seu local de residência no país de produção.

Não são tidas em conta as reduções do preço comercial (por exemplo, as reduções feitas em relação a pagamentos antecipados ou a entregas de grandes quantidades).

Artigo 4.º [n.º 1, alínea e)] — Produtos inteiramente obtidos — Caça

O conceito de «caça» definido no n.º 1, alínea e), do artigo 4.º é igualmente aplicável à pesca exercida em águas interiores (isto é, rios e lagos) na Comunidade ou no Chile.

Artigo 9.º — Regra de origem aplicável aos sortidos

A regra de origem definida para os sortidos aplica-se unicamente aos sortidos na acepção da regra geral n.º 3 para a interpretação do Sistema Harmonizado.

Em conformidade com essa regra, cada um dos produtos que compõem o sortido, com exclusão daqueles cujo valor não exceda 15 % do valor total do sortido, deve satisfazer os critérios de origem aplicáveis à posição em que o produto teria sido classificado, caso tivesse sido apresentado separadamente e não estivesse incluído no sortido, independentemente da posição em que o sortido completo esteja classificado por força da regra geral acima referida.

Estas disposições continuam a ser aplicáveis mesmo se a tolerância de 15 % for invocada para o produto que, em conformidade com o texto da referida regra geral, determina a classificação do sortido completo.

Artigo 14.º — Draubaque em caso de erro

Nos casos em que a prova de origem tenha sido incorrectamente emitida, só podem ser concedidos um draubaque ou

uma isenção de direitos se estiverem preenchidas as três condições seguintes:

- a) A prova de origem incorrectamente emitida deve ser reenviada às autoridades do país de exportação ou, caso não seja reenviada, deve ser entregue uma declaração escrita pelas autoridades do país de importação indicando que a preferência não foi ou não será concedida;
- b) As matérias utilizadas para a fabricação do produto poderiam ter beneficiado de draubaque ou de isenção de direitos por força das disposições vigentes, se não tivesse sido apresentada uma prova de origem para solicitar a preferência;
- c) O prazo autorizado para o reembolso não tiver sido excedido e estiverem reunidas as condições que regem o reembolso, fixadas pela regulamentação nacional do país considerado.

Artigo 16.º — Documentos justificativos para mercadorias usadas

A prova de origem pode igualmente ser emitida para mercadorias usadas ou qualquer outra mercadoria quando, devido ao prazo considerável decorrido entre a data de produção, por um lado, e a data de exportação, por outro, os documentos justificativos habituais já não estejam disponíveis, desde que:

- a) A data de produção ou de importação das mercadorias seja anterior ao período durante o qual os operadores comerciais devem, em conformidade com a regulamentação vigente no país de exportação, conservar os seus documentos contabilísticos;
- b) As mercadorias possam ser consideradas originárias por força de outros elementos de prova, como sejam declarações do fabricante ou de um outro operador comercial, o parecer de um perito, marcas apostas nas mercadorias, descrição das mercadorias, etc.;
- c) Nenhum indício leve a supor que as mercadorias não satisfazem os requisitos das regras de origem.

Artigos 16.º e 23.º — Apresentação da prova de origem nos casos de transmissão electrónica da declaração de importação

Nos casos em que a declaração de importação é transmitida por via electrónica às autoridades aduaneiras do país de importação compete a estas autoridades decidirem, no âmbito e em conformidade com as disposições da legislação aduaneira aplicável no seu país, em que momento e medida os documentos que constituem a prova de origem devem ser efectivamente apresentados.

Artigo 16.º — Designação das mercadorias nos certificados de circulação EUR.1

Caso de remessas importantes ou designação genérica das mercadorias

Quando a casa prevista no certificado de circulação EUR.1 para indicar a designação das mercadorias não for suficiente para incluir as especificações necessárias que permitam a sua identificação, designadamente no caso de remessas importantes, o exportador pode especificar as mercadorias a que o certificado se refere nas facturas anexas relativas a essas mercadorias e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, desde que:

- a) Indique os números das facturas na casa n.º 10 do certificado de circulação EUR.1;
- b) As facturas e, se necessário, qualquer outro documento comercial possam ser anexados de forma segura ao certificado antes da sua apresentação às autoridades aduaneiras ou às autoridades governamentais competentes do país de exportação;
- c) As autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes tenham carimbado a factura e os documentos comerciais adicionais, anexando-os oficialmente aos certificados.

Artigo 16.º — Mercadorias exportadas por um agente aduaneiro

Um agente aduaneiro pode exercer as funções de representante habilitado da pessoa que é proprietária das mercadorias ou que tenha um direito semelhante para dispor das mesmas, inclusivamente nos casos em que essa pessoa não esteja estabelecida no país de exportação, desde que o agente possa provar o carácter originário das mercadorias.

Artigo 16.º — Documentos que acompanham o certificado de circulação EUR.1

Uma factura referente a mercadorias exportadas ao abrigo de um regime preferencial do território de uma das Partes, e que acompanha o certificado de circulação EUR.1, pode ser emitida num país terceiro.

Artigo 16.º — Nomes e abreviaturas dos países, grupos de países ou territórios utilizados no certificado de circulação EUR.1

As mercadorias originárias da Comunidade podem ser indicadas na casa n.º 4 do certificado ⁽¹⁾ como sendo originárias:

- da Comunidade ou
- simultaneamente de um Estado-Membro e da Comunidade.

Pode igualmente ser utilizado qualquer outro termo que se refira de forma inequívoca à Comunidade, designadamente, a Comunidade Europeia, a União Europeia ou uma abreviatura, por exemplo, CE, UE, etc. (incluindo as traduções equivalentes nas línguas em que o Acordo foi redigido).

⁽¹⁾ Os mesmos termos ou abreviaturas poderão ser também utilizados na casa n.º 2 do certificado de circulação EUR.1.

Nessa conformidade, o Chile também pode ser indicado como o país de origem utilizando as respectivas abreviaturas oficiais CL (Iso-Alpha-2) e CHL (Iso-Alpha-3) ⁽¹⁾.

Artigo 17.º — Razões técnicas

Um certificado de circulação EUR.1 pode ser rejeitado por «razões técnicas» por não ter sido emitido em conformidade com as disposições previstas. Trata-se de casos que podem dar origem à subsequente apresentação de um certificado visado *a posteriori* e que incluem, a título de exemplo, as seguintes situações:

- o certificado de circulação EUR.1 não foi emitido no formulário previsto (por exemplo: um formulário sem uma impressão de fundo guilhochado, um formulário que difere significativamente do modelo em termos de formato e de cor, um formulário sem número de ordem, um formulário impresso numa língua oficialmente não prevista),
- um certificado de circulação EUR.1 em que uma das casas de preenchimento obrigatório não foi preenchida (por exemplo: casa n.º 4 EUR.1), excepto no que respeita à casa 8,
- a classificação pautal da mercadoria, pelo menos ao nível de uma posição da nomenclatura (código de quatro algarismos) ⁽²⁾, não figura na casa n.º 8,
- o certificado de circulação EUR.1 não foi carimbado e assinado (na casa n.º 11),
- o certificado de circulação EUR.1 foi visado por uma autoridade não habilitada,
- o carimbo é novo e ainda não notificado,
- o certificado de circulação EUR.1 apresentado é cópia ou fotocópia e não o original,
- a menção na casa n.º 2 ou 5 refere-se a um país que não é Parte no acordo (por exemplo: Israel ou Cuba).

Procedimento a seguir

Após aporem a menção «DOCUMENTO RECUSADO», indicando a ou as razões da sua não aceitação, as autoridades aduaneiras devolvem o certificado ao importador para que este possa obter um novo certificado emitido *a posteriori*. Todavia, as autoridades aduaneiras podem conservar uma fotocópia do certificado recusado para efeitos de controlo *a posteriori* ou caso tenham razões para suspeitar da existência de fraude.

Artigo 20.º — Aplicação prática das disposições relativas às declarações na factura

São aplicáveis as seguintes linhas directrizes:

- a) A indicação dos produtos não originários e que, por conseguinte, não estão abrangidos pela declaração na factura não deve figurar na própria declaração. Todavia, essa indicação deve constar da factura de uma forma precisa a fim de evitar qualquer equívoco;

⁽²⁾ Nessa conformidade, a prova da origem pode legitimamente incluir uma classificação da mercadoria mais específica.

- b) As declarações efectuadas em fotocópias das facturas são aceitáveis, desde que contenham a assinatura do exportador nas mesmas condições que o original. Os exportadores autorizados que estejam dispensados de assinar as declarações na factura estão igualmente dispensados de assinar as declarações na factura efectuadas em fotocópias de facturas;
- c) É aceitável uma declaração na factura efectuada no respectivo verso;
- d) A declaração na factura pode ser efectuada numa folha separada, desde que a referida folha possa ser considerada como fazendo parte da factura. Não são autorizados formulários complementares;
- e) Só é aceitável uma declaração efectuada numa etiqueta posteriormente colada à factura, se não houver dúvidas de que a etiqueta foi aposta pelo exportador. Assim, por exemplo, a assinatura ou o carimbo do exportador devem cobrir simultaneamente a etiqueta e a factura.

Artigo 20.º — Base de valor relativa à entrega e à aceitação de declarações na factura efectuadas pelos exportadores

O preço à saída da fábrica pode ser utilizado como base de valor para decidir os casos em que uma declaração na factura pode substituir um certificado de circulação EUR.1, tendo em conta o valor limite fixado no n.º 1, alínea b), do artigo 20.º Se o preço à saída da fábrica for considerado como base de valor, o país de importação deve aceitar as declarações na factura entregues com referência a esse preço.

Na falta de preço à saída da fábrica, pelo facto de a remessa em causa ser expedida a título gratuito, o valor aduaneiro estabelecido pelas autoridades do país de importação é considerado como base para a determinação do valor limite.

Artigo 21.º — Exportador autorizado

O termo «exportador» refere-se às pessoas ou aos operadores, quer se trate de produtores ou de comerciantes, desde que estejam preenchidas todas as outras condições previstas no Anexo III. Na aceção do referido Anexo III, a um agente aduaneiro não pode ser reconhecida a qualidade de exportador autorizado.

A concessão do estatuto de exportador autorizado está subordinada à apresentação de um pedido escrito pelo exportador. Ao examinarem o pedido, as autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes devem, designadamente, ter em conta:

- se o exportador efectua regularmente exportações: as autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes devem ter em conta o carácter regular das exportações e não o número de remessas ou um montante determinado,
- se o exportador pode sempre provar o carácter originário das mercadorias a exportar. A este respeito, é necessário ponderar se o exportador conhece as regras de origem aplicáveis e tem em sua posse todos os documentos justificativos da origem. No caso dos produtores, as autoridades devem certificar-se de que a contabilidade de existências da

empresa permite a identificação da origem das mercadorias ou, no caso de novas empresas, de que o sistema instalado permite tal identificação. No caso dos operadores que são simples comerciantes, será necessário verificar de forma mais aprofundada os respectivos fluxos comerciais normais,

- se, tendo em conta as suas anteriores actividades em matéria de exportação, o exportador oferece garantias suficientes no que respeita ao carácter originário das mercadorias e à capacidade para cumprir todas as obrigações daí decorrentes.

Uma vez emitida uma autorização, os exportadores devem:

- comprometer-se a só efectuar declarações na factura no que respeita a mercadorias relativamente às quais possuam todas as provas ou elementos contabilísticos necessários no momento da emissão;
- assumir inteira responsabilidade pela utilização da autorização, designadamente no caso de declarações de origem incorrectas ou de qualquer outra utilização incorrecta da autorização;
- assumir a responsabilidade de que a pessoa responsável, na empresa, pelo preenchimento das declarações na factura conhece e compreende as regras de origem;
- comprometer-se a conservar todos os documentos justificativos de origem durante um período de, pelo menos, três anos, a contar da data em que a declaração foi efectuada;
- comprometer-se a apresentar, a qualquer momento, às autoridades aduaneiras ou às autoridades governamentais competentes os elementos de prova da origem e permitir controlos por essas autoridades em qualquer altura.

As autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes devem controlar regularmente os exportadores autorizados. Esses controlos devem ser efectuados por forma a assegurar a correcta utilização da autorização, podendo ser efectuados a intervalos determinados, se possível, com base em critérios de análise de risco.

As autoridades aduaneiras ou as autoridades governamentais competentes devem notificar à Comissão das Comunidades Europeias o sistema de numeração nacional utilizado para designar os exportadores autorizados. A Comissão das Comunidades Europeias divulgará essas informações às autoridades aduaneiras dos outros países.

Artigo 24.º — Importação por remessas escalonadas

Um importador que deseje beneficiar do disposto no presente artigo deve, antes de proceder à exportação da primeira remessa, informar o exportador de que só é exigida uma única prova de origem para o produto completo.

No caso de cada remessa ser composta unicamente por produtos originários e de essas remessas serem acompanhadas de provas de origem, estas provas de origem separadas são aceites pelas autoridades aduaneiras do país de importação para as remessas escalonadas em causa, em substituição de uma única prova de origem estabelecida para o produto completo.

Artigo 31.º — Recusa do regime preferencial sem verificação

A recusa do regime preferencial sem verificação abrange os casos em que se considera que a prova de origem não é aplicável, designadamente pelas seguintes razões:

- a casa para a designação das mercadorias (casa n.º 8 do EUR.1) não está preenchida ou respeita a mercadorias diferentes das apresentadas;
- a prova de origem foi emitida por um país que não é Parte no Acordo, ainda que as mercadorias sejam originárias da Comunidade ou do Chile (exemplo: emissão de um certificado de circulação EUR.1 por Israel para mercadorias originárias do Chile);
- o certificado de circulação EUR.1 contém vestígios de rasuras ou emendas não autenticadas numa das casas de preenchimento obrigatório (exemplo: a casa designação das mercadorias, ou as casas indicando o número de volumes, o país de destino ou o país de origem);
- o prazo de validade do certificado de circulação EUR.1 foi excedido por motivos não previstos na regulamentação (por exemplo: circunstâncias excepcionais), com exclusão dos casos em que as mercadorias foram apresentadas antes do termo do prazo;
- a prova de origem é apresentada *a posteriori* para mercadorias inicialmente importadas de forma fraudulenta;

— a casa n.º 4 do certificado de circulação EUR.1 indica um país que não é Parte no acordo ao abrigo do qual o regime preferencial é solicitado.

Procedimento a seguir

A prova de origem, na qual deve ser aposta a menção «NÃO APLICÁVEL», deve ser conservada pelas autoridades aduaneiras às quais foi apresentada, a fim de impedir qualquer nova tentativa de utilização. Sem prejuízo de eventuais acções judiciais intentadas de acordo com a legislação nacional, se tal for oportuno, as autoridades aduaneiras do país de importação devem comunicar imediatamente a sua recusa às autoridades aduaneiras ou às autoridades governamentais competentes do país de exportação.

Artigo 31.º — Prazos de controlo das provas de origem

Nenhum país é obrigado a responder a um pedido de controlo *a posteriori*, formulado em conformidade com o artigo 31.º, que seja recebido decorridos mais de três anos a contar da data de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou da data em que a declaração na factura foi efectuada.

Apêndice I — Nota introdutória n.º 6.1

A regra específica relativa às matérias têxteis não se aplica aos forros e às entretelas. O tecido para bolsos é um tecido especial exclusivamente utilizado para a fabricação de bolsos e não pode, por conseguinte, ser considerado como um forro ou uma entretela normal. Por consequência, a regra especial é aplicável ao tecido para bolsos (para calças). A regra aplica-se aos tecidos em peça, bem como aos bolsos acabados, originários de países terceiros.

Artigos 17.º e 31.º

DA	AFVIST DOKUMENT	UANVENDELIGT
DE	DOKUMENT NICHT ANGENOMMEN	NICHT ANWENDBAR
EL	ΑΠΟΡΡΙΠΤΕΤΑΙ	ΜΗ ΑΠΟΔΕΚΤΟ
EN	DOCUMENT NOT ACCEPTED	INAPPLICABLE
ES	DOCUMENTO RECHAZADO	INAPLICABLE
FI	ASIAKIRJA HYLÄTTY	EI VOIDA KÄYTTÄÄ
FR	DOCUMENT REFUSÉ	INAPPLICABLE
IT	DOCUMENTO RESPINTO	INAPPLICABILE
NL	DOCUMENT GEWEIGERD	NIET VAN TOEPASSING
PT	DOCUMENTO RECUSADO	NÃO APLICÁVEL
SV	EJ GODTAGET DOKUMENT	OANVÄNDBART

ANEXO IX

Notas explicativas relativas ao Protocolo n.º 1 do anexo V do Acordo de Parceria ACP-CE relativo à definição da noção de «produtos originários» e aos métodos de cooperação administrativa ⁽¹⁾

(2002/C 228/02)

1. ARTIGO 1.º (ALÍNEA F) — PREÇO À SAÍDA DA FÁBRICA

O preço à saída da fábrica de um produto deve incluir:

- o valor de todas as matérias utilizadas no seu fabrico,
- todos os custos (custos das matérias e outros custos) efectivamente suportados pelo fabricante. Por exemplo, o preço à saída da fábrica de cassetes vídeo, de discos, de suportes de equipamento lógico informático e de outros produtos análogos, registados, que contenham um elemento de propriedade intelectual deve incluir, na medida do possível, todos os custos suportados pelo fabricante e relativos aos direitos de propriedade intelectual utilizados para assegurar o fabrico das mercadorias em causa, tenha o titular desses direitos estabelecido ou não a sua sede ou o seu local de residência no país de produção.

Não são tidas em conta as reduções do preço comercial (por exemplo, as reduções feitas em relação a pagamentos antecipados ou grandes quantidades).

2. ARTIGO 2.º — REQUISITOS GERAIS

Os produtos originários fabricados a partir de matérias «inteiramente obtidas» ou «objecto de operações de transformação suficientes» em dois ou mais Estados ACP são considerados produtos originários do Estado ACP em que se realizou o último complemento de fabrico ou transformação, desde que essa operação exceda as referidas no artigo 5.º

Exemplo:

É importado para a Jamaica fio de lã australiano (SH 51), a partir do qual são fabricados tecidos (SH 5111) nesse país. Esses tecidos são posteriormente enviados para a Guiana, onde a partir dos mesmos são confeccionadas peças de vestuário (SH 62). Dado que as peças de vestuário do capítulo 62 devem ser confeccionadas a partir de fio, esse requisito foi respeitado se a operação de transformação realizada em todos os Estados ACP em causa for tida em conta, pelo que as peças de vestuário são consideradas originárias da Guiana.

Se essas peças de vestuário forem enviadas para o Suriname para a posição de etiquetas, não serão consideradas originárias do Suriname, continuando a ser originárias da Guiana.

3. ARTIGO 4.º — APLICAÇÃO DA REGRA DA TOLERÂNCIA DO VALOR NA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DO ATUM

Para a aplicação da regra da tolerância do valor na indústria transformadora do atum, a noção de «um dado produto» designa todo o atum transformado, exportado ao abrigo de um único certificado de circulação EUR.1, obtido a partir da mesma espécie e classificado na mesma subposição da Nomenclatura Combinada da Comunidade (código NC de oito algarismos).

A quantidade de atum não originário que, mediante a aplicação da regra da tolerância do valor, pode ser utilizada até ao limite de 15 % do preço à saída da fábrica de um dado produto é calculada da seguinte forma:

- A. Determinar a(s) subposição(ões) do Sistema Harmonizado (código de 6 algarismos) em que o atum não originário utilizado está classificado. Por outras palavras, determinar se o atum não originário utilizado é um atum branco (SH 0302 31 ou 0303 41), um atum de barbatanas amarelas (SH 0302 32 ou 0303 42), um bonito listado (SH 0302 33 ou 0303 43), um atum patudo (SH 0302 34 ou 0303 44), um atum rabilho (SH 0302 35 ou 0303 45), um atum do Sul (SH 0302 36 ou 0303 46) ou outro tipo de atum (SH 0302 39 ou 0303 49).
- B. Determinar a subposição da Nomenclatura Combinada da Comunidade (código de 8 algarismos) em que o atum transformado obtido a partir do atum não originário indicado no ponto «A» está classificado. Por outras palavras, determinar se o atum transformado em cuja produção é utilizado atum não originário é atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11), filetes denominados *loins* (NC 1604 14 16), atum em salmoura (NC 1604 14 18) ou outro tipo de atum preparado ou em conserva (NC 1604 20 70).
- C. Determinar para a(s) subposição(ões) SH determinada(s) no ponto A os valores respectivos do atum não originário utilizado para obter o atum transformado determinado no ponto B, destinado à exportação ao abrigo do certificado de circulação EUR.1 (ou de uma declaração na factura).
- D. Determinar o preço à saída da fábrica do atum transformado determinado no ponto B que será coberto pelo certificado de circulação EUR.1 (ou por uma declaração na factura).
- E. Calcular se as quantidades determinadas no ponto C excedem o limite de 15 % das quantidades correspondentes determinadas no ponto D.

Se tiver sido utilizado atum não originário, mas a totalidade da remessa respeitar os critérios da origem preferencial mediante a aplicação da regra da tolerância do valor, o pedido de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou da declaração na factura deve conter a indicação «Tolerância do valor aplicada a . . . » ⁽²⁾, inscrita pelo exportador.

A referida indicação deverá figurar na casa do certificado de circulação EUR.1 destinada às observações ou ser aditada à declaração na factura.

⁽¹⁾ JO L 317 de 15.12.2000, p. 94.

⁽²⁾ Descrição da espécie e do tipo do produto em questão.

Exemplo 1:*Pormenores da remessa:*

Matéria-prima	Bonito listado (SH 0303 43)	Atum de barbatanas amarelas (SH 0303 42)	Atum branco (SH 0303 41)
Quantidade	10 toneladas	10 toneladas	10 toneladas
Preço	850 euros/t	1 200 euros/t	2 200 euros/t
Situação	100 % originário	— 5 % não originário — 95 % originário	100 % originário
Produto exportado	em óleos vegetais (NC 1604 14 11) 5,4 t	em óleos vegetais (NC 1604 14 11) 5,7 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 6 t
Preço total à saída da fábrica	12 000 euros	16 000 euros	28 000 euros

Cálculo:

A. Determinar a(s) subposição(ões) do Sistema Harmonizado (código de 6 algarismos) em que o atum não originário utilizado está classificado:

— Atum de barbatanas amarelas (SH 0303 42)

B. Determinar a subposição NC (código de 8 algarismos) em que o atum transformado obtido a partir do atum não originário indicado no ponto «A» está classificado:

— Atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11)

C. Determinar para a(s) subposição(ões) determinada(s) no ponto A os valores respectivos do atum não originário utilizado para obter o atum transformado determinado no ponto B:

— $(10 \text{ toneladas} \times 5 \%) \times 1\,200 \text{ euros} = 600 \text{ euros}$

D. Determinar o preço à saída da fábrica do atum transformado determinado no ponto B:

— 16 000 euros

E. Calcular se as quantidades determinadas no ponto C excedem o limite de 15 % das quantidades correspondentes determinadas no ponto D:

— $600 : 160 = 3,75 < 15 \%$

Conclusão:

Toda a remessa é considerada como tendo uma origem preferencial. O pedido de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou da declaração na factura deve ser aprovado pelo exportador mediante a seguinte frase: «Tolerância de valor aplicada ao atum de barbatanas amarelas em óleos vegetais do código NC 1604 14 11».

Exemplo 2:*Pormenores da remessa:*

Matéria-prima	Bonito listado (SH 0303 43)		
Quantidade	30 toneladas		
Preço	850 euros/t		
Situação	— 5 % não originário (utilizado para a produção de atum em óleos vegetais) — 95 % originário		
Produto exportado	em óleos vegetais (NC 1604 14 11) 9,8 t	escamas (NC 1604 20 70) 1,6 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 4,9 t
Preço total à saída da fábrica	21 600 euros	3 000 euros	12 000 euros

Cálculo:

A. Determinar a(s) subposição(ões) do Sistema Harmonizado (código de 6 algarismos) em que o atum não originário utilizado está classificado:

— Bonito listado (SH 0303 43)

B. Determinar a subposição NC (código de 8 algarismos) em que o atum transformado obtido a partir do atum não originário indicado no ponto «A» está classificado:

— Atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11)

C. Determinar para a(s) subposição(ões) determinada(s) no ponto A os valores respectivos do atum não originário utilizado para obter o atum transformado determinado no ponto B:

— $(30 \text{ t} \times 5 \%) \times 850 \text{ euros} = 1\,275 \text{ euros}$

D. Determinar o preço à saída da fábrica do atum transformado determinado no ponto B:

— 21 600 euros

E. Calcular se as quantidades determinadas no ponto C excedem o limite de 15 % das quantidades correspondentes determinadas no ponto D:

— $1\,275 : 216 = 5,90 < 15 \%$

Conclusão:

Toda a remessa é considerada como tendo uma origem preferencial. O pedido de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou da declaração na factura deve ser aprovado pelo exportador mediante a seguinte frase: «Tolerância de valor aplicada ao bonito listado em óleo vegetal do código NC 1604 14 11».

Exemplo 3:*Pormenores da remessa:*

Matéria-prima	Bonito listado (SH 0303 43)		Atum branco (SH 0303 41)
Quantidade	9 t		10 t
Preço	850 euros/t		1 200 euros/t
Situação	— 10 % não originário (utilizado para a produção de atum em óleos vegetais e atum em salmoura) — 90 % originário		100 % originário
Produto exportado	em óleos vegetais (NC 1604 14 11) 3,3 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 1,6 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 5,7 t
Preço total à saída da fábrica	7 000 euros	3 500 euros	15 000 euros

Cálculo:

A. Determinar a(s) subposição(ões) do Sistema Harmonizado (código de 6 algarismos) em que o atum não originário utilizado está classificado:

— Bonito listado (SH 0303 43)

B. Determinar a subposição NC (código de 8 algarismos) em que o atum transformado obtido a partir do atum não originário indicado no ponto «A» está classificado:

— B.1: Atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11)

— B.2: Atum em salmoura (NC 1604 14 18)

C. Determinar para a(s) subposição(ões) determinada(s) no ponto A os valores respectivos do atum não originário utilizado para obter o atum transformado determinado no ponto B:

— B.1: $(6 \text{ t} \times 10 \%) \times 850 \text{ euros} = 510 \text{ euros}$

— B.2: $(3 \text{ t} \times 10 \%) \times 850 \text{ euros} = 255 \text{ euros}$

D. Determinar o preço à saída da fábrica do atum transformado determinado no ponto B:

— B.1: 7 000 euros

— B.2: 3 500 euros

E. Calcular se as quantidades determinadas no ponto C excedem o limite de 15 % das quantidades correspondentes determinadas no ponto D:

$$\text{— B.1: } 510 : 70 = 7,29 < 15 \%$$

$$\text{— B.2: } 255 : 35 = 7,29 < 15 \%$$

Conclusão:

Toda a remessa é considerada como tendo uma origem preferencial. O pedido de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou da declaração na factura deve ser aprovado pelo exportador mediante a seguinte frase: «Tolerância de valor aplicada ao bonito listado em óleos vegetais (NC 1604 14 11) e ao bonito listado em salmoura (NC 1604 14 18)».

Exemplo 4:

Pormenores da remessa:

Matéria-prima	Bonito listado (SH 0303 43)		Atum branco (SH 0303 41)
Quantidade	10 t		10 t
Preço	850 euros/t		1 200 euros/t
Situação	— 15 % não originário (utilizado para a produção de atum em óleos vegetais) — 85 % originário		100 % originário
Produto exportado	em óleos vegetais (NC 1604 14 11) 3,6 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 1,8 t	em salmoura (NC 1604 14 18) 5,7 t
Preço total à saída da fábrica	7 600 euros	3 600 euros	15 000 euros

Cálculo:

A. Determinar a(s) subposição(ões) do Sistema Harmonizado (código de 6 algarismos) em que o atum não originário utilizado está classificado:

— Bonito listado (SH 0303 43)

B. Determinar a subposição NC (código de 8 algarismos) em que o atum transformado obtido a partir do atum não originário indicado no ponto «A» está classificado:

— Atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11)

C. Determinar para a(s) subposição(ões) determinada(s) no ponto A os valores respectivos do atum não originário utilizado para obter o atum transformado determinado no ponto B:

$$\text{— } (10 \text{ t} \times 15 \%) \times 850 \text{ euros} = 1\,275 \text{ euros}$$

D. Determinar o preço à saída da fábrica do atum transformado determinado no ponto B:

— 7 600 euros

E. Calcular se as quantidades determinadas no ponto C excedem o limite de 15 % das quantidades correspondentes determinadas no ponto D:

$$\text{— } 1\,275 : 76 = 16,78 > 15 \%$$

Conclusão:

Nem toda a remessa pode ser considerada como tendo uma origem preferencial. Não pode ser emitido nenhum certificado de circulação EUR.1 nem efectuada nenhuma declaração na factura para o atum em óleos vegetais (NC 1604 14 11).

4. ARTIGO 6.º — ACUMULAÇÃO DA ORIGEM

4.1. Acumulação com os PTU e a Comunidade

4.1.1. Acumulação com matérias originárias da Comunidade ou dos PTU

Os produtos que já tenham obtido a origem da Comunidade ou dos PTU e que sejam objecto de mais operações de transformação nos países ACP serão considerados como sendo originários do ACP desde que as operações realizadas excedam as referidas no artigo 5.º

Exemplo 1:

Peixe (capítulo 3 do SH) originário de São Pedro e Miquelon (PTU) é transportado para a Jamaica (ACP), onde é transformado em conserva de peixe (SH 1604). Estas conservas de peixe serão consideradas originárias da Jamaica.

Exemplo 2:

Peixe (capítulo 3 do SH) originário de São Pedro e Miquelon é transformado em conserva de peixe (SH 1604) em São Pedro e Miquelon é transportado para a Jamaica, onde são colocadas as etiquetas e o produto é acondicionado em caixas. Uma vez que a operação realizada na Jamaica é mínima, as conservas serão consideradas originárias de São Pedro e Miquelon.

4.1.2. Acumulação de operações de complemento de fabrico ou de transformação

Os produtos não originários transformados na Comunidade ou nos PTU sem obtenção da respectiva origem e que sejam objecto de novas operações de transformação nos ACP serão considerados originários dos ACP, desde que todas as operações realizadas e consideradas no seu conjunto sejam suficientes na acepção do artigo 4.º

Exemplo 1:

Fio de lã australiano (SH 51) é importado para a Comunidade, onde são fabricados tecidos (SH 5111) a partir desse fio. Estes tecidos são posteriormente enviados para a Guiana, onde, a partir dos mesmos, são confeccionadas peças de vestuário (SH 62). Uma vez que as peças de vestuário do capítulo 62 devem ser fabricadas a partir de fio, este requisito encontra-se cumprido se se tiver em conta a transformação realizada na Comunidade, nos PTU e nos Estados ACP em causa, pelo que as peças de vestuário em questão são consideradas como sendo originárias da Guiana.

Exemplo 2:

Fio de lã australiano (SH 51) é importado para a Comunidade, onde são fabricados tecidos (SH 5111) a partir desse fio. Esses tecidos são posteriormente enviados para a Guiana, onde são tingidos. Os tecidos do código SH 5111 são originários se tiverem sido obtidos a partir de fibras naturais ou sob determinadas condições quando são estampados se essa operação for acompanhada por duas operações preparatórias ou de acabamento. Consequentemente, o tecido não originário que é tingido na Guiana não obterá a origem ACP.

4.2. Acumulação com a África do Sul**4.2.1. Acumulação com matérias originárias da África do Sul⁽¹⁾**

Os produtos que já tenham obtido a origem sul-africana e que sejam objecto de mais transformações nos Estados ACP serão considerados originários dos ACP, desde que o valor acrescentado nos ACP exceda o valor das matérias utilizadas originárias na África do Sul.

Exemplo:

Tecidos de algodão (SH 52) originários da África do Sul são transformados em peças de vestuário (SH 62) na Maurícia. Essas peças de vestuário são consideradas originárias da Maurícia, desde que o valor acrescentado na Maurícia exceda o valor do tecido de algodão.

4.2.2. Acumulação dos complementos de fabrico e transformações no âmbito da SACU

Os produtos não originários transformados na África do Sul sem obtenção da origem e que são posteriormente objecto de mais operações de transformação num Estado ACP que é membro da SACU serão considerados originários do Estado ACP, desde que todas as operações realizadas e consideradas no seu conjunto sejam suficientes na acepção do artigo 4.º

Exemplo:

Fio de lã australiano (SH 51) é importado para a África do Sul, onde são fabricados tecidos a partir do mesmo (SH 5111). Esses tecidos são posteriormente enviados para a Namíbia, onde são utilizados na confecção de peças de vestuário (SH 62). As peças de vestuário do capítulo 62 são originárias se forem fabricadas a partir de fio. Este requisito encontra-se cumprido se se tiver em conta a transformação realizada em todos os países da SACU. Consequentemente, as peças de vestuário em questão são consideradas originárias da Namíbia.

5. ARTIGO 9.º — REGRA DE ORIGEM APLICÁVEL AOS SORTIDOS

A regra de origem definida para os sortidos aplica-se unicamente aos sortidos na acepção da regra geral n.º 3 para a interpretação do Sistema Harmonizado.

Em conformidade com essa regra, cada um dos produtos que compõem o sortido, com exclusão daqueles cujo valor não exceda 15 % do valor total do sortido, deve satisfazer os critérios de origem que se aplicam à posição em que teria sido classificado o produto, se tivesse sido apresentado separadamente e não incluído no sortido, independentemente da posição em que o sortido completo esteja classificado por força da regra geral acima referida.

⁽¹⁾ Sob reserva do disposto no n.º 8 do artigo 6.º do Protocolo 1.

Estas disposições continuam a ser aplicáveis mesmo se a tolerância de 15 % for invocada para o produto que, em conformidade com o texto da referida regra geral, determina a classificação do sortido completo.

6. ARTIGO 14.º — DOCUMENTOS JUSTIFICATIVOS PARA MERCADORIAS USADAS

A prova de origem pode igualmente ser emitida para mercadorias usadas ou qualquer outra mercadoria quando, devido ao prazo considerável que decorreu entre a data de produção ou de importação, por um lado, e a data de exportação, por outro, os documentos justificativos habituais já não estão disponíveis, desde que:

- a) A data de produção ou de importação das mercadorias seja anterior ao período durante o qual os operadores comerciais devem, em conformidade com a regulamentação vigente no país de exportação, conservar os seus documentos contabilísticos;
- b) As mercadorias possam ser consideradas como originárias por força de outros elementos de prova, como sejam declarações do fabricante ou de um outro operador comercial, o parecer de peritos, marcas apostas nas mercadorias, descrição das mercadorias, etc.;
- c) Nenhum indício leve a supor que as mercadorias não satisfazem os requisitos das regras de origem.

7. ARTIGO 16.º — APRESENTAÇÃO DA PROVA DE ORIGEM NOS CASOS DE TRANSMISSÃO ELECTRÓNICA DA DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO

Nos casos em que a declaração de importação é transmitida por via electrónica às autoridades aduaneiras do país de importação compete a estas autoridades decidirem, no âmbito e por força das disposições da legislação aduaneira aplicável no seu país, em que momento e medida os documentos que constituem a prova de origem devem ser efectivamente apresentados.

8. ARTIGO 15.º — DESIGNAÇÃO DAS MERCADORIAS NOS CERTIFICADOS DE CIRCULAÇÃO EUR.1

Caso de remessas importantes

Quando a casa prevista no certificado de circulação EUR.1 para indicar a designação das mercadorias não for suficiente para incluir as especificações necessárias que permitam a sua identificação, designadamente no caso de remessas importantes, o exportador pode especificar as mercadorias a que o certificado se refere nas facturas anexas relativas a essas mercadorias e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, desde que:

- a) Indique os números das facturas na casa n.º 10 do certificado de circulação EUR.1;
- b) As facturas e, se necessário, qualquer outro documento comercial possam ser apensos de forma segura ao certificado antes da sua apresentação à alfândega;
- c) A autoridade aduaneira tenha apostado nas facturas e, se necessário, em qualquer outro documento comercial, um carimbo que solidariza esses documentos com o certificado.

9. ARTIGO 15.º — MERCADORIAS EXPORTADAS POR UM AGENTE ADUANEIRO

Um agente aduaneiro pode exercer as funções de representante habilitado da pessoa que é proprietária das mercadorias ou que tenha um direito semelhante para dispor das mesmas, inclusivamente nos casos em que essa pessoa não esteja estabelecida no país de exportação, desde que o agente possa provar o carácter originário das mercadorias.

10. ARTIGO 16.º — RAZÕES TÉCNICAS

Um certificado de circulação EUR.1 pode ser rejeitado por «razões técnicas» por não ter sido emitido em conformidade com as disposições previstas. Trata-se de casos em que pode ser posteriormente apresentado um certificado emitido *a posteriori*. Esta categoria abrange, por exemplo, as seguintes situações:

- o certificado de circulação EUR.1 é emitido num formulário não regulamentar (por exemplo: sem fundo guilhoçado; com diferenças importantes de dimensão ou de cor em relação ao modelo regulamentar; sem número de ordem; impresso numa língua não autorizada);
- um certificado de circulação EUR.1 no qual uma casa destinada a uma menção obrigatória não foi preenchida (por exemplo: casa n.º 4) ⁽¹⁾,
- falta de carimbo e de assinatura no certificado de circulação EUR.1 (por exemplo: casa n.º 11),
- o certificado de circulação EUR.1 é visado por uma autoridade não habilitada,
- o certificado de circulação EUR.1 é visado com um novo carimbo ainda não comunicado,
- entrega de uma fotocópia ou de uma cópia em vez do original do certificado de circulação EUR.1,

⁽¹⁾ Caso a casa destinada à descrição das mercadorias (casa n.º 8) não tenha sido preenchida, ver a nota relativa ao artigo 32.º: recusa de regime preferencial sem verificação.

- a menção nas casas n.º 2 ou 5 refere-se a um país que não é parte no acordo (por exemplo: Israel, Cuba).

Procedimento a seguir:

Após a aposição da menção «DOCUMENTO RECUSADO», indicando a(s) razão/razões, o certificado é devolvido ao importador para que este possa obter um novo certificado emitido *a posteriori*. Todavia, a administração aduaneira pode eventualmente conservar uma fotocópia do certificado recusado para um controlo *a posteriori* ou se tiver razões para suspeitar da existência de fraude.

11. ARTIGO 19.º — APLICAÇÃO PRÁTICA DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DECLARAÇÕES NA FACTURA

Aplicam-se as seguintes linhas directrizes:

- a) Os produtos não originários e obviamente não abrangidos pela declaração na factura não devem ser indicados na própria declaração. Todavia, devem ser indicados claramente na factura, de modo a evitar qualquer mal-entendido;
- b) As declarações feitas em fotocópias das facturas são aceitáveis, se forem assinadas ao mesmo título que o original. Os exportadores autorizados que estejam dispensados de assinar as declarações na factura estão igualmente dispensados de assinar as declarações na factura feitas em fotocópias de facturas;
- c) É aceitável uma declaração efectuada no verso na factura;
- d) A declaração na factura pode ser apresentada numa folha separada, desde que faça visivelmente parte da factura. Não é autorizado um formulário complementar;
- e) Só é aceitável uma declaração efectuada numa etiqueta posteriormente colada à factura, se não houver dúvidas de que a etiqueta foi aposta pelo exportador. Assim, por exemplo, a assinatura ou o carimbo do exportador devem cobrir simultaneamente a etiqueta e a factura.

12. ARTIGO 19.º — BASE DE VALOR RELATIVA À ENTREGA E À ACEITAÇÃO DE DECLARAÇÕES NA FACTURA EFECTUADAS PELOS EXPORTADORES

O preço à saída da fábrica pode ser utilizado como base de valor para decidir os casos em que uma declaração na factura pode substituir um certificado de circulação EUR.1, tendo em conta o valor limite fixado no n.º 1, alínea b), do artigo 19.º. Se o preço à saída da fábrica for considerado como base de valor, o país de importação deve aceitar as declarações na factura entregues com referência a esse preço.

Na falta de preço à saída da fábrica, pelo facto de a remessa em causa ser expedida a título gratuito, o valor aduaneiro estabelecido pelas autoridades do país de importação é considerado como base para a determinação do valor-limite.

13. ARTIGO 20.º — EXPORTADOR AUTORIZADO

O termo «exportador» refere-se às pessoas ou aos operadores, quer se trate de produtores ou de comerciantes, desde que estejam preenchidas todas as outras condições previstas no presente protocolo. Na acepção do presente protocolo, um agente aduaneiro não pode ver-lhe reconhecida a qualidade de exportador autorizado.

A concessão do estatuto de exportador autorizado está subordinada à apresentação de um pedido escrito pelo exportador. Quando do exame do pedido, as autoridades aduaneiras devem ter em conta designadamente:

- que o exportador efectua regularmente exportações: as autoridades aduaneiras devem ter em conta o carácter regular das exportações e não o número de remessas ou um montante determinado,
- que o exportador deve poder provar, em qualquer altura, o carácter originário das mercadorias a exportar. Este exame deve ter em conta o facto de que o exportador conhece as regras de origem aplicáveis e deve ter em sua posse todos os documentos justificativos da origem. No que diz respeito aos produtores, importa assegurar que a contabilidade de existências da empresa permita a identificação da origem ou, no caso de novas empresas, que o sistema instalado permita o mesmo tipo de identificação. Em relação a simples comerciantes, será necessário verificar de forma mais aprofundada os fluxos comerciais normais do operador,
- que o exportador oferece, relativamente às suas actividades anteriores em matéria de exportação, garantias suficientes no que respeita ao carácter originário das mercadorias e à possibilidade de cumprir todas as obrigações daí decorrentes.

Quando for emitida uma autorização, os exportadores devem:

- comprometer-se a não efectuar declarações na factura, excepto para mercadorias relativamente às quais possuem, no momento em que efectuam a declaração, todas as provas ou elementos contabilísticos necessários,
- assumir toda a responsabilidade da sua utilização, designadamente no caso de declarações de origem incorrectas ou de utilização incorrecta da autorização,
- assumir a responsabilidade de que a pessoa responsável, na empresa, pelo preenchimento das declarações na factura conhece e compreende as regras de origem,

- comprometer-se a conservar todos os documentos justificativos durante um período de, **pelo menos**, três anos, a contar da data em que foi efectuada a declaração,
- comprometer-se a apresentar, em qualquer momento, às autoridades aduaneiras os elementos de prova e aceitar serem por estas controlados em qualquer altura.

As autoridades aduaneiras devem controlar regularmente os exportadores autorizados. O controlo deve efectuar-se de forma a assegurar a correcta utilização da autorização e pode efectuar-se em intervalos determinados, se possível, com base em critérios de análise de risco.

As autoridades aduaneiras transmitirão à Comissão Europeia o sistema de numeração nacional seleccionado para designar os exportadores autorizados. A Comissão Europeia divulgará estas informações às autoridades aduaneiras dos Estados-Membros da UE.

14. ARTIGO 24.º — IMPORTAÇÃO POR REMESSAS ESCALONADAS

Um importador que queira beneficiar do disposto no presente artigo deve informar o exportador, antes de proceder à exportação da primeira remessa, de que só é exigida uma única prova de origem para o produto completo.

É possível que cada remessa se componha unicamente de produtos originários. No caso de essas remessas serem acompanhadas de provas de origem, estas provas de origem separadas são aceites pelas autoridades aduaneiras do país de importação para as remessas escalonadas em causa, em substituição de uma única prova de origem estabelecida para o produto completo.

15. ARTIGO 32 — RECUSA DO REGIME PREFERENCIAL SEM VERIFICAÇÃO

Trata-se dos casos em que a prova de origem é considerada não aplicável. Esta categoria abrange designadamente as seguintes situações:

- os produtos a que se refere o certificado de circulação EUR.1 não beneficiam do regime preferencial,
- a casa «Designação das mercadorias» (casa n.º 8 EUR.1) não está preenchida ou indica mercadorias diferentes das apresentadas,
- a prova de origem foi emitida por um país que não é parte no acordo, mesmo quando essa prova diga respeito a mercadorias originárias de um país que é parte no acordo (exemplo: caso de emissão de um certificado de circulação EUR.1 por Israel para mercadorias originárias de países ACP),
- o certificado de circulação EUR.1 contém vestígios de rasuras ou emendas não autenticadas numa das casas obriga-

tórias (exemplo: as casas «Designação das mercadorias», «N.º de volumes», «País de destino», «País de origem»),

- o prazo de validade do certificado de circulação EUR.1 foi excedido por motivos não previstos na regulamentação (exemplo: circunstâncias excepcionais), com exclusão dos casos em que as mercadorias foram apresentadas antes do termo do prazo,
- a prova de origem é apresentada *a posteriori* para mercadorias importadas de forma fraudulenta,
- a casa n.º 4 do certificado de circulação EUR.1 indica um país que não é parte no acordo.

Procedimento a seguir:

A prova de origem, anotada da menção «NÃO APLICÁVEL», deve ser conservada pela administração aduaneira em que foi apresentada, a fim de evitar qualquer nova tentativa de utilização.

Nos casos em que tal se afigure oportuno, as autoridades aduaneiras do país de importação informam sem demora as autoridades aduaneiras do país de exportação da recusa.

16. ARTIGO 32.º — PRAZOS DE CONTROLO DAS PROVAS DE ORIGEM

Nenhum país é obrigado a responder a um pedido de controlo *a posteriori*, formulado em conformidade com o artigo 32.º, que seja recebido decorridos mais de três anos após a data de emissão do certificado de circulação EUR.1 ou a data em que foi efectuada a declaração na factura.

17. ARTIGO 32.º — DÚVIDA FUNDADA

Esta situação diz respeito, por exemplo, aos seguintes casos:

- o documento não contém a assinatura do exportador (excepto no caso de declarações na factura ou documentos comerciais efectuados por exportadores autorizados, quando estiver prevista essa possibilidade),
- o certificado de circulação EUR.1 não foi assinado ou datado pela autoridade emissora,
- as mercadorias, embalagens ou outros documentos de acompanhamento contêm marcas que indicam uma origem diferente da referida no certificado de circulação EUR.1,
- as menções apostas no certificado de circulação EUR.1 permitem concluir que as condições relativas às operações de complemento de fabrico são insuficientes para conferirem o carácter de produto originário;

— o carimbo utilizado para o visto do documento difere do que foi comunicado.

Procedimento a seguir:

O documento é enviado para controlo *a posteriori* às autoridades emissoras com indicação dos motivos do pedido de controlo. Enquanto se aguardam os resultados do controlo, são tomadas todas as medidas cautelares consideradas necessárias pelas autoridades aduaneiras para garantir o pagamento dos direitos aplicáveis.

18. ANEXO I — NOTA INTRODUTÓRIA N.º 6, ponto 6.1

A regra específica relativa às matérias têxteis não se aplica aos forros e às entretelas. O tecido para bolsos é um tecido especial utilizado exclusivamente para a fabricação de bolsos e não pode, por conseguinte, ser considerado como um forro ou uma entretela normal. Por consequência, a regra aplica-se ao tecido de bolso para calças. A regra aplica-se aos tecidos em peça, bem como aos bolsos acabados, originários de países terceiros.

19. NOTAS EXPLICATIVAS RELATIVAS AOS ARTIGOS 16.º E 32.º

DA	AFVIST DOKUMENT	UANVENDELIGT
DE	DOKUMENT NICHT ANGENOMMEN	NICHT ANWENDBAR
EL	ΑΠΟΡΡΙΠΤΕΤΑΙ	ΜΗ ΑΠΟΔΕΚΤΟ
EN	DOCUMENT NOT ACCEPTED	INAPPLICABLE
ES	DOCUMENTO RECHAZADO	INAPLICABLE
FI	ASIAKIRJA HYLÄTTY	EI VOIDA KÄYTTÄÄ
FR	DOCUMENT REFUSÉ	INAPPLICABLE
IT	DOCUMENTO RESPINTO	INAPPLICABILE
NL	DOCUMENT GEWEIGERD	NIET VAN TOEPASSING
PT	DOCUMENTO RECUSADO	NÃO APLICÁVEL
SV	EJ GODTAGET DOKUMENT	OANVÄNDBART

Relatório final do auditor no âmbito do processo COMP/36.264 — Mercedes [elaborado nos termos do artigo 15.º da Decisão 2001/462/CE, CECA da Comissão, de 23 de Maio de 2001, relativa às funções do auditor em determinados processos de concorrência (JO L 162 de 19.6.2001, p. 21)]

(2002/C 228/03)

O projecto de decisão suscita relativamente ao direito de audição as seguintes observações:

O procedimento decorreu sem problemas. As objecções foram transmitidas, em 31 de Março de 1999, à empresa em causa, a DaimlerChrysler AG. Esta apresentou as suas observações por carta de 14 de Junho de 1999. A audição oral realizou-se em 29 de Junho de 1999.

A duração relativamente longa do procedimento deve-se principalmente ao facto de terem sido dadas várias oportunidades à empresa em causa, mesmo após a audição oral, de apresentar observações por escrito. Assim, a DaimlerChrysler AG transmitiu em 7 de Dezembro de 1999 um parecer que analisa em pormenor o problema central do procedimento, ou seja, a aplicação do artigo 81.º à distribuição de veículos a motor através de uma rede de concessionários. A Comissão recebeu mais observações da empresa em 4 de Setembro de 2000, na sequência do acórdão do Tribunal de Primeira Instância das Comunidades Europeias no processo Volkswagen AG. O projecto de decisão a apresentar ao Comité Consultivo em matéria de acordos, decisões e práticas concertadas e de posições dominantes foi concluído, em meados de 2001, após a avaliação de todas as observações da DaimlerChrysler AG.

Das observações precedentes conclui-se que os direitos da defesa foram plenamente respeitados. O projecto de decisão não inclui objecções sobre as quais a empresa em causa não teria podido pronunciar-se.

Bruxelas, em 4 de Setembro de 2001.

Helmuth SCHRÖTER